UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Bruno Fabris Estefanes

Conciliar o Império

Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico
(1842-1856)

São Paulo

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Bruno Fabris Estefanes

Conciliar o Império

Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico
(1842-1856)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Duarte Dantas

São Paulo

2010

RESUMO

Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) foi um dos mais eminentes políticos do Partido Conservador do período monárquico brasileiro. Foi agraciado visconde e marquês de Paraná, nos anos de 1852 e 1854, respectivamente. O ápice de sua carreira foi a presidência do Ministério da Conciliação, entre 1853 e 1856. A trajetória política de Carneiro Leão a partir de 1842 é o objeto central desta dissertação. Não se pretendeu, todavia, recontar sua vida de forma linear, nem simplesmente relembrar laudatoriamente seus serviços ao Império do Brasil. Este trabalho buscou, sobretudo, questionar e desconstruir a memória que uniu indivíduo e Estado e influenciou muitas interpretações sobre cinco importantes acontecimentos políticos do Oitocentos brasileiro: a formação do Regresso conservador; as revoltas de 1842; a Rebelião Praieira; a intervenção na região do Rio da Prata e, por fim, o Ministério da Conciliação. Cada um desses assuntos foi tratado detalhadamente nos quatro capítulos desta dissertação.

Palavras-chave: Império do Brasil; Partidos; Revoltas; Diplomacia no Prata; Conciliação.

ABSTRACT

Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) was one of the most eminent politicians of the Conservative Party of Brazilian monarchical period. He was honored with the titles of viscount and marquis of Paraná in 1852 and 1854, respectively. The apex of his career was the chair of the Conciliation Cabinet, between 1853 and 1856. The political career of Carneiro Leão since 1842 is the main subject of this dissertation. However, it was not intended to recount his life in a linear basis, nor simply laudatorily recall his services to the Brazilian Empire. This study aimed, above all, to question and deconstruct the memory which united the individual and the State and influenced many interpretations of five major political events of the Brazilian Eighteenth Century: the formation of the Regresso; the riots of 1842; Praiera Rebellious; intervention on the Platine region and, finally, the Conciliation Cabinet. Each one of these issues was discussed in detail in four chapters of this dissertation.

Keywords: Brazilian Empire; Parties; Riots; Platine Diplomacy; Conciliation

EMAIL DO AUTOR: bfestefanes@yahoo.com.br

AGRADECIMENTOS

Quando se trata de um trabalho de reflexão e escrita, a satisfação não está em terminá-lo. Os que já passaram por isso sabem que, no fundo, se não existissem os prazos e compromissos, talvez nunca colocássemos o ponto final.

A verdadeira satisfação é perceber que o percurso do trabalho foi de amadurecimento pessoal e que ele não foi trilhado sozinho. Acumulo um considerável número de pessoas, às quais devo minha gratidão e atribuo os eventuais méritos desta pesquisa.

Este trabalho seria irrealizável não fossem alguns apoios fundamentais. Agradeço à FAPESP pelo financiamento da bolsa que possibilitou o desenvolvimento do meu mestrado, principalmente a pesquisa documental no Rio de Janeiro. De forma especial, agradeço aos funcionários da Pós-Graduação do meu departamento, ao Osvaldo e ao Nelson, verdadeiros facilitadores das exigências do “sistema”. Com a mesma atenção, agradeço aos funcionários das bibliotecas e arquivos por onde passei e que fizeram mais fácil o desafio; a todos que me ajudaram no IHGB, nominalmente ao senhor Pedro Tórtima, que ficou para mim como grande exemplo de dedicação aos pesquisadores.

Meu trabalho seria certamente outro, com notável decréscimo de qualidade, não fossem as críticas e sugestões das professoras Maria Odila Dias e Miriam Dolhnikoff, que formaram minha Banca de Qualificação em setembro de 2009. Sou muito grato às duas pelas leituras atentas e generosas do meu relatório e, principalmente, pelo incentivo para continuar. Tão importante na qualidade e mais ainda na constância, foi o convívio com verdadeiros amigos que fiz na faculdade, com especial referência a Lindener Pareto Jr., Gabriel Zacarias, Alain El Youssef, André Nicácio Lima “Godinho”, Pedro Aubert e Tâmis Parron. Os quatro últimos também enveredaram por pesquisas sobre nossa história política oitocentista e juntos formamos, desde maio de 2009, um grupo de estudos batizado de “Grupo Império Expandido”. É difícil dizer o que seria minha pesquisa sem nossas discussões. Foi um

verdadeiro ponto de virada, cuja importância fica registrada nas notas de rodapé ao longo do meu texto.

Mas são especialmente os momentos compartilhados ao redor de mesas de bares, cafés e muitas outras vivências por este Brasil a fora que eu devo a essa turma. Cada um ao seu tempo, do seu jeito, desde 2002.

Seria inimaginável apresentar esta dissertação não fosse a minha família. Além de oferecerem incondicional apoio nos maiores apertos, todos tiveram alguma participação na minha formação escolar e universitária. Falando de formação, não posso deixar de citar o professor István Jancsó (in memoriam), que abriu as portas para a minha iniciação científica e possibilitou-me um inigualável convívio com outros brilhantes pesquisadores e professores, no âmbito do Projeto Temático organizado por ele. Se não fosse essa experiência, provavelmente nunca teria conversado à vontade com a Monica, que me disse, em um jantar após uma das reuniões do Temático, que faltava um bom estudo sobre o marquês de Paraná. A observação era uma sugestão ao aluno que falava tanto de *O Tempo Saquarema*: muitas vezes obscurecido pela famosa trindade, um dos personagens principais da consolidação do Império ainda estava por ser estudado. Espero que minha pesquisa abra caminho para outras bem melhores sobre este objeto.

Agradeço muito à Monica pela oportunidade acadêmica, pelo constante apoio, sugestões e doses extras de incentivo. Suas leituras sempre tão precisas fazem dela, de fato, uma co-autora deste texto – desnecessário dizer que as falhas são de minha total responsabilidade.

Ao professor Ilmar, pela inspiração de seu trabalho.

Entre tantas outras coisas, o trabalho seria infinitamente mais árduo não fosse a inspiração, a alegria e o companheirismo de Natasha Duarte Leão de Souza. Com amor, por tudo o que já vivemos e ainda viveremos (enquanto o mundo for mundo, mesmo que mudado).

São Paulo, 2007-2010

O Paraná não se curvava.

D. Pedro II, sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná

Havia nele um certo desdém pela natureza, em geral, dos políticos; era um conhecedor de caracteres, e por isso não tomava os homens pelo que eles mesmos pretendiam valer, mas sempre com grande desconto. [...]

Algumas das suas qualidades políticas eram de primeira ordem: assim possuía a mais varonil de todas, a força de separar-se de seus amigos no momento em que eles iam realizar um grande plano que ele autorizara, mas que depois se lhe afigurava prejudicial, como o capitão que repentinamente muda de rumo no meio de uma manobra difícil por ter descoberto o perigo em frente. [...]

Paraná, como se vê, era feito não somente para dominar, mas também para dirigir.

Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*

Sumário da Dissertação

Introdução.....	08
1. Biografando o marquês de Paraná. Estudo de um político imperial.....	13
1.1. <i>Biografia e história</i>	33
1.2. <i>A origem daquilo que hoje possuo: trajetória política e o discurso autobiográfico como documentos</i>	42
2. 1842: a província do Rio de Janeiro e a busca de uma ordem imperial.....	65
2.1. <i>Em política, fazendo rancho: Honório, os saquaremas e o Vale</i>	70
2.2. <i>Nada do que digo se deve publicar: entre os escritos de Honório e a produção de uma versão oficial de 1842</i>	86
3. Conflitos do Norte ao Prata, 1849-1852.....	107
3.1. 1842-1843: a ordem regressista contra a anistia.....	109
3.2. <i>Apaziguar Pernambuco: eleições, granadas e a cisão dos conservadores</i>	124
3.3. <i>Os negócios do Prata e os mosquitos do Paraná: surge o visconde</i>	144
4. Conciliar o Império: o ministério de seis de setembro de 1853.....	161
4.1. <i>O Ministério da Conciliação como fato histórico</i>	166
4.2. <i>Nem como luzias, nem como saquaremas: a reforma eleitoral e os interesses partidários</i>	181
Considerações finais.....	194
Fontes e bibliografia.....	198
a) Fontes.....	198
b) Bibliografia.....	202
c) Textos acadêmicos não publicados.....	210

Introdução

Era 1856. O ano em que Emil Bauch pintou o quadro reproduzido ao lado foi também o ano da morte do retratado, Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná.¹ A postura altiva em conformidade com o traje e as insígnias; o título de nobreza como título da obra; tudo isso para deixar bem evidente que se tratava de um homem importante, um homem que prestara grandes serviços ao Império do Brasil.

O homem se foi, permaneceu o quadro, cumprindo sua função de monumento, fornecendo cor e forma humana à memória de um indivíduo e também de um período da trajetória do Estado nacional, que, pode-se dizer, corresponderia ao amadurecimento de ambos. A representação pictórica não podia, porém, abranger, explicar e registrar a medida exata dessa interseção entre indivíduo e Estado, tão a gosto dos biógrafos românticos do século XIX. Ficou justamente para as penas biográficas e as obras históricas do Segundo Reinado completarem o trabalho de inscrição de um verdadeiro mito de formação do Estado nacional brasileiro: o marquês de Paraná, eminente político conservador das décadas de 1830 e 1840, mas, acima de tudo, o estadista que trabalhou, como nenhum outro, em busca da conciliação partidária na década de 1850.

A trajetória política de Honório Hermeto Carneiro Leão desde 1842 é o objeto central desta dissertação. Portanto, trata-se de um trabalho de recorte biográfico. Não se pretendeu, todavia, recontar a vida de Carneiro Leão de forma linear, nem simplesmente relembrar laudatoriamente seus serviços ao Império do Brasil, como se fez desde o momento de sua morte. Este trabalho pretende, sobretudo, questionar e desconstruir a

EMIL BAUCH: *Marquês do Paraná*, 1856.
Óleo sobre tela.

¹ A ilustração desta página foi retirada do artigo de Rafael Alves Pinto Junior. “Um retrato (quase) íntimo da nobreza brasileira: Emil Bauch e a Marquesa do Paraná”. *19&20*, Rio de Janeiro, v. III, n. 3, julho de 2008. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/artistas/ebauch_rapi.htm

memória que uniu indivíduo e Estado e influenciou muitas interpretações sobre cinco importantes acontecimentos políticos do Oitocentos brasileiro: a formação do Regresso conservador; as revoltas de 1842; a Rebelião Praieira; a intervenção na região do Rio da Prata e, por fim, o Ministério da Conciliação. Cada um desses assuntos foi tratado detalhadamente nos quatro capítulos desta dissertação.

O Capítulo 1 começa com uma análise da memória construída sobre Carneiro Leão em biografias dos séculos XIX e XX. Na parte 1.1, aborda-se as relações entre a escrita biográfica e a história, tarefa seguida da apresentação da proposta de estudo que é desenvolvida nesta dissertação. Na 1.2, com o uso da historiografia, apresenta-se o período do Regresso conservador e, na sequência, são examinadas as ligações de Carneiro Leão com esse movimento político a partir de um discurso autobiográfico de 31 de julho de 1854.

O objetivo do Capítulo 2 é mostrar como a presidência de Honório Hermeto no Rio de Janeiro, em 1842, ano do combate aos levantes armados de São Paulo e Minas Gerais, foi importante para consolidar a aliança política entre os regressistas e os cafeicultores do vale do Paraíba e associá-la à noção de ordem. Para isso, foram demonstradas as ligações de Honório e dos futuros saquaremas com a política e a economia da província do Rio. Porém, a vitória de Honório e seu grupo não aconteceu de forma fácil. Na última parte do capítulo, a leitura dos escritos do presidente Carneiro Leão enviados ao ministro da Guerra servem para recuperar o grau de indeterminação do conflito aberto. Os documentos revelam sua decepção com as forças legalistas e o medo de que a ordem imperial almejada desmoronasse. Apesar disso, prevaleceu a memória do indivíduo heróico, defensor inabalável da unidade imperial. Busca-se mostrar, então, como a construção dessa memória oficial fez parte das próprias lutas políticas de 1842.

No ano seguinte, os regressistas ainda se destacaram por uma ação coesa visando a punir os envolvidos nos movimentos armados, mantendo-se contrários à idéia de anistia, que passou a ser cogitada por d. Pedro II e acabou decretada logo após a queda dos regressistas no começo de 1844. É bastante comum atribuir-se essa queda a uma disputa de ego entre Pedro II e Honório Hermeto, que saíra fortalecido da presidência do Rio de Janeiro, sendo incumbido de organizar e encabeçar o ministério de janeiro de 1843 e, um ano depois, teria exigido desmedidamente do monarca a demissão de um desafeto. Porém,

como se pretende demonstrar no começo do Capítulo 3, a verdadeira razão do fim do predomínio regressista pode estar relacionada com as divergências em torno da questão da anistia. A intransigência no assunto teria lhes custado o gabinete.

Quando voltaram ao poder no final da década, já não haveria tanta harmonia no grupo como houvera no período de 1836-1843. Os anos imediatamente posteriores à Rebelião Praieira, em 1848, foram de redefinições cruciais na política do Império. O movimento armado pernambucano merece destaque, porque expôs de forma candente dois problemas intimamente relacionados com as disputas partidárias no Brasil imperial: as nomeações e o controle das eleições feitos pelo partido que detinha o Executivo. Um dos desdobramentos desse impasse foi o início da participação direta de d. Pedro II na tentativa de resolução dessas brigas políticas, buscando desenvolver uma política de conciliação partidária e resolver a questão eleitoral. A escolha de Honório Hermeto Carneiro Leão como presidente da província de Pernambuco, em 1849, parece ter sido resultado desse novo posicionamento do monarca. A presidência de Honório foi marcante, porque, na mesma medida em que o aproximou do imperador, evidenciou divergências com seus antigos companheiros regressistas, e é esse o assunto principal do terceiro capítulo, tratado na sua segunda parte. Em seguida, na parte 3.3, tratou-se da intervenção de Carneiro Leão em mais um caso conflituoso: a missão diplomática na região do Prata, entre 1851 e 1852. O sucesso da missão rendeu-lhe o título de visconde de Paraná e, com certeza, credenciou-lhe ainda mais para assumir um ministério reformista em 1853.

O capítulo final é composto por uma análise do período do Ministério da Conciliação (1853-1856). Na primeira parte, é feita uma discussão sobre a memória e a produção historiográfica sobre o período. Por ora, pode-se dizer que a interpretação mais difundida sobre a conciliação partidária no Império do Brasil, inaugurada pelo ministério de seis de setembro de 1853, é a que privilegia o poder pessoal do imperador na consecução dessa política, interpretação retomada pelos historiadores Roderick Barman e mais recentemente por Jeffrey Needell.² Quem procurou uma outra explicação para o período foi Ilmar Rohloff de Mattos, que o viu como a consolidação de um projeto de direção política, intelectual e moral, levado a cabo por um grupo específico: os saquaremas (conservadores

² Cf. Roderick J. Barman. *Citizen emperor*. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91. Stanford, California: Stanford University Press, 1999; e Jeffrey D. Needell. *The party of order*. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871. Stanford: Stanford University Press, 2006.

fluminenses).³

Em alguma medida, ambas as abordagens apontam para fatores que não podem ser ignorados. De fato, o início da Conciliação contou com a participação ativa do monarca. Com quase 30 anos de idade, Pedro II exercia sua primeira intervenção direta em uma política ministerial, por meio de propostas de reforma a serem realizadas durante a legislatura e de diretrizes para guiar os ministros. Da mesma forma, parece certo apontar para a preponderância, no processo de formação do Império, de um grupo político específico e dos interesses que ele representava. Todavia, algumas ressalvas devem ser feitas e novos problemas colocados.

Primeiramente, vale tratar da ligação proposta por Mattos entre saquaremas e conciliação. Em *O Tempo saquarema*, essa associação parece derivar, antes de tudo, de alguns pressupostos historiográficos que o autor até anuncia querer criticar, mas não o faz completamente. Pressupõe-se também nesse livro que os conservadores são os verdadeiros defensores do princípio monárquico e de um Estado fortemente centralizado, contrapondo-se aos liberais, descentralizadores e algumas vezes simpáticos ao princípio democrático. A novidade analítica que o autor colocou foi que a explicação para a vitória do projeto dos primeiros não estava em alguma lei natural, mas no estabelecimento histórico de uma direção no Estado e na sociedade civil. Embora tenha criticado os termos de obras que, segundo ele, reproduziam uma leitura evolucionista da história que vinha desde o panfleto “Ação; Reação; Transação”, Mattos parece ter se equivocado ao continuar lendo o texto de Justiniano José da Rocha como um elogio da política conciliatória.⁴ Por isso, em sua abordagem, a conciliação foi identificada positivamente com o período da “Transação”, que representaria, nos termos do historiador, a complementação da *direção saquarema*, consolidada já nos dois ministérios anteriores.⁵ O trabalho de Jeffrey Needell, no entanto, questionou essa suposta correlação entre o Ministério da Conciliação e vitória saquarema.

Antes de avançar para o trabalho de Needell, cabe notar que o panfleto de J. J. da Rocha não foi um simples encômio da conciliação partidária. Na realidade, pode-se afirmar que o panfletário concordava com a essência, com a idéia, mas não com a forma com que a

³ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. 5ª ed. [Tese de 1985] São Paulo: Hucitec, 2004

⁴ A referência do panfleto de Justiniano, publicado em 1855, é “Ação; Reação; Transação”. In: Raimundo Magalhães Júnior (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

⁵ Cf. Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; principalmente a parte “A direção saquarema”.

conciliação era praticada pelo gabinete do visconde e, em seguida, marquês de Paraná, o que fica claro nas duras críticas que Rocha fez às reformas propostas pelo ministério.⁶ Essa constatação já indica o racha que houve entre alguns saquaremas, como Justiniano, e a política que Carneiro Leão tentou implementar. É justamente para isso que Needell apontou em seu trabalho. Na sua formulação, a conciliação inaugurada em 1853 poderia até ser entendida como conservadora, mas de forma alguma como saquarema.⁷ O autor estadunidense buscou explicar os motivos que, desde o fim da década de 1840, afastaram Honório de seu grupo político original e possibilitaram sua aproximação das concepções do imperador. Talvez o melhor termo seja cooptação de Honório pelo monarca, já que Needell retoma uma tradição de vincular a imposição da conciliação com o aumento do poder pessoal de Pedro II, presente também na já citada biografia do imperador feita por Roderick Barman, que por sua vez inspirou inegavelmente a publicada por José Murilo de Carvalho.⁸

Parece correta a proposição de Needell no que se refere à necessidade de desvincular o Ministério da Conciliação da política saquarema. Quanto à preponderância de Pedro II, a análise merece ser repensada. Um dos objetivos desta análise da biografia de Honório Hermeto Carneiro Leão consiste em questionar a atribuição de uma demasiada influência do poder pessoal do imperador, e do próprio Honório, na formação e condução do ministério de seis de setembro de 1853. Para escapar de um biografismo exagerado, faz-se necessário vincular a discussão sobre Conciliação a questões mais amplas do processo de formação do Estado nacional brasileiro, como o problema das eleições e da contenção das desavenças partidárias nos meios institucionais. Na parte final do Capítulo 4, a discussão da Lei dos Círculos, em 1855, visa justamente a entendê-la como uma das tentativas de resposta a esses problemas.

Assim, o estudo da biografia política de Honório Hermeto Carneiro Leão configura-se como uma maneira privilegiada de fazer uma discussão conjunta de importantes acontecimentos políticos do Império brasileiro, desde o final da década de 1830 até os anos de 1850. Entre esses acontecimentos, destacam-se as disputas partidárias e a elaboração de uma política de Conciliação.

⁶ As críticas de Rocha são referidas com mais vagar no Capítulo 1 e serão retomadas no Capítulo 4 da dissertação.

⁷ Cf. Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 180-200.

⁸ José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

1

Biografando o marquês de Paraná. Estudo de um político imperial

As biografias dos homens notáveis e eminentes de um país são páginas soltas do grande livro da história dele.

S. A. Sisson¹

No dia cinco de setembro de 1856, o jornal carioca *Diário do Rio de Janeiro* publicou um esboço biográfico de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, de autoria de José de Alencar. Naquela sexta-feira, completavam-se apenas dois dias do falecimento do marquês e, por isso, o então principiante escritor ressaltava que o trabalho não podia “abranjer todos os atos da vida pública do distinto estadista”, já que havia sido feito “ao correr da pena, sob a impressão da notícia de sua morte”. Contudo, o autor considerou ter alcançado o essencial com seu texto, que era descrever “com imparcialidade os fatos mais salientes, assim como os traços mais pronunciados do seu caráter, como homem e como político”.²

A julgar pelas lembranças posteriores de um outro contemporâneo, Alencar estava longe de ser o único que achava que o Império perdia um grande indivíduo, cuja história era digna de ser rememorada. De acordo com João Manuel Pereira da Silva, na data da morte do marquês,

Sensibilizou-se profundamente a população da capital do Império. Desaparecia do mundo, quando ainda exercia a autoridade suprema, o estadista que maior influência havia exercitado na cena política desde o ano de 1831.

Fecharam suas portas as casas de comércio; cobriram-se de crepe os cidadãos; suspenderam-se os trabalhos em todas as repartições públicas; interromperam suas sessões as duas casas do parlamento.

Pareceu tomar parte na dor pública a própria atmosfera, que se cobriu de densas nuvens, desabou em chuvas abundantes, e atordoou com os estrondos de relâmpagos.

Apesar das inclemências do tempo, cortejo extraordinário acompanhou ao cemitério de S. João Batista o coche que conduzia seus restos mortais; uns em carruagens, outros a pé, desejosos todos de render as honras derradeiras ao afamado atleta da tribuna.³

¹ S. A. Sisson [editor]. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2vol. Brasília: Senado Federal, 1999; p. 13, vol. 1. A primeira edição foi publicada entre 1859 e 1861.

² O artigo de José de Alencar foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 255-274, com o título “O Marquês de Paraná. Traços biográficos”. As citações deste parágrafo são da p. 255. Daqui por diante, o artigo será referido como Traços biográficos.

³ João Manuel Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*. [1ª ed. 1896] Brasília: Senado Federal, 2003; p. 260.

Pereira da Silva tinha fortes motivos para recordar e temperar com um ar melancólico, quatro décadas depois, aquele dia de 1856, pois fora correligionário do estadista morto.⁴ Em razão dessa velha afinidade política, era muito mais do que a memória de apenas um indivíduo que ele resgatava. Não é exagero afirmar que, ao evocar a tristeza da morte de Paraná, o autor, na verdade, lastimava o fim de um sistema político inteiro e, dessa forma, ajudava a consolidar uma memória extremamente valorizadora do período imperial e do predomínio do seu partido.⁵ A despeito das divergências que se acenturam no grupo quando Honório Hermeto Carneiro Leão assumiu o ministério de 1853, o futuro marquês sempre foi lembrado – e ainda é – como um dos mais eminentes políticos conservadores do Império. Aliás, todo o reconhecimento público em torno de sua morte resultava, no plano mais imediato, dos serviços que vinha prestando ao Império desde a volta dos seus antigos partidários ao poder.

Após um afastamento de cinco anos, o grupo reascendera com o ministério de 29 de setembro de 1848, sob as ordens de Pedro de Araújo Lima, então visconde de Olinda, presidente do conselho e responsável pelas pastas de Estrangeiros e da Fazenda. Transcorrido pouco mais de um ano, Olinda retirou-se e Paulino José Soares de Souza assumiu os Negócios Estrangeiros. Naquele momento, precisamente a oito de outubro de 1849, o futuro visconde do Uruguai encontrava Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, ministro da Justiça desde o início dos trabalhos, e Joaquim José Rodrigues Torres, que assumira a Fazenda em 13 de junho, formando um gabinete que estaria entre os mais duradouros do Império. A trindade saquarema chegava ao poder.

⁴ Filho de importante comerciante português, Pereira da Silva estudou Direito em Paris, retornando ao Brasil no final da década de 1830. Trabalhou como advogado desde o início vinculado ao grande comércio, aproximando-se dos políticos do Regresso conservador, dentre os quais figurava Carneiro Leão. Em 1840, entrou para a política como deputado provincial fluminense. Três anos depois, chegou à Assembléia Geral e passou a ocupar cargos mais importantes, chegando a senador e conselheiro de Estado. Destacou-se, durante o decênio de 1840, por escrever diversos textos em favor do tráfico negreiro. Para informações sobre ele e a relação dos regressistas com a defesa do tráfico, cf. Tâmis Peixoto Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009; especialmente p. 172-178.

⁵ De acordo com Célio Tasinafo, as *Memórias* de Pereira da Silva não podem ser consideradas uma autobiografia, mas “uma extensa crônica política [...] na qual seu autor procura, entre outros aspectos, defender a excelência das instituições da Monarquia parlamentar e constitucional brasileira, tal como ele entendia que elas funcionavam ou deveriam funcionar; bem como os acertos das administrações de seu grupo político, quando aquele estivera à frente do governo”. Cf. Célio Ricardo Tasinafo. “*Memórias do meu tempo*: política como ciência experimental”. Introdução à edição *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003; p. 17.

Como definiu Joaquim Nabuco, esses homens tinham a direção do partido conservador.⁶ Juntos, governaram durante dois anos e sete meses, ao lado dos outros ministros Manuel Vieira Tosta, Manuel Felizardo de Sousa e Melo e o visconde de Monte Alegre, presidente do conselho desde o afastamento de Olinda.⁷ A longevidade desse ministério é atribuída normalmente à força e influência que a trindade tinha na época.

Desde os coevos, a opinião comum é de que o gabinete seguinte, de 11 de maio de 1852, continuou o trabalho iniciado em 1848, ambos os ministérios formando uma única administração que perfez o total de cinco anos, os quais, não poucas vezes, já foram relacionados como de apogeu do Império.⁸ Francisco Iglésias assim resumiu o pensamento sobre o período: “O esplendor da década dos cinquenta, que tem sido destacado pelos estudiosos da história brasileira do século XIX é, em grande parte, produto ou projeção dos dois gabinetes conservadores”.⁹ Entre as conquistas desse tempo contam-se, principalmente, a lei de supressão do contrabando negreiro, o Código Comercial, a Lei de Terras e a intervenção nos conflitos da região do rio da Prata.¹⁰ No meio de tantas inovações, a perda mais sentida foi, com certeza, a saída de Eusébio em 1852. Porém, a continuidade seria garantida por Rodrigues Torres, que assumiu a presidência e ainda acumulou os encargos da Fazenda. Igualmente importante foi a permanência de Paulino nos negócios estrangeiros.

⁶ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. [1ª ed. publicada entre 1897-99] 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; vol. 1; p. 75. Nessa mesma página, Nabuco se refere ao “poderoso triunvirato saquarema”. A expressão “trindade” parece ser uma formulação da historiografia do século XX. Cf., por exemplo, José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2ª ed. [Tese de 1974] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; p. 256. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004; p. 120.

⁷ A duração total do ministério foi de aproximadamente três anos e sete meses. Monte Alegre era o ministro do Império desde o início, cargo que acumulou com a presidência. Manuel Felizardo começou os trabalhos como ministro efetivo da Marinha e interino da Guerra, mas em 23 de julho de 1849 efetivou-se nesta última pasta e deixou a outra para Vieira Tosta. Sobre a importância da administração de Manuel Felizardo para o projeto conservador, ver de Adriana Barreto de Souza. *O exército na consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; p. 128 e ss. A referência para a configuração dos gabinetes é *Organizações e programas ministeriais*. Regime Parlamentar no Império. 3ª ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979; obra organizada pelo Barão de Javari (a 1ª edição é de 1889).

⁸ O historiador Jeffrey D. Needell nota que essa percepção de continuidade entre as duas administrações já existia na época; ver J. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 123.

⁹ Francisco Iglesias. “Vida política, 1848-1866”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, t.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1987; p. 30.

¹⁰ Uma lista detalhada dessas leis e reformas encontra-se em Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; p. 185-188.

Mesmo que não tenha assumido pasta alguma nesses dois gabinetes, Honório Hermeto participou ativamente desse período de “apogeu” conquistado pela política conservadora. Entre julho de 1849 e maio de 1850, ele presidiu a província de Pernambuco, cargo que lhe fora confiado para que apaziguasse a região que havia sido tomada pela revolta Praieira. Em 1851, foi nomeado para levar a cabo uma missão diplomática, durante a qual interveio novamente em um conflito armado. Dessa vez, teve que negociar o fim da guerra entre o governo de Buenos Aires e o de Montevideu. Os intuitos eram firmar a independência uruguaia, assegurar a liberdade de navegação na bacia do rio da Prata e fechar acordos com os uruguaios e as províncias de Entre Rios e Corrientes (adversárias de Buenos Aires), conquistas que se estabeleceram nos tratados de maio, outubro e novembro de 1851.

A missão desenrolou-se até o fim de maio do ano seguinte, quando entregou o posto ao seu secretário, José Maria da Silva Paranhos. Assim, Carneiro Leão tornou-se o político mais decisivo, ao lado do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, na afirmação de uma nova política imperial em relação à região platina.¹¹ Por isso mesmo, ambos levariam em seus títulos nobiliárquicos os nomes de dois grandes rios que marcavam as fronteiras do Império, mas também invadiam terras dos vizinhos conflagrados, desaguando no Prata. No caso de Honório Hermeto, a titulação foi quase instantânea. Retornando ao Rio de Janeiro, foi agraciado visconde de Paraná ainda em junho de 1852, o que bem denotou o reconhecimento pelos últimos anos de serviço à ordem interna e externa do país e de fidelidade ao imperador.

Além da rápida recompensa do viscondado, as atuações em Pernambuco e em Montevideu devem ter embasado a escolha de Honório para a presidência do ministério de seis de setembro de 1853, referido várias vezes como aquele que propiciou a conciliação entre os partidos imperiais.¹² Para o início dessa fase de congraçamento, muito teria

¹¹ Cf. Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, em especial o capítulo 3 “A nova política no Prata: da neutralidade à intervenção”. Para mais detalhes, ver o Capítulo 3 desta dissertação.

¹² O cargo de presidente do Conselho de Ministros fora criado por Decreto de 20 de julho de 1847. Desde então, o imperador não escolhia mais todos os membros de um ministério. O monarca passou a apontar apenas o presidente, que era responsável pela política e composição do seu gabinete. Acerca do assunto, é interessante um artigo de Arno Wehling, no qual ele defende que, em 1847, a função de presidente foi apenas formalizada, pois já havia funcionado na prática com o gabinete de 20 de janeiro de 1843, organizado por

contribuído a ascendência de Honório no cenário político e a primeira intervenção direta de Pedro II em um programa de governo, por meio de propostas de reforma a serem realizadas durante a legislatura e diretrizes para guiar os ministros. Dentre as últimas, destacaram-se a resolução de que os cargos públicos deveriam ser distribuídos por mérito e não por afinidade partidária, bem como a orientação para o Executivo manter a imparcialidade nas eleições para a Câmara dos Deputados. Acerca das reformas, miravam a lei de três de dezembro de 1841 (que reformara o Código do Processo Criminal de 1832) e também as leis eleitorais.¹³

As propostas eram ousadas e, ao que tudo indica, havia muita confiança de que o ministério pudesse realizá-las. Era o que o imperador parecia demonstrar ao elevar, em dezembro de 1854, o presidente Carneiro Leão a marquês ou ainda quando de suas considerações feitas nas Falas do Trono, como esta do início de 1856, transcorridos cerca de 30 meses de governo:

a paz e a ordem interna se consolidam cada vez mais pela calma dos espíritos e pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país. Este resultado, devido em grande parte à política até agora seguida, justifica a continuação do apoio franco e decidido que sempre vos tem merecido.¹⁴

O discurso dava crédito aos ministros e reforçava a sensação de que as desavenças políticas e o perigo de revoltas armadas haviam cessado. Por isso, na opinião de alguns a Conciliação só poderia ser consequência do predomínio conservador que se abria em 1848 e do completo desbaratamento das lutas partidárias.

No cotidiano parlamentar, porém, essa pretensa tranquilidade não encontrava lugar. As reformas requeridas eram contestadas e nem o “apoio franco e decidido” da Coroa servia como garantia para implementá-las sem dificuldades. Carneiro Leão descobria isso a cada debate acalorado na Câmara ou no Senado.

Carneiro Leão. Cf. Arno Wehling. “Honório Hermeto Carneiro Leão e a experiência parlamentarista de 1843”. In: Luis Felipe de Seixas Corrêa e outros. *O Marquês de Paraná*. Brasília: FUNAG, 2004; p. 31-42.

¹³Sobre a relação do imperador com o presidente do ministério de 06/09/1853 e a política da conciliação, ver as duas recentes biografias de Pedro II: Roderick J. Barman. *Citizen emperor*. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91. Stanford, California: Stanford University Press, 1999, p. 159-167; e José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; p. 44-89. Vale apontar que o debate sobre o período da conciliação será retomado no último capítulo desta dissertação.

¹⁴Fala do Trono. *Anais da Câmara dos Senhores Deputados* (ACD). Sessão de 3 de maio de 1856 e também citado por Francisco Iglesias. “Vida política, 1848/1868”. In: S. B. de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 2, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil-DIFEL, 1987 (p. 9-112); p. 54.

Tanto foi assim, que o dr. Bidault, renomado médico francês, apontou taxativamente o descontrole emocional ocasionado pelas últimas alterações parlamentares como uma das principais causas que precipitaram a morte do presidente do ministério. Esse exame consta no parecer entregue a Pedro II em 23 de setembro, precisamente vinte dias depois do falecimento. Em grande medida, o que se esperava do especialista estrangeiro era a palavra final para uma polêmica: a morte do marquês poderia ter sido evitada? Invocando a sinceridade que tal situação exigia, Bidault não se furtou a criticar a inépcia do tratamento aplicado no estadista:

Convencido de que o Soberano de um Império é o primeiro interessado em conhecer a verdade, sobretudo quando se trata de um homem [...] como era o Marquês de Paraná nós apresentamos humildemente à V. M. Imperial as observações seguintes sobre a sua doença e a sua morte que pertencem agora à história. [...] Era bem conhecido que o Marquês de Paraná tinha um temperamento irritável, neuro-bilioso, sujeito a ataques hemorroidais, sofrendo de uma hepatite crônica, tão freqüente nos países inter-tropicais e nos homens super-excitados pelos trabalhos de gabinete e de tribuna. [...] Doze vezes eméticos em doses crescentes, seis vezes óleo de rícino e calomelanos, sulfato de sódio, sulfato de valerianato de quinino e água de louro de cereja?!!!¹⁵

Temperamento irascível, medicação errada. Essa discussão extrapolara os círculos médicos e o Paço imperial, ocupando as páginas dos jornais desde dias anteriores. Em 15 de setembro, por exemplo, o *Jornal do Commercio* publicou o diagnóstico feito pelo dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis:

Intima e profundamente alterado e em vez de ser fortalecido, o sangraram e o purgaram, esgotando-o em dietas. A causa de tudo fora um desequilíbrio da força vital, determinado por uma afecção moral em um indivíduo bastante colérico e que tinha trazido uma exacerbação do sistema nervoso, dando em resultado uma perturbação da veia porta, que se manifestava nas vias hemorroidárias e no fígado, sede dos incômodos antigos do doente.¹⁶

Deve-se notar que o surgimento dessas questões e sua publicidade não deixavam de cumprir também papel importante na fixação de uma memória de Honório Hermeto. A análise médica acentuava a fatalidade e prolongava o sentimento de uma irreparável perda, individualizando a figura do marquês ao mesmo tempo em que estimulava uma reflexão sobre a situação política do país. A implacabilidade da morte não arrebatava só um homem;

¹⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI). Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Maço 123 – Doc. 6157. Originalmente em francês (tradução livre).

¹⁶ Citado em José Wanderley de Araujo Pinho. “O marquês de Paraná e a conciliação” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957; p. 347-371; p. 370.

parecia interromper um momento importante da história do Império, ainda mais porque o derradeiro ato de Carneiro Leão teria sido uma defesa ferrenha da política conciliatória na tribuna do Senado. Como notou José Wanderley Pinho, isso foi realçado pelos coevos:

Certo é que a crônica, com a ajuda das notícias das últimas palavras do Marquês de Paraná, estabelecem filiação entre o debate último e a doença final – para assim compor uma bela imagem, digna daquela grande vida: - um gladiador que morre na arena.

Do Senado recolheu-se ao leito, que não mais deixou senão pelo túmulo.¹⁷

O aparecimento público final de Honório deu-se na sessão do Senado de 16 de agosto de 1856. Nesse dia, discutia-se mais uma vez o orçamento imperial, quando Pedro de Araújo Lima, elevado a marquês de Olinda, resolveu tratar de “política geral”, concentrando-se no que ele definiu como “um ceticismo político incrível, a mais completa indiferença pelos negócios públicos”. Pouco depois, a crítica ficou mais evidente. Vale transcrever um trecho mais longo pela percepção que ele oferece da história dos partidos e do surgimento do ministério de três de setembro de 1853:

As lutas que nos primeiros tempos se presenciavam nas câmaras em que se debatiam os princípios da nossa organização política, em que uns *pugnavam pela preponderância do partido monárquico, e outros pelo do democrático*, acabaram inteiramente [...]

As paixões estão acalmadas, não há dúvidas, é um benefício para o país, mas no meio disso o que vemos? Há o partido conservador e o liberal. O primeiro, não achando já inimigos abraça como irmãos seus antigos adversários, mas esse partido está amortecido, está dividido, ele se considera abandonado [...]

O partido liberal, cansado também dessas lutas frenéticas com seus antigos adversários, mostra-se igualmente calmo, e neste ponto louvores sejam dados a ambos, porque têm compreendido seus interesses, e os interesses do país. Mas esta apatia será real ou aparente? Pela aceitação dos empregos terá o partido liberal renunciado suas convicções?

[...] Os homens serão realmente outros? Ambos os partidos ajudam ao governo, mas como é que ambos acham no governo essa homogeneidade de pensamentos? Alguém tem mudado então. Essa indiferença, esta apatia não terá um sentimento oculto? [...]

Este fato, que é muito sério, que *pode fazer recear uma reação*, deve ser tido pelo governo em suma consideração.¹⁸

A apreciação negativa do modo como o governo praticava a conciliação não era uma novidade do momento, sendo possível afirmar que, desde o início do ministério, ela aparecia com certa constância nos discursos de alguns parlamentares, como os senadores d. Manuel Mascarenhas, Souza Franco, o próprio marquês de Olinda ou ainda o deputado e

¹⁷ José Wanderley de Araujo Pinho. “O marquês de Paraná e a conciliação”, p. 369.

¹⁸ Pedro de Araújo Lima. *Anais do Senado* (AS). Sessão de 16 de agosto de 1856; p. 98-99 (grifos meus).

jornalista Justiniano José da Rocha.¹⁹ Este último contava consideráveis serviços nas fileiras conservadoras, às quais permanecia fiel, o que mostra como o gabinete era controverso e a oposição vinha dos dois lados.²⁰ Aliás, voltando à análise feita por Araújo Lima transcrita logo acima, é preciso reparar que os termos destacados já haviam aparecido de forma mais contundente em um famoso panfleto publicado por Rocha em 1855. Nessa obra, o jornalista apresentara a política imperial em uma leitura evolucionista, típica do século XIX, de acordo com a qual o *princípio democrático* – representante da Liberdade, atributo dos liberais – e o *princípio monárquico* – representante da Autoridade, atributo dos conservadores – enfrentavam-se e sucederam-se respectivamente nos períodos de *ação* e *reação*.²¹ Desse embate, surgira o período de *transação*, que era, segundo o autor, exatamente o que se vivia em meados da década de 1850:

O período da transação está começando; dissei-nos onde param as antigas parcialidades, onde os seus ódios? Já de há muito desapareceram. Em testemunho disso vede aí que palavra puseram contra o ministério que precedeu ao atual? A conciliação. E esse mesmo ministério, como o seu predecessor, como o seu sucessor, que tendências mostrava senão as de uma conciliação que ao menos quanto aos indivíduos, punha em perfeito olvido todo o passado?[...] E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, o que são senão os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra da transação?²²

A leitura apresenta um contexto político positivo estritamente ligado à idéia de conciliação, o que mostra que o problema não era a idéia em si. O principal receio de Justiniano da Rocha era, na verdade, que esse momento fosse desperdiçado por causa dos desmandos do governo:

¹⁹ Bernardo de Souza Franco começou a legislatura de 1853-1856 como deputado eleito pelo Pará. Em 1855, foi nomeado senador pela mesma província. Informações retiradas de: Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*. Parte “Deputados da Assembléia-Geral Legislativa”, 9ª Legislatura, p. 315-319.

²⁰ Sobre Justiniano e sua oposição, juntamente com outros saquaremas, ao ministério de Carneiro Leão, ver J. Needell. *The party of order*; p. 180-200.

²¹ J. J. da Rocha. “Ação; Reação; Transação”. In: Raimundo Magalhães Júnior (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956; p. 163-218. Maria de Lourdes Janotti talvez tenha sido a primeira pessoa que apontou para o equívoco de ler esse documento como uma “peça de apoio incondicional à política do gabinete [de 1853]”. Porém, de acordo com ela, as críticas de Justiniano não eram tão firmes, já que “no próprio documento percebe-se a dubiedade de posições: apóia a conciliação, mas adverte o governo. [...] A posição que defende é pouco cômoda, pois não está dela convencido. [...] Circunscrevendo-se no círculo representado pelo discurso da classe dominante, para ser ouvido por ela própria, o panfleto é um exemplo clássico de auto-crítica condescendente, reveladora da consciência política brasileira dos grupos do poder na segunda metade do século XIX”. Cf. M. De Lourdes Janotti. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. *Revista Brasileira de História*, 2:3 (março 1982); p. 3-17 (citações das p. 14-15 e 17).

²² J. J. da Rocha. “Ação, Reação; Transação”; p. 216.

Se porém perder-se o ensejo; se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhe precederam; se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que continue exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Ah! quem sabe se os defensores da causa nacional, da causa da liberdade e da ordem não terão de ir defendê-la contra as exagerações de uma *nova reação democrática* nos seus limites extremos da ordem social [...]²³

Como se vê, as críticas ao ministério ecoavam já havia algum tempo e costumavam apontar para o risco de um retrocesso na política imperial. Não existiam, portanto, motivos aparentes para qualquer surpresa ou sobressalto, por parte de Honório Hermeto, em relação às palavras de Araújo Lima e, de fato, os *Anais do Senado* não registraram nenhuma alteração em seu comportamento. Apesar disso, perpetuaram-se duas versões que consideravam o desentendimento com Olinda fatal para Honório. De acordo com um relato retomado pelo historiador J. Needell, o presidente ministerial levantou furioso de sua cadeira para responder ao senador, só que não conseguiu completar seu discurso, pois foi fulminado pela dor, desmaiou e foi levado para sua residência, onde faleceu dias depois.²⁴ Não menos dramático é o relato que afirma que Carneiro Leão retirou-se da sessão totalmente consciente, mas já debilitado e profundamente afetado pela acusação de “ceticismo político” que Araújo Lima fizera.

Esse último modo de contar a morte do estadista ganhou as páginas do *Ano biográfico brasileiro*, organizado por Joaquim Manoel de Macedo entre 1875 e 1876, nas quais Honório aparece como defensor inquebrantável da conciliação e das reformas, principalmente da eleitoral, tomando um contorno heróico definitivo.²⁵ Assegurado “pelo testemunho de dois íntimos amigos do Marquês de Paraná”, Macedo reproduziu uma fala que teria sido do político e que mostraria bem sua disposição na condução do ministério: “-Com certeza enquanto durar esta luta o meu espírito será mais forte do que meu fígado: depois da vitória cairei doente; mas então se tratará do fígado”.²⁶ Em seguida, como

²³ J. J. da Rocha. “Ação, Reação; Transação”; p. 217-218.

²⁴ J. Needell. *The party of order*, p. 197. Como já foi referido, os *Anais do Senado* não registraram nada de incomum durante a sessão; ver sessão de 16/08/1856, p. 94-105.

²⁵ O *Ano biográfico brasileiro* foi escrito por sugestão da comissão superior da Exposição Nacional de 1875 a fim de que fosse mostrado na Exposição da Filadélfia, no ano seguinte. Publicou-se no Rio de Janeiro pela Tipografia do Imperial Instituto Artístico. A obra consiste em pequenas biografias de personalidades da história do Brasil, uma para cada dia do ano.

²⁶ Consultei uma transcrição da biografia de Honório que compõe o *Ano Biográfico*, disponível na lata 19 pasta 25 da Coleção Titulares do Império, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

desfecho glorioso, é feita a comparação com um guerreiro, um guerreiro que até o último suspiro se preocupou em responder à acusação do senador Araújo Lima:

Em derradeira quebra de lanças o marquês de Paraná reagira ofendido contra a acusação de ceticismo que lhe lançara um dos principais chefes conservadores. Poucos dias depois o marquês de Paraná já vencedor caiu no leito. O espírito não tinha mais que combater. A ação do fígado enfermo, e gravemente inflamado pronunciou-se ameaçadora. Baldaram-se todos os esforços médicos. Na noite de 2 de setembro o marquês de Paraná abatido de forças, e delirante pronunciou suas últimas palavras já entrecortadas e sem nexos:

Ceticismo... o nobre senador... pátria... liberdade...

Na madrugada do dia 3 de setembro morreu.²⁷

O fim do grande estadista foi sendo retocado aos poucos. A biografia feita por José de Alencar, dois dias após o falecimento, não teve uma referência sequer ao último embate entre Paraná e Olinda. Depois dos primeiros boatos e da polêmica médica, surgiram as versões sobre o esmorecimento no Senado. Ainda em 1856, no encerramento das atividades anuais do IHGB, o orador da instituição, Manuel de Araújo Porto-Alegre, proferiu um elogio póstumo a Carneiro Leão, no qual apontou: “Disseram que nos últimos momentos delirara, e que seus delírios eram parlamentares, pois cuidava-se na tribuna e respondia às acusações de ceticismo que lhe foram lançadas, e que o feriram como uma seta ervada”.²⁸ Desde então, passando pelo escrito de Joaquim Manoel de Macedo duas décadas depois e continuando por anos a fio, o ato de contar e recontar a trajetória e a morte do marquês de Paraná acabou forjando a vultuosa memória de um homem ligado visceralmente às mais altas questões da política imperial.

Contudo, nenhuma iniciativa memorialística alcançou – pelo menos em originalidade – a do baiano Manuel Pessoa da Silva, quando publicou um livro em 1859, dedicado ao imperador Pedro II, no qual versejou a existência de Carneiro Leão em um poema de dez cantos.²⁹ Nos dois primeiros, além do nascimento em 1801, é anunciado que o pai da criança teve uma visão “sobre a independência do Brasil, e de todos os sucessos posteriores ao seu estado de emancipação, e o ‘Marquês de Paraná’ é predestinado a salvar as instituições livres do país no estado de conflagração a que chega pelas dissidências dos

²⁷ IHGB. Coleção Titulares do Império. Lata 19 - Pasta 25.

²⁸ “Discurso do orador o senhor Manuel de Araújo Porto-Alegre”, Sessão Magna de 15 de dezembro de 1856. *Revista do IHGB*. Tomo XIX. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898; p. 144.

²⁹ Manuel Pessoa da Silva. *O Marquez de Paraná: poema*. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1859.

partidos”.³⁰ Dessa forma, desde sua mais tenra idade, a vida de Honório foi unida à história imperial, ambas desenrolando-se linearmente e em estreita correspondência.

Outro ponto que reforça a originalidade do trabalho de Manuel Pessoa da Silva é o seu projeto artístico. Com o poema, pretendia criticar o indianismo predominante na época e inaugurar uma verdadeira poesia nacional, conforme sua exposição no prólogo do livro:

Não temos, e nem a podemos ter ainda poesia nacional, como se a deve compreender, e é. – Soltar-se o engenho do velho abuso de preferir na poesia Brasileira cenas descritivas da Europa, quando as temos nós tantas e tão belas no país, e superiores as de outros, é o quanto precisamente cumpre fazer, e já de tempos o fazem poetas Brasileiros: - daí não nos é possível passar. – Colonos ainda ontem; ainda tão recentemente libertados, não temos tradições nossas próprias que sirvam a nacionalizar a nossa poesia.

Acharam-nas para nacionalizar a sua W. Scott, Burger, e outros; e em Portugal o infatigável Senhor Garret, porque as haviam essas tradições para esse o mais patriótico trabalho da literatura.

E fora de compreender que não pode nunca ser nacional o que não pertence aos domínios do povo, é expor-nos à irrisão o querer nacionalizar a nossa poesia com *Tupã, Anhangá e Manitus*; porque ninguém que entre em uma igreja, dirá, com espírito de união – louvado sejas *Tupã*, - para deixar de dizer – louvado sejas, meu DEUS. – A visionária, que entende-se acometida de uma tentação, não arrenega nunca de *Anhangá*; porém trata logo de esconjurar do demônio; e o que é atribuído à influência de um mau destino, não dirá ninguém que procede da vontade dos *Manitus*.

E por isso, seja muito embora adequadamente empregados pelo assunto esses tantos termos do dialeto dos indígenas, contudo, o poema “Tamoyos” do Senhor Magalhães é um assunto nacional, mas não é nacional a poesia. Entretanto, os exagerados importunos, dando de rosto às ficções, e muitas delas belíssimas, da mitologia Grega e Romana, emaranham-se nas superstições dos índios, e nos querem a todos com eles enredar.

Caiu o *Júpiter*, mas ficou o *Tupã*; o *Plutão*, e ficou o *Anhangá*; o *Fado*, e venceram os *Manitus*: *Baco*, enfeitado de parras, está banido como um delírio da imaginação, e o preferiram ao caboclo encostado à cabaça na modorra pela embriaguez do *cauim*.³¹

Há, portanto, uma clara junção das perspectivas política e artística. É bem provável que a porção de homenagem ao estadista morto tenha agradado ao imperador, pois era também um encômio à história imperial, principalmente à política da conciliação.³² Quanto

³⁰ Manuel Pessoa da Silva. *O Marquez de Paraná: poema*. Cf. “Argumento do Canto Segundo”.

³¹ Idem, p. IX e X (itálicos no original).

³² O elogio provindo de Manuel Pessoa da Silva é sintomático a respeito dos efeitos da política conciliatória, pois o autor esteve envolvido nas disputas partidárias dos anos finais da década de 1840. Em resposta à derrubada dos liberais do poder em 1848, ele publicou “*O vinte nove de setembro* ou a escápula do diabo: poema-herói-comico-sátiro”, poema que tem por mote a crítica à política inaugurada pelos conservadores no gabinete que se iniciou na referida data. Para os dados biográficos, cf. Augusto Victorino Alves Sacramento

às suas pretensões literárias, o autor dificilmente teria o mesmo sucesso, já que era mais do que notória a aproximação de Pedro II com o movimento indianista, a ponto do monarca ter patrocinado o lançamento da *Confederação dos Tamoyos*, justamente a obra que Silva escolheu como principal alvo de suas críticas.³³ Avaliações estéticas à parte, talvez isso explique o porquê das referências ao seu poema terem se tornado tão raras.

Na vida real, é difícil acreditar que o pai de Honório Hermeto Carneiro Leão tenha recebido uma “visão” que revelou o quanto seu descendente se comprometeria nas disputas do processo de consolidação do Império brasileiro. A narração teleológica fica mesmo por conta do poeta-biógrafo e dos outros, cujos escritos delimitaram a forma como a vida de Honório seria lembrada. Esses textos, sim, funcionaram como uma espécie de “visão”, que ao invés de preverem o futuro, projetaram-se para ele.

Por ser o primeiro biógrafo de Carneiro Leão, pode-se dizer que é José de Alencar quem estabelece uma série de tópicos que foram repetidos por todos os que trataram diretamente de sua vida ou indiretamente ao escreverem sobre as décadas de 1830, 40 e 50. O tópico inicial, de caráter mais geral, é justamente o de sua singular ligação com a política do Império nessas três décadas, sobre o que Alencar afirmou que “poucos homens talvez neste tempo tenham-se identificado tanto com os acontecimentos políticos do país”.³⁴ De forma mais circunscrita, há outro tópico, o qual define sua ascensão meteórica a partir da Câmara dos Deputados e relaciona suas ações com o surgimento do partido conservador na década de 30 e com os sucessos desse grupo na década seguinte. Contudo, o principal lugar-comum que esse texto fundou foi o do papel extraordinário que o biografado assumiu ao imprimir direção à conciliação, desde que foi chamado pelo imperador para organizar e presidir o gabinete de seis de setembro de 1853. Segundo Alencar, nessa data “termina a biografia de Honório Hermeto Carneiro Leão, o ministro enérgico, o parlamentar ilustre; começa porém a história do visconde e marquês de Paraná, o estadista profundo, que, dominando a situação, inaugurou no país uma nova política, e realizou o benéfico

Blake. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

³³ Para as ligações de D. Pedro II com indianismo, ver especialmente o capítulo 7 de Lília Moritz Schwarcz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

³⁴ José de Alencar. *Traços biográficos*; p.256.

pensamento da coroa no meio das lutas e dificuldades que só a sua coragem e energia seriam capazes de vencer”.³⁵

Essa transformação do político parlamentar em estadista divide a história do Império em duas partes, sendo que a última delas, quando da publicação da biografia, era “a história dos últimos tempos, cuja memória é ainda bem recente”.³⁶ O relato desses três anos do país, que são os de Honório na presidência do conselho de ministros até a sua morte, mesmo que frescos na lembrança do público, é o que toma a maior parte do texto de José de Alencar. Seu esforço nesse ponto é fazer uma análise positiva da conciliação levada a cabo pelo marquês, ao mesmo tempo em que o destaca da vida partidária, de uma política gasta, e aproxima-o do imperador. Nesse movimento, nasce o estadista: “homem feito para a situação”³⁷, esquecido dos ódios pessoais. Alencar apontou que o fato de Carneiro Leão ter ficado afastado por dez anos de qualquer ministério fazia-o mais preparado do que qualquer outra pessoa para manter-se acima das rivalidades, condição para imprimir “uma política quase toda individual, uma política adaptada às ambições, aos despeitos, aos caprichos, às novas adesões; e é precisamente este o maior título de glória para o homem que conseguiu realizá-la com tanta energia como talento”.³⁸ Além da homenagem ao falecido ministro, o escritor respondia aos que avaliavam a conciliação como uma política baseada principalmente em interesses individuais. Para ele, o argumento era “exato na existência do fato, mas injusto na sua verdadeira apreciação”.³⁹ Se a direção que o mistério Paraná exercia era, de fato, “uma política quase toda individual”, isso se explicava porque “só havia um meio de operar a transição da política; e este meio era fazer com que os homens que exerciam algum prestígio sobre a população acompanhassem o movimento das idéias”.⁴⁰

Em seguida, Alencar fez em algumas linhas uma leitura negativa da dinâmica partidária na história do Império, afirmando que “os nossos partidos, força é confessá-lo, nunca tiveram princípios bem pronunciados [...] os nomes eram os únicos símbolos das

³⁵ José de Alencar. Traços biográficos; p. 260.

³⁶ Idem, ibidem.

³⁷ Idem; p. 262.

³⁸ Idem; p. 266-267.

³⁹ Idem; p. 266.

⁴⁰ Idem; p. 267.

duas opiniões que por muito tempo dividiram o país”.⁴¹ Essa vida partidária nula e desgastada justificava, então, a política pessoal do marquês de Paraná, pois um ministério que “só tinha dois apoios, o seu nome e a confiança imperial”, precisava mirar os homens de influência, os nomes individuais. Dessa forma, faria crescer seu “núcleo de defensores”⁴², que incutiria aos poucos na opinião pública os princípios que deveriam formar um “sistema de administração”.⁴³ Na última parte do texto, José de Alencar observou que pouco mais de um ano fora suficiente para que o ministério “se consolidasse e firmasse no país a convicção de que tinha força bastante para realizar o seu programa”.⁴⁴ A maior conquista desse governo foi a reforma eleitoral, a conhecida lei dos círculos, de 1855, que “garantia o futuro” e não deixava a seu presidente outra coisa a fazer “senão manter a situação, conservar o presente, para que a sua obra não fosse destruída”. Entretanto, Alencar teve que lastimar o fato de que a Providência não quis que o marquês “terminasse a obra que havia começado; reservou talvez para outros essa tarefa importante”. Por fim, deixou ecoando uma interrogação que voltava a destacar o político, dando uma idéia de que talvez jamais o iguallassem: “Quem o substituirá?”.⁴⁵

Como já foi referido, depois do biógrafo de primeira hora, outros escritos ajudaram a prolongar essa memória de uma irreparável perda. Para se ter uma idéia, um de seus bisnetos apontou que, antes do século XIX acabar, 11 autores já haviam se ocupado em reforçar os traços biográficos de Honório por meios que variaram de artigos de jornal até o poema em 10 cantos de Manuel Pessoa da Silva. Esse levantamento foi apresentado em 1956 e abria uma série de conferências comemorativas do centenário da morte do marquês, realizadas no IHGB. Após reverenciar tantos biógrafos, o próprio Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho não deixou de esboçar a “linha vertical” em que seu antepassado “soube conduzir-se do berço de Jacuí”, cidade natal em Minas Gerais, “ao fastígio do poder”.⁴⁶

⁴¹ José de Alencar. Traços biográficos; p. 267.

⁴² Idem; p. 269.

⁴³ Idem; p. 267.

⁴⁴ Idem; p. 269.

⁴⁵ Idem; as últimas quatro citações são da p. 272.

⁴⁶ Os trabalhos apresentados nas conferências foram publicados no ano seguinte na mesma revista em que aparece a transcrição do artigo de José de Alencar, citada na nota 2 deste capítulo. O texto de Teixeira Filho está nas p. 285-306: “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”. A citação é da p. 306.

Porém, no meio de tantos trabalhos em que se incluía naquele momento o seu, Teixeira Filho foi enfático ao apontar a “insuperável mestria” com que o autor de *Um Estadista do Império* retratou o marquês de Paraná como “o político de maior ascendente no país” ou “o estadista de maior vulto no Império, culminando em apontá-lo, no final da obra, qual *vassalo igual ao rei*”.⁴⁷ Escrevendo na primeira década republicana, Joaquim Nabuco buscava projetar a ação exemplar dos estadistas mais experientes do Segundo Reinado como modelos de comportamento para os atribulados anos do final do século. No meio desses grandes homens do passado, quem ele sobrepunha aos demais eram seu pai Nabuco de Araújo, cuja biografia orienta o fio da narrativa política que constitui a obra, e o Imperador, personagem principal dessa narrativa. Mesmo assim, é notório, de fato, o destaque que Honório Hermeto recebeu e que entusiasmou tanto o seu bisneto. A figura do marquês de Paraná avulta-se no conjunto da obra, pois Joaquim Nabuco conferiu grande atenção ao ministério de seis de setembro de 1853, a ponto de dedicar-lhe todo o Livro Segundo, considerando a conciliação guiada pelo seu presidente um dos momentos de ápice da história política tratada.⁴⁸ Nesse momento, ao lado da figura de Nabuco de Araújo, ministro da justiça desde o início do governo, Carneiro Leão aparece como forte exemplo de uma nova fase da política imperial, na qual as antigas paixões não faziam mais sentido. A ligação com um novo tempo tinha ainda mais valor modelar na medida em que os dois haviam participado da repressão à revolta Praieira, em Pernambuco. Por conseguinte, ambos representavam da maneira mais acabada, na interpretação de Joaquim Nabuco, os estadistas que ultrapassaram os ódios partidários e, assim, auxiliaram o Imperador na consecução da grandeza do Segundo Reinado.

Percebe-se, então, da mesma forma que no texto de José de Alencar, que o início do último governo de Honório é um ponto de virada também em *Um Estadista do Império*. No primeiro caso, todavia, o que se contava a partir dessa inflexão ainda era temperado com a incerteza do futuro. Quatro décadas depois, o monarquista Nabuco, opondo em tudo a obra do Império à República, valorizava o significado daquele período para a construção da nação brasileira ao passo em que perdia as esperanças em uma restauração do regime

⁴⁷ Teixeira Filho. “Honório Hermeto Carneiro Leão...”; p. 287. Os *itálicos* são de Teixeira Filho, para destacar as citações que tirou da obra *Um Estadista do Império*.

⁴⁸ Ver Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. A obra é dividida internamente em oito Livros.

anterior.⁴⁹ Em circunstâncias históricas bem distintas, portanto, os dois autores trataram de destacar o Ministério Paraná e sua conciliação como chave da grande obra do reinado de Pedro II.

Outro assunto comum das narrativas é a vida partidária adversa sobre a qual a conciliação se impôs. Nos dois textos, a inexistência de verdadeiros partidos, representativos de idéias e forças sociais, aparece como o grande desafio do Imperador e seus estadistas na busca da manutenção de um regime parlamentar estável. Entretanto, o que para Alencar ainda era uma construção, em Nabuco aparece como uma certeza: a conciliação de Paraná, a despeito de não ter podido completar seu governo, conseguiu aperfeiçoar e consolidar o regime parlamentar no Império. No decorrer do tempo que separa os escritores evidencia-se um percurso no qual a sociedade imperial produziu uma imagem tão forte de si mesma, capaz de estabelecer uma perene interpretação sobre o seu próprio tempo. Nesse caso, trata-se da imagem que liga monarquia centralizada e estadistas, sobretudo conservadores, como garantias em solo brasileiro da efetivação das instituições e idéias liberais. Essa imagem ultrapassou e muito a década de Joaquim Nabuco, chegando a inspirar exemplos em momentos críticos bem posteriores da história do Brasil. A respeito disso, vale lembrar que, em 1963, João Camilo de Oliveira Torres escreveu que “a contribuição maior para que o Império fosse essa ‘democracia coroada’ proveio não dos inflamados ‘luzias’, mas dos austeros ‘saquaremas’ que em todos os dias disseram a palavra justa”. Sobre os saquaremas, o autor ainda complementaria definindo-os como “homens que viviam a realidade concreta do país em que estavam, não do país em que gostariam de estar”.⁵⁰

Antes de Oliveira Torres, vemos a mesma temática percorrer um longo caminho. Para citar alguns nomes, temos Euclides da Cunha, Oliveira Lima, em suas conferências na França, Oliveira Viana, todos passando os mesmos marcos.⁵¹ Constataram o desgaste da

⁴⁹ Ver Ricardo Salles. *Joaquim Nabuco*. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

⁵⁰ João Camilo de Oliveira Torres. *Os construtores do Império*. Idéias e lutas do Partido Conservador brasileiro. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1968; p. XIV-XV.

⁵¹ Euclides da Cunha. “Da independência à república”. In: Idem. *À margem da história*. [1ª ed. 1909, publicação póstuma] Rio de Janeiro: ABL, 2005, especialmente p. 228-233; Manuel de Oliveira Lima. *A formação histórica da nacionalidade brasileira*. [conferências feitas em 1911] Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 248-251; Francisco José de Oliveira Viana. *O ocaso do império*. [1ª ed. de 1925] Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959; p. 20-25. Vale apontar que a visão negativa de Viana sobre os partidos imperiais chegou ao

vida partidária imperial e, a partir do Ministério Paraná, ressaltaram o papel dos estadistas acima dos partidos, acusados ora de particularismos, ora definidos por não terem princípios estabelecidos. Dessa forma, foi se sedimentando a visão de que a monarquia parlamentar brasileira conseguiu constituir-se em condições nada favoráveis, e se isso aconteceu foi por causa dos grandes políticos.

Vale lembrar mais uma vez que essa imagem já era produzida pela própria sociedade imperial. Devemos acrescentar, seguindo agora os apontamentos de Ricardo Salles, que essa produção se dava em meio às disputas políticas do processo de formação do Estado imperial, as quais “condicionaram a produção de mitos de fundação da sociedade brasileira e, numa certa medida, determinaram o alcance histórico destes mesmos mitos e de uma nostalgia imperial difusa”.⁵² Voltemos para a biografia de Honório Hermeto Carneiro Leão feita por José de Alencar, porque ela parece ser um bom exemplo dessa “produção de mitos de fundação” pela própria sociedade imperial, referida por Salles.

Em certa altura do texto, Alencar afirmou ser capaz de, com imparcialidade, “julgar severamente os fatos e enunciar [...] opinião sobre essa fase da administração do Marquês de Paraná, injustamente apreciada”. Para ele, o julgamento era possível porque “a lembrança ainda bem viva destes atos pertence de algum modo à história pela morte daquele que representou neles o mais importante papel”.⁵³ Nessa afirmação, há duas idéias importantes a serem destacadas. A primeira é a de que só o que já faz parte da história pode ser julgado imparcialmente - tarefa do historiador, portanto. Ainda relacionado a essa idéia, o autor pareceu sugerir que era necessária uma certa distância temporal, maior do que “a lembrança ainda bem viva” dos últimos três anos, para que algo pertencesse efetivamente à história. Porém, e aqui se passa para a segunda idéia, a morte do marquês permitia o julgamento da “história dos últimos tempos, cuja memória é ainda bem recente”.⁵⁴ O biógrafo Alencar tornava-se, dessa forma, um intérprete do tempo imediato e, em função dele, contava a vida de Carneiro Leão. A trajetória do político parlamentar ao estadista foi

ponto de afirmar que não havia “ninguém mais convencido de tudo isto, desta ficção, desta burla, desta artificialidade do regime representativo no Brasil do que D. Pedro”; ver p. 33.

⁵² Ricardo Salles. *Nostalgia imperial*. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; p. 40.

⁵³ José de Alencar. *Traços biográficos*; p. 266.

⁵⁴ Idem; p. 260.

traçada, forjando no marquês de Paraná o “mito de fundação” da “história dos últimos tempos”. Além de fixar e propagar uma imagem do próprio presente, a criação desses “mitos” tinha também a clara função de fundamentar alianças, fidelidades na sociedade imperial. Pensando justamente sobre a produção de biografias no período, Armelle Enders escreveu que:

A memória dos grandes homens aparece no Brasil como um amplo empreendimento de reconciliação das elites nacionais. Ela se situa no extremo oposto das complicadas panteonizações e despanteonizações da França revolucionária, de uma gestão da glória que sublinhava feridas e divisões.⁵⁵

A década de 1850 parece ter sido o momento da cristalização dessa “memória reconciliada” – para usar os termos de Enders. O que se pode perceber é que a discussão política sobre a conciliação partidária que tomou essa década refletiu-se, no plano da produção da memória, na monumentalização de um rol de estadistas. O melhor exemplo nesse sentido é a *Galeria dos brasileiros ilustres*, feita entre 1859-1861 por A. Sisson, na qual se acham políticos conservadores e liberais, muitos dos quais vivos e ativos na época da publicação. Esses homens, no entanto, não deveriam ser lembrados por suas ligações políticas, mas por serem o elo “que prende duas épocas da história do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organização depois da vitória; e a atualidade, período de progresso e de civilização”.⁵⁶ O presente produzia uma imagem positiva de si mesmo em harmonia com o passado, visando à sua perpetuação no futuro, o que não deixava de ser uma resposta ao “sentimento de extrema finitude e desaparecimento”, para o qual apontou Valdeir Araujo. Após analisar os debates acerca da escrita de uma História Geral do Brasil no âmbito do IHGB, o historiador concluiu que

O destino individual e do Império estavam unidos em torno de um monumento que deveria perpetuar uma época e uma geração. Esses homens tomavam consciência de sua radical singularidade. Por isso, a experiência do tempo vinha acompanhada pelo sentimento de extrema *finitude e desaparecimento*. Como constantemente lembravam, mesmo as civilizações mais poderosas e brilhantes haviam desaparecido, deixando atrás de si apenas suas ruínas e monumentos. [...] Se a História Geral do Brasil aparecia como o grande monumento, ela não era o único: as páginas da revista estão recheadas de biografias, necrológios e efemérides que,

⁵⁵ Armelle Enders. “O Plutarco Brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000 (p. 41-62); p. 47.

⁵⁶ Cf. S. A. Sisson. *Galeria dos brasileiros ilustres*; p. 15.

ao procurarem captar as individualidades em uma grande galeria, eram como que o complemento lógico da História Geral.⁵⁷

A morte de Honório aos 55 anos, no pleno exercício da presidência do gabinete e em meio às discussões sobre a conciliação partidária, deve ter acentuado muito essa sensação de fugacidade e a reflexão sobre a história do Império. Não à toa, é ele quem abre a *Galeria* de Sisson, em que se lê: “O último Ministério do Marquês de Paraná é a história contemporânea que todos conhecem. Ele realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do Trono e foi o iniciador de uma nova política”.⁵⁸ Se a memória dos grandes homens realmente deveria assumir a função de elidir as desavenças políticas no Império, com o arauto da conciliação partidária não poderia ser diferente. Um exemplo que evidenciou isso de forma quase imediata foi o necrológio que saiu na primeira página do *Jornal do Commercio* de 13 de setembro de 1856, pouco mais de uma semana depois do falecimento de Paraná. No texto, é patente como qualquer desacordo a respeito do estadista é deixado em segundo plano em favor de uma imagem sem contradições, o que se torna mais interessante se confiarmos que Justiniano José da Rocha, contumaz crítico da conciliação praticada pelo marquês, foi o autor do elogio póstumo – como Henrique Teixeira Filho afirmou poder provar.⁵⁹ Porém, mesmo que não se saiba da autoria, o escrito continua significativo em razão da sua estrutura.

O tom que predomina no artigo é o do elogio e do engrandecimento revestido de uma suposta neutralidade do biógrafo. Nos primeiros parágrafos, a vida de Honório Hermeto é apresentada como um monumento da história nacional, diante do qual o biógrafo só tem a função de reproduzi-lo em palavras:

Não pretendemos traçar o quadro minucioso da vida política do marquês de Paraná; excede ele os limites de artigos de jornais, toma as proporções de uma verdadeira história nacional, tão proeminente foi o papel que desempenhou o ilustre finado em todos os acontecimentos da pátria, tão grande quinhão lhe cabe na glória desse passado [...]

⁵⁷ Valdeir Araujo. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008 ; p. 179 (grifos no original).

⁵⁸ S. A. Sisson. *Galeria dos brasileiros ilustres*; p. 24.

⁵⁹ Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, em artigo já citado, escreveu que a autoria de Rocha seria “irretorquivelmente comprovada” pela existência de “uma carta do próprio Justiniano, na qual o missivista se confessava autor da misteriosa biografia, que o Marquês de Caxias lhe dissera haver causado forte impressão a D. Pedro II”. Cf. o artigo “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”; p. 285-286.

São apenas alguns apontamentos biográficos que escrevemos; escrevemo-los, como testemunha presencial da máxima parte do que narramos, com toda a sinceridade de que é capaz o nosso espírito; se de nossas frases resultar o engrandecimento do estadista é porque grande e belo foi o seu papel, pois a nossa pena não é inspirada pelo espírito de panegírico, como o não é pelo da detração. Nada diremos do nascimento, da família, da educação de Honório Hermeto Carneiro Leão; só temos que entender com o homem político, e o homem político nasceu em 1830.⁶⁰

A partir daí, o autor liga Honório aos sucessos do partido conservador e da política imperial nas décadas de 1830 e 1840, da mesma forma que fizera José de Alencar alguns dias antes. No entanto, quando o assunto é o período da conciliação, as abordagens divergem. O autor anônimo não parece tão disposto a tratar do presente e acaba fazendo uma interessante revelação:

Aqui entramos na nova fase da vida política desse estadista; estamos chegados aos nossos dias: o que poderíamos dizer não é história do passado, seria apreciação da atualidade; ora o interesse, a esperança, a malquerença podem influir tanto no nosso espírito como no dos que nos lerem. Se até aqui escrevíamos com toda a segurança de opiniões que não só a razão *a priori*, senão também os fatos confirmavam, agora progredimos a medo, seremos muito breves. O leitor há de ter coligido que fomos *saquaremas*, que fomos, que somos, e provavelmente seremos sempre conservadores, e vamos falar do período da conciliação.⁶¹

Nesse caso, fez-se uma rígida distinção entre “história do passado” e “apreciação da atualidade”, sendo que na segunda operação era quase impossível não se tomar uma posição. Por isso, diferentemente de Alencar, o autor assumiu qual era seu partido, deixando de lado o argumento da neutralidade que predominou no restante de seu discurso e, com isso, acabou desvelando o racha que a conciliação causou entre os saquaremas (principal grupo conservador) e Carneiro Leão, que sempre estivera ligado a eles. Entretanto, se uma crítica parece despontar no trecho acima, ela não se desenvolveu. A perplexidade diante da “finitude e desaparecimento”, como a que notou Valdeci Araujo, parecia impor uma espécie de limite à apreciação política, como se observa no próximo excerto:

Uma triste reflexão sobre a brevidade dessa vida dos homens destinados à carreira política nos preocupa, quando nos perguntamos o que é feito, no campo dos liberais, dos Paulas Souzas, dos Feijós, dos Alves Brancos, dos Aurelianos? o que é feito, no campo dos conservadores, dos Vasconcelos, dos Honórios? Onde estão esses líderes infatigáveis que por entre todos os erros da inexperiência e os

⁶⁰ Jornal do Commercio, 13/09/1856, p. 1. Disponível na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional-RJ.

⁶¹ Idem, *ibidem* (itálicos no original).

arrastamentos das lutas salvaram o país na lamentável quadra da minoridade, e o puseram no caminho esperançoso e de bonança que hoje tão folgadoamente vamos trilhando?⁶²

A memória era usada, então, como um campo da concórdia em que deveriam se acomodar todos os grandes estadistas, sem distinções partidárias, encobrendo as contradições da sociedade do Império brasileiro.

O raciocínio seguido até aqui serve para mostrar o desafio que se impõe ao estudo da carreira política de Honório Hermeto Carneiro Leão: sua imagem chega até nós como um dos vultos produzidos pelo seu próprio tempo. Desde o correr da pena de José de Alencar, o marquês de Paraná passou a símbolo do projeto de civilização imperial que ajudou a consolidar. Diante disso, parece impossível escapar dos tópicos estabelecidos pelo seu primeiro biógrafo, ainda mais quando a impressão que se tem é que essa memória não foi devidamente questionada posteriormente, sendo, pelo contrário, muitas vezes reforçada.

1.1. Biografia e história

Um grande debate sobre as relações entre biografia e história remonta às primeiras décadas do século XX e tem relação com o surgimento de um novo paradigma biográfico: a biografia moderna, associada ao relativismo ético, à psicanálise e às transformações da epistemologia histórica que marcaram a época.⁶³

Nessa renovação e diálogo entre a epistemologia da história e da biografia, destacou-se André Maurois (1885-1967), cujo estudo identificou um impasse principal a respeito dessa relação: afinal, seria possível conciliar a investigação histórica com as pesquisas sobre uma personalidade?⁶⁴ Desse impasse derivaram questões sobre a validade científica da biografia; sobre as possibilidades de descobrir a verdade acerca de uma pessoa e de descobrir a verdade sobre um período a partir da história de um indivíduo; questões que incidiam também sobre o valor do conhecimento histórico, em um momento em que se

⁶² Jornal do Commercio, 13/09/1856, p. 1.

⁶³ Daniel Madelénat. *La biographie*. Paris: PUF, 1984; cf. Capítulo II “Histoire”, especialmente p. 63-83. Ver também p. 129-155, sobretudo p. 132-144. Cf. também François Dossé. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

⁶⁴ D. Madelénat. *La biographie*, ver, na Segunda Parte, p. 75-83 e p. 107-119.

criticava fortemente os paradigmas da racionalidade científica. A renovação e os questionamentos feitos por Maurois tornaram-se base para a disseminação do gênero biográfico no estudo da história durante o século XX.

No Brasil da década de 1930, assistiu-se a uma verdadeira “epidemia biográfica”, no diagnóstico de um contemporâneo, evidenciada, por exemplo, na produção de Octávio Tarquínio de Sousa.⁶⁵ Para esse autor, “o fazer biográfico, sob a clave de uma narrativa humanizadora de seus protagonistas, poderia tornar-se uma pedagogia de vida a instruir leitores no catecismo dos saberes sobre a nação brasileira”.⁶⁶ O intuito da biografia era, então, definir fisionomias individuais e descobrir nelas marcas de um tempo e de uma coletividade histórica, podendo tirar dessa operação uma lição, um exemplo para o presente. A escrita biográfica, portanto, adentrou no século passado ainda muito presa a uma produção de memória nacional que não deveria ser questionada, mas reiterada a ponto de continuar produzindo modelos, como na historiografia oitocentista.

Por conta disso, como notou Manoel Salgado Guimarães, o gênero foi por muito tempo mal visto pela historiografia acadêmica, principalmente com o avanço da “história das estruturas que passavam a explicar as ações humanas segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo”. Ademais, o constante uso da biografia pela História oficial dos Estados nacionais tornava-a um “investimento intelectual perigoso tanto por suas vinculações políticas com desdobramentos condenáveis quanto por sua epistemologia implícita, que supunha a história como resultado da ação de personagens particulares e especiais”.⁶⁷

Apesar de não serem abundantes as obras sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, a ligação com uma memória oficial é bem notável. No século XX, a primeira grande obra dedicada à sua vida foi a série de conferências realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1956, publicadas no ano seguinte na revista do mesmo

⁶⁵ A expressão é de Alceu Amoroso Lima no artigo “Biografias”, publicado em *Estudos*. Rio de Janeiro: Edição do Centro Dom Vital, 1931. Citado em Márcia de Almeida Gonçalves. “Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo”. In: *Revista de História* 150 (1º - 2004); p. 144. Sobre a obra de Tarquínio de Sousa e seu conjunto de seis biografias, ver p. 144-153.

⁶⁶ Márcia Gonçalves. “Narrativa biográfica”, p. 145.

⁶⁷ Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A biografia como escrita da História”. Prefácio ao livro de Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias*. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 19-26; as citações são das p. 21-22.

Instituto. Além do texto das palestras de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, bisneto do marquês,⁶⁸ e de historiadores como Pedro Calmon e Hélio Viana, também saiu na revista o necrológio feito por José de Alencar, bem como o “Discurso autobiográfico, pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. Dessa forma, entendiam reverenciar a memória de um “estadista dos mais notáveis entre os denominados *Gigantes do Império*”.⁶⁹

Em 1962, foi publicado o livro “*Marquês do Paraná. Um varão do Império*”, de Maurílio de Gouveia. A obra ganhara, três anos antes, o Prêmio Pandiá Calógeras, promovido pela Biblioteca do Exército. Portanto, a ligação com uma memória do Estado continuava forte, e o tom encomiástico igualmente. Gouveia estranhou que, entre tantos estudos biográficos de políticos do Império, tivessem se esquecido do marquês de Paraná. O autor escreveu sobre toda a vida de Honório, ordenando os acontecimentos em uma narrativa que visava a recuperar a evolução dos sucessos da política imperial e as suas ligações com a atuação e a grandeza política e moral de Paraná. A obra é dedicada, nas palavras do próprio autor, a ressaltar “as merecidas e já tardias homenagens a toda uma existência tecida de sacrifícios, de renúncias, de honradez e de amor à Pátria”, uma oportunidade de exibir Carneiro Leão “nas mais exatas dimensões de sua grandeza moral”.⁷⁰

No ano de 2001, o IHGB comemorou o bicentenário do nascimento de Honório Hermeto Carneiro Leão com mais uma série de palestras e um concurso entre os textos apresentados. Três anos mais tarde, os trabalhos foram reunidos em um livro publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, ligada diretamente ao Ministério das Relações Exteriores, cuja galeria de grandes diplomatas conta com o busto de Carneiro Leão.⁷¹ Em

⁶⁸ Vale apontar que o bisneto de Honório Hermeto é o grande responsável pela preservação de documentos do político no IHGB, a maioria arquivada em uma coleção que leva o nome de “Coleção Teixeira Filho”.

⁶⁹ Os textos saíram na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, entre as p. 251-420; a citação é da p. 251 (grifo no original).

⁷⁰ Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná. Um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962; as citações são da parte “Explicação necessária”. O autor prefere a preposição *do* ao invés da preposição *de* no título nobiliárquico de Honório Hermeto sem explicar o porquê. No acervo do Arquivo Nacional, pude conferir que as grafias nos decretos de nomeação são **Visconde (1852) e Marquês de Paraná (1854)**. Conferir “Coleção Titulares do Império”. Microfilmes digitalizados 002-000-76, microfilmes 330 e 357.

⁷¹ Luiz Felipe de Seixas Corrêa e outros. *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. Além dos textos do concurso, foi republicado nesse livro o artigo do falecido bisneto de Paraná e sócio

sua maioria, os artigos concentraram-se em questões temáticas, por exemplo: o marquês de Paraná e o sistema eleitoral ou Paraná e as relações exteriores.⁷² Mais uma vez, a memória do grande estadista permaneceu intocada.

Do meio das universidades, só um trabalho teve a vida de Honório Hermeto como tema. Em 1975, Aldo Janotti defendeu sua tese de livre-docência – publicada 15 anos depois – em que focava na vida de Honório até o final da década de 1830, propondo revelar, mediante a vida do biografado, um momento crítico da história nacional: o período regencial. Não qualquer biografado, mas um que “desde os seus contemporâneos até os pósteros, homens das mais diversas idéias e tendências, é unanimemente aceito como pináculo na evolução histórica do Império”.⁷³ Aparecendo para Janotti como exceção entre as infundáveis controvérsias historiográficas, a figura do político em interseção com seu tempo histórico seria o meio mais acabado de se entender a preservação da unidade do Brasil. Não obstante afastar-se muito de uma obra encomiástica, o autor mirava antecipadamente o estadista da Conciliação e interpretou, de certa forma, o processo histórico como inevitável: “é impossível compreender-se a Conciliação, culminância da carreira do marquês e da própria história do Império, sem um estudo remontante aos inícios dessa mesma carreira e onde já pressentimos o esboçar-se da futura Conciliação”.⁷⁴ Assim, sua tentativa de entender e explicar os homens de uma “época crítica”, principalmente Carneiro Leão, fica comprometida, pois as discussões sobre a unidade do Império parecem impor-se sobre esses homens e não serem produtos de suas ações.

É justamente a possibilidade de evitar uma história teleológica que explica, na opinião de Manoel Guimarães, o ressurgimento da biografia como forma de narrar a história nas pesquisas científicas. Obviamente, trata-se de um novo regime de escrita biográfica que, afastando-se dos moldes oitocentistas, revaloriza os atores históricos,

do IHGB, Teixeira Filho: “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”. Sou grato ao professor Pedro Tórtima, do IHGB, pela indicação desse trabalho.

⁷² Uma exceção é o artigo de Almir El-Kareh, p. 16-30. O autor analisou o “Discurso autobiográfico” que Honório fez em 1854 como uma “biografia da classe dirigente” imperial (ver p. 29), idéia com a qual dialogo no fim deste capítulo.

⁷³ Aldo Janotti. *O marquês de Paraná*. Inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1990 (originalmente, tese de livre-docência de 1975); citação da p. 11.

⁷⁴ Idem; p. 14.

apontando para a necessidade de compreendê-los “em ação sem que o sentido final já esteja previamente inscrito em sua própria ação”.⁷⁵ Na mesma direção, Adriana Barreto de Souza observou que os estudos biográficos tornam-se um exercício privilegiado sobre a escrita do social e as relações de poder, pois evitam a construção de imagens monolíticas do passado. Avançando em suas conclusões, a autora concordou com Maurizio Gribaldi que o indivíduo é “o lugar de uma atividade intensa e especificamente humana de leitura, de interpretação e de construção do real”.⁷⁶ O trabalho de Adriana Souza merece destaque, porque traz uma grande contribuição para se discutir o valor epistemológico da escrita biográfica, apontando para o papel da ação dos sujeitos na elaboração de suas condições sociais de existência e, conseqüentemente, na própria dinâmica do devir histórico, sempre a partir de condições já dadas.⁷⁷

Essas reflexões não deixam de fazer pensar que a biografia, como sugeriu Ricardo Salles, é uma forma desafiadora “no sentido de experimentar a tese marxista clássica de que não ‘é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência’”.⁷⁸ À primeira vista, o estudo biográfico pode parecer impróprio para uma perspectiva teórica que enfatiza tanto a análise das condições objetivas da história quanto a ação coletiva dos grupos sociais. De fato, enquanto a metáfora base/superestrutura predominou no debate marxista como um dogma para afirmar a supremacia de uma esfera econômica independente a subordinar todas as outras, simplesmente passivas e reflexivas, não sobrava muito espaço para a ação dos homens na história. Nas palavras de Ellen M. Wood, no entanto, esse dogma e seus desdobramentos no marxismo ocidental não passaram de formas

⁷⁵ Cf. Manoel Guimarães. “A biografia como escrita da História”; p. 22.

⁷⁶ Adriana Barreto de Souza. “Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder”. *Revista Universidade Rural*: Série Ciências Humanas. Seropédica-RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007; cf. p. 34 (Disponível em <http://www.editora.ufrj.br/rch/rch29n1/27-36.pdf>). O artigo é bem esclarecedor acerca dos pressupostos metodológicos e teóricos do trabalho *Duque de Caxias*, no qual a autora problematiza um outro dirigente imperial. Na “Conclusão” desse trabalho, a autora usa o trecho original em francês de Gribaldi como epígrafe.

⁷⁷ “Todo indivíduo ocupa um lugar numa teia humana composta de relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites. Escrever um trabalho biográfico é, em parte, pensar essas relações que se precipitam sobre o indivíduo no momento de seu nascimento e por meio das quais ele se insere no mundo”. Adriana Souza. *Duque de Caxias*; p. 39. Conferir o que a autora desdobra a partir do conceito de *configuração*.

⁷⁸ Ricardo Salles. “Biografia e história intelectual: sujeitos sociais, processo, totalidade e sentido”. Comunicação apresentada no X Encontro Regional de História e Biografias. Rio de Janeiro, UERJ, 2002; p. 1. Sou grato ao professor Salles pela cessão de uma cópia digital do texto. Cf. também a “Introdução” do livro do mesmo autor. *Joaquim Nabuco*; p. 15-30.

“de evadir o desafio proposto por Marx: como abranger a especificidade histórica, bem como a ação humana, enquanto se reconhece dentro delas a lógica dos modos de produção”.⁷⁹

O diálogo com o instrumental teórico marxista também pode ser interessante para um estudo biográfico, na medida em que esse instrumental remete o significado das ações e práticas a processos mais amplos. Nessa perspectiva teórica, não se trata apenas de escrever a vida do sujeito, mas de partir de uma compreensão do quadro histórico geral, requerendo interpretações mais globais que considerem o conjunto de relações sociais em que ele está inserido. O papel do agente histórico Carneiro Leão só pode ser entendido – e sua memória monumental contestada – partindo-se de uma interpretação da sociedade que considere a posição que ele ocupou nessas relações. É preciso frisar, entretanto, que o mais particular nunca é redutível às condições mais gerais. Passando para os termos que interessam a este estudo, pode-se afirmar que os indivíduos são irredutíveis aos corpos sociais que os condicionam e é isso que “radicaliza, no limite, a dinâmica do devir histórico”.⁸⁰ O estudo biográfico aparece, então, como

uma possibilidade riquíssima de compreender a dinâmica da dialética entre estrutura e conjuntura, permanência e acontecimento, entre o geral e o particular, o todo e as partes, a análise teórica e a análise concreta. Mais uma vez parafraseando Marx, *o indivíduo, como nível mais elementar e concreto da dinâmica social, é a mais complexa “síntese de múltiplas determinações”*.⁸¹

A análise da trajetória de Honório Hermeto como “síntese de múltiplas determinações” pode revelar as ligações entre condicionantes econômicos e o desenvolvimento de um projeto político no âmbito do Estado imperial brasileiro. Bastante revelador nesse sentido é o discurso autobiográfico que Carneiro Leão proferiu no Senado, em 31 de julho de 1854, o qual será analisado na sequência deste capítulo. Entretanto, no restante da dissertação, a continuação da análise biográfica e historiográfica ajudará a particularizar e investigar as tensões internas do projeto político que Honório integrou, deixando claro que não há correspondência automática – e nem uma eterna coerência –

⁷⁹ Ellen Meiksins Wood. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Cf. o capítulo “Repensar a base e a superestrutura”, p. 51-72. A citação é da p. 59.

⁸⁰ R. Salles. “Biografia e história intelectual”; p. 7.

⁸¹ Idem; p. 8 (grifos meus).

entre o pertencimento a um grupo político-econômico e as concepções e ações dos indivíduos.

No que se refere ao discurso autobiográfico, dois fatores tornaram a fala peculiar: a sua motivação e o eminente cargo do orador. Carneiro Leão era senador desde 1843, mas era na função de presidente do conselho de ministros que ocupava a tribuna para responder a uma insinuação feita alguns dias antes sobre a origem de seus bens. De acordo com d. Manuel de Assis Mascarenhas, senador pelo Rio Grande do Norte, tratava-se de uma imensa riqueza de origem desconhecida, ao que o visconde tentou rebater compondo um discurso minucioso que ficou conhecido como autobiográfico.⁸² A discussão começara na sessão de 28 de julho de 1854, sexta-feira. Para defender sua honra, por apreciar “a honra e fama de probidade mais do que tudo”,⁸³ o presidente do ministério voltou à carga na segunda-feira. Em mais de um ponto da resposta, Carneiro Leão declarou profundo pesar por ter que perder tempo com o assunto e, da mesma forma, atravancar a discussão do orçamento que vinha ocupando o Senado. Quase no fim, lastimou a falta de um costume entre os brasileiros que teria poupado a todos daquele discurso. Vale adiantar o argumento:

É isto suportável, senhores? Estarão os ministros nos outros países sujeitos a semelhantes apodos e insultos? Não, sr. presidente, nesses países há um remédio efficacíssimo; é o duelo! Mas neste país não é costume aceitar duelos, aqui, senhores, aqueles que só tem a coragem do insulto julgam que podemos ficar sendo tidos por homens de brio depois de recusar um desafio.⁸⁴

Se o duelo foi proposto e, de fato, recusado por d. Manuel, não é fácil comprovar. O que importa é que Honório aproveitou muito bem o ensejo para levar o desafio adiante pelo menos na tribuna. Fez logo questão de esclarecer que só trataria de sua vida privada tendo em vista que

as asserções do nobre senador [d. Manuel] não ficam só nesta casa, elas podem ser lidas em todas as províncias do império, e a malignidade pode dizer, se me visse guardar silêncio: “Lançou-se em rosto ao ministro que a origem da sua fortuna não era conhecida e ele nada teve a responder”.⁸⁵

⁸² “Discurso autobiográfico, pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, Presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 275-284. O discurso também pode ser conferido nos *Anais do Senado*, na referida sessão. Daqui por diante, o texto será citado como Discurso 31/07/1854.

⁸³ Discurso 31/07/1854; p. 282.

⁸⁴ Idem; p. 283.

⁸⁵ Idem; p. 275.

Para completar, o visconde tachou o senador Mascarenhas de caluniador e covarde, afirmando que ele

especula com a posição em que me acho e que me priva de responder-lhe, como talvez devesse; especula com certo acanhamento que cada um deve ter de falar de si e de entrar em certos detalhes miúdos de sua vida privada; e faz tudo isso, sr. presidente, porque conta com o comedimento que me impõe o respeito devido à casa.⁸⁶

Carneiro Leão mostrou, em seguida, que se preocupou em compor uma resposta durante o intervalo que teve, escolhendo bem o que iria falar sobre sua vida, que pontos ressaltar, mirando sempre para quem discursaria. De início, resolveu

recordar à casa as expressões do nobre senador, e procurarei expor ao senado qual a origem daquilo que hoje possui: “Nesta posição, sr. presidente, achando-me até o sr. presidente do conselho, orador distinto, etc... Em que há aqui motivos de censura? Agora digo eu, vós que independência tinheis? Vós o que herdastes? Com a diferença de que todo o mundo sabe de que fonte proveio o que eu tenho, mas nem todos sabem como é que o senhor presidente do conselho acumulou uma riqueza colossal em tão poucos anos. Herdou fortuna de seus pais?”⁸⁷

Retomada letra por letra a provocação do senador do Rio Grande do Norte, a estratégia consistiu em apelar para qualidades pessoais que pretensamente faltariam em d. Manuel e, em contrapartida, marcariam a distinção do orador. Parecia, então, que o objetivo do discurso era tratar sobretudo de uma questão moral: diante de uma acusação injuriosa, o então visconde de Paraná queria provar que nunca agira desonestamente e, por isso, não tinha nada a esconder. No entanto, a função política da resposta era igualmente muito forte. Essa discussão no Senado foi mais um dos episódios em que Carneiro Leão teve que se haver com um dos oposicionistas do seu ministério. Como já foi referido, d. Manuel era um dos mais freqüentes entre esses, o que tornava absolutamente normal a preocupação do presidente em retorqui-lo.

Buscando claramente constranger o adversário, impor-lhe uma vitória (política e moral) por meio do discurso, o passo seguinte de Honório foi desqualificar a interrogação que lhe fora feita:

O que pretendeu o nobre senador com esta insinuação? Pergunta-se-me, sr. presidente, que independência tinha eu. Tive sempre a independência do meu caráter. (*Apoiados*). Sem ter tido em todos os tempos a fortuna de que hoje

⁸⁶ Discurso 31/07/1854; p. 275-276.

⁸⁷ Idem; p. 276.

disponho, tive sempre a coragem de manifestar as minhas opiniões em todas as épocas, fossem ou não de perigo. (*Apoiados*).

O SR. FERNANDES CHAVES: - É uma verdade.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Não sou como alguns que só tem a coragem do insulto, quando tem a certeza de que nenhum cabelo da sua cabeça corre o menor risco.⁸⁸

Os coros de apoio registrados pelo taquígrafo não se limitaram a esse trecho inicial, permeando toda a fala, o que aconteceu também com os apartes, como o do senador Chaves, que iam atestando veracidade ao que o ministro dizia. Pode-se pensar que esses ouvintes reconheciam e tinham a intenção de reiterar a identidade que o discurso delineava, sustentando a hierarquização que deveria haver entre o presidente do ministério e o senador que o caluniara. Naquele momento, d. Manuel era o Outro que reforçava a posição destacada que Honório Hermeto projetava de si mesmo, cuja força derivava não apenas da situação imediata – a suposta calúnia –, mas de um campo social compartilhado por todos.⁸⁹ Nessa espécie de senso comum, a sua carreira no governo do Estado tinha um peso fundamental. Fazia dois anos que Honório Hermeto Carneiro Leão tornara-se visconde de Paraná e todos sabiam qual a trajetória de serviços à monarquia que o imperador recompensava então com esse título. Em setembro de 1853, a confiança de d. Pedro II parecia se renovar com sua indicação para a presidência de um gabinete reformista.

Honório agia e podia apresentar-se como um dos mais eminentes dirigentes imperiais e assim era reconhecido. Nessa negociação identitária, sua trajetória política bem sucedida deveria aparecer necessariamente separada e sobreposta à vida particular. Por isso, o senador Mascarenhas foi reprochado por aproveitar-se do “certo acanhamento que cada um deve ter” – principalmente um ministro, talvez se deva acrescentar – de entrar em detalhes de sua vida privada; por isso, em seu auto-relato, Honório não estabeleceu relação direta entre sua condição de fazendeiro e sua carreira no Estado. Ele listou seus cargos na medida em que lhe importava justificar o aumento de ordenado, mas isso permaneceu subordinado às suas qualidades de proprietário, as quais fez questão de contextualizar em

⁸⁸ Discurso 31/07/1854; p. 276.

⁸⁹ A auto-invenção traz sempre consigo “a invenção do Outro, das relações de alteridade e, portanto, da identidade narrativa de um campo intersubjetivo e cultural em questão. É nesse sentido que a auto-invenção dos sujeitos é simultaneamente posicionada num campo social e demarcadora desse mesmo campo”. Cf. Isabel Cristina Moura Carvalho. “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”. Revista *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 19, 2003, p. 283-302; p. 300. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a11.pdf>.

uma identidade social maior, como se verá. Procedendo dessa forma, Carneiro Leão despolitizava as relações de poder que fundavam muitas propriedades.

Não obstante, do reiterado esforço do orador em transformar a capacidade de governar sua riqueza particular em um atributo quase natural, deve-se inferir as estreitas ligações com o sucesso de uma carreira no governo do Estado. Defendendo sua vida econômica, Honório também defendia sua posição de presidente do conselho de ministros e, com isso, posicionava-se no campo da sociedade política imperial e demarcava-o. Em outros termos, a inserção no Estado delimitava a posição social da sua ação política e do discurso, um discurso que só tinha o efeito que Honório esperava porque se inscrevia em uma trajetória política de sucesso e identificava-se com interesses intimamente ligados à construção do Império brasileiro.⁹⁰

1.2. A origem daquilo que hoje possui: trajetória política e o discurso autobiográfico como documento

*Ora, Sr. presidente, quem não sabe que 90% dos proprietários da serra acima que cultivam café principiam com muito menor capital, e alguns até trabalhando por seus braços, e que hoje têm fortunas colossais? [...] Que muito era pois que eu tivesse prosperado tendo começado com um capital de 50 e tantos contos, grande parte dos quais me pertencia, e pagando de resto juros mui baixos [...] Que muito era, Sr. presidente, que nestas circunstâncias, com minha economia, com a minha indústria, com a boa ordem que sempre reinou em minha casa, eu prosperasse no fim de 18 anos?*⁹¹

As quase duas décadas que Carneiro Leão citou no trecho epigrafado referem-se à idade que tinha em 1854 a sua fazenda de café, batizada Lordelo e instalada em Sapucaia, área fluminense fronteira à província de Minas Gerais. Como se vê, o proprietário apelou a um certo consenso para mostrar que os anos e o seu capital inicial eram mais do que

⁹⁰ Nas palavras de Isabel Carvalho, um “auto-relato pode ser tomado como um *locus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural”. Cf. “Biografia, identidade e narrativa”; p. 283.

⁹¹ Discurso 31/07/1854; p. 280.

suficientes para o sucesso da empreitada. O que Honório não disse foi que nesse mesmo intervalo de tempo, desde 1836 com a vitória do Regresso, ele galgara os principais cargos políticos do Estado, sendo um dos que agiram deliberadamente pela defesa da manutenção e expansão dos interesses da cafeicultura escravista, sobretudo os das regiões do sul mineiro e do vale do Paraíba, justamente onde cresciam seus cafezais. Assim, é necessário contextualizar a “boa ordem” de sua casa no transcorrer dos sucessos de um projeto político para ao menos esclarecer em que medida a sua riqueza e outras tantas “fortunas colossais” dependeram deles.

Foi em julho de 1835, segundo o historiador Jeffrey Needell, que a palavra regresso foi usada pela primeira vez para definir o movimento político que tomava forma na Câmara imperial. Evaristo da Veiga teria usado a expressão para definir o grupo que, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos, já se posicionava contra as reformas aprovadas no ano anterior. Proferida pelo famoso líder dos liberais moderados, a definição era uma acusação. Evaristo atacava Vasconcelos, porque, em sua opinião, este quebrara a maioria moderada para aliar-se com a oposição reacionária.⁹² Outra versão, porém, defende que regresso carrega uma auto-referência. Seria o próprio Vasconcelos o autor, definindo assim sua linha política para opor-se ao que lhe parecia um liberalismo excessivo. Sua certeza chegava a tal ponto que teria dito que “a idéia do mundo não é a do movimento e melhor lhe pode caber a denominação de idéia de resistência”.⁹³ Deixando à parte as divergências sobre a autoria, o fato é que ambas as versões ressaltam a força e a particularidade dos regressistas: queriam conter as mudanças.

O início do Regresso relaciona-se com a articulação, a partir da Câmara dos Deputados, de uma forte oposição ao governo do regente Diogo Feijó, atacado principalmente por causa de sua incapacidade em conter as revoltas provinciais. Essa

⁹² Jeffrey Needell. *The party of order*; ver texto da nota 81 na p. 351. Ao lado de Joaquim Nabuco, Paulo Pereira de Castro e outras referências já consagradas, o trabalho de Needell será constantemente citado nesta discussão historiográfica por ser a narrativa política geral mais recente sobre o Império e, por isso, incorporar muito da historiografia anterior. De saída, vale apontar que, além dos memorialistas do final do XIX, a outra grande fonte de informações fatuais para a maioria dos autores que escreveram posteriormente sobre a Regência e a formação do Regresso é a série de biografias dos “fundadores do Império” lançada por Octávio Tarquínio de Sousa, entre as quais destaco: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

⁹³ Paulo Pereira de Castro. “‘A experiência republicana’, 1831-1840”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, v.2, t.2, S. B. de Holanda (org.) São Paulo: DIFEL, 1985; p. 55.

oposição engrossou em 1836, no momento em que a unidade do Império parecia arruinar-se inevitavelmente por causa da criação da República de Piratini pelos farroupilhas. A seu favor, Feijó ainda contava a eficácia da política repressiva com que combatera, no papel de ministro da Justiça, os levantes que tomaram a Corte entre 1831 e 1832, o que deve ter angariado a confiança de muitos.⁹⁴ Contudo, desde julho de 1832 seus opositores já aumentavam em número. Uma vez assumido o cargo máximo do Executivo, o padre enfrentou grandes problemas frente a uma Câmara contrária ao seu governo e também na condução dos conflitos com os estancieiros gaúchos. Sobre o Sul, declarou ainda em dezembro de 1835: “o que mais me assusta é o Rio Grande... Vai-me parecendo inevitável a separação da Província, posto que com o tempo ela tornaria a voltar, se o respeitável público consentisse nas medidas que se proporiam à Assembléia Geral”.⁹⁵ A luta contra os farroupilhas ainda lhe causaria um grande e talvez o mais desestabilizador sobressalto. Era início de 1837 quando o oficial Bento Manuel Ribeiro, nomeado por Feijó comandante de Armas da província em guerra, prendeu o recém empossado presidente, passou para o lado dos rebeldes e incitou seus subordinados a acompanhá-lo. A defecção foi transformada, nos debates parlamentares, no símbolo máximo da incapacidade do governo para pôr fim ao estado de anarquia.⁹⁶ O fracasso militar e uma certa resignação alimentavam ainda mais a oposição que se armava.

Tudo isso parece confirmar a opinião de que, nesse momento inicial, o Regresso não passava de uma aliança temporária contra o padre regente.⁹⁷ Resta buscar os antecedentes que a tornaram possível para, em seguida, avançar no sentido mais profundo dessa política.

A força desse alinhamento oposicionista só pode ser compreendida se for acompanhado o processo de cisão dos liberais moderados, tarefa que começa inevitavelmente no despontar da década de 1830. Desde o dia da abdicação de Pedro I, as

⁹⁴ Para o período de Feijó no ministério da Justiça, principalmente tendo em vista suas ações repressivas, ver Thomas H. Holloway. *Policing Rio de Janeiro*. Repression and resistance in a 19th- Century city. Stanford: Stanford University Press, 1993; principalmente o capítulo 3. Ainda sobre Feijó, conferir o estudo biográfico de Magda Ricci. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁹⁵ Citado em Paulo Pereira de Castro. “A experiência republicana”; p. 51.

⁹⁶ Sobre o episódio e a campanha no Parlamento, ver Adriana Barreto. *O exército na consolidação do Império*; p. 82-84.

⁹⁷ Roderick J. Barman. *Brazil*. The forging of a nation, 1798-1852. Stanford: Stanford University Press, 1988; p. 196.

ruas, praças, campos e largos da cidade do Rio de Janeiro viraram lugares de constantes manifestações e motins militares. Os sonhos e esperanças suscitados pelo que aparecia como a derrota do absolutismo não se limitavam aos que eram, pela Constituição, cidadãos do Império. O restante do povo, tropa, libertos e escravos também compartilhavam a sensação de viverem um novo tempo, mobilizavam-se e eram mobilizados ou combatidos pelos partidos que buscavam ocupar posições no governo do Estado.⁹⁸ Vale lembrar que, no contexto do processo de formação e legitimação do Estado-nação independente, as lógicas que estruturaram as divisões políticas fundamentais expressaram-se, como apontou Marco Morel, “na tripartição de soberanias corrente em princípios do século XIX: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação”.⁹⁹ No Primeiro Reinado, tiveram lugar embates motivados por esses distintos projetos de soberania e suas concepções sobre a relação entre governo do Estado e sociedade, os quais não se resolveram com a abdicação, ocupando também os partidos Caramuru, Exaltado e Moderado durante o período regencial. Ao predomínio moderado, comandado principalmente por Diogo Feijó e Evaristo da Veiga, os exaltados e mesmo os caramurus opuseram, não poucas vezes, ações que extrapolavam para as ruas, buscando contar com a força dos que, de resto, eram cotidianamente aliados dos direitos e da participação política.¹⁰⁰

Além de uma ação repressiva rigorosa que visava à manutenção da hierarquia social, os moderados tinham como principal trunfo o discurso de reforma da Constituição. No entanto, para aumentar a tensão, o encaminhamento de mudanças não era fácil no âmbito parlamentar. Criava-se uma crescente oposição aos senadores, identificados em sua maioria como um grupo de restauradores, que deviam fidelidade a d. Pedro I e atravancavam as reformas liberais propostas pela Câmara. O ápice da crise aconteceu entre abril e julho de 1832, em um clima conturbado por dois levantes atribuídos a militares exaltados e restauradores e por mais um desentendimento entre as duas Casas. Em 26 de julho, o Senado rejeitou um parecer do ministro da justiça Diogo Feijó, aprovado na

⁹⁸ Para um estudo dos partidos na Corte por essa época, conferir Marcello Otávio Néri de Campos Basile. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 2004.

⁹⁹ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005; p. 67.

¹⁰⁰ Sobre a organização profundamente hierarquizada da sociedade imperial e sua visão aristocrática, ver Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; parte “Um império e três mundos”. O autor sugere a tripartição da sociedade imperial em *mundo do governo, mundo da desordem e mundo do trabalho*.

Câmara, que pedia o afastamento de José Bonifácio do Paço Imperial. Diante de mais uma indisposição dos senadores, todo o ministério, em um movimento orquestrado, pediu demissão no mesmo dia, sendo seguido pelos regentes em 30 de julho. Também no dia 30, a Guarda Nacional mobilizou-se sob influência de Feijó para pressionar os deputados a aceitarem o parecer da Comissão Especial encarregada de resolver a crise, em que se sugeria a transformação da Câmara em Assembléia Constituinte.

De acordo com Paulo Pereira de Castro, o plano de Feijó tendia a dar certo, mas um pronunciamento de Honório Hermeto Carneiro Leão em favor da Constituição e da legalidade provocou uma reviravolta e o parecer da Comissão foi rejeitado. Além disso, os regentes retiraram os pedidos de demissão e os efeitos do movimento reduziram-se à queda de Feijó e seus companheiros de ministério. Conta-se que o golpe havia sido originalmente tramado pela maioria moderada, incluindo Honório Hermeto, durante os dias anteriores.¹⁰¹ Ainda seguindo Pereira de Castro, podemos considerar que é bem “possível que a brusca debandada da maioria governamental no preciso momento da conclusão do projetado golpe tenha sido provocada pela tomada de consciência dos riscos que esses equívocos envolviam”. Na articulação da Guarda Nacional, Feijó demonstrara uma poderosa influência que pode ter pesado nas mudanças de posição. “O espetáculo de força dado pelo Padre Feijó, com suas milícias partidárias, se por um momento o magnetizou, logo em seguida precipitou seu recuo. O resultado foi uma guinada conservadora que arrastou quase toda a Câmara. As amplas concessões feitas ao Senado no que se refere à lei de reforma da Constituição, votada ainda no mesmo ano de 1832, refletem esse estado de espírito”.¹⁰²

Nas palavras de Jeffrey Needell, o desfecho do “golpe de 30 de julho” foi o momento decisivo dos moderados.¹⁰³ Em seguida, iniciou-se um processo de enfraquecimento do grupo, que se dividiu entre os que pretendiam continuar uma agenda de reformas, contando ainda com a ascendência de Evaristo da Veiga e Feijó, e outros que passaram a defender uma tendência conservadora. Essa última ala ficou bem definida no

¹⁰¹ Sobre a tentativa de golpe, ver Paulo Pereira de Castro. “A experiência republicana”, p. 22-24; Octávio Tarquínio de Sousa. *Três golpes de Estado*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988; p. 80-106. Ver também Andréa Slemian. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 2006; p. 250-261.

¹⁰² Paulo Pereira de Castro. “A experiência republicana”; p. 23-24.

¹⁰³ Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 49 (tradução livre)

contexto das discussões sobre o Ato Adicional, colocando-se contra as reformas e votando contra o Ato.¹⁰⁴ Destacavam-se dentre eles, Joaquim José Rodrigues Torres e Honório Hermeto Carneiro Leão. Desde o início dos debates, os dois contaram com o apoio precioso de Candido José de Araújo Viana, político experiente do Primeiro Reinado e com influência no Paço. Essa aproximação garantiu que o “bloco monarquista tradicional” também se alinhasse aos contrários ao Ato, formando o “grupo da maromba”, o qual não foi capaz de impedir a vitória dos reformistas. No entanto, após a aprovação do Ato Adicional, em 12 de agosto de 1834, a redefinição de alianças intensificou-se. Passado algum tempo da sanção, Bernardo Pereira de Vasconcelos juntou-se aos opositores. O principal autor da lei já a definia como “carta da anarquia”, porque não concordava com as inúmeras emendas que o texto original ganhara.¹⁰⁵

A sessão de 1834 acabou sendo, claramente, um triunfo para o grupo de Feijó. Esse sucesso, somado ao apoio de Evaristo da Veiga, deve ter contribuído muito para a eleição do padre para a regência una – instituída com o Ato –, a despeito da forte resistência que se formou à sua candidatura. Entre a aprovação das reformas e o início do novo governo, em 12 de outubro de 1835, a oposição a Feijó solidificou a base do Regresso. Nesse ínterim, um acontecimento deu mais força ao movimento. A morte do ex-imperador, em setembro de 1834, parece, de fato, ter sido crucial para o rearranjo das tendências parlamentares. Sem a possibilidade da volta de Pedro I, os restauracionistas juntaram-se aos moderados dissidentes, “provendo-os com significativo apoio e recursos para o emergente partido da reação”.¹⁰⁶ Foi essa fusão de interesses que Joaquim Nabuco definiu como uma articulação impressionante: “A força da reação era invencível, uniam-se no mesmo movimento os velhos reacionários do Primeiro Reinado, os principais fautores do 7 de abril, e o grupo que em torno dos Andradas pretendia representar a verdadeira tradição liberal do país”.¹⁰⁷

Como foi visto, as antipatias por Feijó e seus impasses na regência pode ter servido para sedimentar a união de identidades contrárias. Para além disso, todavia, a historiografia

¹⁰⁴ Para um estudo do Ato Adicional e do conjunto das reformas liberais, ver Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. Control Social y estabilidad política em el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986; principalmente p. 81-202.

¹⁰⁵ Sobre o “grupo da maromba”, ver Paulo Pereira de Castro. “A experiência republicana”; p. 38. Para a mudança de posição de Vasconcelos, ver p. 55.

¹⁰⁶ J. Needell. *The party of order*; p. 58-59 (tradução livre).

¹⁰⁷ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*, vol. 1; p. 65-66.

costuma apontar que o grupo regressista logrou instaurar, a partir de 1836, um novo campo discursivo referido às noções de ordem e organização, totalmente atrelado ao governo do Estado.¹⁰⁸ O Regresso teria aparecido, naquele momento, como propugnador de uma revisão das reformas regenciais, principalmente de uma reorganização judiciária. Não deixaram de ser notadas também as ligações do grupo político com a cafeicultura escravista, particularmente com a do centro-sul do Império.

Autor de obras de referência no estudo sobre o Brasil oitocentista, José Murilo de Carvalho asseverou que, depois dos anos turbulentos das regências, com o Regresso conservador começou a ter lugar “um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre, de um lado, o rei e a alta magistratura, e, de outro, o grande comércio e a grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense”.¹⁰⁹ Ainda na sua opinião, isso se explicaria por um “processo de geração mútua entre Estado e elite”, no qual “a elite produzida deliberadamente pelo Estado foi eficiente na tarefa de fortalecê-lo, sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade”.¹¹⁰ O aumento da capacidade de controle se devia, em grande parte, ao lento convencimento dos proprietários de que a monarquia lhes era conveniente, o que foi conseguido, de acordo com Carvalho, por burocratas e por políticos ligados à grande produção de café do Rio de Janeiro. Além disso, a interpretação do Ato Adicional, feita em 1840, e a reforma do Código do Processo Criminal, de 1841, teriam fortalecido o governo central, abalado pela legislação descentralizadora da Regência.¹¹¹

Outro autor que destacou a importância do Regresso e suas reformas para o governo central e a manutenção da unidade imperial foi Ilmar Rohloff de Mattos, em *O Tempo saquarema*. Para esse autor, no entanto, Estado e sociedade não poderiam ser pensados em uma relação dicotômica, na qual um fator acabava sobrepondo-se ao outro. Dessa forma, Mattos se contrapôs às interpretações que depositavam no Estado o papel principal de

¹⁰⁸ Na opinião de Adriana Barreto de Souza, “a redefinição do conceito de Estado moderno efetuada pelo regresso conservador articula e põe em circulação um novo regime discursivo, cujo funcionamento implanta uma estratégia de mudança sociopolítica [...]”. A autora procura mostrar como o trabalho de reestruturação das forças de linha balizou essa estratégia. Cf. *O exército na consolidação do Império*; p. 26.

¹⁰⁹ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 249

¹¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹¹ Idem; p. 254-255.

conformador da sociedade brasileira (nomeadamente, as obras de Raymundo Faoro e J. M. de Carvalho), dando à *classe senhorial* a decisiva função de definir a formação do Estado imperial. Essa classe teria se constituído no processo de enraizamento dos interesses de antigos colonos e colonizadores no centro-sul da América portuguesa, cujo momento crucial foi o rompimento com as Cortes de Lisboa. Como resposta à ameaça recolonizadora, “expressando a unidade de consciência do grupo que buscava consolidar-se em torno da Corte, a questão do Estado é posta”.¹¹² Desse grupo político que se encontrava no centro da região de agricultura mercantil-escravista da América portuguesa, no decorrer das décadas de 1820 e 1830 logo se destacariam os interesses ligados à cafeicultura escravista do vale do Paraíba, os quais se tornariam preponderantes à medida que a classe se expandia e levava a cabo a construção do Estado independente.¹¹³ A íntima ligação entre os negócios desses cafeicultores e a política imperial foi propiciada pela ação inicial de um pequeno grupo de políticos fluminenses que, ao agir na administração, ditar o tom e definir o conteúdo do Estado imperial, tornavam-se dirigentes, *dirigentes saquaremas* (atuando moral e intelectualmente, como definiu Antonio Gramsci). Tratava-se de um projeto de direção que, sendo colocado no período do Regresso, tornou-se efetivo na Maioridade e consolidou-se no início da década de 1850. Outro ponto importante da argumentação de Mattos é a relação feita entre o sucesso dessa direção no Estado e a centralização administrativa estabelecida pela Interpretação do Ato Adicional. Para ele, essa centralização teria alcançado e submetido aos ditames da direção os poderes provinciais e locais, âmbitos definidos pelo autor como *Casa* em contraposição ao Governo-Geral ou *Estado*:

Com efeito, à medida que consolidavam suas posições no Governo-Geral, assegurando os interesses do segmento dentro da região de agricultura mercantil-escravista que mais diretamente representavam, os Saquaremas definiram uma das estratégias para “estar no Governo da Casa”. [...] A estratégia consistia em unir do modo mais estreito possível ao Governo-Geral os cargos nas províncias, cujos ocupantes poderiam ser “empregados gerais” ou “empregados provinciais e municipais criados por leis gerais para execução das leis também gerais”, conforme vinha indicado no parecer da comissão encarregada da interpretação do Ato Adicional, e que acabou por se transformar na Lei de Interpretação de 1840.

¹¹² Ilmar R. de Mattos. *O tempo saquarema*; p. 67

¹¹³ Idem; ver p. 56-91.

O estabelecimento desse nexos estrito tinha como finalidade última transformar esses empregados públicos em dirigentes saquaremas.¹¹⁴

Portanto, parece exato concluir que Ilmar Mattos mantém um pressuposto da historiografia que ele próprio parecia questionar, ou seja, a existência de um Estado imperial fortemente centralizado que moldou a sociedade brasileira, tornando-se o principal agente histórico na condução da vida política do país. Ressalve-se, contudo, que o autor requalificou o pressuposto, tentando mostrar que é na própria sociedade – e não em uma elite ou um estamento burocrático extrínsecos a ela – que se deve procurar as causas da existência desse Estado.

A insistência na composição centralizadora do Império do Brasil foi contestada em um estudo mais recente, que relativizou essa compreensão, revendo até mesmo o papel do Regresso conservador. Em *O pacto imperial*, Miriam Dolhnikoff afirmou que as reformas da década de 1830 tornaram realidade o projeto de uma monarquia constitucional de molde federalista, que fazia parte da plataforma liberal desde a década anterior.¹¹⁵ Ponto alto dessas reformas, o Ato Adicional equivaleria a um pacto federativo, capacitando os governos provinciais a se autogerirem sem intensiva intervenção do governo central, o que a revisão conservadora não teria anulado. A autora demonstrou com muita pertinência que o objetivo dos regressistas era centralizar a magistratura e que isso tinha anuência tanto dos políticos liberais como das elites regionais, na medida em que protegia a unidade do Estado.¹¹⁶ Sem dúvida, as conclusões de Dolhnikoff exigem uma nova leitura da construção institucional do Império, não mais embasada no antagonismo entre, de um lado, conservadores defensores de um Estado centralizado política e administrativamente e, de outro, liberais localistas e descentralizadores. Em suas palavras, as discussões sobre as reformas entre 1837 e 1841 foram “aparentemente muito mais uma disputa política em

¹¹⁴ Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; p. 227-228.

¹¹⁵ Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

¹¹⁶ Idem. Sobre as reformas liberais, ver p. 81-100. A leitura da autora a respeito da revisão conservadora está nas p. 125-154.

torno de pontos específicos do que divergências de projetos adversários entre si, porquanto a revisão conservadora não atacava o cerne do pacto federativo”.¹¹⁷

Essa análise, porém, não desenvolve as imbricações sociais das mudanças institucionais, esvaziando em muito as diferenças partidárias e a base econômica do processo histórico. Por exemplo: se é certo que liberais e conservadores concordavam sobre a necessidade de reforma do judiciário, principalmente por meio do enfraquecimento dos poderes do juiz de paz, também o é que não a concebiam da mesma forma. A opção vencedora, a conservadora, notabilizou-se por defender e executar uma enorme concentração do judiciário e da polícia nas mãos do ministro da Justiça. Mais do que resultado de um consenso em torno do pacto federativo, alguns trabalhos mostram que essa grande transformação institucional foi possível porque o grupo político dos regressistas fiava-se no apoio de um grupo social fundamental: os grandes fazendeiros agro-exportadores, sobretudo os do Rio de Janeiro, sul de Minas e vale do Paraíba paulista.

O historiador Jeffrey Needell, no livro publicado em 2006, demonstrou que os homens que se tornariam os estadistas mais eminentes do Regresso contraíram relações matrimoniais com ricas famílias agro-exportadoras da província fluminense, as quais garantiram sua projeção e o indispensável apoio que o grupo recebeu para agir na política imperial. Se a afirmação não era exatamente nova – pois já fora desenvolvida por Ilmar Mattos –, o grande mérito de Needell foi explicitar de forma mais satisfatória as relações entre essas famílias de proprietários e comerciantes, cujos interesses passaram a ser defendidos pelos regressistas, destacando-se a escravidão e o tráfico de escravos. Com esse enraizamento social e uma ideologia inviolável de respeito à monarquia e ao sistema representativo, o referido grupo (futuros saquaremas, Partido da Ordem, Conservadores) teria garantido – contando com as reformas de 1840 e 41 – a base institucional que fortaleceu o imperador Pedro II.¹¹⁸

A trajetória de consecução desse projeto político no governo do Estado começara, de forma efetiva, com os trabalhos da comissão da qual saiu, em julho de 1837, o parecer

¹¹⁷ Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*; p. 131.

¹¹⁸ Jeffrey Needell. *The party of order*; principalmente os três primeiros capítulos.

que se tornou a lei de 1840.¹¹⁹ Integravam a comissão, além de Miguel Calmon du Pin, os deputados Honório Hermeto Carneiro Leão e Paulino José Soares de Sousa.¹²⁰ Este último, aliás, esmerava-se desde o ano anterior em uma outra imprescindível tarefa para os regressistas: a presidência da província do Rio de Janeiro, que ganhara administração própria com o Ato Adicional. Continuava, assim, o trabalho do seu concunhado Rodrigues Torres, que fora o primeiro presidente, expandindo a máquina burocrática provincial. Para fechar a influência da futura trindade saquarema na organização da província, basta lembrar que Eusébio de Queirós ocupava o destacado posto de chefe de Polícia do Rio de Janeiro.¹²¹ É preciso notar ainda que esses políticos agiam constantemente sob a influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que também participou dos trabalhos da comissão de Assembléias Provinciais elaboradora do parecer referido acima. No caso de Paulino de Sousa, a importância dessa parceria foi tanta que acostumou a chamá-lo de mestre.¹²²

Os resultados da recente pesquisa de Tâmis Peixoto Parron indicam que essa mestria também se exercia em outro nível: na articulação de uma “política do tráfico negreiro”, que consistia em unir a defesa da revogação da lei de sete de novembro de 1831 (que decretara o fim do tráfico de escravos) à necessidade da remodelação do judiciário.¹²³ A afirmação coloca algumas ressalvas à leitura que fez o autor de *The party of order*, pois este afasta das disputas políticas as relações escravistas e o tráfico, qualificando como “aliança natural” o apoio dos abastados fazendeiros ao Regresso e equivalendo a tolerância dos dois partidos ao contrabando negreiro. Para Needell, ambos “concordavam com o óbvio – sem escravidão, nada de economia”.¹²⁴ Tâmis Parron, pelo contrário, argumentou que esses assuntos foram motivos de fortes divergências e, conseqüentemente, influíram decisivamente na formação partidária e na dinâmica institucional do Estado brasileiro.

¹¹⁹ Needell afirmou que a opinião dessa Comissão foi o âmago da legislação do Regresso na Câmara. Cf. *The party of order*; p. 351, texto da nota 82.

¹²⁰ Para a ligação de Miguel Calmon com os regressistas, ver J. Needell. *The party of order*; p. 68-69.

¹²¹ Sobre a carreira de Eusébio, ver Thomas Holloway. *Policing Rio de Janeiro*; p. 103-105.

¹²² Ver J. Needell. *The party of order*; p. 66.

¹²³ Tâmis Peixoto Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009.

¹²⁴ Para as duas últimas citações, conferir *The party of order*, respectivamente, p. 73 e 120. Para a leitura do autor sobre os partidos imperiais, sem qualquer distinção no que tange à escravidão, ver também “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Revista Almanack Braziliense*, n. 10, nov. de 2009; p. 5-22. Disponível em www.almanack.usp.br

No segundo capítulo de sua dissertação de mestrado, Parron demonstrou que Vasconcelos inaugurou, em 1835, a campanha a favor do tráfico no Parlamento e intensificou-a no ano seguinte, no exato momento em que se começava a discutir a interpretação do Ato Adicional e organizavam-se as eleições da legislatura 1838-1841. Dessa forma, o político estaria dando um preciso recado aos fazendeiros e demais interessados: os regressistas não ameaçariam a continuidade do comércio ilegal de escravos. Como mostrou o autor, isso não quer dizer, de forma alguma, que os liberais em geral fossem contrários à escravidão, só que estes não foram aos jornais, não prepararam livros, projetos de lei e falas parlamentares nos quais se defendia, mais do que o trabalho escravo, a reabertura do contrabando em larga escala, malgrado a oposição anti-escravista da poderosa Inglaterra.¹²⁵

Essa militância coordenada teve seu respaldo nas significativas petições municipais e provinciais que chegaram ao Parlamento, endossando a campanha de Vasconcelos e seu grupo. Como demonstrou Parron, as representações provindas da sociedade civil explicitam a centralidade do eixo Rio-Vale-Minas na dinâmica do contrabando, já que 87% delas eram do Rio de Janeiro, Minas ou da parte paulista do vale do Paraíba. Outro dado impressionante é que, para esse mesmo eixo econômico-geográfico, rumaram 574.000 dos 738.000 escravos trazidos para o Brasil entre 1831 e 1850, exatamente 78% do total.¹²⁶

Tendo em vista esses números, percebe-se que Honório Hermeto Carneiro Leão tinha motivos suficientes para apelar, em 1854, para uma suposta facilidade de enriquecer que tinham os “proprietários de serra acima que cultivam café”. Os fazendeiros do Vale, separados da capital imperial pela altitude da serra do mar, só espalharam sua prosperidade pela região porque se uniram politicamente aos regressistas a fim de garantir a extraordinária afluência de trabalhadores cativos.¹²⁷ No caso de Honório, o fazendeiro era o próprio político, ou vice-versa. As interseções entre esses “dois Honórios” podem ser buscadas no discurso de 31 de julho de 1854.

¹²⁵ Para a defesa do tráfico feita pelos regressistas na imprensa, conferir Alain El Youssef. *Espaços públicos e escravidão*. Imprensa e política no Império do Brasil durante a vigência do tráfico negreiro (1822-1850). Relatório final de mestrado, FAPESP, 2010.

¹²⁶ T. Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*; p. 128.

¹²⁷ Não por acaso, grande parte das vilas peticionárias em favor do contrabando tinham sua fundação relacionada à expansão da nova fronteira agrícola. Cf. T. Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*; p. 129-130.

Naquele dia, Carneiro Leão embasou seu sucesso como proprietário em uma série de atributos pessoais. Honra, ordem, economia, trabalho, parcimônia, probidade e caráter são alguns termos que pontuam sua narrativa. No entanto, para além da sua propriedade e pessoa, esses substantivos tinham nítida referência a um senso de identidade e unidade superiores, que pareciam ser compartilhados por outros indivíduos. É possível reforçar essa percepção de que seus termos remetiam a valores de um grupo a partir da inserção de sua prosperidade no conjunto “dos proprietários de serra acima” – em uma clara referência à cafeicultura do vale do Paraíba. De acordo com Honório, 90% desses proprietários começaram com muito menor capital do que ele e conseguiram fortunas colossais.¹²⁸ A esses senhores de terras e escravos – dentre os quais possivelmente se destacava um bom número de senadores –, os termos honra, ordem, economia, trabalho, etc., deviam ecoar muito bem, todos eles formando, em alguma medida, a imagem que faziam de si e que deles faziam. Uma identidade formada correlativamente ao avanço econômico da cafeicultura e ao estabelecimento de um feixe de relações individuais, familiares e políticas no centro-sul do Império.¹²⁹

Uma das maneiras mais comuns de expandir essas relações sociais era o casamento. Foi justamente esse tipo de expansão que garantiu uma herança considerável a Honório, como ele mesmo contou:

Meu pai foi militar, pouco possuía; assim mesmo em sua vida recebi dele os meios para minha formatura e dois pagens, dos quais conservo um, e outro está forro e vive nesta cidade. Faleceu ele em 1846 depois de ter casado seis filhos que teve de dois matrimônios: pouco mais que nada lhe restava, e esse pouco ficou à minha madrastra.

Se, porém, por esta parte nada herdei, todos sabem que por outra alguma coisa recebi e tenho herdado; é sabido que casei-me com minha prima, filha do meu tio o sr. João Netto Carneiro Leme, que negociou muitos anos nesta cidade, e alguma fortuna possuía. Teve ele aqui em seu começo uma fábrica de preparar arroz;

¹²⁸ Sobre seu próprio capital, ele declarou: “[...] tive para empregar na aquisição da minha fazenda cinquenta e tantos contos de réis; [...] isto além dos 26 africanos”. Discurso 31/07/1854; p. 280.

¹²⁹ Para entender a expansão desse feixe de relações pelo centro-sul da América Portuguesa, o que inclui Minas Gerais - principalmente o “sul de Minas” - é preciso ter em vista o processo histórico de formação dessa região e as mudanças ocorridas com a “interiorização da metrópole”. Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias. “A interiorização da metrópole”. In: C. G. Mota (org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972; p. 160-184. Ver também Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993; Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*, parte “A região de agricultura mercantil-escravista”, p. 45-91. A pesquisa de João Fragoso é fundamental para o estudo da formação dessa região; ver *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

depois negociava em escravos, comprando-os em Valongo, e revendendo-os para Minas e para esta província, em pequena escala vendia também diamantes por comissão.¹³⁰

O mais importante para esta análise é que o casamento intra-familiar vinculou Honório aos interesses escravistas da região centro-sul e, em especial, da província fluminense. A união se deu em maio de 1826, cerca de oito meses depois de ter chegado de Coimbra – onde se formara bacharel em Direito em junho de 1825. Com pouco tempo de casado, em outubro de 1826, o recém formado ingressou na carreira pública como juiz de fora de São Sebastião. Como notou Aldo Janotti, a aliança com o tio-sogro deve ter rendido a Honório “o indispensável apadrinhamento para a obtenção de um cargo público”.¹³¹ Deve-se acrescentar que, em contrapartida, para Carneiro Leme a aproximação do sobrinho-genro, bacharel futuroso, significava provavelmente um investimento na defesa e expansão de seus negócios.¹³² Ao falar de sua vida particular, Honório Hermeto não deixou de reconhecer a importância do casamento com sua prima e principalmente do dinheiro do tio. No entanto, a aliança e o dote acabam sendo detalhes perto de seus atributos pessoais. Sem esquecer que a mulher era valioso capital nessa expansão de interesses, não é exagero afirmar que o próprio matrimônio deveria ser debitado às qualidades de um bom proprietário, mesmo quando facilitado pelos laços familiares, como no caso de Honório.¹³³

¹³⁰ Discurso 31/07/1854; p. 276.

¹³¹ Aldo Janotti. *O marquês de Paraná*; p. 33.

¹³² Essa não é a percepção de outros biógrafos de Carneiro Leão. Para muitos, sua ascensão meteórica na carreira de magistrado e depois de político, partindo das origens modestas do interior mineiro, são marcas inegáveis de sua excepcionalidade. Cf., por exemplo, o trabalho do bisneto do marquês: Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”, p. 285-306, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957. Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná*. Um varão do Império. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962; interessante notar que Gouveia não faz nenhuma menção ao casamento. Não é exagero aproximar essas opiniões da construção biográfica do século XIX. Vemos, por exemplo, que o biógrafo de primeira hora José de Alencar igualmente não dedica uma palavra ao matrimônio e, em seguida, define a trajetória de Honório como a de um “moço pobre e sem prestígio” à “existência brilhante”. Cf. José de Alencar. “O Marquês de Paraná. Traços biográficos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 255-274; p. 256-257.

¹³³ Sobre isso, são interessantes as palavras de Honório que apontam para a importância da qualidade desse “capital feminino”: “Minha mulher tem com pouca diferença as jóias que possuía quando se casou, e será porque lhe eu tenho coarctado os meios? Não, senhores: isto é por sua própria inspiração, é porque ela mesmo resiste a toda a despesa de luxo, porque *foi educada com o trabalho, parcimônia e economia*, por isso que tem amor a seus filhos e deseja deixar-lhes uma fortuna”, Discurso 31/07/1854; p. 281, grifo meu. Podemos apontar ainda para o fato de sua mulher não ser nomeada em nenhum momento do discurso, apenas aparecendo como parte da ordem de sua casa - o nome da esposa era Maria Henriqueta, cf. Teixeira Filho.

Sobre suas origens, há outro ponto polêmico que é saber se ele descendeu ou não de Brás Carneiro Leão, português estabelecido no Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII e importante comerciante dessa praça. Maurílio de Gouveia é um dos que apostam nessa ancestralidade, claramente buscando nisso uma linhagem nobiliárquica para Honório Hermeto.¹³⁴ Fosse essa origem comprovada, mesmo assim restaria o fato de que Honório não foi herdeiro direto de nenhuma fortuna, nem de negócios estabelecidos. Por isso, é importante vincular o início da carreira do futuro marquês de Paraná com o processo de expansão dos interesses escravistas. Nesses termos, como já foi apontado, o casamento do bacharel com a prima Maria Henriqueta – e talvez até mesmo seus estudos¹³⁵ – pode ser visto como um investimento do tio, visando assegurar uma representação política no Estado em formação. Esse investimento explicaria o rápido desdobramento dos êxitos de um recém formado magistrado em uma carreira na Câmara dos Deputados.

O trabalho de juiz de fora em São Sebastião durou cerca de um ano e meio. Da pequena vila paulista, Honório Hermeto conseguiu um novo cargo no Rio de Janeiro. Trabalhou como ouvidor na capital do Império até outubro de 1829, quando foi promovido a desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação, sendo também nomeado para o cargo de auditor geral efetivo da Marinha.¹³⁶ Contudo, para usar

“Do berço de Jacuí...”; p. 296. Para o papel do casamento nessa época, ver Mariana Muaze. *Memórias da viscondessa*. Família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008; p. 33-56.

¹³⁴ Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná*; p. 15. Aldo Janotti vale-se do texto do Conde de Baependi, de 1880, *Apostamentos biográficos da família Braz Carneiro Leão*, para também afirmar a ancestralidade, mas é necessário ressaltar que seu trabalho não é dedicado a um encômio como o de Gouveia, cf. *O marquês de Paraná*; p. 17. Porém, como notou Jeffrey Needell, essas ligações permanecem obscuras, cf. *The party of order*; p. 345, texto da nota 45. Outra coisa que conta contra o parentesco é o fato de Honório não ter feito referências a ele no discurso autobiográfico, pois o nome de tão conhecido parente significaria mais um ponto forte para sua argumentação. Sobre Brás Carneiro Leão, ver Riva Gorenstein. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”, especialmente a parte “4.1. Um estudo de caso: a família Carneiro Leão”. In: Gorenstein & Lenira Menezes Martinho. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

¹³⁵ Na contramão dos que insistem em apontar para a origem humilde de Honório e as dificuldades daí provenientes, Jeffrey Needell sugeriu que ele pode ter ido para Coimbra ajudado por seu tio Carneiro Leme, cf. *The party of order*; p. 48. Um exemplo no primeiro sentido é Henrique Teixeira Filho que afirma que “Honório Hermeto recebeu educação bem superior à modesta condição do pai, que fez milagres para custear-lhe estudos e prover ao sustento da prole”. Cf. “Do berço de Jacuí”; p. 295.

¹³⁶ Depois da extinção da Casa da Suplicação, ficou pertencendo à Relação do Rio de Janeiro, pela qual se aposentou no lugar de desembargador em 1847, como lembrou no discurso. Cf. Discurso 31/07/1854; p. 277 e 282. Para uma narrativa mais detalhada sobre essa época, incluindo algumas desavenças que Honório teve em São Sebastião, cf. Aldo Janotti. *O marquês de Paraná*; p. 32-47. Na p. 45, Janotti escreve com ironia: “Para quem começou na Magistratura em fins de 1826 e aposentou-se nos inícios de 1848, tendo sido desembargador com apenas 28 anos de idade, se não há porque duvidar, há pelo menos porque estranhar...”.

uma definição de Alencar, em Honório “o homem político fazia desaparecer o juiz”. Ainda em São Sebastião, talvez mesmo desde o momento em que colocou os pés de volta no Brasil, é provável que tramasse se candidatar à segunda legislatura da Câmara (1830-1833) por sua província natal.¹³⁷ Foi eleito, começando uma trajetória ininterrupta de 11 anos como deputado. Na Câmara, a carreira de Honório se junta com a de alguns outros deputados no delineamento do Regresso a partir de meados da década. De homem vinculado aos interesses da agricultura mercantil-escravista, Carneiro Leão foi assumindo a função dirigente no governo do Estado, agindo deliberadamente para unir os interesses escravistas de um grupo social ao processo de formação do Estado imperial. Em seu discurso, percebe-se como ele se ligava a esses interesses.

Além do dote, valor que Honório se reservou o direito de não citar, o esteio financeiro provindo do tio-sogro manifestou-se em pelo menos mais um momento crucial, depois que resolveu se retirar para o interior mineiro

[...] em 1833 meu sogro, que tinha ido para Minas em 1831, encarregou-me de várias cobranças – e execuções de seus devedores. Entre esses devedores havia o capitão José Custódio Cotrim que lhe era devedor da quantia de 25:600\$000, com hipoteca sobre seu engenho e escravos, muitos dos quais tinham-lhe sido vendidos por meu sogro. Promovendo esta execução chegou ela ao ponto de ter lugar a adjudicação do engenho e escravos; e nessa ocasião meu sogro [...] me fez cessão dessa dívida, não exigindo de mim senão 9 contos pagáveis em dois anos. Intervieram alguns amigos, e eu compus-me com o devedor recebendo dinheiro, escravos e outros bens. Tudo vendi, e no fim dos dois anos paguei a meu sogro os 9 contos, liquidando para mim 16 contos de réis.

O SR. RODRIGUES TORRES: - Apoiado; sei desse fato.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Com a aquisição dessa quantia, o meu capital montava então seguramente a 30:000\$, e provo a existência desse capital desde o princípio do ano de 1834.¹³⁸

O velho companheiro Rodrigues Torres não o deixava mentir. Nesse trecho, vemos que Honório conseguiu um bom capital a partir dos negócios escravistas de seu tio-sogro. Por esse tempo, deu-se muito bem também emprestando dinheiro, pois “além da mobília,

Como se vê, o autor indica que a aposentadoria se deu em começo de 1848, mas não cita fonte. Por isso, fiquei com a indicação do próprio Honório no discurso.

¹³⁷ José de Alencar notou que Honório percorreu “na carreira da magistratura todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o último degrau da hierarquia judiciária, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado, o homem político fazia desaparecer o juiz”, cf. Traços biográficos; p. 257. Sobre o plano da candidatura ainda em São Sebastião, ver Aldo Janotti. *O marquês de Paraná*; p. 46.

¹³⁸ Discurso 31/07/1854; p. 278. Na página anterior, encontramos esta declaração: “O dote que recebi não preciso declará-lo, pois que não devo contas disso a ninguém [...]”.

prata e escravos, tive sempre um capital de que dispor, o qual procurei aproveitar dando-o a prêmio. Posso citar os nomes de pessoas de respeito e consideração que o tiveram em suas mãos”.¹³⁹ A segurança do casamento e dos ordenados do Estado provavelmente garantiam uma sobra para a aplicação usurária, com a rígida observância da qualidade dos devedores. Honório fecha a lista dos nomes “de respeito e consideração” referindo-se mais genericamente a um grupo de pessoas:

tive em mão de *vários fazendeiros de serra acima*, abonados pela firma do sr. José Bernardo Brandão, estabelecido com casa de comissão de café nesta corte, quantias também variáveis, que algumas vezes subiram a mais de 16:000\$000. Entre esses fazendeiros recordo-me dos nomes dos srs. Domiciano de Oliveira Arruda e Antonio Barbosa da Silva.¹⁴⁰

Carneiro Leão ligava-se, então, definitivamente aos interesses da expansão da cafeicultura escravista como credor, o que foi muito facilitado, como se viu, pelo suporte de seu tio-sogro Carneiro Leme, rico comerciante, traficante de escravos. Em meados dos anos de 1830, Honório Hermeto devia gozar de uma plena estabilidade financeira. Devia também viver atento ao ritmo dos negócios da fronteira agrícola em expansão, porque para “serra acima” dirigiam-se muitos de seus empréstimos e, além disso, porque parecia viver com uma fixação:

No fim do ano de 1835 e princípio de 1836 resolvi-me a realizar o *pensamento que sempre tive* de estabelecer-me com fazenda de cultura de café, pensamento com que fui a Minas em 1831 e que abandonei em 1832, em razão de ter sido nomeado ministro de estado.

Se o plano não dera certo em 1832, uma nova oportunidade não tardou a aparecer e, na ocasião, já podia contar com seus 30 contos de réis mais as quantias a prêmio:

Tornando à minha antiga idéia, em 1836 comprei terras quase incultas, e por isso, e por ser o lugar pouco freqüentado, por preço módico como consta da respectiva escritura pública. Essa compra não excedeu ao valor ao valor de 4:500\$000. Fiz posteriormente três ou quatro outras aquisições de pequenas porções de terrenos, e todas estas compras não excederam a 10:000\$000. Fui, pois, *principiar a ser fazendeiro* com esse capital, que era por si somente suficiente para um bom começo, e com outros adjutórios entre os quais em primeiro lugar o serviço de 26 africanos que eu e minha mulher obtivemos; e em segundo lugar a minha economia, pois reduzi o mais possível as minhas despesas e enviei para a fazenda todos os escravos que podia dispensar do meu serviço doméstico.¹⁴¹

¹³⁹ Discurso 31/07/1854; p. 278.

¹⁴⁰ Idem; p. 278-279 (grifo meu).

¹⁴¹ Idem; p. 279. A citação anterior é da mesma página (grifos meus).

Tão-logo lhe foi possível Honório Hermeto tornou-se mais um fazendeiro de “serra acima”.¹⁴² Em um artigo que analisa o discurso autobiográfico, Almir Chaiban El-Kareh propôs uma interessante questão sobre o comportamento de Honório e ensaiou uma resposta:

Porque é que ele resolve renunciar aos lucros fáceis de 12% ao ano do capital usurário e arriscar todo o seu capital na produção cafeeira *sem, contudo, abrir mão de sua carreira política e, conseqüentemente, de sua residência na Corte?* Este documento sugere que *cálculos e razões econômicas, sobretudo, o teriam motivado*: dinheiro, terra e mão-de-obra baratos.

Para El-Kareh, entretanto, a explicação econômica é insuficiente. Ele sugeriu que “razões extra-econômicas” também pesavam sobre Carneiro Leão, “como o apelo ideológico exercido pelo prestígio social ligado à propriedade escravista, pois ser considerado ‘um fazendeiro muito, muito importante’ é fundamental em vista das eleições para a assembléia geral ou para as províncias”.¹⁴³ Parece certo que esse “apelo ideológico” definido por El-Kareh tinha um papel fundamental de legitimar desigualdades em uma sociedade rigidamente hierarquizada e calcada na escravidão. Contudo, não se deve sobrepor os significados simbólicos às relações de produção. Em outros termos, não se deve sustentar que esse “apelo ideológico” fosse conformado por um ideal em que o “prestígio” provindo da posse de terras e homens subordinasse a lógica da produção ao invés da extração de mais-valia pela mais-valia.¹⁴⁴ O surgimento do grupo social dos grandes fazendeiros do vale do Paraíba se deu em estreita correspondência com processos econômicos que marcaram profundamente a modernidade capitalista do processo produtivo que tal grupo dominava, bem como da sua exploração do trabalho escravo e do meio-ambiente.¹⁴⁵ A economia do Império do Brasil atrelava-se ao avanço do capitalismo

¹⁴²Sua fazenda Lordelo foi instalada em Sapucaia, província fuminense, próximo a Porto Novo da Cunha, Minas. A área total chegou a 2178 hectares, segundo Almir Chaiban El-Kareh. “O Marquês de Paraná: o político e o fazendeiro”. In: Luiz Felipe de Seixas Corrêa e outros. *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004; p. 24. A parte iconográfica do recente trabalho de Ricardo Salles tem fotos atuais da propriedade. Cf. R. Salles. *E o Vale era o escravo. : Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁴³Almir Chaiban El-Kareh. “O Marquês de Paraná: o político e o fazendeiro”; as citações são da p. 23 (grifos meus).

¹⁴⁴ Para essa leitura do *éthos* senhorial-escravista, ver João Fragoso. *Homens de grossa aventura*; p. 297.

¹⁴⁵ Faz-se imprescindível, portanto, criticar a aparente oposição entre *ethos* senhorial e lucro sugerida por João Fragoso. Neste ponto, é importante frisar que a possibilidade da leitura do texto “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, de Rafael de Bivar Marquese e Dale Tomich, foi muito inspiradora para estas reflexões. O artigo faz parte do livro de Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 339-383.

concorrencial¹⁴⁶ e o horizonte dos plantadores escravistas era, cada vez mais, os lucros do mercado mundial.

Razões financeiras para investir na produção cafeeira, Honório Hermeto tinha de sobra. Como credor de “vários fazendeiros de serra acima”, ele devia acompanhar a expansão das plantações de café pelo Vale do Paraíba desde o final da década de 1820, as quais prosperavam onde antes dominava uma densa mata tropical. Amigo que era do sr. José Bernardo Brandão, comissário de café na Corte que afiançava os fazendeiros que lhe tomariam empréstimo, Honório por certo acompanhava o volume cada vez maior de sacas da rubiácea que chegavam ao porto para embarcarem rumo ao hemisfério norte. Um fluxo que só aumentava, a despeito da considerável tendência de queda do preço do café entre 1821 e 1833.¹⁴⁷ Por essas e outras razões, como os irrisórios preços pelos quais se compravam terras – quando não as invadiam simplesmente – nas zonas ermas alcançadas pela expansão da fronteira agrícola, Honório foi ser fazendeiro. Nessa nova empreitada, de credor passou a devedor:

[...] fiz aquisição dessas terras e principiei a cultivá-las, tendo comprado por intermédio do sr. Meyrat escravos da fazenda de um suíço falecido em Cantagalo, e tendo feito arrematação de outros nas praças desta cidade e do Porto da Estrela. Nas compras de terras e escravos, que não fiz de uma vez, mas sucessivamente e aos poucos, em proporção do recebimento do dinheiro que tinha a prêmio, absorveu-se afinal todo o meu capital, sem que me desse rendimentos a fazenda, que pelo contrário, precisava ainda de engenho e de outras obras. Além disso, desejava eu aumentar o número de braços para o proporcionar às plantações que tinha feito. Esgotado o meu capital, passei a pedir emprestado e obtive por intermédio do sr. Getúlio um empréstimo de 12 contos do cofre de órfãos desta corte. [...] Empreguei essa quantia, e no ano seguinte ou no mesmo ano novas necessidades me fizeram pedir emprestado ao mesmo cofre outros 12:000\$ que obtive por intermédio do meu concunhado o sr. Jeronymo José Teixeira.¹⁴⁸

Contudo, até nessa inversão de suas finanças identifica-se uma medida calculista. Honório justificou-se dizendo que jamais pediu “dinheiro emprestado para comer ou despendar improdutivamente; quando o pedi emprestado foi para empregá-lo com proveito

¹⁴⁶Cf. Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*, p. 75: “[...] a reintegração da região de agricultura mercantil-escravista que possibilitava monopólio virtual, não se processava nas ‘correntes em expansão de um comércio mundial’ qualquer, e sim em um mercado mundial que era reordenado de acordo com os interesses do *capitalismo concorrencial*, e cuja lógica [...] não era mais dada pela acumulação primitiva de capital, mas pela acumulação capitalista propriamente dita”. Grifo meu.

¹⁴⁷Cf. João Fragoso. *Homens de grossa aventura*; ver Introdução, especialmente p. 22.

¹⁴⁸Discurso 31/07/1854; p. 279-280.

[...]”.¹⁴⁹ Pode-se completar afirmando que não haveria empréstimo mais produtivo do que o utilizado para equiparar seu plantel de escravos com as plantações feitas, pois isso garantiria efetividade máxima quando chegasse a época da colheita. Ainda mais que, valendo-se de sua influência, conseguiu que quase metade do dinheiro investido na fazenda viesse emprestada de um órgão do Estado ao módico juro de 6%, “e o juro não vencia juro; de maneira que, quando em 1851 paguei a última porção de 13:000\$, o juro que pagava não correspondia a mais de 3%” do empréstimo adquirido. Sem dúvida, não era demais que “nestas circunstâncias com a minha economia, com a minha indústria, com a boa ordem que sempre reinou em minha casa, eu prosperasse no fim de 18 anos”.¹⁵⁰

O fato de que nenhum senador estranhou as “circunstâncias” que facilitaram a montagem da fazenda de Honório bem pode denotar que as práticas eram comuns. Do mesmo modo, comum deve ter sido a prosperidade das plantações de “serra acima” conforme se passavam os anos da década de 1840, em uma curva ascendente como a experiência de Honório nos revela:

[...] em 1839, não colhia café algum [...], mas passei sucessivamente nos anos seguintes a colher mil e tantas arrobas, 2.000, 3.000, 4.000, 6.000, 8.000 e 9.000. No ano de 1850 colhi 15.000 e no ano de 1852 20.000 arrobas!

Desse relato, Carneiro Leão não perdeu a chance de reforçar seus dotes de proprietário:

E se fiz senhores tão avultada colheita, não é porque tenha empregado grande número de braços; há fazendeiros que tem o duplo e ainda mais, e entretanto colhem menos. Não tenho na fazenda mais de 150 escravos entre grandes e pequenos; emprego poucas pessoas livres; pago aos meus escravos o que colhem nos dias de guarda, e o excesso de sua respectiva tarefa nos dias de serviço.¹⁵¹

¹⁴⁹Discurso 31/07/1854; p. 279.

¹⁵⁰Idem; as duas últimas citações são da p. 280. Um pouco de sorte também ajudava. Afinal, com o dinheiro de duas loterias tiradas pela mulher, Honório pagou boa parte do que devia ao cofre de órfãos; cf. p. 281. Almir El-Kareh notou que a “mulher Henriqueta tirou duas loterias, uma em 1841, e outra, nove anos depois, no valor total de 14:000\$000 de réis, que são empregados no pagamento do resto de sua dívida ao Cofre dos Órfãos. O que quer dizer, em outras palavras, que ele pagou mais da metade de sua dívida para com o Estado com dinheiro do próprio Estado! Homem de sorte...”. Cf. “O Marquês de Paraná: o político e o fazendeiro”; p. 25.

¹⁵¹Discurso 31/07/1854; p. 281. A citação anterior é da mesma página.

O visconde de Paraná revelava, assim, mais um importante fator para a prosperidade dos fazendeiros do Vale: a exploração maximizada do trabalho escravo.¹⁵² Ademais, considerando que seu plantel foi sendo acrescido gradativamente – como ele declarou –, deve-se relacionar a progressão de sua colheita também a esse fator. Aqui é inevitável apontar que o trabalho escravo foi o elemento crucial para o lugar destacado que a produção do vale do Paraíba teve no mercado mundial. Sem a eficácia com que os traficantes desembarcavam negros a baixo preço nos portos brasileiros, muito provavelmente Honório e tantos outros fazendeiros não teriam do que se vangloriar a respeito da boa ordem de suas propriedades.¹⁵³

Entretanto, como notou Tâmis Parron, não se pode explicar a bem sucedida economia da região exclusivamente pela disponibilidade de escravos no mercado. Essa é uma variável a ser considerada juntamente com as medidas políticas tomadas, no âmbito do Estado nacional em formação, para que o tráfico continuasse ativo. Pelo que o autor constatou, os regressistas foram fundamentais para as articulações pró-escravistas no poder estatal, com o que garantiram sua sustentação política entre os ricos plantadores do Império. No decorrer do Regresso, destacaram-se os políticos ligados principalmente ao Rio de Janeiro, os futuros saquaremas, representantes dos interesses da zona mais privilegiada da agricultura mercantil-escravista imperial, sendo eles mesmos, não raro, além de organizadores políticos, grandes agricultores. Outros que não eram, tornar-se-iam prósperos fazendeiros do Vale quase na mesma medida em que trabalhavam pelo estabelecimento de uma direção no Estado, como é o caso exemplar de Honório Hermeto Carneiro Leão.

Em termos ilustrativos, é possível propor que a fundação de sua fazenda Lordelo marca simbolicamente o início do predomínio do grupo político a que se vinculava. A propriedade surgiu em 1836, no mesmo ano em que Vasconcelos uniu veementemente a defesa da escravidão e da reabertura do tráfico ao programa dos regressistas. Desde então, pelo que tudo indica, Honório investiu pesado na compra de novos cativos a ponto de ver

¹⁵² Cf. Rafael de Bivar Marquese. “Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista”. In: *Almanack Braziliense*, n. 07, maio de 2008; especialmente p. 145-146. Disponível em www.almanack.usp.br

¹⁵³ Sobre o tráfico de escravos para o Brasil, ver Manolo Floretino. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1997; especialmente a parte “Uma sociedade dependente da importação de homens: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1830”.

os números de suas colheitas melhorarem seguidamente a partir de 1840. Portanto, não só a fundação da Lordelo encontra correspondência com a política do grupo, mas seus sucessos também.

Após a subida do ministério de 19 de setembro de 1837, os regressistas tomaram medidas administrativas que asseguraram a abertura do “contrabando sistêmico”.¹⁵⁴ Essas garantias institucionais de que não seria ameaçada a posse de escravos adquiridos ilegalmente frente à lei de 1831, bem como o sinal verde para a continuação do tráfico desdobraram-se nas destacadas safras cafeeiras do Brasil da década seguinte. Por essa época, já devia ser bem claro que a riqueza do Império eram as riquezas do Vale, e dentre estas estava a de Honório Hermeto. Em trecho citado acima, Almir El-Kareh apontou que Honório resolveu montar sua fazenda “sem, contudo, abrir mão de sua carreira política e, conseqüentemente, de sua residência na Corte”. Talvez a observação pudesse ser aprofundada, sendo mais preciso afirmar que havia fortes razões políticas para Honório resolver ser fazendeiro. Na sua posição de deputado regressista, ao lado dos “cálculos e razões econômicas” para os quais já se apontou, ele tinha cálculos políticos bem definidos para o futuro da agricultura escravista.

Retomando as palavras de Tâmis Parron, o resultado do início dessa ação dirigente foi que os regressistas identificaram-se fortemente com a defesa do tráfico e da escravidão no exato momento em que realizavam a maior reforma judiciária da história do Império.¹⁵⁵ Nesse sentido, o caso de Carneiro Leão parece tão paradigmático que, após o investimento em terras e escravos, a sua primeira colheita aconteceu no ano em que a Interpretação do Ato Adicional foi aprovada na Câmara. Seguiram, então, sucessivas colheitas mais bem sucedidas até chegar ao ápice na virada da década de 1840 para a de 1850, quando os conservadores – destacando-se dentre eles a trindade saquarema – voltaram a comandar o

¹⁵⁴Um número avassalador de africanos aportou no Império em fins da década de 1830. Contrastando com os 10.000 negros que foram trazidos entre 1831 e 1835 – fase do “contrabando residual” –, de 1837 a 1839 foram, respectivamente, 41.000, 47.000 e 61.000. Para essas duas fases do contrabando imperial, cf. Tâmis Parron. “Política do tráfico negro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. Comunicação apresentada no 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007; p. 9. Para um resumo das medidas dos regressistas após a subida do gabinete liderado por Vasconcelos, ver p. 8. Texto disponível em <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/61.61.pdf>

¹⁵⁵Cf. Tâmis Parron. *A política da escravidão*, principalmente capítulo II “Regresso e a política do contrabando negro, 1835-1841”.

Executivo imperial. Tudo isso faz com que se possa ligar os sucessos econômicos narrados por Honório ao avanço de um projeto político no Império.

Na década de 1850, quando o discurso em questão foi emitido, aconteceram algumas divisões entre os antigos regressistas, conhecidos com o passar dos anos como conservadores ou, mais especificamente, como saquaremas. De forma inegável, o visconde e, em seguida, marquês de Paraná teve uma grande centralidade nessas desavenças ao assumir uma contestada política de conciliação e de reformas com apoio do imperador. Basta lembrar que o seu gabinete tinha em vista reformar a lei de três de dezembro de 1841, simplesmente a lei de reforma do Código do Processo Criminal, um fundamento político dos conservadores. Além disso, Honório pugnou por uma reforma eleitoral que não era aceita por muitos de seus antigos correligionários. O preço para ele foi enfrentar a dura carga de críticas na Câmara e no Senado.

É provável que essas controvérsias estivessem na cabeça de Carneiro Leão quando falou aos senadores naquele 31 de julho. O discurso sobre a origem de sua riqueza seria, então, além da devida resposta a d. Manuel, uma possível tentativa de ainda criar identidade de interesses com os antigos aliados que criticavam sua Conciliação e, quiçá, trazê-los para seu lado. Dessa forma, ele estaria buscando legitimidade para suas ações de presidente do ministério no recorde das ligações entre sua riqueza, o vale do Paraíba e o grupo de fazendeiros dessa região, historicamente envolvidos com o Regresso conservador.

O início dessas ligações será retomado e analisado no próximo capítulo. Para além de uma ação concertada no Parlamento imperial entre 1836 e 1841, Honório destacou-se entre os regressistas por ter presidido a província do Rio de Janeiro em 1842 e, nessa função, ter combatido a revolta liberal. Sua atuação foi elevada a símbolo da vitória do seu grupo político e, assim, serviu para unir esses homens de maneira ainda mais forte aos interesses da cafeicultura escravista.

2

1842: a província do Rio de Janeiro e a busca de uma ordem imperial

Os habitantes da Província não se pouparam a sacrifícios em todos os gêneros para o triunfo da causa do Império; eles concorreram com suas pessoas, com seus haveres, com mantimentos, com transportes e paradas.[...]

Longo seria enumerar todos os atos de puro e desinteressado patriotismo então praticados, quer pela briosa Guarda Nacional, quer por diversos Cidadãos, à testa dos quais se achava o Sr. Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, ex-Presidente desta Província, cujos melhoramentos e interesses desveladamente promoveu no curto período da sua mui distinta administração.

A Província pois goza de profunda tranqüilidade.

**Relatório do Presidente do Rio de Janeiro
1º de março de 1843¹**

João Caldas Vianna assumiu a vice-presidência da província do Rio de Janeiro no primeiro dia de 1843, ocupando o posto que, no ano anterior, tinha sido de Brás Carneiro Nogueira da Costa Gama, visconde de Baependi. Embora só tenha sido empossado presidente no dia seguinte à apresentação do relatório, Caldas Vianna ocupava efetivamente o cargo máximo do Executivo provincial desde 20 de janeiro, data na qual subiu o ministério que Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente do Rio até o momento, fora incumbido de organizar. De qualquer forma, o tempo de Caldas Vianna à frente do poder provincial era muito pouco. O relatório que ele apresentou referia-se, sobretudo, aos feitos da dupla de antecessores.

Uma análise do ano passado de 1842 não poderia se furtar de comentar o perigo da “lava revolucionária” causado pelas “duas formidáveis rebeliões das Províncias limítrofes, Minas e S. Paulo, que procuraram aqui ramificar-se”. O problema maior foi que a ameaça das rebeliões ao Rio de Janeiro não veio somente de fora, mas contou com a ajuda de um ilustre filho da terra. Nas palavras do relatório,

¹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (RPP-RJ), 1843; p. 3 - disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u819/000002.html>. Para uma lista dos presidentes e vice-presidentes da província, cf. Maria de Fátima Silva Gouvêa. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; p. 349-351.

uma influência demasiadamente confiada em si, em suas riquezas, e relações procurou nodoar a Província do seu nascimento com o ferrete de rebelde, implantando nela o estandarte da revolta. Suas palavras, e insinuações porém não acharam eco, seus conventículos foram despovoados, suas tramas não encontraram simpatias, seus planos foram repelidos mesmo por seus amigos íntimos, até que, insulado, viu-se obrigado a homiziar-se. E se esse homem tivesse sido preso oportunamente, se a desmoralização, a que se há infelizmente chegado, não tivesse traído o segredo da ordem de prisão, ele não teria ainda ido para um ponto da Província de S. Paulo, o Bananal, ameaçar e incutir o terror nas pacíficas povoações dos Municípios vizinhos.²

A referida “influência” não era outra pessoa senão Joaquim José de Souza Breves, já àquela altura um opulento proprietário, possuidor de terras e escravos no litoral sul do Rio de Janeiro e que chegariam a se espalhar, divididos em várias fazendas, até o vale do Paraíba. Muitas posses também tinha o seu irmão mais velho, José de Souza Breves. De acordo com Thiago Campos, “durante mais de três quartos de século construíram um verdadeiro império territorial. A Joaquim legou-se o título de ‘Rei do Café’, e ambos receberam o título de Comendador”.³ Como muitas outras famílias fluminenses e do restante do Império, os Breves enriqueceram rapidamente com a cafeicultura e dependiam da exploração da mão de obra escrava. Como muitas outras famílias, envolveram-se com o tráfico ilegal de africanos durante a década de 1830 e, dessa forma, deram continuidade à boa ordem de suas propriedades. Os irmãos Breves devem ter exultado diante da espantosa retomada do contrabando a partir de 1837 e nisso também continuavam iguais entre si e a tantos outros proprietários.⁴ Porém, em 1842, acabariam colocando-se em campos opostos. José ficaria do lado das forças legalistas, enquanto o “rei do café” agitaria a fronteira com São Paulo, causando apreensão nas autoridades.

O prestígio e autoridade de Joaquim Breves no sul da província eram confirmados pelo cargo de comandante superior da Guarda Nacional dos municípios de Angra dos Reis, Parati, São João do Príncipe e Mangaratiba, que ele assumira em 1841. Em fins de maio de

² RPP-RJ, 1843; p. 2-3.

³ Thiago C. P. Lourenço. “Nas rotas da ilegalidade: A família Souza Breves e tráfico de africanos no sul do Rio de Janeiro”, p. 2. Revista *Caminhos da História*, n. 2, Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2009. http://www.uss.br/web/hotsites/revistahistoria2009-2/revistaeletronica/arquivos/Artigo_Thiago_Campos.pdf. Cf. também a dissertação do mesmo autor: *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Mestrado. Niterói: UFF, 2010.

⁴ Segundo Thiago Lourenço, o primeiro registro de envolvimento dos Breves com o contrabando de africanos é de 1835 e o último, de 1852. Vale apontar também que José de Souza Breves, no papel de deputado provincial no Rio entre 1840 e 41, defendeu, juntamente com Monteiro de Barros, um projeto de extinção da lei de sete de novembro de 1831. Cf. “Nas rotas da ilegalidade”; p. 2 e 6.

1842, quando surgiram as primeiras preocupações sobre o seu possível envolvimento com a revolta paulista, o ministro da Justiça, Paulino José Soares de Souza, não tardou em demiti-lo.⁵ Em julho, sua fazenda no município de Piraí foi cercada para o cumprimento da ordem de sua prisão e de apreensão de armamentos. Se Joaquim foi esperto o suficiente para fugir antes do cerco, o delegado local conseguia ver pelo menos uma vantagem ao final da ação, “qual foi desfazer-se o preconceito que aqui corria de que a casa daquele Breves nunca seria visitada pelo poder da justiça”.⁶

Esse Breves, mesmo que rico e influente, deveria ser visto, acima de tudo, como uma exceção, um comportamento desviante na província fluminense. Afinal, como mostra o trecho epigrafado do relatório de 1843, a regra geral fora que “os habitantes da Província não se pouparam a sacrifícios em todos os gêneros para o triunfo da santa causa do Império”. O relatório insistia na comunhão absoluta, mas não deixava de destacar algumas forças:

A populosa Província do Rio de Janeiro não se conservou somente intacta do contágio anárquico; ela ostentou-se em tal conjuntura verdadeiramente heróica. De diferentes pontos, e principalmente dos de Rezende, Piraí, S. João do Príncipe, Valença, Vassouras, Paraíba, Paty do Alferes, Magé, Iguaçu e Mar de Hespanha surgiram forças como por encanto, que armadas e municadas pelo Governo, e com a disciplina e instrução, que o aperto das circunstâncias pôde dar-lhes, coadjuvaram poderosamente a pacificação de S. Paulo e Minas.⁷

Todas as localidades citadas tinham algum grau de relação com a agricultura escravista voltada para a exportação, sendo que Rezende, Piraí, Valença, Vassouras e Paraíba (do Sul) estavam entre os grandes centros pioneiros da exploração cafeeira, como indicou Affonso Taunay. Esses centros colaboraram grandemente para que a safra de café da província saltasse de 2.321.710 arrobas, em 1836-37, para 4.547.312 arrobas na safra de 1842-43 – um aumento de mais de 100% em meia década.⁸ A pujança da agricultura e a “santa causa do Império” casaram-se tão bem que a oposição de um grande e influente fazendeiro como Joaquim Breves parecia não tirar o sossego do governo. O indispensável

⁵ O decreto de demissão é de 28 de maio. Conferir em Arquivo Nacional (AN). Série Justiça. Notação II¹23; p. 44.

⁶ Ofício ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, 15/07/1842. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Presidente de Província. Notação 0222 – Documentos provenientes da Secretaria de Polícia.

⁷ RPP-RJ, 1843; p. 3.

⁸ Affonso de E. Taunay. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945; p. 50-51.

aporte da cafeicultura dessas regiões ficou registrado em um documento escrito por Honório Hermeto Carneiro Leão. Em um ofício datado de cinco de setembro de 1842, cerca de quinze dias depois do fim dos conflitos militares, o presidente do Rio realizou uma tarefa ordenada alguns dias antes por Candido José de Araújo Viana, ministro do Império. Tratava-se de indicar os nomes dos indivíduos que deveriam ser recompensados por sua participação no combate aos revoltosos de São Paulo e Minas. A importância das localidades cafeeiras já aparece no prólogo do ofício:

A subscrição em Valença foi de mais de 10:000\$rs tendo concorrido para esta soma Vassouras também; igual foi a de Piraí. Em Rezende, Paraíba do Sul e S. João do Príncipe promoveram-se subscrições importantes segundo as possibilidades de seus habitantes.⁹

Em seguida, Carneiro Leão descreveu a colaboração de muitas pessoas, a grande maioria de oficiais da Guarda Nacional. Com a leitura integral do documento, tem-se uma verdadeira teia de relações entre localidades e famílias envolvidas no combate aos revoltosos e que se ligavam politicamente aos regressistas já havia algum tempo. Destaque-se, entre os clãs cafeicultores, nomes conhecidos, como os Werneck, Teixeira Leite e os Ribeiro de Avellar, sem contar a família do visconde de Baependi, vice-presidente da província, que possuía grandes tratos de terras em Valença. Ressalte-se que os Werneck e os Ribeiro de Avellar foram pioneiros que ocuparam a região de Paty do Alferes ainda no século XVIII e que no Oitocentos tornaram-se grandes cafeicultores. Talvez isso explique o cuidado de Caldas Vianna em lembrar de Paty separadamente, a despeito de seu pertencimento à vila de Vassouras.¹⁰

Não era sem fundamento, portanto, que Caldas Vianna atribuisse a vitória tanto à “briosa Guarda Nacional” como a “diversos Cidadãos” muito interessados na tranquilidade da província, todos comandados pelo presidente da província. Todavia, essa aliança entre abastados fazendeiros e a política regressista – política representada de forma cabal, nesse

⁹ Documento transcrito no *Jornal do Commercio*, durante setembro de 1956. Periódico disponível na Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos, microfilme rolo PRC-SPR 1 (672). Localização indicada do documento original: Arquivo Nacional – Presidentes do Rio de Janeiro. Correspondência com o ministério do Império. Livro 2 – 1838-1842 – Sec. Administrativa.

¹⁰ Em 1820, criara-se a vila de Paty do Alferes, que passou a ser freguesia de Vassouras treze anos depois, a mais importante do município por causa da concentração de cafezais e escravos. Cf. o capítulo 4 “A criação da vila de Paty do Alferes” do estudo de Mariana Muaze. *Memórias da viscondessa*. Família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

momento, pelo presidente Carneiro Leão – não tinha nada de natural, não surgira “por encanto”, como queria ainda o relatório de 1843. A trama de interesses começou a ser costurada no começo da montagem do poder provincial fluminense, sob as ordens de Joaquim José Rodrigues Torres, entre 1834-36, e consolidou-se, em grande medida, na presidência do futuro marquês de Paraná, sobretudo por causa de sua viagem pelas zonas de conflito.

A iniciativa de sair da sede do governo em Niterói e subir a serra foi muito elogiada de imediato, contando com a cobertura de um grande periódico do Império. Na Corte ou onde quer que o *Jornal do Commercio* daqueles dias chegasse, a campanha pôde ser acompanhada entusiasticamente por meio de cartas anônimas publicadas em suas páginas, nas quais era narrada a intrepidez do presidente, bem como as recepções calorosas que sempre o aguardavam. Em sua primeira missiva, o observador anotou que eram “incalculáveis as vantagens resultantes da viagem do Exmo. Sr. Presidente, o Sr. Carneiro Leão: sua presença e incansável atividade têm conseguido o que multiplicadas ordens não fariam”.¹¹ Pelo mesmo remetente, soube-se que, por volta do dia sete de julho, Honório esteve em Rio Preto, território mineiro, e que, uma semana depois, querendo buscar notícias da capital Ouro Preto, resolveu rumar para Mar de Hespanha, ainda do outro lado da fronteira.¹² Essa localidade, além de despontar na produção de café por essa época, foi importante para a contenção do movimento de Minas e provavelmente por isso constava na lista de Caldas Vianna, que a princípio tratava do Rio de Janeiro.

Ao abranger o vale do Paraíba fluminense e a Zona da Mata de Minas Gerais, as andanças de Honório em 1842 corresponderam, de certa forma, aos caminhos da economia e da política que uniram a cafeicultura escravista e a política regressista desde a metade da década anterior. Caminhos abertos por interesses recíprocos e que definiam, naquele momento, a linha da ordem e da legalidade frente às forças vindas de Barbacena e da província de São Paulo. Antes de entrar em detalhes pormenorizados do conflito, serão desdobradas as ligações do núcleo originador do Regresso com a província do Rio de

¹¹ Carta de 23 de junho, escrita de Paraíba do Sul, avisando que Carneiro Leão, o coronel José Thomaz Henriques e vários oficiais e praças de linha, ali tinham chegado dois dias antes. Publicada no *Jornal do Commercio* de 30/06/1842. Documento transcrito e disponível no Arquivo do IHGB, Lata 750 – Pasta 22.

¹² *Jornal do Commercio* de 11 e 24 de julho de 1842. Documentos transcritos e disponíveis no Arquivo do IHGB, Lata 750 – Pasta 22.

Janeiro e, principalmente, com a agricultura e a defesa do tráfico de escravos. No decurso dessa tarefa, ficará demonstrado o papel de Honório Hermeto na urdidura desses interesses.

2.1. Em política, fazendo rancho: Honório, os saquaremas e o vale

No dia nove de outubro de 1825, conforme noticiou o jornal *Diário Fluminense*, a galera D. Domingos chegou ao porto do Rio de Janeiro. Depois de mais de dois meses viajando desde Lisboa, desembarcaram, além de outras sete pessoas, os seguintes “bacharéis formados”:

Gabriel Mendes dos Santos, João Joaquim da Silva, Aureliano de Sousa e Oliveira, Saturnino de Sousa e Oliveira, Manuel Antonio da Rocha Faria, Honório Hermeto Carneiro Leão, Francisco Pereira Dutra, Bernardo Belisário Soares de Souza, Manuel Machado Nunes, Martiniano da Rocha Bastos, Luis Álvares de Andrade, Antonio José Monteiro de Barros, Francisco de Paula Serqueira de Laet e Joaquim José Rodrigues Torres.¹³

Quando eles começaram a travessia do Atlântico, no início de agosto, Portugal ainda não reconhecia a independência do Brasil, o que só aconteceria com o tratado assinado no dia 29 desse mês. É bem provável, portanto, que essas pessoas só tenham recebido a notícia mais tarde, depois que aportaram na capital brasileira. Alguns, como Honório Hermeto Carneiro Leão, tinham deixado o Brasil rumo ao Velho Mundo por volta de 1820, quando talvez nem vislumbassem o desmembramento do Império luso. Cinco anos e muitas incertezas depois, tudo se transformara e certos nomes não tardariam a estarem juntos na condução da nau do Estado independente.¹⁴

Por causa de interesses políticos, uns ficariam mais juntos do que outros, como, por exemplo, os irmãos Aureliano e Saturnino, que seriam conhecidos por sua influência no Paço Imperial e por se oporem ao Regresso, grupo de Honório e Joaquim José Rodrigues

¹³ *Diário Fluminense*, citado em Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957; p. 296.

¹⁴ Sobre o período de Honório em Coimbra, ver Aldo Janotti. *O marquês de Paraná*. Inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1990; p. 19-32.

Torres, também recém chegados.¹⁵ Apesar desse e outros desentendimentos, atribuiu-se, por vezes, maior importância às características da socialização e homogeneidade da elite política – formação universitária, ocupação e carreira política – do que às diferenças entre os dirigentes imperiais. De acordo com a perspectiva de José Murilo de Carvalho:

Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes. Mas quanto a isso não haveria muita diferença entre o Brasil e os outros países. As elites de todos eles vinham principalmente de setores dominantes da sociedade. Ocorre que nas circunstâncias da época, de baixa participação social, os conflitos entre esses setores emergiam com frequência. [...] A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intraelite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar um determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida principalmente pela socialização da elite [...] ¹⁶

Vale lembrar que a argumentação de Carvalho embasou-se principalmente na sua constatação de que a elite que construiu o Império era composta majoritariamente por magistrados formados em Coimbra e com treinamento na burocracia estatal. Esses pontos são essenciais para a afirmação do autor de que houve uma continuidade entre a elite política portuguesa e a brasileira, o que explicaria, em grande parte, a manutenção da unidade da ex-colônia. Mais uma vez, nas palavras do autor:

A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas dessa elite seria reproduzir na colônia outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército. **Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América.**¹⁷

De fato, a trajetória de Honório Hermeto e de outros viajantes da embarcação D. Domingos podem ilustrar perfeitamente as asserções e tabelas de Carvalho, com proximidades ainda mais impressionantes. Na segunda legislatura imperial (1830-33), debutavam no Parlamento, juntamente com Carneiro Leão, os senhores Aureliano de Sousa e Oliveira e Bernardo Belisário Soares de Souza: todos bacharelados em Direito em

¹⁵ Sobre o papel dos irmãos no grupo dos áulicos e sua oposição aos regressistas, ver Paulo Pereira de Castro. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: S. B. de Holanda (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v.2, t.2. São Paulo: DIFEL, 1985; p. 512-522.

¹⁶ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; p. 21.

¹⁷ Idem; p. 37 (grifo meu).

Coimbra, magistrados no Brasil e, finalmente, políticos pela província de Minas Gerais. No mandato seguinte, os três foram reeleitos na bancada mineira, contando então com a companhia de Gabriel Mendes dos Santos, igualmente magistrado, diplomado em Coimbra e passageiro do D. Domingos.¹⁸

Os bacharéis formados pareciam seguir à risca o mesmo roteiro. Uma olhada na bancada fluminense dessa terceira legislatura e temos Joaquim José Rodrigues Torres ao lado de Saturnino Oliveira, dois nomes também pinçados daquele navio. Porém, esses não seguiram estritamente a trilha da “homogeneidade ideológica e treinamento”. Saturnino até formou-se com o irmão, mas não entrou na magistratura e foi atuar como advogado na Corte. Rodrigues Torres, por sua vez, estudou em Coimbra leis de uma natureza distinta daquelas de seus colegas, bacharelando-se em Matemática e lecionando na Academia Militar do Rio de Janeiro.¹⁹ A preferência pelos números não o impediu, contudo, de ocupar, já em 1832, o alto cargo de ministro de Estado, juntamente com Honório Hermeto e Aureliano de Sousa e Oliveira.²⁰ Nesse começo de carreira, coube a Rodrigues Torres a pasta da Marinha, a qual ele ocuparia ainda em mais quatro ocasiões. Outrossim, seria ministro da Fazenda e presidente do Conselho de ministros por duas vezes, além de deputado, senador, conselheiro de Estado e primeiro presidente da província do Rio de Janeiro, cargo que Carneiro Leão e Aureliano também ocupariam.²¹ Como se vê, o futuro

¹⁸ Para a composição das bancadas, ver de Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*. Regime Parlamentar no Império. 3ª ed. [1ª ed. 1889] Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979; p. 284-291. Bernardo Belisário era tio de Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai. Os dois chegaram a conviver em Coimbra, estudando Direito; ver José Antonio Soares de Souza. *A vida do visconde do Uruguai (1807-1866)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 21. Dados biográficos de Aureliano em S. A. Sisson [editor]. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2vol. [1ª ed. publicada entre 1859 e 1861] Brasília: Senado Federal, 1999; vol. 2, p. 465-476. Sobre Gabriel Mendes dos Santos, há algumas informações no site do Senado Federal, na seção *Biografia de Senadores*: www.senado.gov.br/sf/senadores/

¹⁹ Dados biográficos de Saturnino em Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862; p. 199 (Disponível em: <http://books.google.com/books>). Sobre Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, ver João Lyra Filho. *Visconde de Itaboraí, a luneta do Império*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1985.

²⁰ Os três fizeram parte do ministério de 13 de setembro de 1832 – que perdurou até janeiro de 1835 –, mas só Carneiro Leão e Rodrigues Torres conviveram nele. Honório assumiu a pasta da Justiça no começo do ministério e saiu em 14/05/33. Rodrigues Torres ficou com a pasta da Marinha em 07/11/32 e saiu em 30/06/34. Aureliano passou por três pastas. Ficou de 23/05 a 7/10/33 como ministro do Império. Depois, assumiu efetivamente a pasta de Justiça a partir de 10/10/33 e, como interino, a pasta dos Estrangeiros em 21/02/34. Cf. Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*; p. 45.

²¹ O resumo da carreira de Rodrigues Torres está em J. Lyra Filho. *Visconde de Itaboraí*; p. 53.

Itaboraí pode ser usado como um exemplo perfeito da porcentagem sem formação jurídica no todo da elite política que consolidou o Império.²²

Todavia, mais do que uma estatística generalizadora, a trajetória de Rodrigues Torres servirá a este trabalho na medida em que introduz a rede de relações sociais e econômicas que acabou se consolidado na presidência de Honório Hermeto, em 1842, e que singularizou um grupo restrito de políticos no todo do Império. Por causa de suas ligações com a província do Rio de Janeiro, esse grupo viria a ser apodado de saquarema. Aliás, o primeiro presidente da província parece implicado diretamente com a origem do apelido. Conta-se que, na ocasião das eleições de 1844, o subdelegado da vila fluminense de Saquarema, pactuado com um dos ministérios do “qüinqüênio liberal” (1844-1848), teria incitado o assassinato dos eleitores que não votassem nas listas do governo. Acontece que, por ali, tinham parentes e influência os regressistas Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza, dois dos mais importantes políticos da província e da Corte, e ambos não teriam medido esforços para livrar seus apegados de qualquer desmando. A intervenção dos grados políticos nas intrigas municipais inspirou os adversários a usarem o topônimo como adjetivo denotador de favorecimento descabido: saquaremas seriam todos os apaniguados da dupla.²³ Com uma intenção pejorativa, portanto, o termo logo se espalhou pelo Império, mas não demoraria a ser usado pelos correligionários para destacar a força dos regressistas fluminenses ainda que em uma conjuntura ministerial e provincial desfavorável – durante todo o “qüinqüênio liberal”, quem presidiu o Rio de Janeiro foi Aureliano, já tornado declaradamente um desafeto dos regressistas.

Mesmo que a veracidade da explicação acima seja incerta, a sua propagação na memória não deixa de ser um vestígio da atuação proeminente de Torres e Paulino na política imperial. No que tange à historiografia, o papel dos dois ficou mais do que consagrado na expressão *trindade saquarema* – o triunvirato de Joaquim Nabuco²⁴ –, que os identificou como chefes máximos dos conservadores, ao lado de Eusébio de Queirós. Uma

²² Sobre a predominância da formação jurídica e de magistrados na elite imperial, ver J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras. A construção da ordem*; p. 65-117. A tabela que mostra a formação dos ministros está na p. 84

²³ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004; p. 118-119.

²⁴ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 ; vol.1, p. 75.

breve demonstração das ligações pessoais desses homens fará surgir uma trama na qual não tardará a tomar lugar Honório Hermeto, “o tradicional aliado da trindade”.²⁵

Serve como ponto de partida a trajetória de Joaquim José Rodrigues Torres, o dedicado estudante das ciências matemáticas, que, depois de lecionar na Academia Militar em 1826, passou dois anos em Paris a fim de “valorizar ainda mais seus cabedais aplicáveis ao ensino”.²⁶ Contudo, não seria seu zelo pela docência, que exerceu até 1833, o principal motivo da sua ascensão política. Em 1829, começou a inclinar-se para o jornalismo, ocupação que o aproximou do círculo de Evaristo da Veiga, o grande paladino do liberalismo moderado. Ao que parece, essa nova afinidade foi essencial, por exemplo, para que Rodrigues Torres alcançasse um ministério já em 1832. Nada, porém, lhe renderia mais altos dividendos políticos do que o casamento com Maria de Macedo Álvares de Azevedo.

Descendente de uma família de comerciantes e fazendeiros, Joaquim José Rodrigues Torres nasceu na freguesia de Porto das Caixas, importante escoadouro da produção agrícola da Baixada Fluminense. Os Álvares de Azevedo eram, sem dúvida, o clã com mais prestígio e ramificações em toda essa região, na qual tinham chegado ainda no século XVII, estabelecendo-se como produtores de açúcar. Por isso, o desposório com uma Álvares de Azevedo garantiu a Rodrigues Torres o reconhecimento, para além de sua localidade natal, em outros grandes centros agrícolas, como Araruama e Saquarema. A aliança das duas famílias foi ainda mais reforçada: dois dos irmãos de Maria de Macedo, também plantadores de renome, casaram-se com irmãs de Joaquim Rodrigues Torres. Com certeza, foi essa base de afinidades políticas e familiares que lhe garantiu a confiança de 63% dos eleitores fluminenses que, em 1833, escolheram-no para a legislatura imperial de 1834-37. Respaldo fundamental também para avalizar seu nome como primeiro presidente da província do Rio de Janeiro, a partir de outubro de 1834.

Antes de sucedê-lo na presidência fluminense, governando de 1836 a 1840, Paulino José Soares de Souza seguiu Rodrigues Torres no caminho do altar. Em abril de 1833,

²⁵ A definição é de Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; p. 265.

²⁶ Os dados biográficos deste parágrafo e do seguinte foram retirados do livro de J. Lyra Filho. *Visconde de Itaboraí*; p. 17 e 37-44 (a citação é da p. 38) e de Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 24-25 e 57.

casou-se com Ana Maria de Macedo Álvares de Azevedo. Sobre essa união, seu bisneto biógrafo escreveu:

Foi em grande parte devido ao seu casamento que Paulino, em breve, se tornará um dos chefes conservadores de maior prestígio na província do Rio de Janeiro. Sua mulher era cunhada de Rodrigues Torres e tinha parentesco e relações de família com os principais fazendeiros da baixada, que representavam então uma das mais consideráveis forças políticas da província.²⁷

Portanto, mais do que correligionários, dois integrantes da trindade saquarema carregaram laços familiares e fizeram-se influentes por toda a Baixada Fluminense. Para selar a proximidade entre os novos concunhados, a cerimônia aconteceu com todas as pompas na capela da residência do então ministro da Marinha Rodrigues Torres e sua esposa.

Se acabou sendo o mais renomado na política imperial, Paulino não foi, entretanto, o primeiro Soares de Souza a se casar com uma Álvares de Azevedo. Seu tio Bernardo Belisário que, em 1825, era um dos bacharéis formados em Direito a bordo do D. Domingos, casou-se alguns anos depois com Mariana de Macedo Álvares. Companheiros de travessia na volta ao Brasil, Bernardo Belisário Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres tornaram-se concunhados, elegeram-se como políticos moderados na primeira metade da década de 1830 e, depois, continuaram juntos como regressistas. Destinos que teimavam em se cruzar.

Por sinal, um outro nome da lista de 1825, e que viria a ser um dos comandantes do Regresso, teve importância direta para que o futuro visconde do Uruguai pudesse logo entrar nesse círculo de relações. Honório Hermeto Carneiro Leão conheceu Paulino na Faculdade de Direito de Coimbra, onde ambos conviveram com Bernardo Belisário. Sendo mais novo e tendo começado os estudos depois, Paulino permaneceu em Portugal após a partida do tio e do colega. No final de 1828, ainda não se formara, mas resolveu voltar ao Brasil porque as aulas haviam ficado suspensas o ano todo por causa de agitações políticas na cidade do Porto. Entre 1830 e 31, terminou seus estudos e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Como tantos outros políticos imperiais, de bacharel pulou direto para a magistratura: exerceu os cargos de juiz e, depois, de ouvidor da comarca na capital

²⁷ José Antonio Soares de Souza. *A vida do Visconde do Uruguai*; p. 44. Sobre a trajetória de Paulino, cf. a pesquisa de Pedro Aubert. *Entre as idéias e a ação: o visconde do Uruguai, o Direito e a política na consolidação do Estado nacional* (1853-1866). Relatório parcial de mestrado, FAPESP, 2009.

paulista até que, em 1832, o novo ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, o companheiro de Coimbra, nomeou-o para um cargo na Corte. Daí por diante, assim como seu concunhado Rodrigues Torres, Paulino valeu-se do casamento para fortalecer seu nome na província e ingressar na política, sendo deputado provincial em 1835, presidente do Rio em 1836 e deputado geral em 1837.²⁸

Além da nomeação de Paulino, Honório Hermeto foi responsável por encaminhar o outro integrante da trindade na política fluminense. Por indicações suas entre 1832 e 1833, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara foi nomeado juiz na Corte e, sem muita demora, tornou-se o primeiro chefe de Polícia do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por 11 anos, com apenas um breve intervalo de cinco meses em 1840. Nascido em Angola, descendente de luso-africanos estabelecidos na magistratura e no comércio de escravos, Eusébio mudou-se com a família para o Rio ainda pequeno. Formou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 1832, e logo se empregou na Corte. Nessa época, seu pai integrava o Supremo Tribunal de Justiça do Império, o que muito deve ter concorrido para a rápida nomeação do filho na magistratura. Três anos depois, Eusébio casou-se com Maria Custódia Ribeiro de Oliveira, filha órfã de um proeminente comerciante carioca. Em segundo matrimônio, sua sogra uniu-se a José Clemente Pereira, português de nascimento e um dos principais articuladores do movimento de independência do Brasil. José Clemente foi um magistrado que se elegeu deputado provincial, geral e senador pelo Rio de Janeiro, foi ministro nos dois reinados, além de conselheiro de Estado. Como não tinha filhos, fez de Maria Custódia e do genro os seus herdeiros.²⁹ Ademais, José Clemente acabou sendo, de certa forma, mentor político de Eusébio. No fim da década de 1830, ambos estavam juntos na Assembléia fluminense, engrossando as fileiras regressistas.

²⁸ Paulino nasceu em Paris, em 1807. Seu pai era natural de Paracatu, Minas Gerais, e foi estudar Medicina na capital francesa, onde acabou casando-se com Antoinette Gabrielle Madeleine Gibert. Em 1814, mudaram-se para Lisboa e, quatro anos depois, para São Luís do Maranhão, cidade em que Paulino viveu até ir estudar em Coimbra. Para os dados biográficos, ver J. Antonio Soares de Souza. *A vida do Visconde do Uruguai*; p. 9-11 e p. 21-46.

²⁹ Para os dados biográficos de Eusébio de Queirós, ver Sisson. *Galeria dos brasileiros ilustres*; vol. 1, p. 27-31, e Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 28-29 e 67-68. Sua atuação como chefe de Polícia é analisada em Thomas H. Holloway. *Policing Rio de Janeiro. Repression and resistance in a 19th- Century city*. Stanford: Stanford University Press, 1993; principalmente p. 103-165. Sobre o movimento de independência e o papel de José Clemente Pereira, ver Andréa Slemian. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006; p. 113-137.

Feito esse entrecruzar de trajetórias, nota-se que Rodrigues Torres, Paulino e Eusébio tinham sua rede de influência espalhada principalmente pela Baixada e pela Corte, regiões tradicionalmente associadas com a produção e exportação de açúcar e com o grande comércio – inclusive o tráfico negreiro – controlado pela elite mercantil estabelecida na praça do Rio de Janeiro.³⁰ O que tornava essas áreas ainda mais importantes para os novos políticos é que a maioria dos eleitores fluminenses concentravam-se ali.³¹ Entretanto, esses homens não deixariam de notar também – e de aproveitar – a crescente importância de uma outra região da província e do grupo social que lá surgia: o vale do Paraíba e os fazendeiros cafeicultores. Talvez não seja exagero afirmar que Honório Hermeto cumpriu, em grande parte, o papel fundamental de juntar esses novos interesses aos futuros saquaremas.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, a ocupação da antiga capitania do Rio de Janeiro restringiu-se à Baixada. Nesse espaço, a empresa colonial não se afastou dos moldes estabelecidos no Nordeste, sobretudo no Recôncavo Baiano, e desdobrou-se na produção açucareira e na atividade pecuária. Parece certo que o ponto de inflexão mais importante na tomada do espaço fluminense deu-se no contexto da intensiva exploração aurífera em Minas Gerais. A abertura do Caminho Novo, nos primeiros anos do século XVIII, incetivou a transposição da serra e o início do povoamento das partes altas do centro da capitania do Rio.³² À beira do novo trajeto, iam surgindo fazendas produtoras de gêneros de subsistência ou da importante cana-de-açúcar, propriedades que se destinavam a abastecer as vilas e as tropas que rasgavam o percurso em cada vez maior número e constância.

Não obstante, ao mesmo tempo em que impelia os homens a devassarem o interior, a nova estrada reforçou o papel destacado das baixas altitudes fluminenses. A cidade do Rio de Janeiro consolidou sua centralidade não apenas “por sua posição na colônia americana, mas em todo o Império português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina

³⁰ João Luis Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Sobre a definição do autor de “elite mercantil”, ver principalmente p. 262-273.

³¹ De acordo com os dados fornecidos por J. Needell, a cidade do Rio tinha 254 eleitores, a região da Baixada tinha 234 e a serra, apenas 100. Cf. *The party of order*; p. 64.

³² Sobre o início da colonização no Rio, ver Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*, p. 53-56. Sobre a importância do Caminho Novo, ver Adriano Novaes. “Os caminhos antigos no território fluminense”. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/>.

e colonial das demais potências européias”.³³ Seu porto servia de escoadouro dos produtos que vinham das minas e de receptor do que vinha do exterior para alimentar a dinâmica economia. Isso acabou se refletindo na sua transformação em sede do vice-reino do Brasil, em 1763. Dois anos depois, recém chegado no Rio, o novo governador da capitania de São Paulo escreveu as seguintes palavras para o conde de Oeiras, primeiro-ministro português:

Pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia [...]³⁴

Havia ainda um outro fator que parecia prender os homens às zonas mais próximas ao mar: a economia da Baixada reafirmou a região como parte mais significativa da capitania.³⁵ Principalmente na segunda metade do Setecentos, a agricultura canavieira expandiu-se com vigor, alcançando as terras férteis ao norte, nos Campos dos Goitacazes, e a década final do século serviu para coroar a bonança dos produtores. Entre 1789-1791, o acirramento dos conflitos envolvendo brancos, negros e mulatos em Santo Domingo – colônia francesa grande produtora mundial de açúcar e café – ocasionou um vácuo na oferta mundial que logo seria aproveitado por outras áreas.³⁶

No decorrer dos anos noventa, a produção açucareira da América lusa acompanhou as prósperas safras da ilha de Cuba e ambas aproveitaram a brecha aberta na oferta mundial. Na capitania do Rio de Janeiro, especificamente, a conjuntura favorável encetou o incremento de antigos engenhos e a abertura de novos, espalhados pelo Recôncavo da Guanabara, pelas terras mais novas dos Campos dos Goitacazes e também pelos caminhos que subiam a serra. Grande exemplo desse processo foi o engenho Pau Grande, surgido às margens do Caminho Novo. Vale lembrar ainda que foi analisando exatamente esses anos

³³ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 85.

³⁴ Idem. Como se vê, além de sua ligação com a região mineradora, a importância do Rio derivava também de sua posição estratégica em relação aos conflitos da parte meridional da colônia, envolvendo portugueses e espanhóis. Cf. o Capítulo 3 “Defesa e Segurança: a Cidade-Capital”, p. 81-102; a citação é da p. 85.

³⁵ Cf. Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; p. 54-56.

³⁶ Em 1790, Saint Domingue era responsável por quase metade da produção mundial de café e aproximadamente 1/3 da produção mundial de açúcar. Para esse dado e uma análise conjuntural do período, foi indispensável a leitura do texto de Rafael de Bivar Marquese e Dale Tomich. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 339-383.

finais do XVIII que o historiador João Fragoso identificou “um movimento peculiar, onde o capital mercantil – contrariando a sua própria definição, que o restringe à circulação – se transforma em produção, ou, mais precisamente, em uma dada forma de extorsão de sobretrabalho”.³⁷ Em outros termos, o que Fragoso notou foi que, por essa época, os comerciantes de grosso trato estabelecidos no Rio de Janeiro começaram a investir na montagem de fazendas escravistas. Os dados apresentados pelo autor mostram que os comerciantes preferiram locais da Baixada açucareira, a exemplo de Iguaçu, São Gonçalo, Macaé e Campos, mas também começaram a subir a serra do mar. Entre 1777 e 1810, na região de Campos, “o número de engenhos aumentou em 700% (50 para 400); e 71,4% das doações de sesmarias corresponderam ao período 1780-1820. Posteriormente, o mesmo fenômeno ocorreria em relação ao café, no médio vale do Paraíba do Sul”.³⁸

O que talvez escape da interpretação de Fragoso seja como esses proprietários respondiam, sobretudo, às possibilidades do mercado mundial em reconfiguração. No primeiro momento do impacto dos conflitos no Caribe, os senhores de terras e homens optaram especialmente pela cana-de-açúcar, cultura já tradicional na América lusa, inclusive no Rio de Janeiro, como se viu. Porém, logo muitos descobririam os extraordinários lucros que a cafeicultura podia auferir. Em ambos os casos, o vácuo deixado por Santo Domingo e os preços internacionais foram fundamentais nos cálculos dos fazendeiros. No segundo caso, somou-se ainda a perfeita adaptação da rubiácea à imensidão de terras por explorar serra acima. Stanley Stein notou que, no começo do século XIX, o cafeeiro ainda era um arbusto exótico por essas terras, plantado em hortas vizinhas à cidade do Rio de Janeiro e voltado apenas para o consumo local.³⁹ No decênio de 1820, a produção brasileira já se equiparava às mais destacadas do mundo e, no início da década seguinte, assumiu com folga a liderança dessa lista. Sem dúvida, a maior parte desse volume saía do vale do Paraíba fluminense.

Um relato feito nessa época de vigor econômico conta que a migração da cultura para essa região deveu-se a tropeiros que, antes de subir a serra, “passavam na fazenda de

³⁷ João Fragoso. *Homens de grossa aventura*; p. 292.

³⁸ Idem; p. 296. Ver também as tabelas que mostram a presença dos comerciantes de grosso trato do Rio na agricultura em finais do século XVIII, p. 293-294.

³⁹ Stanley J. Stein. *Grandeza e decadência do café: no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961; p. 4.

Padre Antonio do Couto”, nas cercanias da cidade do Rio, “para carregar os cargueiros com mudas de café”.⁴⁰ As terras e a altitude do vale mostraram-se ideais para a aclimação da semente, que, de pronto, pareceu vantajosa e empolgou os proprietários. Em um manual dedicado a fazendeiros, escrito em 1844, Rodrigues Cunha explicitava essa empolgação:

Se o preço do café cobre com boa margem o custo da produção e do benefício, e se, além disso, o capital investido dá um lucro superior ao de qualquer outro ramo da indústria, é natural que a produção se desenvolva o mais rapidamente possível.⁴¹

O já citado engenho Pau Grande é um bom exemplo tanto da transformação das acumulações mercantis em fazendas no fim dos Setecentos, como do alastramento da febre cafeeira. Desde 1735, a sesmaria em que o engenho foi construído esteve nas mãos da família Ribeiro de Avellar, cuja principal atividade era os negócios de grosso trato no Rio de Janeiro. Embora a proximidade do Caminho Novo favorecesse o desenvolvimento da propriedade, foi só após 1788 que ela se transformou em uma portentosa empresa açucareira. Nesse ano, Antonio Ribeiro de Avellar, o irmão e o cunhado fundaram, na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia Avellar e Santos, que concentrou todas as movimentações mercantis da família e possibilitou a liberação de capitais para o investimento pesado na promissora cultura do açúcar. A grandiosidade do empreendimento e a eficácia da produção foram testemunhadas pelo viajante Saint-Hilaire, de passagem por Pau Grande em 1816.⁴²

Durante a década seguinte, a propriedade passou a ser administrada por Joaquim Ribeiro de Avellar e sua mãe – filho e viúva do renomado negociante Antonio. Por essa época, a renda da família converteu-se totalmente do comércio de grosso trato para a posse de terras e escravos. Após o falecimento da mãe em 1828, Joaquim passou a cuidar dos negócios por meio da Avellar&Cia., em sociedade com três de suas irmãs, e comandou a passagem de Pau Grande para a cafeicultura. Na década de 1840, a paisagem da propriedade era totalmente dominada pelo “ouro verde”, produzido por mais de 700 escravos, o que lhe rendeu muita riqueza e, um tempo depois, o título de barão de Capivary.

⁴⁰ *Recompilação do Custo, Despesas e Rendimento de Hum Estabelecimento da Cultura do Caffeeiro*. Rio de Janeiro, 1835. Citado em S. Stein. *Grandeza e decadência do café*; notas 2 e 3 da p. 4.

⁴¹ Augustinho Rodrigues Cunha. *Arte da Cultura e Preparação do Café*. Rio de Janeiro, 1844. Citado em S. Stein. *Grandeza e decadência do café*; nota 54 da p. 29.

⁴² As informações sobre a família Ribeiro de Avellar e Pau Grande deste e dos próximos dois parágrafos, inclusive a citação de Saint-Hilaire, estão em Mariana Muaze. *As memórias da viscondessa*; p. 19-25

O casamento de Maria Isabel, uma das irmãs de Joaquim, também ajudou a aumentar o poder da família. Em 1823, ela uniu-se a Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro barão de Paty de Alferes e importante elo dos regressistas no coração da cafeicultura do Vale a partir da década de 1830. A junção dos Ribeiro de Avellar com os Werneck formou, com certeza, uma das maiores fortunas de Vassouras.⁴³ Também estabeleceram-se como proprietárias nessa vila membros de mais duas famílias citadas por Carneiro Leão pelos seus serviços em 1842, no combate aos movimentos armados: os Leite Ribeiro e os Teixeira Leite, ambas de origem mineira, que para aí migraram e, em 1839, obtiveram contratos para a manutenção dos trechos locais da Estrada da Polícia.⁴⁴ Por sinal, a abertura desse caminho, em 1820, bem como da mais antiga Estrada do Comércio (1813) foram fundamentais para a efetiva ocupação e fundação, em 1823, de outra importantíssima localidade cafeeira, além de Vassouras, que foi Valença.⁴⁵

Pelas famílias que abrigavam e pelo nível de opulência, essas duas vilas podem ser colocadas no topo da lista das que peticionaram a favor do tráfico negreiro a partir de 1836, em consonância com a proposta do regressista Bernardo Pereira de Vasconcelos.⁴⁶ Como demonstrou Ricardo Salles, estudando Vassouras, foi justamente na época do contrabando que houve maior concentração na posse de escravos. Em 1835, os plantéis com mais de 50 escravos correspondiam a 34% do total da vila; em 1850, corresponderiam a 74%.⁴⁷ Sem dúvida, o tráfico era negócio para grandes proprietários, e em Valença não foi diferente.

⁴³ Lembrando que Vassouras surgiu em 1833 – antes existia a vila de Paty de Alferes. Sobre a família Werneck, ver Eduardo da Silva. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; especificamente sobre Francisco Peixoto, cf. p. 60-85.

⁴⁴ Stanley Stein. *Grandeza e decadência do café*; p. 10-11.

⁴⁵ A criação das duas estradas esteve relacionada com a “política de integração do Centro-Sul”, inaugurada com a chegada da Corte em 1808. Tinham a função de regularizar o fluxo de mercadorias entre a zona produtora de mantimentos do sul de Minas e a cidade do Rio de Janeiro. Sobre o assunto, a referência indispensável é o trabalho de Alcir Lenharo. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993; p. 47-56.

⁴⁶ Sobre a ligação dos regressistas com a fase do contrabando sistêmico, é muito significativo um discurso feito por Paulino José Soares de Sousa em 28/05/1858: “Em que época, Sr. Presidente, se fundaram esses grandes estabelecimentos de lavoura formados ou reforçados **com braços adquiridos desde 1837 até 1851**, que nestes últimos anos e ainda hoje fazem avultar os produtos de exportação com que pagamos a importação?” Citado em Tâmis Peixoto Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009; p. 133 (grifo meu).

⁴⁷ Ricardo Salles. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; ver dados das p. 157-158.

Essa vila foi a primeira a peticionar aos deputados gerais no sentido de conseguir a anulação da lei de sete de novembro de 1831 e fez isso com insistência, em seis de maio e seis de julho de 1836. O segundo documento é bem interessante pelo tom de afronta que não fez questão de esconder:

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, a Câmara Municipal da Vila de Valença, tendo-vos já pedido providencias sobre a Lei de 7 de Novembro de 1831, vem hoje novamente lembrar-vos que lanceis Vossas vistas sobre a mais respeitável e interessante porção da população do Império, que a maior parte está envolvida na infração da mencionada Lei, porque a necessidade a ela os levou [...] [A lei] longe de trazer benefício a Vossos Concidadãos; os insinua à imoralidade, sua derrogação é de reconhecida utilidade, e **sua execução seria concitar os Povos a uma rebelião e formal desobediência, porque essa maioria respeitável de Vossos Concidadãos, de qualquer das formas, procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas adquiridas com tantas fátigas e suores.**⁴⁸

Os vereadores que assinaram a petição eram Anastácio Leite Ribeiro, Manoel do Vale Amado, Camilo José Pereira de Faro, João Pinheiro de Souza e o visconde de Baependi. Todos eram grandes proprietários, mas é preciso destacar o último deles, cujo nome era Brás Carneiro Nogueira da Costa Gama.⁴⁹ Ele criou estreitas ligações políticas com os regressistas, saindo do âmbito municipal para atuar no Legislativo e no Executivo provinciais. Em 1842, foi o vice-presidente de Honório Hermeto e ajudou as forças legalistas em Valença.

Outro tipo de “proprietário-político” da região, muito importante para o Regresso, foi o já citado Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Seu trabalho mais destacado não foi feito em nenhum gabinete, mas como comandante superior da Legião de Valença, Vassouras e Paraíba do Sul da Guarda Nacional, posto para o qual foi nomeado em 1839.⁵⁰ Contudo, já fazia pelo menos três anos que Francisco Peixoto era peça-chave para a influência regressista no vale do Paraíba, pois Paulino Soares de Sousa tomou-o como um “confidente político” desde o primeiro ano de sua presidência.⁵¹ Essa boa relação foi essencial no ano crítico de 1842, quando o fazendeiro e comandante defendeu com todas as

⁴⁸ Representação da Câmara Municipal de Valença, 06/07/1842. Acervo Arquivo do Senado Federal. Agradeço a Tâmis Parron pela cessão da cópia transcrita. (grifos meus)

⁴⁹ Ao analisar o documento, Tâmis Parron fornece um pequeno histórico de cada vereador. Cf. *A política da escravidão no Império do Brasil*; p. 131. Apenas para reforçar a importância do visconde de Baependi: ele era filho de Manuel Jacinto Nogueira da Gama (primeiramente, visconde de Baependi e depois, marquês), grande proprietário da região, e de dona Francisca Mônica – filha do poderoso comerciante Brás Carneiro Leão.

⁵⁰ Eduardo da Silva. *Barões e escravidão*; p. 71.

⁵¹ Cf. Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 66.

forças a proposta de ordem dos regressistas. Em fins de junho de 1842, por exemplo, ele escreveu ao mesmo Paulino, então ministro da Justiça, para prestar contas de suas ações e também mostrar, com certa dose de orgulho, o discurso que fizera aos Guardas Nacionais:

Cidadãos Guardas Nacionais – A pátria ordenou vossos serviços e prontos corresteis a obedecer-lhe: ousados rebeldes perturbaram vosso sossego; eis vós com armas para conquistá-los. Fluminenses! Mineiros! Ambos formais uma só família. Sois brasileiros, quero dizer; sois amantes da Ordem e do Trono Constitucional. [...] A estrada da honra e da glória está patente: caminhai por ela; e seja vosso guia esse pendão em que tremulam as invictas armas do Império Brasileiro.⁵²

A Assembléia provincial foi o espaço institucional privilegiado de encontro entre as propostas do grupo do Regresso que se formava na Câmara dos Deputados e os proprietários fluminenses. No seu recém inaugurado âmbito, já em 1836 e 1837 foram formuladas propostas contra a lei de extinção do tráfico de escravos. A segunda delas saiu de uma comissão liderada pelo experiente José Clemente Pereira. O documento, como notou Tâmis Parron, “deu à defesa do contrabando foros de ciência jurídica, articulando o caso concreto brasileiro a princípios gerais do Direito e vice-versa”:

nada há tão ordinário na ordem natural das coisas humanas como a tendência para adquirir braços escravos, apesar de todos os riscos, pois que a Lei de procurar meios de obter uma cômoda e mais segura subsistência, acha-se inquestionavelmente gravada pela Natureza no coração do homem: e, dadas as ponderadas circunstancias também nada há ao natural como o desalento, a tibieza e a omissão em todos aqueles a quem incumbe executar uma Lei como a de 7 de Novembro de 1831, contra a qual se tem pronunciado tão abertamente a opinião dominante do país.⁵³

Atitudes como essa tinham acolhida garantida entre os proprietários de serra acima. É importante lembrar que o complexo da cafeicultura escravista dessa região, que começou a ser montado nos anos de 1810, encontrava-se em franco crescimento e, por isso mesmo, as vilas que tinham sua fundação diretamente ligadas ao avanço do café também preparariam suas campanhas pró-tráfico.

Ao Executivo provincial também era clara a importância do grupo social que surgia. Rodrigues Torres e Paulino deixaram isso registrado nos primeiros relatórios presidenciais do Rio de Janeiro. Em 1835, o futuro Itaboraí chamava a atenção dos deputados:

Conquanto, senhores, não se possa desconhecer a conveniência e a necessidade mesma de providenciar acerca do estado deplorável de quase todas as estradas da

⁵² Carta de 23/06/1842. Arquivo Nacional. Série Justiça. II¹862.

⁵³ Citado em Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*; p. 110.

Província, ninguém tanto sofre com a falta de reparos que elas exigem, como os habitantes de cima da Serra, que, além de atravessarem íngremes montanhas, tem de percorrer bom número de léguas para trazerem ao grande mercado do Rio de Janeiro seus valiosos produtos. É por isso que devem merecer os mais constantes desvelos o estabelecimento e conservação de estradas que facilitem a comunicação com aquela fértil porção da nossa bela Província.

O presidente acabou revelando a mobilidade da fronteira agrícola do vale do Paraíba nessa época, cada vez mais expandida pela procura de terras férteis

[...] A Estrada da Estrela, que, como se sabe, é a mais freqüentada da Província, divide-se, depois de atravessar o rio Piabanha, e no lugar chamado Sumidouro, em dois ramos; um que vai à Vila de Paraíba, e daí segue ao Paraíba; outro ao Rio Preto e Barra do Mar de Hespanha. A fertilidade dos terrenos atravessados por este último ramo atrai de dia em dia maior número de pessoas, que ali se vão estabelecer, o que o torna de grande importância.⁵⁴

Três anos depois, o presidente Paulino José Soares de Sousa apresentou um quadro positivo diretamente relacionado a essa expansão avassaladora, uma vez que o café possibilitava a ocupação dos “sertões” da província.

O café desta província, cuja concorrência no mercado estrangeiro era no ano de 1810 apenas sensível, forma hoje o seu principal ramo de exportação, a qual presentemente excede a muito mais de dois milhões e trezentas mil arrobas, quase todas de primeira qualidade. Sertões, outrora incultos, ermos e cobertos de matas virgens, acham-se hoje em grande parte roteados, povoados e cobertos de estabelecimentos rurais, que daqui a alguns anos poderão talvez dobrar ou triplicar a nossa exportação e atual riqueza.⁵⁵

Foi nesse processo de expansão dos cafezais, na segunda metade da década de 1830, que Honório Hermeto Carneiro Leão estabeleceu-se como fazendeiro. Passando justamente nessa época pelo lugar em que foi fundada a fazenda Lordelo, o viajante George Gardner registrou:

A estrada corria quase toda paralela ao rio, através de esplêndida floresta, formada por grandes árvores, de troncos em geral direitos, por vezes sem galhos até à altura de mais de cem pés. Cavalgando, não pude deixar de sentir pesar pelo fato de que nestas regiões se cortam e queimam anualmente léguas quadradas de tais florestas para dar lugar ao plantio de café. [...] Sapucaia é uma pequena aldeia com poucas casas, de bem recente construção, que deve sua origem à proximidade de uma nova ponte, ora em construção sobre o rio [...]⁵⁶

⁵⁴ RPP-RJ, 1835; p. 26-27.

⁵⁵ RPP-RJ, 1838; p. 43-44.

⁵⁶ George Gardner. *Viagem ao interior do Brasil*. Principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975; p. 240.

Para desgosto do estrangeiro, a fazenda de Honório e o povoado de Sapucaia cresceriam na mesma medida em que a floresta tropical seria devastada. Provavelmente cresceria também o prestígio de Carneiro Leão, como proprietário e político, entre os fazendeiros não só do lado fluminense, mas também da nascente cafeicultura do sul de Minas.⁵⁷ Não parece exagero dizer que o estabelecimento da Lordelo é um dos elos entre os regressistas e o vale do Paraíba, construídos entre 1835 e 1842. Uma citação do bisneto de Honório sobre a presidência de 1842 (ainda que longa) serve bem para ilustrar esse processo:

O novo presidente, conquanto fosse mineiro, e desde 1830 houvesse consecutivamente representado Minas Gerais na câmara temporária, não era nada estranho à terra fluminense. Residindo na Corte a partir de 1828, fazia anos que ele se estabelecera na província do Rio de Janeiro com lavoura de café, em serra acima, fundando ali sua extensa fazenda do Lordelo, marginante ao Paraíba e fronteira ao povoado mineiro do Porto Novo do Cunha. Em suas freqüentes digressões à mencionada fazenda, e nas suas viagens a Minas, onde a maior parte de sua parentela vivia em Barbacena, trafegando por Magé e Santo Antônio do Paquequer, ou galgando o Córrego Seco pela Serra da Estrela, habituara-se a lidar muito de perto com elementos políticos de várias localidades fluminenses, entre eles firmando simpatias e dedicações. Graças a isso, e mais ainda ao íntimo convívio entre os maiores saquaremas, com os quais consoante voz geral, “em política sempre fizera rancho”, já em 1836, numa hora periclitante de sua carreira, Honório Hermeto fora eleito deputado pelo Rio de Janeiro [...] E mais recentemente, quando em 1841, em revide às *eleições do cacete*, dantes realizadas pelo ministério maiorista, feriu-se o pleito para renovação da assembléia provincial, que então tornar-se-ia a mais luzida dentre quantas já se tinham reunido no Brasil, não se esqueceram os saquaremas de eleger para tão notável corporação, justamente para o biênio de 1842/43 o prestigioso chefe da grei conservadora, que dentro em breve viria presidir-lhes a província.⁵⁸

⁵⁷ Sobre a formação da cafeicultura mineira, ver Monica Ribeiro de Oliveira. *Negócios de família*. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru/ Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005; principalmente os três primeiros capítulos.

⁵⁸ Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. “A presidência do Rio de Janeiro em 1842”. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. VI, ano 1945, p. 139-167. Cópia digital gentilmente cedida pelas funcionárias do Arquivo Histórico do Museu Imperial.

2.2. Nada do que digo se deve publicar: entre os escritos de Honório e a produção de uma versão oficial de 1842

Na virada de 1840 para 1841, chegaram à Câmara dos Deputados algumas petições que denunciavam fraudes e violências que teriam marcado as primeiras eleições ocorridas após a aclamação de Pedro II, que definiram os deputados da quinta legislatura imperial. O que acirrou a polêmica na época foram as relações entre os expedientes escusos e o gabinete que ascendera ao poder com o golpe parlamentar da maioria, ocorrido em julho de 1840.⁵⁹ A partir de maio de 1841, quando um novo ano legislativo já começara e políticos do Regresso dominavam novamente o ministério, as petições embasaram uma intensa carga de críticas contra os últimos procedimentos eleitorais.

Ocupando a linha de frente desses ataques, estava o deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, que representava bem o posicionamento dos regressistas nessa virada de década, de momentos tão críticos para a política imperial.⁶⁰ Em 1840, posicionou-se até o fim, de maneira contundente, contra as propostas de declaração imediata da maioria de Pedro II, então um menino de 14 anos. Para ele, a questão só poderia ser resolvida por meio de uma reforma constitucional.⁶¹ A aclamação imediata do novo imperador em 23 de julho significou uma derrota para seu grupo, mas eles não demoraram a retomar o poder.

No dia 23 de março de 1841, as pastas ministeriais voltaram ao controle de uma maioria regressista: Paulino José Soares de Sousa, José Clemente Pereira, Miguel Calmon du Pin, Candido José de Araújo Viana.⁶² No entanto, não bastava só renovar o Executivo. O

⁵⁹ Sobre o Golpe da Maioridade e o Gabinete Maiorista, ver Octávio Tarquínio de Sousa. *Três golpes de Estado*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988.

⁶⁰ Agradeço a Roberto Saba pela indicação da participação fundamental de Honório Hermeto nesses debates. O autor estuda as referidas petições na sua pesquisa de mestrado *As Vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2010.

⁶¹ Para um panorama da atuação de Honório nas discussões da maioria, ver Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná*. Um varão do Império. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962; p. 71-85.

⁶² Eles eram, respectivamente, ministros da Justiça, da Guerra, da Fazenda e do Império. Completavam o governo o marquês de Paranaguá, ministro da Marinha, e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ministro dos Estrangeiros. Cf. Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*; p. 83-87. Parece que foram as desavenças no interior desse ministério que definiram o rompimento dos regressistas com Aureliano. Sua permanência no governo foi a principal causa do pedido de demissão coletiva em janeiro de 1843. Cf. Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 104-105.

deputado Honório Hermeto ia mais longe e questionava a legitimidade da representação nacional:

O ministério passado mandou para as províncias onde queria vencer nas eleições presidentes ad hoc, presidentes de sua afeição particular, como para Minas, São Paulo etc. Presidentes que partilhavam a opinião política dos ex-ministros. Não temos censurado a escolha dos agentes do poder da opinião política do ministério passado, mas porque, na posição particular em que se achavam, quiseram, segundo o sistema de seu governo, vencer com violência, não fazendo com que a administração fosse aceita pelo país [...] se, enfim, tratassem de consultar os verdadeiros interesses do país, deixando as pequenas idéias egoístas que algum dia professaram, poderiam ter obtido a maioria da nação: mas isto é o que nego que fizeram: pretenderam conquistar a maioria pela força, pela fraude e pela violência e por isso é que eu os condeno.⁶³

Na sua opinião, era extremamente recriminável e ilegítimo que a maioria da nação (entenda-se a maioria dos deputados) fosse conquistada pela força e pela fraude. A campanha feita por ele e por seus correligionários deve ter contribuído muito para a cristalização da memória das eleições de 1840 como sendo as “eleições do cacete” e que, até hoje, influencia as interpretações sobre o processo eleitoral no Brasil monárquico.⁶⁴ De forma mais imediata, a oposição aberta com a chegada das petições no Parlamento conseguiu embasar uma importante decisão que afetou diretamente os destinos do Império.

Praticamente um ano depois, em 1º de maio de 1842, apresentou-se aos novos deputados o decreto imperial que dissolvia a quinta legislatura antes mesmo do início das suas atividades. O ato do Poder Moderador era justificado pelo relatório que o ministério de 23 de março apresentara ao imperador:

Uma câmara legislativa eivada em sua origem por tantos vícios e crimes, desconceituada na opinião geral dos brasileiros que os testemunharam, jamais poderá conciliar a estima, veneração e prestígio que produzem a força moral, tão necessária a tais corpos políticos e à manutenção do regime representativo. Os seus atos não podem encontrar aquela obediência tão fácil e voluntária que é filha da convicção que têm os governados de que para eles concorreram por meio de uma eleição livre. Nem ela conseguirá, quaisquer que sejam seus esforços, dominar a razão social.

Entregue necessariamente à publicidade tudo quanto se passam em uma câmara legislativa, chama para o campo da discussão a inteligência, as paixões, os interesses de todos os membros da associação, é cotidianamente julgada, e condenada ou aprovada. De quanta força moral deve ela gozar, de quanta confiança

⁶³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 25/05/1841. Citado em Roberto Saba. *As Vozes da Nação*; p. 100-101.

⁶⁴ Para uma crítica dessas interpretações, ver o capítulo 3 de *As Vozes da Nação*, citada acima.

deve ser revestida, para que não sofra quebra a sua autoridade por essas cotidianas sentenças?

Uma câmara legislativa desconceituada é a pior calamidade que pode afligir uma nação.⁶⁵

Os vícios e crimes que desconceituavam os legisladores na opinião dos ministros referiam-se às fraudes e à virulência que teriam garantido a eleição de uma maioria afinada com o antigo ministério. Como se vê, os argumentos incitados pelas petições serviram ao novo governo para derrubar seus adversários e poder compor um novo ambiente parlamentar, favorável aos seus desígnios. Contudo, alguns grupos não aceitaram tranquilamente essa reviravolta. A dissolução prévia da Câmara serviu de estopim para o movimento armado que eclodiu na província de São Paulo, a partir de 17 de maio, e depois em Minas Gerais.

Na verdade, o clima político em São Paulo já estava conturbado há um bom tempo e acirrou-se muito depois que Rafael Tobias de Aguiar foi demitido da presidência paulista em julho de 1841, por ordem do novo ministério.⁶⁶ Ao findar a legislatura de 1838-1841, o descontentamento de alguns políticos paulistas era grande também em razão das leis que eles maldiziam opressoras e que os deputados gerais, ainda a maioria regressista eleita em 1836, acabavam de aprovar: a lei de interpretação do Ato Adicional, de 1840, e a lei de Reforma do Código Criminal, de três de dezembro de 1841. Atacando principalmente a primeira delas, o experiente político Diogo Antonio Feijó preparou uma declaração aos recém eleitos deputados provinciais de São Paulo, datada de 1º de janeiro de 1842, e que logo ganhou publicidade na Corte por meio das páginas do *Jornal do Commercio*:

Senhores da assembléia provincial – Da câmara dessa capital recebi o diploma de deputado provincial. Sinto que a enfermidade que soffro não me permita tomar parte nos nossos trabalhos. Sendo estes principalmente agora de suma importância, convém que eu dê lugar a quem dignamente represente o caráter paulistano.

Senhores, a marcha da assembléia geral tem sido muito desagradável aos que amam e respeitam as instituições juradas. As assembléias provinciais, pela intitulada interpretação do Ato Adicional, foram privadas de suas mais preciosas atribuições; elas ficaram reduzidas a simulacros de representação. A aquiescência das mesmas assembléias deu ocasião às reformas atuais, o que tanto vai alterando o espírito de paz e de ordem que até aqui reinava nos povos; e se estas forem toleradas,

⁶⁵ Anais da Câmara dos Senhores Deputados (ACD). 1º de maio de 1842. *Relatório a que se refere o decreto de 1º de maio, dissolvendo a Câmara dos Deputados*.

⁶⁶ Sobre o movimento de 1842 em São Paulo, ver Erik Hörner. *Guerra entre pares*. A “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2005. Os antecedentes do conflito armado são expostos nas p. 68-109.

brevemente a constituição se tornará irrisória e nominal entretanto que ficaremos debaixo do absolutismo.

Cumpra pois que a assembléia provincial use de uma linguagem enérgica, e corajosa desperte o antigo pundonor e coragem que sempre distinguiu os Paulistas, os quais de certo tempo para cá tem sido, senão vilipendiados, ao menos muito pouco considerados.⁶⁷

Sentindo-se combalido, o ex- regente renunciava ao seu lugar de deputado, mas não deixava de usar sua ascendência para inflamar os outros representantes de São Paulo contra as “reformas atuais”. Para ele, o protagonismo que os paulistas tinham que assumir naquela hora tinha raízes históricas:

Quando me lembro que nas cortes constituintes portuguesas se ouviu, pela primeira vez, expressões enérgicas e decididas dos paulistas que recusavam ser vilipendiados por aquele congresso: quando me lembro que nas margens do Ipiranga [ilegível] se proclamou a independência do Brasil: quando me lembro, enfim, que os Paulistas se distinguiram sempre pelo amor da liberdade, e que há mais de vinte anos gozam dela, conheço a necessidade de acordardes as autoridades supremas, para que estas retrocedam, ou pelo menos, parem na marcha encetada.⁶⁸

A rapidez da Assembléia paulista deve ter agradado a Feijó. No dia 29 de janeiro, a instituição preparou uma representação ao imperador, pedindo a revogação das “leis opressoras” e a demissão do “atroz Ministério”. O resultado, no entanto, ficou longe do desejado. Em nome do monarca, o ministro do Império Araújo Viana simplesmente recusou receber o documento. Dessa forma, o descontentamento em São Paulo aumentava e, nesse começo de 1842, talvez não fosse mais bem expresso do que nas páginas do periódico *O Tebyreçá*. Em um artigo-manifesto do mês de fevereiro, os redatores acusavam que Pedro II vinha sendo vítima de coação e quem governava de fato era o “imperador Vasconcelos I”. O desfecho era ainda mais bombástico: “Nem-uma Nação no Mundo se elevou sem que passasse por um baptismo de sangue: pois bem a sagrada pia se prepara: a luta mais hoje, ou mais amanhã será travada [...] Paulistas, união e coragem!”.⁶⁹ Ficava clara a oposição à preponderância que os regressistas, personificados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, tinham dentro do governo. Contra isso, os paulistas deveriam pegar em armas sem titubear.

Na Corte, esse desacordo com o ministério era propagandeado como mesquinha que colocava em risco o país. O *Jornal do Commercio*, que havia publicado a declaração de

⁶⁷ Jornal do Commercio, 18/01/1842.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Sobre *O Tebyreçá*, ver Erik Hörner. *Guerra entre pares*; p. 123-125. As citações, tanto da representação da Assembléia quanto do jornal, são das p. 124-125.

Feijó em 18 de janeiro, quatro dias depois abriu espaço para um comunicado anônimo e sem economia nas críticas:

Publicaram ultimamente as folhas desta capital uma declaração ou protesto, ou o que quer que seja, do Sr. Diogo Antonio Feijó [...] Em 1839 dizia ele que o *espírito da insubordinação e anarquia lavrava por toda parte, que as leis eram más* [...] Entretanto, agora insinua ele que as reformas que foram ultimamente votadas não devem ser toleradas. [...]

Suporíamos convicção, suporíamos sinceridade nos clamores com que a oposição nos estruge os ouvidos contra essa lei, se a veemência de seus ataques não nos revelasse antes que não contra a lei, mas sim contra os homens do poder, é que ela assesta seus continuados tiros, sem despeito aos meios de que se serve, mas tendo somente em vista alcançar o fim. [...]

O frenesi dos ambiciosos despeitados parece querer conservar-nos sempre abismados no rodopio da desordem: ainda uma vez, isto é nimiamente doloroso. Assaz temos sofrido: o de que precisamos é repouso. Concluímos dizendo que confiamos que a província em que a oposição se ostenta mais fortalecida será justamente uma daquelas que mais provas continuará a dar de seu amor à ordem, de sua sincera devoção às leis do país. A grande maioria dos Paulistas sabe conhecer seus verdadeiros interesses.⁷⁰

Com certeza, não foi a demonstração de amor que o escritor anônimo esperava. Ainda assim, foi em nome da Pátria, da Santa Religião, do Imperador e da Constituição Jurada que, quatro meses depois, os paulistas partiram para o confronto armado sob o comando de Rafael Tobias de Aguiar, nomeado presidente interino da província.⁷¹ Ambos os grupos, governo e oposição, reivindicavam para si a bandeira da ordem imperial, mas tremulavam-na por motivos diferentes. De sua parte, o *Jornal do Commercio*, desde a publicação do texto de Feijó até a cobertura das andanças de Honório Hermeto, continuou servindo como um verdadeiro órgão governamental, publicando tudo que favorecesse o ministério e desmoralizasse os oposicionistas. Por exemplo, deve ter sido com muito regozijo que o redator imprimiu, na primeira página da edição de seis de fevereiro, a carta do ministro Araújo Viana para Vergueiro, negando o recebimento da representação de São Paulo:

Ilm. e Exm. Sr. – Levei ao conhecimento de sua majestade o Imperador a carta datada de ontem, em que V. Ex. comunica ser membro de uma deputação que a assembléia legislativa da província de São Paulo envia ao trono, para apresentar a representação de que V. Ex. remete cópia, e requer designação de dia, hora e lugar,

⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 22/01/1842 (*itálico no original*).

⁷¹ Vale lembrar que Tobias de Aguiar fora demitido da presidência paulista pelo ministério de 23 de março Cf. Erik Hörner. *Guerra entre pares*; principalmente o Capítulo III “A Guerra: combates, combatentes e bandeiras”.

para desempenho dessa comissão: E o mesmo augusto senhor ordena que, devolvendo a V. Ex. a referida cópia, lhe faça saber que, sendo de sua rigorosa obrigação observar e fazer observar a lei fundamental do império, mantendo em sua integridade a forma do governo jurado pela nação, **tem resolvido não receber a deputação portadora de uma representação ofensiva da constituição, no artigo 15, § 8º, e nos artigos 71, 83 e 84, bem como da lei das reformas da mesma constituição, nos artigos 9, 10 e 11**, que tão clara e terminantemente marcam as atribuições das assembleias legislativas provinciais, e o modo por que elas se devem comunicar com os poderes supremos do estado: **acrescendo que, ainda mesmo na ausência destes defeitos radicais de que a representação abunda, bastariam a linguagem descomedida em que é concebida e a maneira descomposta e criminosa com que aí são tratados os ditos poderes supremos, para que ela não fosse digna de subir à presença do mesmo augusto senhor.**⁷²

A resposta era uma grande derrota para a Assembléia paulista. Além da negativa, foram acusados de extrapolar suas atribuições e quebrarem as regras de decoro em relação aos poderes máximos do Império.

Teor e recepção bem distintos teve a manifestação dos deputados fluminenses. No começo do mês de março, eles discutiram em algumas sessões da Assembléia provincial a pertinência de enviar uma representação ao imperador. A redação foi apresentada e aprovada no dia 18 e, provavelmente muito confiante do sucesso da empreitada, o então presidente da província Honório Hermeto Carneiro Leão oficiou sem demora para o ministro do Império, pedindo que o monarca recebesse a deputação fluminense.⁷³ Em cópia inclusa, ele enviava a mensagem na qual a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, “em nome dos habitantes da populosa e rica Província que tem a honra de representar”, rogava

a V. M. I. Se digne de ainda uma vez aceitar os votos de puro amor e lealdade que, em grau tão subido, consagra à Pessoa Augusta de V. M. I e os de sua firme e inabalável adesão às Instituições Monárquico-Constitucionais-Representativas que o Brasil tem jurado e que saberá defender e sustentar a todo custo, como as únicas próprias para levar o vasto Império de Santa Cruz ao engrandecimento e prosperidade a que por sua vantajosa posição, elementos de riqueza, e progressiva civilização tem direito a aspirar.

E como esteja a mesma Assembléia na firme persuasão de que tão preciosos bens jamais se poderão obter quando do grito das facções, e às suas exigências só se tenha de responder com criminosa fraqueza ou repreensível indiferença; e como os considere incompatíveis com a alteração da ordem pública, cujos resultados, afrouxando os laços sociais, são sempre funestos à Causa da Liberdade, tão essencial do sólido progresso das Nações, **não pode por isso deixar de agradecer sincera e cordialmente ao Governo de V. M. I. os esforços que tem empregado para dotar o país com Leis e medidas tendentes à manutenção da**

⁷² Jornal do Commercio, 06/02/1842. A carta de Araújo Viana é datada do dia anterior (grifos meus).

⁷³ O andamento das discussões, da proposta inicial até a aprovação da redação, foi exposto no Correio Official da Província do Rio de Janeiro; cf. edições de 12 a 31/03/1842.

tranquilidade e segurança pública; e bem assim o denodo com que tem sabido sustentar a independência e livre exercício dos Poderes Políticos, tão garantidos e consagrados no Pacto Fundamental da Nação. [...] ⁷⁴

Não se tratava de simples desavença envolvendo províncias vizinhas para bajular o imperador. O que as representações apontavam era, mais uma vez, a disputa entre os regressistas e os políticos da oposição, que em São Paulo ostentavam-se mais fortalecidos – segundo a avaliação publicada no *Jornal do Commercio* e transcrita acima. Na deputação que assinou o documento fluminense, destacavam-se Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara e o rico proprietário e vice-presidente da província, visconde de Baependi. ⁷⁵ Somente esses dois nomes já seriam suficientes para mostrar como os homens do Regresso valiam-se de suas posições para defender seus interesses no âmbito provincial e nacional e associá-los a uma noção de ordem. Porém, havia muitos outros para reforçar essa afirmação.

A leitura do *Termo da eleição dos 36 deputados que hão de compor a Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro, no biênio 1842-1843* revela o quão impressionante era a influência dos regressistas. O deputado mais votado foi Paulino José Soares de Sousa, seguido diretamente pelo visconde de Baependi e por Joaquim José Rodrigues Torres. Depois, apareciam Eusébio, em sexto; seu sogro José Clemente Pereira, em décimo; e Honório Hermeto Carneiro Leão, como décimo oitavo mais votado. ⁷⁶ Acontece que três deles nem teriam tempo de esmerar-se no Legislativo provincial, pois já representavam o grupo em outras esferas. Paulino e José Clemente atuavam no ministério de 23 de março de 1841, no qual tinham a companhia do baiano Miguel Calmon du Pin, importante liderança regressista frente às bancadas do Norte, e de Candido José de Araújo Viana, político influente junto ao imperador e que se juntara ao Regresso na oposição à regência de Feijó. Foi justamente Araújo Viana que, na função de ministro do Império, nomeou Honório Hermeto para a presidência do Rio, em outubro de 1841, o que lhe obrigou a abrir mão do lugar conquistado na Assembléia. Diante desses dados, não é

⁷⁴ Documento disponível no acervo da Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Referência: II-34,21,35 (grifos meus).

⁷⁵ Completavam a lista os senhores Manoel de Freitas Magalhães; Fernando Sebastião Dias da Motta; José Ignácio Vaz Vieira; Francisco José Cardoso e Ignácio Manoel Álvares de Azevedo, nomeado chefe de Polícia da província por Honório Hermeto.

⁷⁶ O *Termo* foi publicado no *Jornal do Commercio*, de 20/01/1842. Vale a pena citar que a lista de regressistas ainda era complementada pelos novatos João Manoel Pereira da Silva, autor de *Memórias do meu tempo*, e Ignácio Manoel Álvares de Azevedo, o chefe de Polícia de Honório.

exagero dizer que esses homens dominavam o cenário do Rio de Janeiro e, mais do que isso, pareciam dominar o todo da política imperial.

Essa impressão reforçou-se, de certa forma, quando Pedro II respondeu que aceitava com satisfação a congratulação dos deputados fluminenses, lembrando que “sem respeito à Constituição do Império, sem obediência às Leis, não pode haver ordem, nem liberdade, nem felicidade”. Esperava ainda que “a Assembléia Provincial, contendo-se, como até agora, nos limites das suas atribuições promova com desvelo a prosperidade da Província que nela confiou”.⁷⁷ Mais do que mera formalidade entre diferentes instâncias do Estado, a ação da Coroa de acolher os votos de uma deputação e recriminar as intenções da outra acabava por traçar os limites da ordem e definir seus inimigos. Esses limites da ordem tornaram-se cada vez mais coincidentes com as fronteiras da província do Rio de Janeiro. Geograficamente, o município neutro da Corte era totalmente cercado pela província fluminense; simbolicamente, esse pertencimento transformaria a província em um baluarte da ordem imperial frente às duas vizinhas rebeladas.

O que se tentou mostrar até aqui foi que essa associação entre a Corte – como centro da ordem monárquica – e a província que a cercava não teve nada de natural, não foi determinada simplesmente pelas ligações geográficas. Tiveram papel primordial nessa obra os políticos regressistas, principalmente os que trabalharam pelos interesses da Baixada e do vale do Paraíba fluminenses. Ao pegarem em armas, os adversários das reformas legislativas de 1840 e 1841 propiciaram a ocasião crucial para que esses homens do Regresso atrelassem seu projeto político e a agricultura do Rio de Janeiro a uma noção de ordem imperial. No entanto, não conseguiram isso de forma fácil.

A despeito do que a brevidade dos confrontos pode sugerir, não houve um desfecho simples e as tensões foram fortes inclusive na província do Rio de Janeiro, especialmente depois do começo da revolta na cidade mineira de Barbacena, a 10 de junho. Desde então, a preocupação das autoridades pareceu avultar-se, a ponto do presidente Honório Hermeto Carneiro Leão oficial seis dias depois ao ministro do Império avisando que partia no dia seguinte para Rezende, onde planejava cuidar melhor da situação. A resposta do ministro não tardou e avisava “que S. M. o Imperador esperava do seu reconhecido zelo a expedição

⁷⁷ A resposta do imperador foi publicada no Correio Official da Província do Rio de Janeiro, edição de 31/03/1842.

de acertadas providências não só para evitar o contágio, como também para se restabelecer a ordem nos municípios perturbados.” Acrescentava ainda que “o mesmo Augusto Senhor, no intuito de se conseguir este duplicado fim, havia desanexado da província de S. Paulo, e incorporado à do Rio de Janeiro os municípios de Cunha, Bananal, Arêas, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá, como constava do decreto que lhe remetia por cópia”.⁷⁸ Todas essas vilas eram administrativamente parte de São Paulo, mas pode-se dizer que geográfica e economicamente pertenciam ao rico vale do Paraíba cafeeiro, juntamente com outras tantas vilas fluminenses. Isso pode explicar a atenção especial das autoridades estatais com a região.

O cuidado parecia tão necessário que Carneiro Leão não estacionou em um lugar. Dos quase cinquenta dias que permaneceu longe da capital provincial Niterói, grande parte deles passaram-se nas vilas de Paraíba do Sul, Valença e no sul mineiro. A correspondência que deixou revela decepção, insegurança e temor pelo futuro da ordem do Império. Melhor dizendo, temor pela ordem que ele pretendia instaurar.

Nomeado presidente da província do Rio de Janeiro por Carta Imperial de quatro de outubro de 1841, Honório Hermeto assumiu o cargo em 1º de dezembro do mesmo ano. Como era de praxe, coube a ele apresentar, no mês de março, o Relatório da Presidência aos deputados da Assembléia provincial. Em geral, o balanço que fez dos três primeiros meses de sua administração eram positivos. Mostrava, entretanto, uma atenção especial com as estradas, com a instrução pública e com a segurança, no que seguia as diretrizes abertas por seus antecessores, sobretudo Rodrigues Torres e Paulino,⁷⁹ em busca do que consideravam um maior grau de civilização para a província.

Sobre as estradas, percebe-se a associação que Honório fazia entre a necessidade de melhoramentos e a expansão da fronteira agrícola no sentido de ocupar novas áreas do

⁷⁸ O ofício de Araújo Viana, de 18 de junho de 1842, está disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Presidente de Província, 1842. Notação 0009 – Documentos provenientes do Ministério do Império. Trechos do documento citado estão transcritos e disponíveis no acervo do IHGB. Lata 750 – Pasta 22. O decreto de desanexação dos municípios paulistas é do dia 18 de junho. Vale acrescentar que, na mesma data, o imperador tomou outra medida extraordinária ao declarar estado de sítio e suspender por um mês as garantias constitucionais no município neutro e em toda a província fluminense.

⁷⁹ Depois de Paulino, a presidência ficou, por cerca de sete meses, com Manoel José de Sousa França, nomeado pelo gabinete da Maioridade. Honório veio em seguida, sendo, portanto, o quarto presidente nomeado. Cf. a relação em Maria de Fátima Gouvêa. *O Império das Províncias*; p. 349-351.

interior, ou, em outros termos, civilizar os sertões. No despontar da década de quarenta, os cafezais já avançavam pelo vale para além de Sapucaia – onde Carneiro Leão estabelecera-se como fazendeiro – e alcançavam as terras de Cantagalo.⁸⁰ Isso devia fazer parte dos cálculos do presidente, que mostrou preocupação em garantir a ligação entre essa vila e a de Macaé, no litoral norte do Rio:

Esta estrada, à vista do atraso em que se acha, não é provável que se conclua até 15 de outubro do corrente ano, época em que termina o prazo dos contratos; entretanto cumpre promover-se o seu acabamento, pois sendo a única das empreendidas, que pelo seu plano e contratos feitos, não deve ter em nenhum lugar maior declividade que de 1:14, **dará ela, terminada que seja, trânsito a carruagens e carros, e permitindo a adoção dessa espécie de transportes, será de imensa utilidade para o município de Cantagalo e Sertões do Macabú, ora quase incultos.** Contudo, devo dizer-vos que a perfeição depende ainda de futuras despesas, pois nos contratos celebrados não se compreende o seu total empedramento, ou macadamizamento [sic], que reputo necessário para a sua conservação; **acrescendo que a continuação da dita estrada até Macaé se torna indispensável, visto que o Porto da Sapucaia não presta cômoda navegação até a dita vila.**⁸¹

Além da promoção dos caminhos da agricultura, os futuros saquaremas fizeram também da instrução pública uma outra forma de alcançar as nações civilizadas, como já notou Ilmar Mattos.⁸² De acordo com o biógrafo Maurílio de Gouveia, o presidente Carneiro Leão dedicou especial atenção ao assunto, sendo

sem dúvida, um dos precursores das admiráveis campanhas de alfabetização dos pequenos patrícios fluminenses. Penetrando no interior da província, levando às mais afastadas povoações as luzes benfazejas do seu programa de instrução primária, só por isso o presidente se recomendaria à admiração do povo que governava.⁸³

Carregado no encômio, o trecho serve ao menos para ilustrar o caráter de missão salvadora que a instrução tinha para os saquaremas e, certamente, para todos os dirigentes imperiais – e continuava tendo para o biógrafo do século XX. Tratava-se de conduzir a maioria da população dos sertões distantes para a civilização, tirar das trevas para as luzes. Apesar dos elogios rasgados de Gouveia, Honório apontava, no relatório de 1842, que ainda

⁸⁰ Gouvêa explica: “Se as décadas de 1820 e 1830 foram marcadas pela ocupação das áreas ocidentais da província fluminense, a partir de 1840 essa tendência foi reorientada em direção às áreas centro-leste e norte da província. A plena incorporação das terras de Cantagalo forneceu um impulso tremendo na continuação da expansão da produção cafeeira na província [...]”. Cf. *O Império das Províncias*; p. 47.

⁸¹ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (RPP-RJ), 1842; p. 9-10 (grifos meus).

⁸² Cf. Ilmar R. de Mattos. *O tempo saquarema*; parte “A formação do povo”, p. 264-291.

⁸³ Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná*; p. 101.

havia muito por fazer. Seus dados mostravam que 1.344 pessoas estavam nas escolas da província, “sendo nas do sexo masculino 1.018, e nas do feminino 326”, o que era

número diminuto em relação com o das Escolas, e com a facilidade de as frequentar, que estabeleceu a Lei Provincial, que ordena não só o fornecimento de utensis [sic] para essas Escolas, mas também o de papel, tinta, etc., o que devia convidar aos pais, ainda os mais destituídos de meios, a aí enviarem seus filhos. Pelo Relatório do Diretor que vos será remetido, conhecereis quais os obstáculos que, na sua opinião, podem embaraçar o pleno desenvolvimento da instrução primária; aqueles cuja remoção depender de medidas do Governo, serão por mim oportunamente considerados.⁸⁴

Percebe-se que a propagação das “luzes benfazejas” era obstada por fatores que fugiam ao controle do dirigente, tais como o que ele considerava a reticência dos pais. Talvez fosse por causa desses problemas encontrados no interior que Honório considerasse preciso reforçar o foco irradiador das “luzes”: a cidade capital. Em sua opinião, por exemplo, era incompreensível que o único Liceu da província estivesse instalado em Angra dos Reis:

Não é possível hoje enxergar-se motivo razoável da preferência dada à Cidade d’Angra dos Reis sobre esta Capital, onde a inspeção do Governo sobre o ensino, direção do estabelecimento, e moralidade dos Professores poderia ser melhor exercida. Se os Cofres Provinciais pudessem dotar três estabelecimentos da mesma natureza, tocando um a Niterói, outro à Cidade de Campos, o terceiro poderia caber à Cidade d’Angra; mas não sendo possível manter mais que um, a sua colocação natural, na minha opinião, devia ser nesta Capital.⁸⁵

Sede da administração provincial, a Imperial Cidade de Niterói deveria estar acima de todas as outras municipalidades e igualar-se à Corte em termos de vida civilizada, guardadas as devidas proporções entre as duas. Para isso, vinham concorrer tanto o início do erguimento do novo prédio da Igreja Matriz – pois o antigo “não é digno da Capital da Província, e não é provável que olheis com indiferença o projeto de edificar uma nova

⁸⁴ RPP-RJ, 1842; p. 5.

⁸⁵ Idem; p. 6. Não foi por acaso que Honório citou Campos. Nas palavras de Maria de F. Gouvêa, essa vila era “frequentemente referida como *verdadeiramente fluminense* em oposição a Niterói, que era considerada mais intimamente associada com as questões nacionais e com a cidade do Rio de Janeiro, local de assento da família imperial [...] Campos, com grande freqüência, foi considerada como local para acomodar a nova capital provincial fluminense. O fato de que o município sempre manteve uma forte economia local, profundamente dedicada ao suprimento do mercado interno, reforçou a visão de que a identidade provincial deveria ser gerada ou coordenada a partir de um nível propriamente regional”. Cf. *O Império das Províncias*; p. 33 (*itálico* no original).

Matriz” – quanto a remodelação e execução do projeto do Teatro de Niterói, de iniciativa do renomado ator João Caetano.⁸⁶

Porém, nada disso teria valor se na província não predominasse a segurança e a tranqüilidade pública. Não é por outra razão que o assunto encabeçava o Relatório, dando ensejo para Honório propagandar a reforma do judiciário que seu grupo político acabara de aprovar na Câmara dos Deputados:

Apesar de não ter de mencionar alteração na segurança e tranqüilidade pública, não posso dar-vos esta Província como isenta totalmente do mal, que se deplora em todas as outras do Império: a impunidade, a abundância de delitos, quer públicos, quer particulares, que à sombra dela se cometem, a parcialidade dos Juízes, que ou não perseguem os delinqüentes, ou o fazem dirigidos mais pelo espírito e fórmulas de vingança do que pelas da justiça, são males, que mais ou menos se ressentem em todos os Termos: a sua minoração espero que virá da execução da Lei de 3 de dezembro do ano passado, de que atualmente se trata.⁸⁷

A Reforma do Código Criminal de 1832 era apresentada como o remédio para todos os males que assolavam o Império, principalmente as disputas pelo poder local. Aliás, o único caso concreto de perturbação da ordem citado pelo presidente Honório derivava justamente de disputas desse teor:

Conquanto esteja estacionada na Vila do Pirai uma força de 40 homens, 20 do Corpo Policial desta Província, e 20 de Municipais Permanentes da Corte, contudo essa medida não foi motivada pela necessidade de reprimir notáveis delitos cometidos, antes se dirigiu a prevenir o mal em sua origem. Avultado número de homens, que se diziam assalariados por pessoas poderosas do lugar, vagavam armados, e incutiam terror à população pacífica; e além disso esses mesmos poderosos, que entretinham homens armados se acreditavam reciprocamente ameaçados em suas vidas. À discreta prudência do Juiz de Direito da Comarca de Vassouras cometi, já o recrutamento dos vadios, que em vez de dedicarem-se a trabalhos úteis, tem por habitual ocupação formar o séquito dos poderosos; já a prisão de desertores e criminosos, que entre eles existiam [...]⁸⁸

Como o tema da tranqüilidade pública servia de credencial para a administração da província, é claro que Honório podia exagerar a pena ao descrever a harmonia reinante. O fato é que o problema em Pirai vinha de antes da sua posse e iria render-lhe maiores dores de cabeça quando o movimento armado de São Paulo ameaçasse a fronteira fluminense.

⁸⁶ Sobre esses dois assuntos, ver a descrição de Maurílio de Gouveia. *Marquês do Paraná*; p. 103-104. A necessidade de alterações no projeto original do teatro, “obra talhada muito em grande para uma Cidade da ordem desta”, está referida na p. 16 do Relatório de Carneiro Leão; a obra da Matriz, nas p. 4-5.

⁸⁷ RPP-RJ, 1842; p. 2.

⁸⁸ Idem, ibidem.

Depois de pouco mais de um mês do início do seu governo, Carneiro Leão escreveu um ofício ao ministro da Justiça, seu amigo Paulino José Soares de Sousa, no qual expôs a seguinte situação:

Com as respostas inclusas dadas pelo Juiz de Direito da Camarca de Vassouas e pelo Juiz de Paz de Arrozal, informo o requerimento do Comandante Superior Joaquim José de Souza Breves que me foi enviado com Aviso de 29 de novembro de 1841 para informar com o que ocorresse a respeito, dando no entanto **as providência convenientes. Escuso dizê-lo, porque já V. Ex. está informado das medidas tomadas por esta Presidência para impedir que o Suplicante e seus contrários do Termo de Pirai entretenham em suas fazendas criminosos e vadios, que, andando armados e em bandos, servindo de séqüito a uns e outros, trazem o dito Termo em agitação e ameaça [sic] à segurança de todos.** Quanto às queixas contra o Juiz de Direito, e mesmo contra o de Paz, parecem-me infundadas, e seu procedimento regular; **suponho que o Suplicante crê ser vexame tudo quanto tende a reprimir o abuso, com que costuma acoitar em sua fazenda, e ter assalariados criminosos, vadios e desordeiros, que lhe servem de séqüito [...]**⁸⁹

Como se vê, um dos poderosos em questão era Joaquim José de Souza Breves, o “rei do café”, citado no começo deste capítulo. O proprietário apelava aos poderes imperiais contra o que julgava ser a imparcialidade das autoridades locais. Honório Hermeto, por sua vez, deixava clara sua opinião de que Breves não tinha razão e seu único problema era a contrariedade de seus interesses.

É bastante incerto o real grau de envolvimento de Joaquim Breves com a revolta paulista. Para uns, caberia a ele a responsabilidade pelo levante nas regiões de Bananal, Areias e Queluz. Por outro lado, na declaração de um dos envolvidos, Breves aparece como um aliado relutante, que teria recusado a nomeação de presidente interino da província do Rio de Janeiro.⁹⁰ Tem-se ainda a versão posterior do próprio acusado, na qual ele nega a participação.⁹¹ De qualquer forma, no fim do mês de maio, quando os levantes começaram no vale do Paraíba paulista, as atenções de Carneiro Leão e de seu chefe de Polícia voltaram-se diretamente para Pirai. Se não agiu em nome do movimento paulista, Breves

⁸⁹ Ofício de 18/01/1842. Arquivo Nacional. Série Justiça, Notação IJ¹446.

⁹⁰ Sobre ambas as versões acerca da participação de Breves, ver Erik Hörner. *Guerra entre pares*; p. 163-164. O autor ainda faz a importante ressalva de que não há comprovação da ligação direta entre o movimento no vale do Paraíba e o de Sorocaba; cf. especialmente p. 162-163.

⁹¹ “Apesar do que se estampava na imprensa da Corte na época, Joaquim Breves negou qualquer participação no movimento de 1842. Em relatório sobre seus atos durante ‘A Revolução de 1842’, relatou que estava tratando de sua saúde em meados de junho, quando se ausentou de sua fazenda em direção a Bananal”. Cf. a dissertação de Thiago Campos Pessoa Lourenço. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos*; p. 85.

pode ter ao menos aproveitado o clima conturbado para tentar resolver as antigas desavenças relatadas acima e impor-se na região como gostaria.

Já foi referido que a primeira atitude diante da possível participação de Joaquim Breves partira do governo central. Ainda em maio, o ministro da Justiça demitiu-o de seu cargo de comandante da Guarda Nacional.⁹² Sem demora, o Executivo provincial também tomou suas providências. Em 10 de junho, Ignácio Manoel Álvares de Azevedo, chefe de Polícia do Rio de Janeiro, oficiou para o presidente a fim de avisar que chegara em Pirai e tratou de tranquilizá-lo:

Tenho a honra de participar a V. Ex. que cheguei a esta Vila ontem às 5 horas da tarde; aqui encontrei o Comandante do Corpo Policial e o Juiz Municipal e Delegado da Polícia, que me informaram que os Municípios da Província estão em perfeito sossego, não havendo receio de que neles seja alterada a tranquilidade pública.

Tem havido diversos boatos das Vilas de Areias e Bananal [...] Devo porém dizer a V. Ex., que se não deve dar inteiro crédito a tudo, por isso que em um dos ofícios se assevera que Joaquim Breves está no Bananal, quando ele se acha doente em sua fazenda denominada da Grama na freguesia do Arrozal, e assim como isso não é exato, mais alguma coisa pode também não ser.

Pretendo mandar um emissário a Areias e Bananal para examinar tudo a fim de saber como se deve obrar.⁹³

Na mesma data desse ofício, começava o movimento armado em Barbacena e terminava a tranquilidade que restava às autoridades fluminenses. Cinco dias depois, a péssima notícia chegou a Ignácio Manoel, que tratou logo de escrever para os delegados de Valença e Paraíba do Sul, pedindo que tomassem “as providências devidas para obstar a que a rebelião não perturbe o sossego público nos seus respectivos Termos”, e ao comandante superior da 8ª e 13ª Legiões da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, “a fim de que preste auxílio a aquelas Autoridades”.⁹⁴ A preocupação na província do Rio de Janeiro passava a vir de duas frentes.

Foi esse clima de emergência que levou o imperador, em 18 de junho, a emitir uma grave Proclamação e a tomar duas medidas extraordinárias: a desanexação de municípios de São Paulo e a suspensão das garantias constitucionais na Corte e na província

⁹² Arquivo Nacional. Série Justiça. Notação IJ¹23; p. 44 (já citado na nota 5 deste capítulo).

⁹³ Ofício ao Presidente da Província, enviado de Pirai, 10/06/1842. APERJ. Fundo Presidente de Província. Notação 0222 – Documentos provenientes da Secretaria de Polícia.

⁹⁴ Ofício ao Presidente da Província, enviado de Pirai, 15/06/1842. APERJ. Fundo Presidente de Província. Notação 0222 – Documentos provenientes da Secretaria de Polícia.

fluminense pelo intervalo de um mês.⁹⁵ No dia 20, o *Jornal do Commercio* tratou de dar publicidade aos atos do governo. Em destaque, as palavras do monarca:

Brasileiros! O grito de rebelião que soou em Sorocaba, na província de S. Paulo, acaba de achar eco em Barbacena, na província de Minas Gerais. Homens cujos princípios foram repelidos pelos poderes políticos nacionais entendem que os devem fazer prevalecer tentando revolucionar o império.

Não satisfeitos com as rebeliões que tanto afligiram a nossa pátria durante a minha minoridade, querem ainda abismá-la nos horrores da guerra civil.

Fiel ao juramento que prestei de guardar a constituição, e cõscio dos deveres que ela me impõe, jamais deixarei de fazer executar as leis emanadas da representação nacional, de manter ilesas as prerrogativas da minha coroa de promover a felicidade geral e de salvar o estado. Conto para isso com a eficaz cooperação dos meus leais súditos de todas as províncias.

Brasileiros que fostes iludidos! Abandonai os homens que vos têm conduzido ao crime; como pai vos aconselho que desprezeis suas pérfidas sugestões; poupai-me a dura necessidade de punir-vos.⁹⁶

Mais uma vez, a manifestação da Coroa tratava de definir os limites da ordem e indicar seus inimigos. O periódico mostrava que, contra eles, já funcionava o rigor da suspensão das garantias constitucionais:

Foram presos ontem os seguintes senhores: Antonio Paulino Limpo de Abreu; Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite; José Francisco Guimarães; Gabriel Pinto de Almeida; Geraldo Leite Bastos; Manoel Joaquim dos Passos; Francisco de Salles Torres Homem e Balbino da França Ribeiro.

Tinham sido mandados para a fortaleza de Santa Cruz, mas como houvesse muita ressaca, foram para a fortaleza de Villegaignon, donde nos consta, devem ser transferidos para a fragata *Paraguassú*.

A movimentação de alguns deles vinha sendo vigiada pelos espiões de Eusébio de Queirós, chefe de Polícia da Corte. Foram confinados por medida de segurança e alguns seriam até deportados.⁹⁷

Enquanto a ordem da capital do Império era garantida a todo custo, Ignácio Manoel continuava sua missão na frente paulista. Saindo de Pirai, partiu para a vila de Rezende, mais próxima à fronteira. De lá, procurou mandar boas notícias ao presidente Honório,

⁹⁵ Decreto n. 183, que suspende as garantias constitucionais na província do Rio e na Corte. Arquivo Nacional (AN). Série Justiça. Notação IJ¹23; p. 51. Vale apontar que a mesma medida já tinha sido tomada com relação a São Paulo e Minas ainda em maio; cf. Decretos 168 e 169, p. 86-87.

⁹⁶ *Jornal do Commercio*, 20/06/1842.

⁹⁷ A notícia é da mesma edição citada na nota anterior. Edição um tanto bombástica, pois anunciava também rumores de que os rebeldes de Barbacena haviam capturado o pai e o sogro do presidente Honório Hermeto. Isso não deve ter passado de boato, pois não encontrei mais nenhuma referência acerca do caso. Sobre a espionagem e prisão dos oito homens, ver Erik Hörner. *Guerra entre pares*; p. 158-160.

começando por garantir o predomínio da tranquilidade. O assunto principal era Joaquim Breves mais uma vez:

Constando ao Comandante do Corpo Policial que Joaquim José de Souza Breves se achava no Bananal em casa de Luciano de Almeida, mandou daqui sair uma força de 40 homens, para na conformidade do Mandado, que lhe entreguei, ser preso o dito Breves; esta diligência porém apesar de bem delineada e posta em execução com o devido zelo e cuidado, não pôde ter o efeito desejado, porque Joaquim Breves já se havia retirado para a sua fazenda de S. Joaquim, Distrito do Arrozal.⁹⁸

Por falha das forças policiais ou por esperteza própria, o fazendeiro acabaria especializando-se em fugir das investidas do governo.⁹⁹ No que se refere a Breves, portanto, as novidades não iriam agradar nem um pouco Carneiro Leão, que a essa altura se ocupava de outra delicada tarefa. Na verdade, esse último ofício já nem o encontraria no Palácio do Governo de Niterói, pois iniciara sua viagem pelo interior da província. O destino final até podia ser Rezende, como anunciara ao ministro do Império dias antes, mas o seu trajeto seria muito mais importante do que o ponto de chegada.

O relato oficial, fixado para a posteridade, transformou a jornada em uma odisséia e o presidente em um herói. Na antevéspera do natal de 1842, quando todos podiam respirar mais aliviados e Honório regozijava-se com a confirmação de seu nome para o Senado, o *Correio Oficial* do Rio de Janeiro publicou um texto tratando do ano transcorrido. Sobre os dias de preocupação com a revolta, o autor escreveu que Carneiro Leão

expôs-se à intempérie das estações, por muitas vezes apresentou-se em pontos ocupados por desordeiros que lhe votavam ódio de morte, percorreu cerca de 300 léguas para extinguir as centelhas, que os brandões [ilegível] da guerra civil lançavam sobre os nossos campos, com o fim de abrasá-los, acarretando a ruína de milhares de fluminenses, que puderam iludir, porém que hoje são os primeiros a bendizerem o Presidente, o amigo que os desviou da carreira do crime.¹⁰⁰

A viagem de Honório Hermeto foi transformada, assim, em um fato linear e inequívoco: aconteceu o que tinha que acontecer e o presidente salvou a província. Versão bem distinta, contudo, salta dos escritos do próprio Carneiro Leão, fruto do calor da hora. Para evitar leituras teleológicas, vale a pena ressaltar as incertezas dos agentes históricos, e

⁹⁸ Ofício ao Presidente da Província, enviado de Rezende, 22/06/1842. APERJ. Fundo Presidente de Província Notação 0222 – Documentos provenientes da Secretaria de Polícia.

⁹⁹ Já foi contado neste capítulo o caso do cerco igualmente frustrado à propriedade de Breves em Piraí, no mês de julho (ver nota 6).

¹⁰⁰ Transcrito e disponível no IHGB. Lata 750 – Pasta 21.

as de Honório transparecem nos ofícios enviados ao ministro da Guerra, José Clemente Pereira.

No Porto da Estrela, ao pé da serra, o presidente começou a comunicação com o ministro, revelando suas primeiras estratégias:

Resolvi-me a mandar o Major de Engenheiros Ernesto Augusto César Eduardo de Miranda à ponte da Sapucaia para que entendendo-se com o Brigadeiro Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, e o Cel. Custódio Ferreira Leite, armassem alguma gente a fim de atacar a Rocinha da Negra e Simão Pereira, para facilitar a retomada da ponte do Paraibuna, ocupada pelos rebeldes [...] Previno a V. Ex. que do armamento de Cavalaria e Infantaria, que recebi, mando para aquele ponto 150 armas de Infantaria e 48 de Cavalaria; porém isto de sorte alguma dispensa que V. Ex. mande 800 armas e cartuxame competente, e oficiais a Francisco Leite Ribeiro para ele poder atacar a Pomba.¹⁰¹

Mais urgente do que chegar a Rezende, onde o chefe de Polícia da província já estava, era cuidar ele mesmo da fronteira com Minas. No trecho acima, fica claro a importância de armar os proprietários do vale do Paraíba fluminense (Ferreira Leite e Leite Ribeiro, no caso) para frear os inimigos e iniciar a reação. Honório fechou esse ofício com a seguinte frase: “Nada do que digo a V. Ex. se deve publicar”. A total discrição das autoridades seria a garantia de que informações importantes não vazassem e atrapalhassem os planos.

Em 21 de junho, dois dias após o primeiro ofício, Carneiro Leão já escrevia da vila de Paraíba do Sul. Uma notícia ruim ainda não parecia estremecer a certeza da vitória:

Tem-se reunido alguma gente da G. N. porém desarmada, e quando chegar o armamento e munição, que vieram, os distribuirei com essa gente a fim de atacar os rebeldes para restabelecer a comunicação com a Província de Minas. Devo participar a V. Ex. que os rebeldes incendiaram a ponte do Paraibuna, com o intuito de vedarem a passagem [...] ¹⁰²

É justamente a chegada de Honório nessa localidade o motivo que inaugura a série de cartas do observador anônimo, sempre vibrante e positivo, que começou a ser publicada no *Jornal do Commercio*. Não obstante a confiança nas forças legalistas, os adversários engrossavam o ataque e tentavam a passagem por outra ponte:

Havendo os rebeldes da Província de Minas tentado atacar esta Província pela ponte do Rio Preto, e achando-se em armas para repelir qualquer agressão a Guarda Nacional dos Municípios de Valença, e Vassouras, rogo a V. Ex. queira dar suas

¹⁰¹ Ofício de 19/06/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹141.

¹⁰² Ofício de 21/06/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹141.

ordens para que se enviem pela Pavuna, e quanto antes, à ordem de Joaquim Ribeiro d' Avellar, de Vassouras, 100 espadas, 200 pistolas, 100 clavinhas [...]¹⁰³

Mais uma vez, Carneiro Leão explicitou a importância da confiança nos proprietários (agora Ribeiro de Avellar). Como se tentou argumentar ao longo do capítulo, a aliança construída desde 1835-1836 entre os regressistas e os fazendeiros do vale do Paraíba acabou sendo essencial para a vitória de 1842. Porém, ela não era, antecipadamente, garantia de nada.

Ainda em Paraíba do Sul, no dia 24, o presidente começou a relatar um outro lado de sua experiência, bem mais pessimista:

Não tenho por ora nada de agradável a dizer a V. Ex. O Quartel da Paraibuna foi ocupado pela força da Cavalaria de 1ª linha, e por alguns Policiais; postaram-se alguns Guardas Nacionais em diversos pontos [...] toda essa força não tem de 1ª linha senão o nome, pois não sabem marchar, e nem ao menos fazer fogo, como observei hoje no exercício que aqui fizeram; todavia como estão fardados poderão só com a sua vista assustar aos rebeldes, e assim muito conviria que os fardamentos que pedi viessem com brevidade, pois armados de farda e boné, os paisanos, que estão de jaqueta e chapéu, figurarão também de 1ª linha [...] estou persuadido da influência moral dos fardamentos. Seria para desejar que viessem Guardas Nacionais dessa Corte, pois esses além da vantagem de estarem fardados, sabem mais o manejo e exercício militar do que os soldados de 1ª linha que aqui se acham.

A decepção com a falta de um Exército regular bem preparado passou a ser uma constante dos escritos de Honório. Sem muita saída, apegava-se à “influência moral dos fardamentos” e arrematava: “É triste não ter outra coisa a dizer a V. Ex., porém a verdade exige que lhe diga que tal é o estado das coisas. Sei muito bem que os rebeldes não têm melhores forças, porém também sei que têm a seu favor as posições que defendem”.¹⁰⁴ Se saiu da capital com uma certeza inabalável na vitória, perdeu-a logo nos primeiros dias de campanha. No dia 28, dava o alerta máximo:

Creio que nos cumpre fortificar já e já a passagem para a província, pois é muito de recear que, conseguida a vitória em Minas, como se deve esperar, os rebeldes venham sobre a Corte para deporem o governo imperial e sua majestade o imperador.

Implicitamente, aquele pedido inicial de Honório por sigilo ganhava cada vez mais força. O quadro angustiante das tropas imperiais não podia ganhar as ruas, não podia desanimar os fluminenses, tampouco empolgar os inimigos. Honório sabia da importância

¹⁰³ Ofício de 22/06/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹141.

¹⁰⁴ Ofício de 24/06/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹141.

da “guerra de informações” e, a partir da Corte, o *Jornal do Commercio* cumpria bem o papel para o lado do governo, centrando-se na figura de um presidente heróico. A primeira carta anônima, datada de 23 de junho, foi publicada na edição do dia 30 e contava as vantagens da presença do presidente em Paraíba do Sul. Em três de julho, Honório mudou para Valença, de onde faria incursões pelo território mineiro. É desses dias a carta que talvez seja a mais interessante:

Em minha primeira carta falei-lhe da energia e atividade do Sr. Honório: nesta dir-lhe-ei que sua coragem causou admiração aos velhos militares. No primeiro tiroteio que tivemos ninguém mais que S. Exa. expôs-se ao perigo. Tendo recebido nessa ocasião alguns ofícios, no campo as abriu e leu, ouvindo o sibilo das balas e tendo-se-lhe advertido do perigo que corria, respondeu que antes de ler os ofícios não se retiraria. Dadas as providências que lhe pareceram adequadas, retirou-se, inteiramente desacompanhado de guardas, e só com os dois empregados de sua secretaria pernoitou à pouca distância dos pontos ocupados pelo inimigo.¹⁰⁵

Caso restasse alguma dúvida quanto à parcialidade do periódico, ela se esvairia diante deste próximo trecho, em que o próprio presidente solicitava os seus serviços:

Incluso remeto a V. Ex. um número do Echo de Barbacena de 22 de junho [...] Seria bom que V. Ex. o fizesse reimprimir no Jornal do Commercio, publicando igualmente que no Município da Paraíba achei a mais decidida cooperação, como a V. Ex. declarei.¹⁰⁶

Em contraposição ao personagem infalível das páginas do jornal, tem-se mais um escrito de Carneiro Leão na sua chegada a Valença. A necessidade do sigilo é, novamente, a marca do documento.

Escrevo hoje a V. Ex. um ofício extenso, em que lhe pondero a necessidade que há de tropa de 1ª linha para se poder operar com vantagem na Província de Minas, e também lhe exponho as precisões de armamento, fardamento e correame para se poder organizar alguma força de Guardas Nacionais que coadjuve a 1ª linha. Não quis dizer a V. Ex. em ofício e direi nesta carta que a G. N. composta maior parte de homens casados, e alguns com fortuna é incapaz para poder debelar os rebeldes, que julgando-se comprometidos atacam com coragem, e expõem-se, porque sabem que se não vencerem serão processados, e presos, quando os nossos não tem o mesmo estímulo que as possa encorajar: assim se explica a cobardia que tem apresentado os legalistas de Minas.

Fazendo um resumo das frentes de batalha, o presidente completava:

Tanto na Paraíba, como aqui e em Vassouras tem se desenvolvido muito patriotismo, muita dedicação a Monarquia; todos se prestam de boa vontade oferecendo seus bens, e pessoas, porém esteja V. Ex. certo que todos esses homens

¹⁰⁵ Jornal do Commercio, 08/07/1842.

¹⁰⁶ Ofício de 05/07/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹141.

improvisados soldados não resistem a uma descarga; fogem vergonhosamente [...] o Cel. Henriques contou-me que quando o fogo se tornava mais vivo ali Guardas largavam as armas e fugiam; assim esteja V. Ex. certo de que a G. N. apenas pode auxiliar a 1ª, mas não substitui-la completamente.¹⁰⁷

Como notou Adriana Barreto de Souza, “o *princípio da desordem* parecia estar localizado antes nas próprias forças da legalidade. A Guarda Nacional, assim como o Exército, não apresentava condições mínimas de combate e, por momentos, é possível até mesmo esquecer que existia um inimigo, um grupo externo às forças do governo que as ameaçasse formalmente”.¹⁰⁸ A ferro e fogo, a ordem que os regressistas e a Coroa buscavam impor ameaçava desmoronar.

No começo de agosto, Honório Hermeto retornou a Niterói e o *Correio Oficial* apressou-se em difundir a versão vitoriosa:

Sábado, 6 do corrente, quase às 9 horas da noite, chegou a esta cidade o Exmo. Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província. Os habitantes de Niterói, que, pressurosos, preparavam-se para com festival recepção coroarem as fadigas do digno presidente que não olhou os incômodos e riscos pessoais para preservar nossa bela província dos flagelos que açoitavam Minas e desolarão S. Paulo, foram, pela inopinada entrada de S. Exa., obrigados a adiar os sinais de sua gratidão e reconhecimento pelos serviços que prestou-nos e ao império. Graças à sua sabedoria e patriotismo, graças à energia que desenvolveu, os 48 dias que esteve ausente desta capital bastaram para evitar que a lealdade fluminense fosse marcada pelo bafo revolucionário; 48 dias bastaram para desmoralizar a rebelião mineira, e fazê-la, descabeçada, voltar aos antros [*ilegível*] donde partiu; 48 dias bastaram, enfim, para salvar o Brasil da maior crise por que tem passado. Com delegados tais, não há ministério que não triunfe; assim os de outras províncias o imitassem, e o Brasil teria paz, e o Brasil seria feliz, que, para sê-lo, só carece de tranquilidade.¹⁰⁹

A chegada do presidente à capital, já eleito como herói, não significava, contudo, a vitória final das forças imperiais. Carneiro Leão tinha se retirado da frente de batalha, deixando Minas Gerais sob as armas do barão de Caxias. Ainda se sabe pouco dos conflitos que aconteceram principalmente entre 17 de maio, quando Rafael Tobias de Aguiar foi aclamado presidente interino de São Paulo, e 20 de agosto de 1842, data em que o “Exército Pacificador” de Caxias venceu a batalha de Santa Luzia, na província mineira, marcando o fim dos embates militares. Desses movimentos, costuma-se lembrar com mais

¹⁰⁷ Carta de 04/09/1842. Arquivo Nacional. Série Guerra. Notação IG¹ 141.

¹⁰⁸ Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; p. 77. A autora analisa alguns trechos dos ofícios de Honório citados por mim e outros documentos que mostram o processo de reforma do Exército imperial a partir do Regresso; ver p. 65-121.

¹⁰⁹ Correio Oficial de 10/08/1842, trecho reproduzido no Jornal do Commercio do dia 12/08. O excerto está transcrito e disponível no acervo do IHGB. Lata 750 – Pasta 22.

frequência que a derrota final dos revoltosos rendeu-lhes um apelido que não deixaria de ser um estigma de seu fracasso: passariam a ser chamados “luzias”.¹¹⁰ Por outro lado, os regressistas, que em breve seriam conhecidos como saquaremas, saíram dos conflitos fortalecidos.

Espera-se ter demonstrado neste capítulo a importância do Rio de Janeiro para o projeto regressista e reforçado quais as ligações econômicas e políticas de Honório Hermeto Carneiro Leão com esse projeto. Procurou-se argumentar que a associação entre a Corte – o centro da ordem monárquica – e a província que a cercava não derivou simplesmente das ligações geográficas; não tinha, portanto, nada de natural. Essa associação entre a sede da monarquia, a província do Rio de Janeiro e uma noção de ordem imperial só pode ser entendida como obra política, para a qual contribuíram decisivamente os políticos do Regresso, principalmente os que trabalharam pelos interesses da Baixada e do vale do Paraíba fluminenses.

Quando os adversários das reformas legislativas de 1840 e 1841 recorreram às armas, surgiu a ocasião crucial para que os regressistas atrelassem seu projeto político e a agricultura do Rio de Janeiro a uma noção triunfante de ordem imperial. No relato oficial, a vitória apareceu como predestinada e Honório, como um perfeito herói. Foi assim que o futuro marquês de Paraná teve sua atuação como presidente fluminense transformada em um dos símbolos da vitória de 1842. Nesse ponto, a leitura dos escritos de Honório Hermeto Carneiro Leão, feitos “no calor da hora”, serviram para ressaltar a imprevisibilidade do conflito.

No ano seguinte, Honório Hermeto e os regressistas ainda se destacariam por uma ação coesa, buscando recrutar e punir os envolvidos nos movimentos armados de São Paulo e Minas. Ao final da década, contudo, quando Honório tornou-se presidente da província de Pernambuco em meio à outra crise política, a história já não seria de tanta harmonia entre os antigos aliados. E esses são assuntos do próximo capítulo.

¹¹⁰ Sobre o apelido, ver Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*; p. 116-117. Para a atuação de Caxias em 1842, ver Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; p. 354-392.

3

Conflitos do Norte ao Prata, 1849-1852

Cada vez me vai custando mais o sacrifício que fiz em ausentar-me de ti, e me vai faltando a paciência para suportar este Norte. Deus abrevie a minha estadia aqui, e me restitua aos teus braços para não mais nos separarmos.

**Carta de Honório Hermeto a sua mulher
Recife, 07/12/1849¹**

Com palavras de afeto, Honório Hermeto tentava aplacar o desânimo e as saudades ampliados pelos milhares de quilômetros que o separavam do Rio de Janeiro, de sua família. Já fazia cinco meses que chegara ao Recife. O que não podia saber é que a sua missão por lá se prolongaria até maio de 1850 e que, além disso, o imperador lhe incumbiria nos anos seguintes de um outro encargo em terras longínquas. Certamente isso atrapalharia os planos de Honório de se reconfortar eternamente nos braços de sua prima e esposa Maria Henriqueta, mas, por outro lado, acabaria por lhe render uma das posições mais destacadas na política imperial. Neste capítulo, será analisado o período em que Carneiro Leão foi presidente da província de Pernambuco, bem como sua missão diplomática em Montevidéu. A hipótese é de que sua atuação entre 1849 e 1852, em um contexto de profundas divisões e mudanças políticas, fundamentou a escolha de seu nome para a presidência do ministério de seis de setembro de 1853, o Ministério da Conciliação.

Esses anos imediatamente posteriores a 1848 foram de redefinições cruciais na política do Império. Comumente lembrado como apogeu do período monárquico e associado à vitória conservadora – como foi demonstrado no primeiro capítulo² –, esse momento será analisado aqui a partir de um viés que privilegia muito mais as discordâncias inerentes ao processo político. No caso, o que não se pode perder de vista são as consequências que uma nova revolta armada teve no âmbito do Estado, em um contexto agravado na consciência dos políticos imperiais pela onda revolucionária que reconhecidamente agitava todo o Ocidente³. Mesmo derrotada rapidamente, como também havia ocorrido com paulistas e mineiros em 1842, a Rebelião Praieira merece um destaque

¹ Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão à prima, 7/12/1849. IHGB – Lata 748, pasta 19.

² Sobre isso, cf. as p. 13-16 desta dissertação.

³ Sobre o contexto político mundial, ver o clássico de Eric Hobsbawm. *A era do capital, 1848-1875*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007; principalmente p. 27-50.

especial, porque expôs de forma candente dois problemas intimamente relacionados com as disputas partidárias no Brasil imperial: as nomeações e o controle das eleições feitos pelo partido que detinha o Executivo. Até por isso, a Praieira teve como desdobramento mais notável o início da participação direta de d. Pedro II na tentativa de resolução dessas brigas políticas, buscando desenvolver uma política de conciliação partidária e resolver a questão eleitoral. Em 1849, a escolha de Honório Hermeto Carneiro Leão como novo presidente de Pernambuco, sucedendo uma administração marcada por pesada repressão, parece ter sido cuidadosamente cancelada pelo monarca. De fato, deve datar daí o início de uma particular preocupação sua, muito bem expressa nos conselhos privados escritos à filha Isabel, já na década de 1870:

Meu grande empenho é a liberdade de eleições. Para isso tenho sempre lembrado a boa escolha de presidentes. Foram até consultados Conselheiros de Estado que não quiseram aceitar esse encargo.⁴

No caso do conselheiro Honório, a missão de 1849 foi aceita. Ele desembarcou no Recife em julho desse ano com a importante obrigação de garantir a liberdade nas eleições primárias que seriam realizadas no mês seguinte, além de conceder anistias e conseguir a rendição dos rebeldes que tinham se embrenhado nas matas do sul da província, sob a liderança do capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira. Essa atuação de Carneiro Leão foi marcante, porque, na mesma medida em que o aproximou do imperador, evidenciou divergências com seus antigos companheiros regressistas – àquela altura já difundidamente reconhecidos como partido saquarema ou conservador. O pomo da discórdia seria, no primeiro momento, justamente sua decisão quanto à melhor forma de agir em relação aos rebeldes e também às novas eleições em Pernambuco; em seguida, as divergências já seriam sentidas inclusive no tocante à maneira de se conduzir uma política de conciliação para todo o Império. Tais desacordos devem ter inspirado a própria mudança na composição do governo conservador, em maio de 1852, além da inauguração do gabinete do ano seguinte.

A fim de particularizar esse contexto pós-Praieira, cabem algumas rápidas observações sobre o ano de 1843. Ao contrário do final da década, naquele momento os

⁴ Conselhos secretos à Princesa Dona Isabel (1871). Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, maço 175, doc. 7972. Citado em Guilherme Auler “A presidência Honório em Pernambuco”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957; p. 413.

principais políticos regressistas guiaram uma ação coesa de recriminação dos movimentos armados de São Paulo e Minas, sendo Honório Hermeto um dos mais empenhados nesse sentido. Coincidência ou não, foi a demissão do ministério por ele organizado que ensejou o início do “qüinqüênio liberal” e o imediato decreto imperial de anistia, idéia que ia de encontro aos esforços regressistas.

3.1. 1842-1843: a ordem regressista contra a anistia

Uma das conseqüências do predomínio do Regresso a partir de 1836 e do destacado papel que teve Honório Hermeto Carneiro Leão na presidência fluminense foi sua escolha para organizar o ministério de 20 de janeiro de 1843. Na opinião de Arno Wehling, a experiência desse que foi o terceiro gabinete do Segundo Reinado acabou sendo “decisiva para encaminhar e consolidar o modelo político-institucional que viabilizou o governo parlamentar no Brasil, com as peculiaridades de que se revestiu até o fim do regime”.⁵ O autor defende a idéia de que, na prática, Honório teria sido, em 1843, o primeiro presidente do Conselho de Ministros da história do Império, cargo que seria apenas formalizado alguns anos depois. Wehling embasa-se principalmente em dois excertos de discursos parlamentares da época, realmente muito significativos. O primeiro é do então deputado d. Manuel de Assis Mascarenhas, rebatendo o argumento daqueles que afirmavam ser um problema o fato de que ainda não se conheciam bem os membros do novo governo:

Senhor Presidente, não são assaz conhecidos os cidadãos que a confiança de Sua Majestade o Imperador acaba de colocar no eminente posto de ministro da Coroa?... Basta-nos saber que o sr. Honório Hermeto Carneiro Leão foi o encarregado de organizar o ministério para podermos formar nosso juízo sobre a política que o há de dirigir. Todos sabem que quando nos países cultos constituídos se encarrega a formação do gabinete a um chamado presidente do Conselho, já se sabe perfeitamente qual é a política que há de seguir o gabinete. É verdade que no nosso país não há presidente do Conselho, mas como Sua Majestade o Imperador, se é verdade o que corre geralmente, chamou o sr. Honório para organizar o ministério,

⁵ Arno Wehling. “Honório Hermeto Carneiro Leão e a experiência parlamentarista de 1843”. In: Luis Felipe de Seixas Corrêa e outros. *O Marquês de Paraná*. Brasília: FUNAG, 2004; p. 36.

nós já devemos estar habilitados para saber qual é a política que há de dirigir o gabinete...⁶

O outro discurso é do próprio Carneiro Leão e deixa claro o apreço do imperador em relação à sua nomeação:

Chamado pela confiança da Coroa a organizar um novo gabinete, julgo dever da minha nova posição dar explicação ao corpo legislativo sobre os motivos da dissolução do ministério a quem eu e mais colegas sucedemos.

[...] A Coroa recusou-se à idéia de recompor o ministério, idéia que eu mesmo propus, movido, já pelas dificuldades que se me ofereceram à organização de um gabinete fortemente constituído, como as necessidades da situação me pareciam exigir, já pela consideração de não ter havido em nenhuma das câmaras manifestação que denotasse a falta de maioria em algumas delas.

Minha dedicação, e a de meus colegas, ao serviço do país, nos fez aceitar a honrosa tarefa de dirigir seus negócios...⁷

Ao convocar Honório, o monarca provavelmente tinha em vista duas vantagens: poderia mostrar independência em relação ao grupo dos áulicos – grupo de influência dentro do Paço, ao qual alguns chamavam de validos – e ainda agradaria a maioria regressista da Câmara com um nome que lhes era de confiança.⁸ Vale lembrar que, após as denúncias de fraudes na eleição e a prévia dissolução da legislatura eleita para o período de 1842-1845, o gabinete de 23 de março de 1841 havia conseguido construir uma nova maioria de deputados do regressistas. Então, a nomeação de Carneiro Leão deve ter

⁶ Anais da Câmara dos Deputados – 24/01/1843. Citado em Arno Wehling, p. 39. Além de Carneiro Leão (na pasta da Justiça), o ministério seria composto por: José Antonio da Silva Maia (Império); Paulino José Soares de Sousa (Estrangeiros); Joaquim Francisco Viana (Fazenda); Joaquim José Rodrigues Torres (Marinha) e Salvador José Maciel (Guerra). Cf. Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*. Regime Parlamentar no Império. 3ª ed. [1ª ed. 1889] Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979; p. 89-90. O Barão de Javari deu a data de 23 de janeiro de 1843 para o início do gabinete, quando o ministro Paulino discursou na Câmara sobre a organização ministerial. Considero aqui a data de 20 de janeiro, quando o Jornal do Commercio publicou a notícia da demissão do gabinete de 1841 e da incumbência de Carneiro Leão de organizar um novo governo. Sobre isso, além do artigo de Arno Wehling, ver Hélio Vianna. “Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e marquês de Paraná, da Maioridade à Conciliação (1840-1853)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957; p. 330-332.

⁷ Discurso de 23/01/1843. Citado em Arno Wehling. “Honório Hermeto Carneiro Leão e a experiência parlamentarista de 1843”, p. 39-40. Na verdade, este discurso de Honório foi feito no Senado, e não na Câmara como o de d. Manuel, informação que não é dada por Arno Wehling. Cf. *Anais do Senado de 1843*. Livro I, p. 206-208.

⁸ Arno Wehling lembrou que foi Joaquim Nabuco o primeiro a interpretar a nomeação de Honório em 1843 como “uma fórmula nova”, que “mostrava da parte do Imperador o desejo de escapar à censura de inspirar a formação de ministérios e de ter neles sempre pessoa sua”. Cf. “Honório Hermeto Carneiro Leão e a experiência parlamentarista de 1843”, p. 41 – essa citação feita por Wehling encontra-se em J. Nabuco. *Um Estadista do Império*. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; vol. 1, p. 78. Sobre a influência dos áulicos e suas disputas com o grupo parlamentar, ver Paulo Pereira de Castro. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: S. B. de Holanda (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v.2, t.2. São Paulo: DIFEL, 1985; p. 509-522.

parecido como um sinal verde para que o grupo vitorioso resolvesse a seu modo o assunto da punição aos movimentos de 1842. A continuação da afinidade entre Executivo e Legislativo era importante, porque, como fez questão de lembrar Joaquim José Rodrigues Torres, o governo tinha o direito, pela Constituição, de classificar o crime de seus adversários.⁹ Aos regressistas, configurava-se a oportunidade de aprimorar o discurso da ordem, colocando-se como seu legítimo defensor.

Desde os primeiros dias de 1843, durante o preparo da Resposta à Fala do Trono, os deputados regressistas trabalharam para definir os movimentos armados do ano passado como rebelião. As pretensões de mudança na política imperial defendidas pela oposição paulista e mineira deveriam ser reduzidas e enquadradas na fria letra do Código Criminal.¹⁰ Mais uma vez, foi Rodrigues Torres que deixou bem claras as concepções do seu grupo, valendo-se para tanto de uma rígida dicotomia. De acordo com seu discurso, depois que até a Fala do Trono tinha usado a palavra *rebelião* só sobravam duas opções: ou os deputados duvidavam que esse crime tivesse acontecido e, então, deveriam responder por “acoroçoamento às facções”; ou se colocavam junto ao governo e votavam com ele, prestigiando os que “sustentaram à custa do seu sangue e à custa de seus bens a ordem”.¹¹ Com isso, Torres buscou pressionar os políticos que ainda vacilavam acerca do assunto. Tinha como mais forte argumento a afirmação de que o imperador já definira o que era certo, o único caminho justo. Alguns dias depois, o combativo deputado passou a acumular a pasta da Marinha no gabinete montado por Honório, que contaria ainda com o nome de Paulino José Soares de Sousa na pasta de Estrangeiros. A subida dessa composição

⁹ Sessão da Câmara dos Deputados de 14/01/1843. Citado em Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; p. 101.

¹⁰ Sobre rebelião, o Código de 1830 definia: “Art. 110. Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que compreendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetuar algum, ou alguns crimes mencionados nos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92. Penas – Aos cabeças – de prisão perpétua com trabalho no grão máximo; de prisão com trabalho por vinte anos no médio; e por dez no mínimo.” A respeito do Código Criminal e de seus usos no processo de consolidação do Império, foi de grande valia a leitura do texto de Monica Duarte Dantas. “Introdução – Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao Código criminal”. In: Idem (org). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial (no prelo). Agradeço à autora pela permissão da leitura de uma versão preliminar.

¹¹ Sessão da Câmara dos Deputados de 14/01/1843. Citado em Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do Império*; p. 102. Na p. 97, a autora reproduziu as palavras usadas pelo monarca na Fala do Trono: “A profunda mágoa que me causou a **rebelião** declarada em Sorocaba e Barbacena foi apenas mitigada pelas provas que deram os brasileiros de sua dedicação às instituições do Império [...] A esta eficaz coroação dos meus fiéis súditos [...] deve o meu governo o ter podido reduzir à obediência, em curto espaço de tempo, os **rebeldes** das províncias de São Paulo e Minas Gerais” (grifos meus).

ministerial, em 20 de janeiro, parecia apenas concretizar o predomínio que os futuros saquaremas vinham impondo no governo do Estado. Ao controlarem o poder central e aproximarem-se do imperador, o núcleo regressista logrou, de fato, apresentar o seu projeto como o único legítimo. Começando em 1836, mas principalmente em 1842-1843, o discurso impessoal e neutro da legalidade foi sendo controlado e imposto pelos homens do Regresso.¹²

Definido o crime, o ministério teve que lidar com outros dois problemas relacionados com as revoltas: o processo de dois importantes senadores paulistas e o começo de uma pressão por uma anistia generalizada. Em *Memórias do meu tempo*, João Manuel Pereira da Silva recordou esses assuntos como de grande repercussão à época e que, por isso, tiveram interferência na política do gabinete de Carneiro Leão:

Maior atenção de Honório Hermeto atraíram as controvérsias políticas suscitadas no Senado com o processo instaurado ao Padre Feijó e a Vergueiro, réus na rebelião de S. Paulo, e que lhe haviam sido enviados pelos magistrados da província.

Muitos rebeldes tinham sido já absolvidos pelos tribunais do júri; outros, que se consideravam principais autores, condenados a prisão temporária.

Ocuparam-se sessões inteiras do Senado tanto na elaboração do processo, como a respeito da criminalidade dos acusados. Absolveu por fim o Senado os dos réus por quase unanimidade de votos.

Produziu sensação no público o julgamento. **Poupara o Senado os mais elevados chefes da revolta**, quando os tribunais do júri haviam condenado autores e cúmplices de somenos responsabilidade.

Críticas veementes dirigiram-lhe algumas gazetas; uma inseriu em suas páginas, e repetia em muitos de seus números as seguintes frases: “Não há que admirar. Lobo não mata lobo. Como podem as justiças ordinárias condenar réus, cúmplices do crime, quando os que os impeliram para a rebelião são, por seus pares, escandalosamente declarados inocentes?”

Foi-se desde logo propagando a idéia de que era necessário o perdão de todos, para que se nivelassem os julgamentos.

Lembraram-se alguns deputados, inclinados aos sentimentos de clemência, **que era indispensável uma anistia.**¹³

Frente à comoção causada pelo assunto, o ministério não se colocou abertamente contra o plano de anistia, mas tratou de tentar impor a sua vontade no encaminhamento da discussão. O ministro e deputado Rodrigues Torres discursou na Câmara que a anistia seria proposta ao imperador quando as circunstâncias fossem mais propícias. Lembrou que

¹² Nas palavras de Adriana Souza, as revoltas de 1842 abriram a sociedade para as propostas regressistas. Cf. o Capítulo 2 de *O Exército na consolidação do Império*, principalmente p. 94-105 (a citação é da p. 95).

¹³ João Manuel Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*. [1ª ed. 1896] Brasília: Senado Federal, 2003; p. 146-147 (grifos meus).

semelhante indulto não faltara em rebeliões passadas, como as do Pará, Maranhão e Bahia, e nessa seria da mesma forma, desde que se estabelecessem garantias de que tal medida não abalaria a ordem pública.¹⁴ Desse jeito, postergando uma decisão que realmente parecia não agradar ao núcleo regressista, os ministros foram lidando com o delicado assunto no decorrer de 1843.

Porém, o ano de 1844 começou com o que, para muitos, deveria ser uma improvável reviravolta: a demissão do gabinete. Normalmente, o ocorrido é explicado dando-se destaque a uma intriga pessoal, um sério desentendimento entre Carneiro Leão e Pedro II. Contudo, é possível considerar que desavenças acerca do assunto da anistia possam ter sido determinantes para o racha entre o monarca e seus ministros. O episódio envolvendo Honório seria, então, somente a gota d'água, o desfecho de um desentendimento mais abrangente. Um desfecho de inegável impacto por si só, mas que mesmo assim não deve ser tomado isoladamente.

A versão corriqueira desde o Oitocentos, recuperada e reforçada no século passado por autores como Octávio Tarquínio de Sousa e Paulo Pereira de Castro, revela que Carneiro Leão era alvo de uma constante e bem tramada oposição dentro do Paço imperial, guiada principalmente por Aureliano Coutinho e o mordomo Paulo Barbosa da Silva. Em torno desses dois, formou-se um grupo de políticos opositores aos regressistas, o Clube da Joana, que se articulava, esperando o melhor momento para arranhar a imagem dos adversários e derrubá-los do poder.¹⁵ A ocasião teria surgido quando Honório Hermeto exigiu, de forma imperiosa, que Pedro II demitisse o irmão de Aureliano, Saturnino de Oliveira, do cargo de Inspetor da Alfândega. No modo de contar de Tarquínio de Sousa, a insistência do ministro em fazer o imperador aceitar o decreto de demissão impressiona pelo nível do afrontamento:

Conta-se que Honório Hermeto, tomando o decreto das mãos do imperador, quando este pela segunda vez declarou que precisava refletir a respeito, exclamou irritado:

¹⁴ João Manuel Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo* ; p. 147.

¹⁵ O nome do grupo oposicionista deriva do local onde eles se encontravam, a Quinta da Joana, residência oficial dos mordomos do Paço. De acordo com Paulo Pereira de Castro, ali se reuniam os amigos do mordomo Paulo Barbosa e de Aureliano para fazerem oposição ao gabinete Honório. Cf. “Política e administração de 1840 a 1848”; p. 518. As intrigas de Aureliano e Barbosa já figuravam na explicação de J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*; ver p. 148-150. Para Joaquim Nabuco, a “influência pessoal de Aureliano, de 1840 a 1848, constitui um dos enigmas da nossa história constitucional”. Cf. *Um Estadista do Império*; vol. 1, p. 77.

“um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da Nação, ainda que esse menino seja imperador”.¹⁶

Sem ser tão específico, Paulo Pereira de Castro também registrou a quebra de decoro por parte de Honório. O autor, no entanto, foi além ao apontar para uma importante mudança que se seguiu à demissão do ministério:

Ao que se conta, Honório teria infringido as regras de etiqueta no tratamento que um súdito deve a seu soberano ao insistir ante a recusa do Imperador. O conceito representa obviamente uma expressão da doutrina palaciana segundo a qual o ministro deve curvar-se ante a vontade do monarca. Tratava-se, sem dúvida, de uma completa vitória palaciana. Ante a inflexibilidade do Imperador, Honório oferece sua demissão que é prontamente aceita. Desenvolvendo uma política pré-traçada pelo grupo da Joana, o Imperador mandou chamar a Costa Carvalho, agora Visconde de Monte Alegre, para **incumbi-lo de formar novo governo que viesse com o programa expresso de decretar a anistia para os liberais**.¹⁷

De acordo com o autor, o programa de anistia fazia parte dos planos dos atores palacianos para aproximarem-se dos políticos opositores do Regresso: “a Joana caracteriza politicamente sua posição, abrindo entendimento com os liberais. Certamente com seu apoio a idéia da decretação de uma anistia já vinha sendo propagada no Parlamento”.¹⁸ Apesar dessa identificação da defesa da anistia como uma opção política do grupo opositor, Pereira de Castro não viu nenhuma relação entre as divergências sobre o assunto e a demissão do gabinete montado por Honório. Com efeito, não se costuma considerar a hipótese de que a renitência do núcleo regressista em aceitar completamente o perdão dos revoltosos tenha pesado consideravelmente na decisão do imperador de acatar a demissão. Ao contrário disso, a tendência é mesmo desvincular ambos os fatos, como, aliás, já tinha feito J. M. Pereira da Silva ao comentar o relatório anexado ao decreto indulgente de 14 de março de 1844:

Não se ressentiram os conservadores pela anistia, que mais tarde ou mais cedo todos anteviam. Julgaram-se, porém, ofendidos nas frases empregadas no relatório. Atribuía-se claramente as causas da rebelião a atos do Ministério de 1841 e não às doutrinas de resistência armada apregoadas pelo partido que a cometera.¹⁹

¹⁶ Octávio Tarquínio de Sousa. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957; p. 250. Apenas para deixar clara a diferença etária evocada pelo ministro: no começo de 1844, o imperador era um rapaz de 18 anos; por sua vez, Honório já alcançara os 43.

¹⁷ Paulo Pereira de Castro. “Política e administração de 1840 a 1848”; p. 520-521 (grifos meus).

¹⁸ Idem; p. 519.

¹⁹ J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*; p. 152.

Fixou-se, portanto, a explicação de que a anistia era necessária e inevitável, estando acima das divergências partidárias – explicação que condiz com a memória conciliadora que tanto se guardou do período imperial. Contudo, o comportamento de Honório e de deputados regressistas diante do novo governo vão de encontro a essa versão de resignada aceitação dos futuros conservadores. Uma carta do já demitido ministro ao companheiro de Regresso, e influente junto ao imperador, Candido José de Araújo Viana, datada de dois de fevereiro de 1844, evidencia um comportamento nada acomodado:²⁰

Acabo de ser informado que reunindo-se ontem em casa de Ernesto os srs. José Carlos e Alves Branco, para concordarem nas pessoas que deviam completar o novo gabinete, que este propusera o Limpo e o Ottoni. – O Limpo tem boas qualidades, é instruído, e estou mesmo que tem modificado muito suas idéias sobre política, porém que direi do Ottoni? Saído no mês passado da cadeia do Ouro Preto, e já proposto no 1º de fevereiro para ministro do Sr. D. Pedro 2º!! – Consta-me que a idéia foi repelida, mas a simples proposição não mostra bastante a tendência destes Senhores? Não se deveria prevenir ao imperador? **S. Majestade esteve sempre concorde com o gabinete de que fiz parte em todas as questões de política interna e externa: a divergência apareceu em uma pequena questão pessoal. Deve essa divergência originar uma mudança para a política da rebelião? Eu perguntei a S. M. o Imperador se pretendia modificar a política interna, e S. M. me respondeu que não.** À vista desses dados consulto a V. Excia. se convém prevenir ao imperador; e quem o há de fazer?²¹

Nota-se pelas palavras de Honório Hermeto uma extrema preocupação com que a mudança no governo significasse também uma mudança no tratamento da rebelião, o que poderia denotar um afastamento do monarca das concepções de seu grupo. Fora do governo havia apenas dois dias, sua inquietude já era tanta que tentava de algum modo interceder na nova política que se anunciava. Todavia, Pedro II mostrou-se mesmo decidido a dar uma guinada na direção ministerial, não a ponto de colocar no governo um radical de véspera como Teófilo Ottoni – o que parecia ser o maior temor de Honório – mas exigindo e participando de uma completa reformulação no trato com os conflitos internos.

Frente à recusa de Costa Carvalho – provavelmente em razão de sua ligação com os regressistas – o imperador chamou José Carlos Pereira de Almeida Torres para montar um

²⁰ A carta em que Honório apresenta sua demissão é de 31/01/1844; cf. Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI). Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Maço 107 – Doc. 5171. Sobre Araújo Viana, cabe apontar que sua influência no Paço vinha desde sua nomeação como professor do menino imperador, em janeiro de 1839. De acordo com Roderick Barman, a eminência política de Araújo Viana o fez intocável no novo cargo. “Ele rapidamente estabeleceu um bom relacionamento com o jovem imperador, que duraria até a morte em janeiro de 1875”. Cf. *Citizen emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999; p. 68 (tradução livre).

²¹ AHMI. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Maço 107 – Doc. 5174 (grifos meus).

gabinete que assumisse uma política abertamente conciliatória,²² o que significava levar adiante o programa de anistia em nome de uma idealizada comunhão nacional, como expressou o senador Nicolau Vergueiro, depois que se iniciaram os trabalhos legislativos no mês de maio:

Com efeito, o que quer dizer que o programa é anistia? Quer dizer espírito de conciliação dos brasileiros, chamá-los todos a um centro; não só acabar os sofrimentos de uns, o susto e o receio de muitos ameaçados pelo interesse e furor de partido, como abrandar as rivalidades, encaminhar as coisas para que todos se reúnam em um só pensamento nacional.²³

Como já foi referido, decretara-se a anistia em 14 de março. Logo em seguida, na abertura da sessão anual, a medida foi defendida diante dos parlamentares por Pedro II, na Fala do Trono. No discurso, o monarca também lastimou a continuação da Farroupilha e apontou para a indulgência como forma mais eficaz de se manter a ordem:

Sinto comunicar-vos que ainda se não acha de todo extinta a guerra civil na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nas outras reina a ordem; e para mais firmá-la nas de São Paulo e Minas Gerais, houve por bem anistiar a todos os comprometidos nos movimentos que ali tiveram lugar.²⁴

É notável a mudança dos termos dessa Fala do Trono em relação à Fala do ano anterior: o que eram *rebeliões* e preocupavam e entristeciam o monarca, agora se definiam como *movimentos* e eram dignos de perdão. Um deslocamento de significado que não era de pouca monta para o ex-ministro Honório Hermeto Carneiro Leão. De seu lugar de senador, e provavelmente como porta-voz do grupo regressista, ele mostrou profunda consternação e considerou inadmissível que o ministro da Justiça “viesse no corpo legislativo chamar simples movimentos políticos o que o mesmo corpo legislativo tinha chamado rebelião”²⁵ – prova de que seus esforços junto a Araújo Viana tinham sido em

²² **José Carlos** Almeida Torres é citado na carta de Honório juntamente com Manuel **Alves Branco** e **Ernesto** Ferreira França, outros dois componentes do Ministério de 2 de fevereiro de 1844 (os negritos destacam os nomes pelos quais são referidos). Respectivamente, assumiram como efetivos as pastas do Império, Fazenda e Estrangeiros. Completaram o governo: Manuel Antonio Galvão (Justiça), Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Marinha) e Jorônimo Francisco Coelho (Guerra). Cf. Barão do Javari. *Organizações e programas ministeriais*; p. 91-92.

²³ Anais do Senado de 1844, tomo I, p. 573. Citado em Fábio Santiago Santa Cruz. *Em busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2008; p. 146.

²⁴ Anais da Câmara dos Deputados de 1844. Sessão Imperial de Abertura, em 3 de maio.

²⁵ O discurso de Honório está em Anais do Senado de 1844, tomo I, p. 102. Citado em Fábio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação*; p. 146.

vão. Na outra casa legislativa, era igualmente forte o questionamento dessa mudança de tratamento com os revoltosos. Pereira da Silva, contradizendo sua opinião anterior de que os conservadores simpatizavam com o perdão, contou que “Eusébio de Queirós, relator da comissão incumbida de elaborar o projeto de resposta à fala do trono, incluiu em um dos seus períodos dúvidas acerca dos resultados da anistia, tão preconizada pelo Ministério”.²⁶ Dessa forma, os regressistas marcavam posição contra os ministros e, mais ainda, contra o novo pensamento de Pedro II. Outro exemplo da opinião adversa à indulgência foi o discurso do deputado Júlio de Miranda, no qual tocou em um ponto polêmico, desconstruindo a associação entre conciliação e vontade geral da nação:

O governo quer a conciliação, não de uns brasileiros com os outros, mas dele governo com os homens dos movimentos, e por isso é que ele atenua quanto pode o seu crime; não é pois a conciliação de nós todos, não; disso fiquem muito certos.²⁷

A indisposição da Câmara, formada ainda pela maioria regressista eleita em 1842, deve ter sido a grande causa para sua dissolução. Os novos ministros mostravam ter apoio para impor uma nova política e construir uma maioria favorável. Ficou conhecido o verso de Virgílio que virou lema do gabinete de dois de fevereiro, após ser pronunciado por Alves Branco: *parcere subiectis, debellare superbos* (poupar os submissos, debelar os soberbos)²⁸ – uma maneira poética e erudita de dizer que o governo se imporia por bem ou por mal. O decreto de dissolução saiu em 24 de maio, e foi somente o início de uma grande virada.

Em quatro de julho, foram removidos 52 juízes de direito de um total de 116 comarcas do país. Paulo Pereira de Castro chamou especial atenção para o caso do Rio de Janeiro, cuja presidência foi entregue a Aureliano Coutinho pelos novos ministros. Na província fluminense, foram removidos sete dos nove juízes de direito existentes, além de terem sido demitidos e substituídos todos os comandantes da Guarda Nacional.²⁹ Garantir a eleição de uma maioria legislativa afinada com seus propósitos parece ter sido o objetivo do governo ao promover essa avalanche de mudanças. Por isso, é comum se associar quase automaticamente essa troca generalizada de funcionários com fraude eleitoral e até violência escancarada. Justamente nesse sentido, Pereira de Castro contou que

²⁶ J. M. Pereira da Silva. *Memórias do meu tempo*; p. 153.

²⁷ Anais da Câmara dos Deputados de 1844, tomo I, p. 318. Citado em Fábio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação*; p. 147.

²⁸ Cf. Paulo Pereira de Castro. “Política e administração de 1840 a 1848”; p. 523.

²⁹ Idem; p. 524.

Na constituição da nova Câmara a *verificação de poderes* completou a obra de compressão e da violência na fase eleitoral. Os conservadores ficaram reduzidos ao pequeno grupo altamente combativo que ficou conhecido como *a patrulha*.

A manipulação eleitoral foi abertamente confirmada no Senado por dois dos ministros: Holanda, que falou nas *maiorias artificiais*, congregadas pelos favores governamentais e Alves Branco, que falou nas *maiorias de amor* reunidas pelo sentimento de gratidão ao Governo que lhes assegurou a eleição.³⁰

Como se vê, os próprios coevos (mesmo que membros do governo) tinham suas críticas às eleições. Vale ressaltar que essa visão extremamente negativa não se limitou ao pleito de 1844. Existe uma difundida explicação que desqualifica todo o sistema eleitoral do Império e que ficou registrada até em livros da época, e de cunho mais teórico, como *O systema representativo* (1868), de José de Alencar, e *O sistema eleitoral no Império* (1872), de Francisco Belisário Soares de Souza. A versão popularizou-se tanto durante o Segundo Reinado que acabou caricaturada por Machado de Assis no romance *Esau e Jacó* (1904), no qual o personagem Batista, em certa altura da trama, comenta cheio de indignação sua demissão da presidência de uma província, em que tinha servido em favor dos conservadores. O motivo do corte: falha na manipulação das eleições.

Não sei o que é que ele queria que eu fizesse mais, dizia Batista falando do ministro. Cerquei igrejas; nenhum amigo pediu polícia que eu não mandasse; processei talvez umas vinte pessoas. Outras foram para a cadeia sem processo. Havia de enforcar gente? Ainda assim houve duas mortes no Ribeirão das Moças.³¹

Em resumo, a intromissão do governo com mandos e desmandos, nomeações e exonerações, somados ao uso de variados graus de violência falseariam por completo o sistema representativo do Brasil monárquico. Um partido acusando o outro de influências indevidas e injustiças. Valendo-se mais uma vez da escrita machadiana, pode-se oferecer este retrato da dinâmica eleitoral e partidária do Império: “se há riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da situação, como no Gênesis”.³² O primeiro livro da bíblia refere-se ao momento da criação do mundo, assim como o primeiro dia de um novo governo também era um momento de criação, ou melhor, de recriação do mundo político à revelia dos interesses do partido deposto. Não é demais lembrar que o próprio apelido dos *saquaremas* foi

³⁰ Paulo Pereira de Castro. “Política e administração de 1840 a 1848”; p. 524 (*itálicos* no original).

³¹ Joaquim Maria Machado de Assis. *Esau e Jacó* [1ª ed. 1904]. São Paulo: Editora Núcleo, 1998; p. 55.

³² Idem; p. 76.

motivado por um caso de perseguições com fins eleitorais em 1844, como decorrência da queda de um partido e da subida do outro.

Portanto, desde os regressistas e seus opositores de meados da década de 1840, passando (vinte e poucos anos depois) por Alencar e Belisário, até chegar na sátira de Machado de Assis da virada do século, todos tinham seus objetivos, interesses a serem defendidos por meio das críticas às eleições imperiais, o que torna fundamental a atenção com as motivações políticas dos agentes discursivos. Mesmo que expusessem episódios reais, as marcas de parcialidade eram profundas e, por isso, as versões que apontam para a artificialidade do sistema vêm sendo questionadas. Destaque-se o recente esforço de Miriam Dolhnikoff, que, em *O pacto imperial*, desconstruiu a comum leitura que atribui ao presidente de província a “função não oficial de manipular os resultados eleitorais de modo a garantir maioria parlamentar para o ministério em exercício”³³ – função bem exemplificada pelo conservador Batista.

Examinando as leis eleitorais do Império até meados do século XIX, Dolhnikoff mostrou que, desde os procedimentos preliminares, passando pelo dia das eleições até a primeira instância de recursos, a maioria dos cargos ficava nas mãos das elites locais. Diante disso, sua conclusão é que “não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo central através do presidente. Este era obrigado a estabelecer com os grupos dominantes na província alianças e negociações”.³⁴ Vale ressaltar que a autora não negou a influência do poder central nas eleições. O que ela fez foi questionar a definição de que essa influência seria artificial e falseadora, porque imposta de cima para baixo. Na verdade, as manipulações seriam arranjos de interesses. Pode-se avançar nessa hipótese, apontando para um instrumento que provavelmente foi decisivo para o governo central nessas negociações: a lei regressista de três de dezembro de 1841, de reforma do Código de Processo Criminal.

Com toda razão, Dolhnikoff demonstrou que as reformas do Regresso consistiram especialmente em uma reorganização judiciária. Em suas palavras,

tal foi o verdadeiro sentido da revisão conservadora: a centralização do aparato judiciário, garantindo ao governo central exclusividade nas decisões sobre empregos gerais, enquanto ao governo provincial ficavam reservadas as decisões

³³ Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; p. 108.

³⁴ Idem. Para o conjunto dos cargos eleitorais, ver p. 108-110. A citação é dessa última página.

sobre empregos provinciais e municipais. Não se tratava de redesenhar os fundamentos da organização institucional vigente.³⁵

O que a autora deixou escapar foi que, embora não se tratasse de uma lei eleitoral, a reforma de 1841 pode ter influenciado diretamente os resultados das eleições que se seguiram à sua aprovação.³⁶ Até essa lei, os cargos da justiça no Império do Brasil – que ao lado dos da Guarda Nacional importavam um dos principais ramos de atuação do Estado oitocentista – eram localmente eletivos na sua grande maioria. Segundo a lei dos juízes de paz (1827) e o código de processo criminal (1832), a figura do juiz de paz, que congregava funções policiais, judiciais e eleitorais, era escolhida em pleito paroquial; o juiz municipal, não necessariamente togado, resultava de uma lista tríplice previamente escolhida no distrito e apenas depois aprovada pelo presidente de província; da mesma forma se ocupavam os cargos de promotor. Apenas o juiz de direito, magistrado com jurisdição em toda a comarca, era nomeado pelo governo. O Ato Adicional de 1834 ainda facultou às Assembléias Legislativas Provinciais, por ele mesmo instituídas, a livre criação de cargos da justiça no nível provincial e a livre fixação de critérios de nomeação, à revelia do governo central. Como na mesma época também eram localmente eleitos os cargos de capitão-chefe, cabo, tenente, alferes, sargento e furriel das companhias, bem como os de tenente-coronel, major, ajudante e alferes dos batalhões, todos da Guarda Nacional, o governo central estava cerceado de ofertar relevantes e numerosos cargos nas áreas da justiça e da segurança aos notáveis locais em troca de favores eleitorais.³⁷

As reformas regressistas de 1840 e 1841 começaram a inverter esse quadro. A primeira, por privar as províncias da criação de cargos do judiciário; a segunda, por dotar o governo da capacidade de oferecer cargos no mesmo ramo. A revisão do Código de Processo criou os postos de chefe de polícia (um por província), de delegados (um por termo ou municipalidade) e de subdelegados (de quantidade livre, conforme as necessidades), sendo que todos eles passavam a ser nomeados pelo Imperador – os

³⁵ Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*; p. 132.

³⁶ Devo as reflexões que se seguem às discussões com Alain El Youssef, André Nicacio, Pedro Aubert e Tâmis Parron, nas reuniões de nosso grupo “Império Expandido”.

³⁷ Sobre as reformas liberais do início da década de 1830, bem como sobre as reformas do Regresso, vide a obra citada acima *O pacto imperial*; capítulo 2. Sobre a Guarda Nacional, a referência é J. Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 1 ed., 1977. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

delegados ainda nomeavam os inspetores de quarteirão nas freguesias (atribuição até então adscrita aos juízes de paz).³⁸ Excetuando-se o chefe policial, um magistrado, os demais podiam ser cidadãos comuns. A nomeação do juiz municipal e do promotor, antes indicada pelas localidades, também foi transferida para a esfera do governo central. Quando um juiz municipal substituísse o de direito (o que podia ocorrer com certa frequência), o presidente de província (cargo de confiança do governo central) escolhia seis *cidadãos notáveis* (sem necessidade de titulação acadêmica) para ocupar o cargo. Esses cargos, ainda que não constassem como determinantes nas leis eleitorais, podiam ser oferecidos em troca de apoio ao governo durante os pleitos para a Câmara dos Deputados. Seu valor simbólico, suas funções de polícia e justiça, seus emolumentos, tudo isso servia de atrativo para uma aliança do governo com facções locais. A eficácia dessa aliança explicaria, então, porque todas as trocas de governo entre 1842 e 1886 seguiram o mesmo roteiro: substituição de ministros, dissolução da Câmara vigente, convocação de novas eleições sob o ministério em exercício e eleição de uma maioria de deputados favorável a ele. A barganha de cargos por votos estaria por trás da lógica do controle eleitoral.

Um interessante indício da importância partidária e eleitoral dessa reforma de 1841 é uma análise feita por um de seus principais fautores, Paulino José Soares de Sousa. No *Ensaio sobre o Direito administrativo*, escrito na década de 1860, o então visconde do Uruguai lembrava da lei não tanto por seus aspectos repressivos, mas justamente por sua capacidade de “montar um partido”:

A lei de Interpretação do Ato Adicional, e a de 3 de dezembro de 1841 modificaram profundamente esse estado de coisas. Pode por meio delas, ser montado um partido, mas pode também ser desmontado quando abuse. Se é o governo que monta terá contra si, em todo império, do lado contrário. Abrir-se-á então uma luta vasta e larga, porque terá de se basear em princípios, e não a luta mesquinha, odienta, mais perseguidora, das localidades. E se a opinião contrária subir ao Poder encontrará na legislação meios de governar. **Se quando o Partido Liberal dominou o poder no Ministério de 2 de fevereiro de 1844, não tivesse achado a Lei de 3 de dezembro de 1841**, que combateu na tribuna, na imprensa, e com as armas na mão, e na qual não tocou nem para lhe mudar uma vírgula, **se tivesse achado o seu adversário acastelado nos castelos do sistema anterior, ou**

³⁸ Para entender as mudanças impostas pela reforma de 1841, foi importante a leitura do artigo de Monica Duarte Dantas. “O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada no IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito. São Paulo, Faculdade de Direito/USP, 2009 (versão para discussão). Agradeço à autora pela cessão de uma cópia do texto.

teria caído logo ou teria saltado por cima das leis. Cumpre que na organização social haja certas molas flexíveis, para que não quebrem quando aconteça, o que é inevitável, que nelas se carregue um pouco mais.³⁹

O mais notável nesse trecho é a referência à subida dos liberais em 1844, sem nenhuma acusação de compressão e violência eleitoral igual à que foi sustentada, como se viu, por Paulo Pereira de Castro ao comentar a remoção de quase metade dos juízes do país e as demissões em massa de oficiais da Guarda Nacional feitas pelo novo governo. No caso de Pereira de Castro, trata-se, sem dúvida, de uma visão anacrônica sobre o sistema representativo do século XIX, que julgou de antemão, a partir das críticas da própria época, a intervenção do governo nas eleições como prática irregular. Bem longe desse entendimento, no entanto, Paulino Soares de Sousa elogiou o uso partidário da reforma do Código de Processo, tão resguardada pelos conservadores, defendendo que ela garantia a governabilidade para o poder central, independentemente do partido que o assumisse. Em contraposição a essa situação pós-1841, o visconde do Uruguai descreveu as nomeações que ocorriam na década de 1830 desta forma nada elogiosa:

Sucedia vencer as eleições uma das parcialidades em que estavam divididas as nossas províncias. A maioria da Assembléia Provincial era sua. Pois bem, montava o seu partido, e por exemplo, depois de nomeados para os empregos e postos da Guarda Nacional homens seus, fazia-os vitalícios. Amontoava os obstáculos para que o lado contrário não pudesse para o futuro governar. Fazia juízes de paz seus, e Câmaras Municipais suas. Estas autoridades apuravam os jurados e nomeavam indiretamente, por propostas, os Juízes Municipais, de Órfãos e Promotores. Edificava-se um castelo inexpugnável, não só para o lado oprimido, como ainda mesmo para o governo central.⁴⁰

Deduz-se que as nomeações partidárias que se davam nas províncias, montando um “castelo inexpugnável”, correspondiam à má política, eram facciosas. Com as leis do Regresso, as nomeações partidárias mudam de caráter; tornando-se nomeações gerais, que cabem ao centro do poder imperial, passam a corresponder à boa política, dos partidos com idéias e propostas.

Em suma, esses excertos da obra de Uruguai oferecem uma visão positiva sobre o assunto da interferência do governo central nas eleições e ajudam a sustentar a importância da lei de três de dezembro de 1841 para a formação das alianças eleitorais. Dessa forma,

³⁹ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito administrativo*. Capítulo XXX § 8. In: José Murilo de Carvalho (organização e introdução). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999; p. 465-466.

⁴⁰ Visconde do Uruguai. *Ensaio sobre o Direito administrativo*; p. 465.

recoloca-se a questão no debate do seu próprio tempo. A interferência do poder central, tanto pela oferta de cargos, como por demissões ou mesmo pela “imposição” de candidatos, não pode ser encarada simplesmente como um empecilho à prática do sistema representativo do Império do Brasil, mas como parte importante da discussão sobre seu funcionamento. Entretanto, deve-se ressaltar que, durante 1844 e 1848, enquanto estiveram no poder, os liberais tentaram reformar a lei de três de dezembro e também a lei eleitoral, o que resultou primeiramente na lei de eleições de 1846 e, depois, na lei de 1855, que saiu de um projeto que começou a ser debatido durante o “quinquênio liberal”.⁴¹ Portanto, seria um equívoco afirmar que os liberais aceitaram a reforma de 1841, aprendendo rapidamente a usá-la em benefício próprio, e nunca tentaram mudá-la. Pelo contrário, queriam mudanças tanto no judiciário quanto nas eleições, o que até reforça que ambos os assuntos andavam juntos e mostra também que as concepções dos dois partidos eram distintas.⁴²

Talvez o mais marcante ponto de inflexão nessa discussão que envolvia o problema das nomeações, eleições e um ideal de conciliação partidária tenha sido a eclosão da Rebelião Praieira. Como se quer mostrar, esse movimento armado colocou às claras, e de forma até traumática, os problemas que podiam se seguir às nomeações partidárias feitas nas trocas de governo. A partir de 1848, tornaram-se cada vez mais comuns as críticas à intervenção do poder central no processo eleitoral e nas indicações de cargos, identificando essas práticas com fraudes. Começou-se a discutir fortemente na Câmara dos Deputados a idéia de conciliação partidária. A pronunciação de uma tendência conciliatória podia até não ser nova, pois remontava também ao início da década de 1840, mas o contexto pós-1848 é absolutamente particular e a idéia passa a estar vinculada com a deliberação sobre a anistia aos rebeldes pernambucanos condenados e também com a tentativa de resolver essas práticas que passaram a ser vistas como fraudulentas. O imperador Pedro II tomou parte importante nessa iniciativa, cobrando uma nova postura dos ministros em relação a essas questões.

Não foi à toa, portanto, que Paulino Soares de Sousa preocupou-se em escrever algum tempo depois, no seu mais famoso livro, uma defesa do uso partidário da lei de

⁴¹ A reforma eleitoral, com destaque para a Lei dos Círculos, de 1855, é um dos assuntos tratados no Capítulo 4 desta dissertação.

⁴² Sobre os planos de reformas durante o “quinquênio liberal”, cf. o trabalho de Fábio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação*; especialmente p. 152-155.

1841. Depois da Praieira, o assunto tornara-se extremamente controverso, dividindo as opiniões dos principais políticos do Império. Cumpre agora apresentar rapidamente os principais pontos do confronto partidário e da luta armada em Pernambuco para, em seguida, particularizar a presidência de Honório Hermeto no que se refere às tentativas de estabelecer completamente a paz na província. Como notou Jeffrey Needell, esse momento é importante, porque a atuação de Carneiro Leão abriu uma divisão entre os saquaremas.⁴³

3.2. Apaziguar Pernambuco: eleições, granadas e a cisão dos conservadores

Entre as interpretações já feitas acerca da Rebelião Praieira, parece sempre predominar uma inquietação diante dos aspectos mais radicais do movimento. Afinal, o que uniria contra o poder imperial agentes tão díspares como ricos senhores de engenho, trabalhadores urbanos pobres sob a liderança inflamada de Borges da Fonseca e até um contingente de índios do sul da província, mobilizados pelo capitão Pedro Ivo? Esse último homem, aliás, por causa da sua luta ao lado dos praieiros, tornou-se mito da resistência liberal contra a monarquia autoritária. Tem-se, assim, juntando diversos estratos sociais e heróis, em um ano agitado em todo o Ocidente, uma memória da Praieira como grande momento revolucionário do Império.

Vale apontar que foi o líder praieiro Urbano Sabino o primeiro intérprete a associar o movimento armado de 1848 com um imenso respaldo e participação popular, de forma a justificar e legitimar as ações de seu grupo político. Quase ao mesmo tempo, essa versão foi reforçada pelo panfleto *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem sob o pseudônimo de Timandro. De acordo com a análise precisa de Izabel Marson, as palavras do Timandro faziam com que, de um confronto entre as elites pernambucanas, o movimento se tornasse “parte da atuação de um genérico Partido Liberal, símbolo de ideal

⁴³ Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006; p. 133.

plenamente associado a anseios ‘populares e democráticos’, e legitimado por ser um sucedâneo das revoluções liberais contra o absolutismo na Europa”.⁴⁴

Se os praieiros apresentaram prontamente a sua versão, seus adversários, por outro lado, não foram menos rápidos em desqualificar a participação popular e usá-la como agravante do crime cometido. Essa versão conservadora alcançou o final do século e foi revigorada por Joaquim Nabuco, tão preocupado em defender a participação de seu pai na repressão da Praieira. Considerando a abrangência que alcançou o movimento, Nabuco, em *Um Estadista do Império* (1897), definiu a Praieira como um “turbilhão popular”, o que estava longe de ser um elogio. Adentrando o século XX, porém, a imensa participação popular foi ressignificada. Como bem notou Marcus Maciel de Carvalho, a Praieira exerceu um verdadeiro fascínio sobre a historiografia engajada brasileira.⁴⁵ Exatamente setenta anos depois de Nabuco, Amaro Quintas (1967) escreveu *O sentido social da Revolução Praieira* e, nesse caso, o objetivo da análise era resgatar o que de revolucionário teria o movimento pernambucano, intenção já presente no trabalho que Caio Prado Júnior escrevera três décadas antes. Ao publicar *Evolução política do Brasil* em 1933, Caio Prado, sempre preocupado com os descaminhos do socialismo por estas terras, considerou o 1848 pernambucano como a fracassada revolução burguesa brasileira. Apenas trabalhos posteriores ao de Quintas, elaborados em um novo contexto de produção, marcado pela expansão dos programas de pós-graduação e da pesquisa acadêmica no Brasil a partir dos anos 1970 e 1980, começaram a ter elementos para questionar essas leituras consagradas; perceberam as armadilhas de tomar-se partido de um dos lados: ou dos que recriminaram a Praieira ou dos que recuperaram e ressoaram os motes do liberalismo radical.

Entre essas pesquisas mais recentes, merecem destaque as reflexões de Izabel Andrade Marson sobre o assunto, nas quais ficou demonstrado que o movimento praieiro precisa ser entendido, antes de tudo, como uma disputa entre frações das oligarquias pelo

⁴⁴ Sobre o embate de interpretações sobre a Praieira, ver a parte “O império do progresso”, de Izabel Marson. *O Império do Progresso*; sobre as duas obras citadas neste parágrafo, ver p. 430-431.

⁴⁵ Para um balanço historiográfico da Praieira, do qual foram tiradas as referências feitas neste parágrafo, ver Marcus Joaquim Maciel de Carvalho. “A Insurreição Praieira”. *Revista Almanack Braziliense*, n. 8, nov. de 2008 (disponível em www.almanack.usp.br). Ver também, do mesmo autor, o artigo “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 121-183.

poder político da província.⁴⁶ A partir de então, o assunto da participação e das manifestações populares pôde ser retomado, agora sem uma leitura do conflito tão enviesada ideologicamente. Passou-se a buscar as motivações e redimensionar a participação dos agentes subalternos na revolta – um bom exemplo nesse sentido é um outro artigo do já citado Marcus Carvalho.⁴⁷

Para os fins desta dissertação, o que importa é retomar as importantes considerações feitas por Izabel Marson e situar a Praieira nas disputas partidárias de Pernambuco da década de 1840, atentando para as motivações diretas do conflito, que guardaram estreita relação com o que se vinha argumentando na parte anterior deste capítulo. O movimento praieiro, de acordo com Marson, pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, mais geral, que vai de 1842 a 1849, no qual “o confronto na imprensa e nas sessões do parlamentares configura os acontecimentos mais significativos”; o outro período que corresponde a uma parte desse primeiro e vai de novembro de 1848 a dezembro de 1849, quando “o conflito atingiu seu clímax com a eclosão de uma rebelião armada. **O controle dos cargos políticos e policiais** foi o motivo imediato da deflagração da guerra civil”.⁴⁸ Portanto, o recurso às armas em 1848 só pode ser entendido dentro de um período mais longo de confronto dos partidos, para os quais a questão das nomeações fez-se crucial. Antes de entrar no problema do controle dos cargos, importa lembrar as peculiaridades da divisão partidária em Pernambuco e, para isso, é preciso voltar-se para o momento em que começaram a circular com força os apelidos de guabirus e praieiros, que delimitaram contornos mais claros entre os grupos políticos da província.

Os historiadores que se centraram no tema notaram que, de 1835 até 1842, predominou uma coalizão em Pernambuco, que tornava praticamente insignificante as divergências entre a elite proprietária. Essa coalizão era norteadada pela aproximação das famílias Cavalcanti e Rego Barros, das quais saíram os dois presidentes da província durante esses oito anos.⁴⁹ De 1835 a 1837, Pernambuco foi governado por Francisco de

⁴⁶ Da autora, ver *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980; e o trabalho já citado *O Império do Progresso*, de 1987.

⁴⁷ Marcus J. M. de Carvalho. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, p. 209-238, 2003.

⁴⁸ Izabel Marson. *Movimento Praieiro*; p. 1 (grifos meus).

⁴⁹ Sobre a situação política e os conchavos familiares de Pernambuco na virada da década de 1830 para a seguinte, ver Izabel Marson. *O Império do Progresso*, parte “Praieiros e baronistas”; p. 189-232. Ver também

Paula Cavalcanti de Albuquerque (barão de Suassuna em 1841), seguido de Francisco do Rego Barros (barão da Boa Vista em 1841, e que controlou a província até 1844), ambos como nomes de amplo consenso. Contudo, em meados de 1842, rompeu-se essa aliança que parecia inabalável, quando se organizou, a partir da Assembléia Provincial, uma oposição ao governo de Rego Barros. Extendendo a campanha ao Parlamento imperial e à imprensa, os dissidentes logo se intitularam Partido Nacional de Pernambuco, um novo nome para marcar bem a ruptura. Na linguagem do cotidiano, porém, passaram a ser identificados como *praieiros*, referência à rua da Praia, onde ficava a tipografia que preparava o mais importante jornal do grupo, o *Diário Novo*; em contrapartida, apodaram o partido adversário de guabiru, “um ratinho sorrateiro, ladrão e esperto: engana, rouba sorrateiramente, foge e esconde-se”.⁵⁰ Foram essas acusações, cheias de ironia e menosprezo, que passaram a ser veiculadas pela imprensa ligada ao Partido Nacional quando se referiam aos baronistas, ou seja, ao grupo que continuou fiel ao barão da Boa Vista e à coalizão que ele representava.⁵¹ Dessa forma, configuravam-se os partidos pernambucanos, sendo que os guabirus foram identificados com a tendência conservadora e, no campo oposto, ficaram os liberais, entre os quais destacou-se a influência dos Cavalcanti. Foi justamente por causa da preponderância dessa família que os *praieiros* romperam também com os liberais.

Os principais nomes da dissidência que formou o Partido Nacional, depois Partido da Praia, foram Peixoto de Brito, o já mencionado Urbano Sabino Pessoa de Melo e Antonio Nunes Machado, todos magistrados perfeitamente acomodados ao governo de Boa Vista até 1842. O problema para eles apareceu nas eleições para a nova Câmara imperial feitas nesse ano sob a regulamentação da recém aprovada lei judiciária, quando se sentiram

um trabalho mais recente: Jeffrey C. Mosher. *Political Struggle, Ideology and State Building*. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008; p. 139-159.

⁵⁰ Para uma explicação acerca dos apelidos e sua relação com as disputas políticas, ver Izabel Marson. *Movimento Praieiro*; p. 34-46 (a citação é da p. 40).

⁵¹ Mais do que simples referência a um logradouro, o adjetivo *praieiro* tinha também, ao que parece, sua carga política pejorativa. Marson apontou que a rua da Praia “era um centro de comércio a retalho, e o termo ‘*praieiro*’ nivelava os redatores do *Diário Novo* aos comerciantes (‘*especuladores*’), que em grande parte eram portugueses”. Cf. Izabel Marson. *Movimento Praieiro*; p. 43. Marcus Carvalho indicou ainda uma outra versão, lembrando que a rua da Praia margeava o rio Capibaribe: “Como nas praias do rio que se jogavam os dejetos das casas, carregados nos tigres pelos escravos, o apelido era claramente ofensivo. E de fato era esse o seu sentido principal, mesmo porque os *praieiros* acolheram todos os insatisfeitos com o predomínio dos Cavalcanti, de Rego Barros, Araujo Lima, Maciel Monteiro, etc, ou seja, receberam tudo o que havia sobrado – o lixo – da política pernambucana”. Cf. Marcus Carvalho. “A Insurreição Praieira”; p. 16.

discriminados pela máquina eleitoral montada. Subjacente à divisão que esses três promoveram estava, portanto, a insatisfação com a distribuição dos cargos públicos provinciais. Eles acusaram Rego Barros de privilegiar seus protegidos, entregando-lhes os postos mais estratégicos. Por isso, pode-se dizer que os praieiros promoveram uma verdadeira desforra em 1845, possibilitada pela nomeação de Chichorro da Gama para a presidência da província. Pernambuco passava ao controle da oposição surgida três anos antes, que tomou uma série de medidas para desarticular os guabirus. A mais radical de todas foi, como apontou Marcus Carvalho,

a demissão em massa de cerca de 650 autoridades, entre delegados, subdelegados da polícia civil e algumas dezenas de comandantes de milícias e guardas nacionais. A nomeação de outros proprietários rurais e urbanos para essas posições foi uma completa gangorra política na província, principalmente para os importantes postos da polícia civil.⁵²

Não é difícil concordar que se tratou de um número de demissões altamente expressivo. Dessa forma, os praieiros acabaram com a articulação de forças montada durante a longa administração do barão da Boa Vista. Começava, então, uma série de conflitos motivados por essa “gangorra política” e que marcaram toda a década de 1840 pernambucana: o uso dos cargos do governo, sobretudo os policiais, para impor-se aos adversários pessoais. Os mais significativos episódios desse tipo ocorreram entre o fim de 1847 e abril de 1848 e acabaram rotulados pelas autoridades como “revolta guabiru”. Foram combates espalhados pelo interior da província, relacionados com a atitude de delegados praieiros, que começaram a invadir a propriedade de adversários sob os pretextos legais de prender criminosos, apreender armas do Estado e recuperar escravos roubados.⁵³ Como resposta, os proprietários passaram a articular uma resistência conjunta para se defenderem da polícia praieira e até mesmo atacá-la antes de sua indesejada visita. Essas escaramuças espalhadas pela província têm estreita ligação com a eclosão da Praieira.

Os acontecimentos se precipitaram a partir de abril de 1848, quando começou uma reviravolta na política da província. Exatamente no mês em que chegavam ao Recife as notícias da “revolta guabiru”, Chichorro da Gama deixou a presidência de Pernambuco para

⁵² Marcus Carvalho. “A Insurreição Praieira”; p. 18.

⁵³ Idem; p. 19.

assumir uma vaga no Senado. O que se seguiu até o início do movimento armado, sete meses depois, foi bem descrito por Marcus Carvalho:

Entre maio e setembro de 1848, os liberais continuavam no poder na Corte. Isso evitou a derrocada total dos praieiros. Mas os presidentes nomeados para Pernambuco nesses meses buscaram a moderação. Sabiam das dificuldades que teriam. Começou, todavia, a demissão dos delegados de polícia praieiros. Mas eles se recusaram a entregar os cargos, atendendo instruções do próprio chefe de polícia praieiro [...] Quando os liberais caíram na Corte, em setembro de 1848, Araújo Lima e os Cavalcanti voltaram ao poder. [...] Os líderes da “revolução guabiru”, agora rearmados e equipados pelo governo provincial, passaram à ofensiva. A “revolução praieira” começou quando tentaram desarmar e prender um delegado praieiro destituído, o Coronel Manoel Pereira de Moraes, abastado senhor de engenho em Igarassu, que havia colaborado nas ações da polícia praieira nos anos anteriores.⁵⁴

Como se vê, no momento em que os antigos regressistas assumiram o ministério, em 29 de setembro, colocando fim ao “quinqüênio liberal”, os praieiros sabiam que tinham motivos para temer a nova oscilação da gangorra. De repente, os cargos dos quais eles vinham se valendo poderiam passar para os seus maiores inimigos, o que era especialmente ruim em vésperas de eleições, marcadas para o mês de novembro. Esse temor foi registrado pelo praieiro Urbano Sabino em sua *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco* e acabou tornando-se a justificativa do partido para o início da revolta: não se tratava de uma simples questão de aceitar ou não as demissões e a virada administrativa e policial, mas de resistir a uma conspiração eleitoral (feita por meio de demissões sem nenhum aviso prévio) e, acima de tudo, de preservar as próprias vidas e propriedades das ameaças de seus inimigos pessoais recém-empossados:

O presidente havia feito completa reação, destituindo quase todas as influências do partido liberal: uma só demissão e nomeação não foi publicada no jornal oficial, não foi comunicada às câmaras municipais e tribunais, nem mesmo aos demitidos. (...) procedia-se com o mistério somente próprio de conspiradores; e com efeito era uma conspiração tenebrosa contra a tranquilidade e liberdades públicas, contra a espontaneidade do voto, contra a segurança e a propriedade dos cidadãos (...). E tudo isto fez o Presidente Pena nas vésperas de uma eleição. A essas excursões chamaram **a posse das novas autoridades**; mas foi na realidade a conquista mais pérfida e brutal da urna eleitoral! .⁵⁵

⁵⁴ Marcus Carvalho. “A Insurreição Praieira”; p. 25.

⁵⁵ Urbano Sabino Pessoa de Mello. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco* [1849]. Citado em Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; p. 40 (destaque no original).

Significativamente, o início oficial da Rebelião Praieira, em novembro de 1848, é identificado com a recusa de Manoel Moraes em reconhecer sua demissão e entregar as armas do Estado que detinha no seu engenho Inhamam, na zona da mata norte. Como observou Marcus Carvalho, “era como se abril de 1848 se repetisse, embora já não fosse o proprietário conservador que teria sua propriedade varejada, mas o praieiro”.⁵⁶ O que na linguagem dos partidários da Praia tratou-se de resistência legítima a uma conspiração, na acusação dos conservadores tornou-se, em contrapartida, apego mesquinho ao poder, inadequação ao rodízio partidário, crime contra a ordem imperial. Para defender essa versão legalista e responder à *Apreciação* de Urbano Sabino, logo apareceu a *Crônica da Rebelião Praieira*, do chefe de polícia Figueira de Mello, diretamente implicado na repressão.

Escapando desse embate de interpretações e construção da memória, que também fez parte da luta entre praieiros e guabirus, Izabel Marson notou com propriedade que as causas da Praieira não estiveram relacionadas com

atos de agressão e defesa unilaterais, como querem Figueira de Mello e Urbano Sabino. Trata-se de agressões e defesa mútuas, ou melhor, **de uma luta pela posse de poder** transformada no discurso dos contendores em ‘guerra civil’ desde meados de novembro de 1848, com a utilização de todos os recursos disponíveis para vencer o adversário.⁵⁷

No caso do governo imperial, a mobilização dos recursos disponíveis para alcançar a vitória passou pela nomeação de um novo presidente de província já em dezembro. Saía Herculano Ferreira Pena, que agira com extrema moderação diante do início da revolta, e chegava Manuel Vieira Tosta, futuro marquês de Muritiba, oponente dos praieiros na Câmara dos Deputados e credenciado pela fama de linha-dura. Ele desembarcou em Recife no natal de 1848, acompanhado de 340 soldados de artilharia e outros 40 de cavalaria.⁵⁸ Além desse reforço para os campos de batalha, Tosta nomeou como chefe de polícia a Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, nascido no Ceará, mas bem estabelecido em Pernambuco, unido por casamento à família Paes de Andrade. Sem dúvida, essa ligação com a aristocracia conservadora local, somada à sua ativa militância contra os praieiros,

⁵⁶ Marcus Carvalho. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”; p. 171.

⁵⁷ Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 47 (destaque no original).

⁵⁸ Cf. J. Mosher. *Political Struggle*; parte “A hard-line Provincial President and the radicalization of the praieiros”, p. 235-239.

como editor de jornais guabirus, fazia de Figueira de Mello um parceiro afinado com os intentos repressivos do novo presidente.

Entretanto, toda essa preparação para o conflito por parte do governo central e provincial não causou a retração dos praieiros. Pelo contrário, enquanto o governo se armava e o ano virava, os liberais pernambucanos acentuaram suas ações. Vale apontar que, no primeiro dia de 1849, Borges da Fonseca publicou seu *Manifesto ao mundo*, um documento claramente inspirado no liberalismo radical europeu, no qual acusava o ministério conservador de absolutismo e defendia a instalação de uma nova Assembléia Constituinte para promover uma série de polêmicas reformas, como o estabelecimento do sufrágio universal, a exclusão dos estrangeiros do comércio a retalho, o fim do Poder Moderador, a promoção do federalismo, entre outras. É certo que isso serviu para mostrar os limites e as fraquezas do movimento, pois os mais moderados começaram a retirar seu apoio. Não obstante, também serviu de ânimo aos radicais, um ânimo que culminaria na preparação de sua grande cartada: o ataque ao Recife.⁵⁹

De início, a manobra militar sobre a capital foi um verdadeiro nó nas tropas legalistas. Enquanto eram procurados no interior, o exército de aproximadamente 1600 homens reunido pelos praieiros dividiu-se em duas colunas e atacou o Recife, que julgaram encontrar desprotegido. Era madrugada de dois de fevereiro de 1849. Porém, nem a dispersão das tropas do governo pelo interior, nem o horário do ataque facilitaram a luta para os praieiros. Depois de mais de 10 horas de ferrenhos combates, contavam-se centenas de mortos e feridos, sendo que a desvantagem era claramente dos liberais.⁶⁰ Provavelmente eles não contassem com a capacidade do governo de recompor suas forças, tampouco com os muitos cidadãos que se puseram a defender a cidade em trincheiras improvisadas, e tal descuido lhes custou muito caro. Mais do que a perda de uma batalha, o malogrado assalto ao Recife selou o desmantelamento de todo o movimento. É essa a opinião comum entre os estudiosos do conflito, expressa exemplarmente neste trecho de Marson, comentando o destino dos principais líderes e seus seguidores:

⁵⁹ Sobre as idéias republicanas de Borges da Fonseca e o choque que causou nos moderados, ver Mosher. *Political Struggle*; p. 238-239.

⁶⁰ Entre os mortos praieiros estava Nunes Machado, combativo deputado durante o “qüinqüênio liberal”. Marcus Carvalho citou os seguintes números: 200 mortos e 400 feridos entre os praieiros e 90 mortos e 197 feridos entre os legalistas. Cf. “A Insurreição Praieira”; p. 6.

Diante do fracasso da invasão, e ainda mais sob pressão do cerco, cada grupo resolveu da melhor forma a debandada. Pedro Ivo e Peixoto de Brito conseguiram resgatar a maior parte de seus homens; os demais, principalmente os líderes, refugiaram-se em casas de amigos e partidários, sendo presos nos dias subsequentes Lopes Neto, Vilella Tavares, Lucena, Leandro e Feliciano dos Santos, além de dezenas de outros participantes, habitantes ou invasores, após a verdadeira caçada montada por Figueira de Mello, rua a rua, casa por casa. Somados os presos e os mortos em combate, as perdas praieiras se aproximaram de 500 homens. Contudo, mais do que as perdas numéricas, o maior revés foi o rompimento das frágeis ligações que amalgamavam as fragmentárias forças reunidas a custo pelo partido praieiro. Daí por diante, as divergências sobrepujariam as alianças e o entusiasmo que haviam sustentado a guerra, equivalendo à substituição das preocupações de ordem pública por valores e preocupações individuais.⁶¹

Ainda em fevereiro, o governo desferiria mais dois golpes decisivos nos já quebrantados praieiros. O primeiro foi a dissolução da Câmara dos Deputados, no dia 19, que acabava com o principal meio dos revoltosos pernambucanos advogarem sua causa no centro do poder imperial. O segundo, e talvez mais importante, foi a oferta feita pelo presidente Manuel Tosta de concessões pessoais a título de anistia a certos líderes. Em 1º de março fechou-se o primeiro acordo e a medida mostrou-se, sem demora, totalmente eficaz, pois “cada qual por sua vez, e separadamente, as lideranças proprietárias foram tirando a mesma conclusão rasa: salvar a própria pele”.⁶² Para completar, no comecinho de abril, as tropas do governo conseguiram uma vitória no sul da província, região em que algumas forças praieiras, principalmente as vinculadas a Pedro Ivo, ainda resistiam – e continuariam a resistir, como se verá adiante. No dia 10, Tosta declarou à Assembléia Provincial que “a guerra civil se achava aniquilada”.⁶³

O passo seguinte da marcha triunfal do governo foi a organização do processo por crime de rebelião e o julgamento, que se realizou no Recife, em 17 de agosto de 1849, definindo-se a condenação à pena máxima. Então, ao mesmo tempo em que formalizava sua vitória completa sobre os praieiros, o governo imperial já dava mostras de uma nova política em relação a Pernambuco. Depois da repressão levada a cabo por Manuel Tosta e Figueira de Mello, parecia o momento de agir com mais moderação, evitar o recrudescimento dos descontentes e, assim, garantir a realização, dentro da mais perfeita ordem, das eleições programadas para o mês de agosto. Com esse objetivo imediato de

⁶¹ Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 98-99.

⁶² Cf. idem; p. 104-106 (a citação é da p. 105).

⁶³ Citado em idem; p. 107.

contemporizar, Honório Hermeto Carneiro Leão chegou ao Recife, em dois de julho de 1849, encarregado de substituir Tosta. Imediatamente, o novo presidente tomou algumas decisões favoráveis aos praieiros: soltou alguns presos do Recife e de Fernando de Noronha; suspendeu temporariamente o recrutamento militar e permitiu que alguns jornais voltassem a funcionar.⁶⁴ Na verdade, essa mudança de comportamento era uma tentativa de ter os praieiros em suas mãos. Em carta de seis de agosto ao ministro da Justiça, que era Eusébio de Queirós, seu antigo companheiro de Regresso, Carneiro Leão explicitava a verdadeira finalidade das concessões:

Assim mesmo creio poder dizer a V. Exa. que os praieiros estão esmagados sob o peso dos meus benefícios. Se outra fosse a minha conduta eles chegariam às urnas, e provável é que tanto nesta cidade, como fora, a Polícia prendesse aqueles que se tornassem mais célebres em eleição, ou foram influências delas, e em tal caso, eles gritariam com razão contra as violências; e a eleição ficaria de todo desmoralizada. Que isto aconteceria é de evidência incontestável, pois tal era a disposição dos ânimos, e não pouco me tem custado contê-los, e não sei o que acontecerá por fora.⁶⁵

No final de setembro, Honório voltou a escrever para o ministro, dando conta do sucesso de seu procedimento e considerando as eleições encerradas de forma satisfatória, mesmo que o preço disso parecesse ser o seu rápido desgaste, não só político como físico também:

Acabo de sofrer um dos meus costumados ataques de fígado com grande derramamento de bílis, que me faz sofrer do estômago, dos intestinos, e dos rins, ainda convalescente não sei se poderei dizer a V. Ex quanto nesta ocasião se ofereceria.

A eleição pode-se dizer concluída, porque só falta saber a votação da Comarca da Boa Vista, a qual já não pode alterar os deputados, mas somente a ordem dos suplentes. [...]

Digo a V. Exa. que a tarefa que tomei sobre meus ombros é superior às minhas forças; muitas vezes tenho desanimado. Esta Província, que eu não conhecia, me parece muito mais desmoralizada que todas as do sul. O encarniçamento dos ódios, o frenezi e sanha recíproca é extraordinária.

Hei daqui sair talvez mal quisto de todos: porém suceda o que suceder, os dados estão lançados. Eu desejo que os meus inimigos presidam em uma Província que tenha saído de uma rebelião como esta, que tenham funcionários para os coadjuvar como os que tenho, e que em 4 ou 5 meses tenham de fazer duas eleições. [...]

Adoecei acabrunhando de trabalho, e de vida sedentária.⁶⁶

⁶⁴ Cf. J. Mosher. *Political Struggle*; p. 245.

⁶⁵ Carta de Honório a Eusébio de Queirós, 6/8/1849. IHGB – Lata 748, pasta 26.

⁶⁶ Carta de Honório a Eusébio de Queirós, 22/9/1849. IHGB – Lata 748, pasta 26.

Passadas as dificuldades das eleições de agosto, outras continuariam a ocupar Honório Hermeto. Ainda existiam focos de resistência espalhados pela província, formados por homens que recusavam qualquer negociação com o governo, entreando nessa aproximação uma armadilha para serem presos, como, de fato, acabou acontecendo com alguns dos que aceitaram o salvo-conduto oferecido por Manuel Tosta. Destacou-se entre os renitentes o grupo sob o comando do militar e proprietário Pedro Ivo Veloso da Silveira, que, após o fracasso da tomada do Recife, retornou e reorganizou seus seguidores a partir do seu lugar de origem, a zona da mata sul de Pernambuco, na divisa com Alagoas. Era um verdadeiro exército composto esmagadoramente por caboclos e índios, conhecedores de cada palmo das matas em que se esgueiravam e surpreendiam as forças legalistas. Na mesma região, o Império enfrentara os rebeldes da Cabanada na década anterior, uma luta cuja duração de três anos (1832-1835) teve muito a ver com o domínio das brenhas pelos cabanos.⁶⁷ Quinze anos depois, os rebeldes eram outros, mas o cenário ainda parecia hostil e causava verdadeiro impacto nas autoridades. Tão considerável era esse impacto que, em abril de 1850, quando apresentou o relatório de sua presidência à Assembléia Provincial, Carneiro Leão referiu-se ao começo de uma “nova revolta”:

A imensa maioria da província coadjuvou, ou esteve pronta a coadjuvar lealmente o Governo. A nova revolta só era forte pela sua concentração nas espessas matas do sul, onde a imensa força do Governo não podia ser desenvolvida e empregada, e onde as forças que se querem limitar à defensiva se decuplicam, e a guerra toma feições especiais e traiçoeiras, capazes de aterrar os soldados ainda mais valentes.⁶⁸

Não bastassem os desafios militares, potencializados pelo abrigo das matas meridionais, Honório tinha que lidar com a pressão dos proprietários e políticos guabirus, que exigiam o rápido e completo aniquilamento do adversário. O presidente, no entanto, continuou agindo com moderação até onde pôde, o que o indispôs com os conservadores

⁶⁷ Para uma leitura da Cabanada no contexto das revoltas ocorridas em Pernambuco, ver Marcus Carvalho. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”; p. 150-158.

⁶⁸ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco (RPP-PE), 1850; p. 8 - disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u819/000002.html>. Vale citar também uma carta enviada por um comandante das forças imperiais a Honório, fazendo referência aos riscos de uma nova cabanada: “A agressão do Pedro Ivo, importa hoje uma guerra civil, ou por outra uma cabanada e a sua prisão é tão incerta que acho-a somente possível por meio de uma traição[...] Digo que essa prisão é assaz difícil porque além do grande conhecimento que ele, e seus sequazes têm das matas, não é com facilidade que se cercam léguas e léguas de matas virgens, grotas e brejos que tanto dificultam e fazem perigosas as guerras do mato”. Citado em Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 115.

locais. Joaquim Nabuco citou um episódio que ilustra bem a que nível chegou a tensão: em certa reunião, o promotor do Recife, Paes Barreto, cobrou do presidente medidas repressivas mais enérgicas, ao que ouviu como resposta que “Honório Hermeto Carneiro Leão não veio a Pernambuco para ser levado pelo cabresto por pessoa alguma quanto mais pelo senhor”.⁶⁹

Desde agosto, ao mesmo tempo em que se preocupava em não tumultuar as eleições, Carneiro Leão lançou mão de algumas medidas para evitar novo conflito armado de grandes proporções. Queria prender Pedro Ivo ou simplesmente tirá-lo da província, chegando a oferecer-lhe até uma quantia em dinheiro para que desmobilizasse seus homens sem qualquer represália e saísse do país. O chefe rebelde respondeu por escrito, em fins de agosto, que recusava qualquer dinheiro do governo e a idéia do exílio; só aceitaria uma anistia completa, que lhe permitisse continuar sua vida em Pernambuco.⁷⁰ O impasse permaneceu até a definição do pleito eleitoral, quando Carneiro Leão teve que ceder diante da pressão dos guabirus. Em novembro, deixando de lado as tentativas de negociação, o governo apertou o cerco, prendendo senhores de engenho que forneciam armas e mantimentos a Pedro Ivo e seus homens. Além disso, as tropas imperiais passaram a usar um instrumento verdadeiramente destruidor: granadas. Era o avanço da técnica bélica a serviço do progresso do Estado, que espalhou o pânico entre índios e caboclos, destruiu os acampamentos mais bem preparados e obrigou os rebeldes a debandar.⁷¹

Mesmo essa poderosa investida ainda não foi suficiente para acabar com as forças de Pedro Ivo. Contudo, foi o bastante para fazer o influente chefe repensar sua estratégia. A decisão que acabou tomando, provavelmente sem que pudesse prever isto, instaurou uma crise no núcleo dos políticos conservadores. Sucedeu-se que Pedro Ivo passou a negociar, por intermédio do presidente da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, sua rendição e anistia com o ministério no Rio de Janeiro, passando assim por cima de Honório Hermeto e demais adversários pernambucanos. O que podia, à primeira vista, servir antes de tudo para o bem do Império, deixou Honório profundamente melindrado pelo que considerou uma

⁶⁹ Cf. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; nota 3 da p. 145. Cf. também Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 434.

⁷⁰ Cf. Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 111-114.

⁷¹ Uma descrição da importância do uso da granada pelo governo está nas p. 117-118 do trabalho de Marson citado nas duas notas acima.

falta de lealdade de seus correligionários, conforme carta de nove de abril de 1850, enviada a Eusébio de Queirós:

Sem dúvida muito me res senti quando fui informado pela carta do Sr. José Bento de 13 do mês passado, que o seu procedimento e negociação com Pedro Ivo e companheiros estava aprovado pelos Srs. ministros, que de tudo tinham sido cientificados, e tudo haviam aprovado. Pouco me importava que os Srs. Gonçalves Martins e José Bento se metessem a dirigir tais negociações e fizessem por si promessas; eu não era agente desses senhores, não estava aqui como Presidente em virtude de suas confianças; e o que eles obravam por si a nada me obrigava: muito porém me de vera importar que os Srs. ministros aprovassem essas negociações sem me ouvirem, sem ao menos me instruírem do seu procedimento e vontade a semelhante respeito para a não contrariar. Qualquer Presidente que tivesse brio, encarregado de por em ação os meios de força para reprimir uma revolta, não poderia deixar de ressentir-se se a negociação se mandasse encetar e ultimar por outro Presidente, de outra Província, sem ao menos se lhe dar uma palavra, uma idéia do que se mandou fazer. **O que qualquer Presidente sentiria, eu me achei autorizado a sentir dobradamente; porque além da consideração devida ao posto, esperava que a amizade com que me honram os Srs. ministros me tivesse poupado semelhante desgosto. Foi uma decepção que de vera abater o meu amor próprio e orgulho: estou assaz castigado.**⁷²

Certamente, um documento interessante pelo tom pessoal de desabafo; foi como amigo e partidário que Carneiro Leão escreveu. Tão interessante a ponto de ter implicação importante em uma recente leitura da política imperial de meados do século. Entre outros indícios, o trecho em negrito foi usado como uma peça argumentativa central pelo historiador Jeffrey Needell para comprovar que a atuação de Honório Hermeto em Pernambuco acabou sendo a origem da futura divisão entre os conservadores.⁷³ Essa divisão explicaria a aproximação de Honório das idéias de Pedro II e sua conseqüente nomeação para organizar e presidir o Ministério da Conciliação, em 1853.

Diante disso, pode-se dizer que a interpretação de Needell sobre o período pós-Praieira e Conciliação é demasiadamente carregada de biografismo. A crítica deve parecer estranha provinda de um trabalho de recorte biográfico, mas há uma explicação. O ponto questionável da análise apresentada em *The party of order* começa com a retomada de uma

⁷² Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão a Eusébio de Queiros, Ministro da Justiça, 9/4/1850. IHGB – Lata 748 Pasta 26 (grifo meu).

⁷³ “As new provincial president, Honório came out to impose an imperial peace after Tosta’s fire and sword. Here lies the germ of much future division within the Party of Order”. J. Needell. *The party of order*; p. 133 (o trecho da carta a Eusébio foi citado na p. 134). No que se refere a Pedro Ivo, vale apontar que ele acertou sua ida para o Rio de Janeiro, onde se viu enredado em uma cilada. O governo, que à distância lhe prometera a anistia, ofereceu apenas o exílio, o qual ele mais uma vez rejeitou. Acabou prisioneiro na capital do Império, até que uma fuga foi tramada por partidários. Morreu em alto-mar no começo de 1852, quando rumava clandestinamente para a Europa. Cf. Izabel Marson. *O Império do Progresso*; p. 118.

tradição que explica a Conciliação pelo crescente poder pessoal de Pedro II, sendo que a aplicação de tal política coincidiria temporalmente até com a plena maturidade do imperador. Motivada, então, pelo papel cada vez mais destacado do monarca, a Conciliação teria recepção variada e polêmica no meio dos políticos imperiais. Needell destacou a diferença entre Honório e o restante dos saquaremas: para os últimos a Conciliação teria significado a derrota da “natureza representativa” que defendiam para o Estado; por sua vez, o futuro marquês de Paraná teria encarado a organização do gabinete de 1853 como sua “vingança pessoal” frente aos seus rivais de partido e ao monarca, o gabinete teria sido seu triunfo político depois da demissão de 1844 e do “desrespeito saquarema de 1850” – referindo-se ao caso das negociações com Pedro Ivo.⁷⁴ Não é exagero dizer, portanto, que a Conciliação para Needell é, sobretudo, fruto das soberbas vontades de Pedro II e Carneiro Leão.⁷⁵

A proeminência de ambos na política da década de 1850 é inquestionável, porém não é suficiente para explicar a política de Conciliação. Faz-se necessário articular a motivação da política e sua polêmica recepção entre os agentes do período a questões mais amplas do processo de formação do Estado brasileiro, destacando-se a questão eleitoral. Como já foi referido, a Rebelião Praieira significou um verdadeiro ponto de virada na reflexão sobre o assunto, principalmente no que se referia à interferência do governo nas nomeações e nos pleitos das eleições. A revolta de 1848-1849 e a progressiva participação de Pedro II na tentativa de acabar com as rixas partidárias, cobrando justamente uma reforma eleitoral, dividiu os políticos imperiais e até mesmo o coeso grupo dos saquaremas acabou cindido. Questão de maior impacto nas identidades dos partidos viria logo em seguida com o fim do tráfico de escravos. Ambos os casos, Praieira e término do contrabando negreiro, contribuíram para o estabelecimento da Conciliação. Sobre a relação que a lei de 1850 teve com o surgimento da política conciliatória, Tâmis Parron escreveu:

⁷⁴ “Paraná might well have seen the cabinet and its victory as his **personal vindication** before his party rivals and his monarch, **his political triumph** after the dismissal of 1844 and the second-rank status and **saquarema disrespect** of 1850”. Ver J. Needell. *The party of order*; p. 194 (grifos meus). Na p. 195, o autor descreveu o que teria significado a política de 1853 para os saquaremas: “For them, the Conciliation embodied and promoted an era of political malaise and disaffection by sapping the ideological appeal of the representative, constitutional monarchy of which they had dreamt in the 1830s[...] Paraná had proven himself less fastidious and more flexible about his principles[...]”.

⁷⁵ Escrevendo sobre o Honório da década de 1850, Needell notou: “only the emperor overshadowed him; indeed, he was widely known as El Rei Honório”. Ver *The party of order*; p. 194.

Pode-se mesmo dizer que a defesa do infame comércio e a lei de 3 de dezembro de 1841 constituíam, em conjunto, o núcleo de dogmas da cúpula saquarema. Sobrevindo a crise que coartou o contrabando, não apenas diminuíram as diferenças entre os partidos [...] Diminuíram também as semelhanças que atavam os líderes conservadores em bloco. Isso deve ter facilitado o poder de cooptação de D. Pedro II.⁷⁶

É possível retocar a formulação de Parron, afirmando-se que a crise do fim do contrabando juntou-se com a que já fora aberta pela Praieira, particularmente no que tange à prática eleitoral. No núcleo regressista, essa primeira crise foi sentida ainda durante a presidência de Honório Hermeto em Pernambuco. Depois das eleições para deputados de agosto de 1849, Carneiro Leão precisou organizar outro pleito eleitoral, desta vez para preencher uma vaga de senador. O ministério, composto pela trindade saquarema, apressou-se em pedir que Honório trabalhasse em prol do sucesso eleitoral do nome que eles indicavam: Manuel Tosta, que então ocupava a pasta da Marinha. Vivendo na pele as dificuldades de se equilibrar entre os partidos pernambucanos e de organizar uma eleição, o presidente escreveu, em oito de outubro de 1849, uma carta pessoal ao ministro e amigo Paulino José Soares de Sousa, em que se negava a realizar a tarefa, justificando sua posição:

Se não obstante tão poderosa intervenção, sou obrigado a dizer-lhe que eu não posso ser útil a essa pessoa, por que estou decidido a não intervir na eleição de senadores nem pró nem a favor de ninguém. Leia V. Exa. minhas circulares impressas no Diário de Pernambuco: sou sincero, o que aí digo, executarei sem a menor dúvida, e nem estava bem depois de ter tomado essa posição, abandoná-la. V.Exa. se esquece que eu como Senador fui um dos principais anuladores das eleições desta Província; que eu agora tenho de presidir a outra eleição por virtude dessas anulações, de que quase estou arrependido como de pecado grave, pela circunstância de ver-me na necessidade de não condescender com o meu estimável amigo, o Sr. Paulino. Estou que revendo a matéria, V. Exa. Não deixará de concordar comigo, que mau seria o papel que eu desempenharia se tomasse outra posição.(...) Se eu adotasse a candidatura do Sr. Tosta, os guabirus chefes guerrearíam com força, por pretexto de estarem comprometidos seus princípios, e sua honra, realmente sua ambição, seus interesses ... Achariam eles assim um meio de me contrariar, e de fato provavelmente eu faria despropósitos. Pois entenda que querer que eu trabalhe pelo Sr. Tosta tendo contra Barão, Sebastião, Maciel, Figueira, e estou que os Cavalcantis sem exceção, o Mello e o próprio Rezende, era precipitar-me nos mesmos erros; acrescentando para minha desonra o fato de ter anulado duas eleições desta província, e vir depois fazer a eleição para o preenchimento das mesmas vagas, e trabalhar para um ministro que não é da Província ... e tudo depois de uma rebelião ... e de estar vencidos um partido que

⁷⁶ Tâmis Peixoto Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009; p. 214.

não quer a eleição do Ministro! Meu bom amigo Sr. Paulino, para me animar a continuar a sustentar minha neutralidade tenho a convicção de que V. Exa. obraria da mesma sorte. – Eu sou só neutro; v. Exa. talvez fosse contrário ...⁷⁷

No mês seguinte, mantinha sua posição, demonstrando – como na missiva para Eusébio de Queirós, citada algumas linhas atrás – um ressentimento com os correligionários, talvez pela insistência no assunto da candidatura de Tosta:

Tenho dito a todos que quero conservar-me neutral, e nada fazer pró nem contra candidato algum. O meu procedimento não satisfaz talvez a ninguém, porém livra-me de dever favores eleitorais, e sobretudo de me deixar entusiasmar em favor de alguma candidatura, e tomar medidas no sentido de a favorecer, no risco talvez de dividir ainda mais o partido, e demais desmoralizar esta Província e talvez o governo. Já sei que V.Ex.^a quisera ver-me trabalhando ativamente, mas também sei que em meu lugar teria guardado a mesma posição e neutralidade. Sinto que não tivera cinco minutos à sua disposição para escrever-me duas linhas. **Os brios obrigam-me a não instar pela divisão, e antes pôr-me à disposição do Ministério;** mas a falar-lhe a verdade, sinto-me em má posição, e as minhas esperanças se evaporaram. **Quando vim para aqui contava com alguma consideração dos Ministros, vou me convencendo de que não valho mais que qualquer Presidente de 1ª viagem.**⁷⁸

Permanecendo “neutral”, Honório não agradava ao ministério, mas também não agradava aos conservadores locais, que defendiam a candidatura de Francisco do Rego Barros. Surgiu daí mais um grande problema pós-Praieira de profunda repercussão nas fileiras do partido: o enorme descontentamento dos guabirus com os presidentes nomeados pelos gabinetes de Monte Alegre e, em seguida, de Rodrigues Torres. A historiadora Suzana Cavani notou que, no período entre 1850 e 1853,

indubitavelmente, os presidentes de Pernambuco de comum e próximo aos guabirus só tinham a filiação partidária, pois suas administrações foram condenadas e hostilizadas implacavelmente por essa facção conservadora na Assembléia Provincial, no Parlamento Imperial, na imprensa recifense e até mesmo dentro dos próprios aparelhos de Estado da província. Assim, num curto espaço de tempo, as relações do ministério e do seu delegado na presidência de Pernambuco começaram por esgarçarem-se e tornaram-se insustentáveis, tanto na Corte como na província.⁷⁹

Ao preferirem negar escolhas de presidentes enraizados na política provincial, evitando assim o comprometimento direto com as facções, os ministérios saquaremas

⁷⁷ Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão a Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, 8-10-1849. IHGB - Lata 748 Pasta 32.

⁷⁸ Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão a Paulino José Soares de Souza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, 7-11-1849. IHGB - Lata 748 Pasta 32 (grifos meus).

⁷⁹ Suzana Cavani Rosas. “Pernambuco e as origens do Partido Parlamentar de 1853”. In: Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2002; p. 242.

arranjaram um verdadeiro problema. Isso porque a bancada pernambucana passou a comandar uma barulhenta oposição na Câmara dos Deputados, que ficou conhecida como Partido Parlamentar, oposição principalmente ao ministério Rodrigues Torres, em 1853, contribuindo, sem dúvida, para sua queda e a subsequente organização de um ministério conciliador, com maior interferência do monarca nos rumos políticos do Estado.⁸⁰

Como se vê, o momento de “apogeu do Império” sob a égide saquarema tinha sérios pontos de conflito. Note-se ainda que as eleições e a reorganização de Pernambuco pós-1848 foi só uma parte de uma cisão mais profunda entre os conservadores de todo o Império. O ponto fulcral mesmo foi a questão da interferência do governo, por meio da lei de três de dezembro de 1841, nas nomeações e no controle eleitoral. Há um interessantíssimo documento – por sinal pouco notado pela historiografia – que deixa claro como a questão eleitoral atingiu diretamente a alta cúpula do poder imperial: a carta demissionária do ministério de 29 de setembro de 1848, apresentada ao imperador em novembro de 1851. No documento, os ministros explicaram as razões da exoneração coletiva, sendo que a principal delas era que não tinham como realizar o pensamento da Coroa. Fica evidente que o que eles não podiam era abrir mão da influência que o gabinete possuía nas eleições. A citação é longa, porque muito importante:

Acreditava-se nas localidades que tal ou tal indivíduo tinha sido ou seria atendido com as nomeações ou com as mercês, porque tinha servido ou serviria o partido dominante. E com efeito as nomeações e as condecorações recaíam exclusivamente naqueles que prestavam tais serviços. Isto desmoralizou o país e criou novos obstáculos para governá-lo segundo as regras do justo e do honesto. [...] Há em todos os partidos, muitos homens que os seguem, não por convicções e princípios, mas por paixão ou conveniência. Era natural que esperassem que, quando o seu subisse ao poder, o tratasse com a mesma largueza com que seus adversários tinham tratado os seus. **No Estado em que está o país, nem um Ministério pode deixar de apoiar-se em algum dos partidos que o dividem. Somente o tempo e um sistema de justiça e imparcial honestidade (consultadas razoavelmente e, tanto quanto for indispensável, as conveniências políticas), seguindo com invariável firmeza, poderá esfriar as paixões e reduzir a suas verdadeiras proporções o antagonismo político, e convencer a nossa população de que os Ministérios devem sim apoiar-se e ter as idéias dos partidos, mas não ser seus chefes e humildes servidores, até de caprichos e interesses individuais.** Quando Vossa Majestade Imperial houve por bem chamar aos seus Conselhos os atuais

⁸⁰ “Não há como negar que, tanto em termo quantitativo quanto qualitativo, os conservadores pernambucanos se destacavam em meio aos demais componentes do *Partido Parlamentar*. Afinal, seus deputados em 1853 integravam uma das bancadas numericamente mais destacáveis da Câmara, dirigiam aquela combativa oposição e demonstravam, com raras exceções, unidade de pensamento e ação.” Ver Suzana Rosas. “Pernambuco e as origens do Partido Parlamentar de 1853”; p. 246. Sobre a oposição pernambucana de 1853, ver também Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 143-146.

Ministros, havia cinco anos que o partido denominado Santa Luzia ocupava todas as posições oficiais de que expelira seus adversários. **Os Denominados Saquaremas, sobre os quais unicamente podia apoiar-se o Ministério, alguns pelo natural desejo de vingança, outros pelo de verem consolidado o domínio de suas idéias, outros por quererem recuperar as posições que ocupavam, saudavam o dia 29 de setembro de 1848 com grandes esperanças.** Não faltou quem esperasse e reclamasse uma inversão nas posições oficiais igual àquela que havia feito o Ministério de 2 de fevereiro. **Muitos que durante essa administração e as subseqüentes haviam perdido emprego e posição, as reclamavam como indenizações. Muitos homens desse partido nas localidades, reclamavam mercês honoríficas como provas de consideração, por isso que os seus adversários as haviam recebido dos seus, no tempo em que estavam no poder. Todo o passado tornava difícil a posição do Ministério. Se não satisfizesse essas exigências, descontentaria aqueles de quem unicamente podia esperar apoio e daria assim força aos seus adversários.**⁸¹

Em outra parte, há uma referência explícita ao pensamento do imperador sobre a questão das nomeações e das eleições:

Vossa Majestade Imperial, com aquela alta razão que felizmente possui, sempre foi oposto a este sistema, sempre o embaraçou quando foi possível, concedendo somente, ou quando motivos, que impossível era de livrar, o reclamavam, porque ninguém possui em mais elevado grau do que Vossa Majestade Imperial verdadeiro amor da Pátria e as noções do justo e do honesto. **Os Ministros de Vossa Majestade Imperial compreenderam o seu pensamento e que Vossa Majestade Imperial tinha resolvido, em Sua Alta Sabedoria, por termo a um sistema de reações e concessões que pode sim, dar temporariamente um acréscimo de força factícia a um Ministério ou a um Partido, mas cuja continuação abismaria por fim o País.** E isto quando o mundo está em agitação, na época revolucionária em que vivemos, quando em vez de irritar, convém acalmar! **Os Ministros de Vossa Majestade Imperial porém, não deixaram de ver também, que esta mudança lhes faria perder muita força, e desgostaria grande parte daqueles que os podiam apoiar, em época de eleições, principalmente.** Que essa marcha faria esfriar muitos dos seus amigos políticos, que a consideram como filha da tibieza e pouca dedicação por eles e pelo partido a que pertenciam. E com efeito os Ministros de Vossa Majestade Imperial tem alienado ou feito esfriar muitos daqueles que os poderiam auxiliar nas próximas eleições, sem contudo abrandar por isso a oposição, que trata de reorganizar-se e preparar-se para a próxima luta eleitoral. [...] **Os Ministros de Vossa Majestade Imperial resignaram-se a tudo, sobejamente compensados pela glória de serem os instrumentos para a inauguração da sábia e previdente política de Vossa Majestade Imperial.** Restabelecer nos seus devidos foros o justo e o honesto. **Não fazer das mercês, dos empregos e das recompensas devidas aos servidores do Estado, unicamente moeda eleitoral e meio de uma instável influência de partido.** Acalmar os espíritos, reduzir o antagonismo de idéias (e a mui pouco ficaria então

⁸¹ “O pedido de exoneração coletiva do Ministério de 29 de setembro de 1848”. In: Hélio Vianna. *Vultos do Império*. São Paulo, Ed. Nacional, 1968; p. 145-153 (grifos meus). Assinaram o documento: Visconde de Monte Alegre, Eusébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa, Manuel Felizardo de Souza e Melo e Manuel Vieira Tosta, em 15 de novembro de 1851.

reduzido), o antagonismo dos partidos. E, com efeito, Vossa Majestade Imperial não é, não pode, não deve ser homem de partido. A Divina Providência o fez tão somente o homem do partido da prosperidade e da grandeza do País que o chamou a governar. **Males inveterados não se curam de pronto, e Vossa Majestade Imperial terá de gastar uns poucos Ministérios antes de ser realizado completamente o seu grandioso pensamento.**⁸²

Ao lado das mercês, a oferta de empregos configurava-se, para os ministros, a mais eficiente “moeda eleitoral”. Mesmo que não seja citada nesse documento, era o uso da lei de reforma do Código de Processo que municiava o governo com as mais valorosas dessas moedas – isso Paulino de Sousa faria questão de frisar anos depois, no seu *Ensaio sobre o Direito administrativo*.⁸³ Idealmente, o ministério concordava que a prática deveria ser abandonada, mas, ao mesmo tempo em que a justificavam como um costume arraigado na política brasileira, deixavam sua solução para um futuro completamente indefinido. Caso Pedro II insistisse na consecução, preferiam a demissão, alegando cansaço.

Para essa nova luta são necessários espíritos mais repousados, é preciso mais calor, mais ânimo, mais vida do que tem os atuais Ministros de Vossa Majestade Imperial. [...] Os abaixo-assinados pensam que com sua retirada não terá de sofrer a política atualmente seguida, quando Vossa Majestade Imperial entenda em sua sabedoria que a não deve mudar. [...] Finalmente, Senhor, não há nada que desanime e canse mais pelas dificuldades e desgostos que o acompanham, do que o exercício do lugar de Ministro entre nós. [...] Depois de três anos de uma luta continuada com sempre remanescentes dificuldades, os Ministros de Vossa Majestade Imperial receiam não ter fortaleza bastante para atravessar com vantagem pública a próxima sessão Legislativa e a crise de eleições. É do seu dever fazer a Vossa Majestade Imperial essa declaração e implorar a Vossa Majestade Imperial a sua substituição por outros. [...] Desde julho, Senhor, estão os Ministros de Vossa Majestade Imperial deliberados a dar este passo, e só os negócios do Rio da Prata lhe embargaram então. Acolha, Senhor, acolha benigno a súplica de seus Ministros que, perante Deus, e perante Vossa Majestade Imperial afirmam que tem servido a Vossa Majestade Imperial com toda a lealdade, zelo e dedicação, e que não podem mais continuar, que não podem com tão pesado encargo, nem começar a futura Sessão Legislativa.⁸⁴

Poucos historiadores deram valor a essa carta demissionária. Hélio Vianna, que a publicou em livro, considerou-a simplesmente “a primeira demonstração oficial do desejo de adoção de normas parlamentaristas no Brasil”, sem, contudo, desenvolver a idéia.⁸⁵ Um bom tempo depois, Ilmar Rohloff de Mattos utilizou alguns pequenos trechos do

⁸² Hélio Vianna. *Vultos do Império*; p.151 (grifos meus).

⁸³ Conferir p. 121-122 desta dissertação.

⁸⁴ H. Vianna. *Vultos do Império*; p. 152-153.

⁸⁵ Idem; p. 149.

documento para defini-lo como um “balanço de uma proposta de direção” no governo do Estado, a direção saquarema. Desse balanço, emergiria uma proposição

que reserva ao Imperador e à Coroa posição privilegiada, porque neutra e capaz de não se deixar levar pelos sentimentos de reação ou vingança e pela política de concessões de benefícios e favores pessoais. [...] Esta nova proposição consistia na tarefa do Imperador de efetivar uma conciliação entre as facções partidárias, entre os cidadãos ativos e monopolizadores da “sociedade política” [...] ⁸⁶

Ambos os autores leram e usaram o documento como se contivesse propostas positivas e, no caso de Ilmar Mattos, provas incontestes do domínio saquarema, o que parece ser um equívoco. Mattos chegou a defini-lo como a carta propositiva de uma política conciliatória, quando, na realidade, ele é justamente o oposto. Mesmo que dentro do mais estrito decoreto, a carta demissionária não deixa de ser uma crítica à “sábia e previdente política de Vossa Majestade Imperial” de buscar uma conciliação partidária por meio da extinção da influência do governo nas nomeações e nas eleições.

Malgrado a crítica à sua política, o imperador demorou meio ano para acatar o pedido, possivelmente não tanto por discordar dele, mas por causa da delicada conjuntura das relações exteriores. Como notou Helio Vianna, o imperador devia julgar importante a manutenção do ministério para lidar com os urgentes assuntos na região do Prata.⁸⁷ Depois de importantes avanços militares e diplomáticos na região, o imperador acatou em parte o pedido, fazendo três modificações (metade dos ministros) no gabinete em 11 de maio de 1852, o que pode ter sido uma tentativa de Pedro II de “limpar” o governo e ainda tentar alcançar as reformas com o apoio saquarema. Saíram o presidente do Conselho, visconde de Monte Alegre; o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós; e o ministro da Marinha, Manuel Tosta. Uma explicação possível é a seguinte: no papel de presidente, Monte Alegre pode ter saído por ser, senão o idealizador, pelo menos aquele que mais corroborava a carta demissionária; Eusébio, em razão do desgaste do cargo de ministro da Justiça, que controlava a maioria das nomeações partidárias do governo (as “moedas eleitorais”) e, provavelmente, o grande defensor da prática; já Manuel Tosta, em decorrência de sua fama de “linha-dura” e por ter se envolvido recentemente com o conturbado quadro eleitoral pernambucano. Por outro lado, a manutenção dos outros dois eminentes saquaremas, sendo

⁸⁶ Ilmar R. de Mattos. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004; p. 190-191.

⁸⁷ H. Vianna. *Vultos do Império*; p. 148.

Rodrigues Torres promovido à presidência do Conselho, pode mesmo apontar para a importância que o imperador dava ao apoio do núcleo conservador para conseguir implantar suas propostas. Além disso, seria fundamental manter o futuro visconde do Uruguai na pasta dos Negócios Exteriores, a fim de continuar seguindo a mesma política em relação ao Prata.

Por falar na região platina, cabe apontar que um outro importante conservador, Honório Hermeto Carneiro Leão, estava por lá, representando os interesses do Império, desde outubro de 1851 e por lá ficaria até 27 de maio do ano seguinte. Em Montevideu, recebeu a notícia do pedido de demissão do ministério e, ainda em novembro, escreveu ao amigo e ministro Paulino Soares de Sousa, censurando os companheiros por achar o pedido completamente inoportuno.⁸⁸ No entanto, mais do que colocá-lo como um simples observador à distância, a missão de Honório no exterior influenciou diretamente na política interna do Império, pois os sucessos militares e diplomáticos que o Brasil alcançou no Prata, de fins de 1851 e início de 1852, permitiram que Pedro II fizesse as alterações no ministério, talvez com mais tranquilidade. Depois, já agraciado visconde pelo imperador, Carneiro Leão alcançaria a presidência de um gabinete reformista, o Ministério da Conciliação, chegando até mesmo a confrontar seus antigos companheiros saquaremas na tentativa de implementação das mudanças políticas.

Antes de adentrar nesse período do Ministério da Conciliação, no último capítulo deste trabalho, será analisada brevemente a missão diplomática que fez Honório tornar-se Paraná.

3.3. Os negócios do Prata e os mosquitos do Paraná: surge o visconde

Em maio de 1851, Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, proferiu um importante discurso em defesa da política do Império em relação às repúblicas da região do rio da Prata. Em certa altura, ele ponderou:

⁸⁸ Cf. Helio Vianna. *Vultos do Império*; p. 148.

A independência do Estado Oriental foi uma concepção política de longo alcance. Quando fizemos a guerra a Buenos Aires reclamávamos esse estado como província Cisplatina para fazer parte do Império. Buenos Aires também o queria; foi decidida a questão, resolvendo-se que não pertencesse nem a um nem a outro, que ficasse independente como Estado intermédio, o que tinha a vantagem de evitar o contato na fronteira dos dois Estados mais poderosos. E na verdade, senhores, se as questões de fronteiras que temos tido com o Estado Oriental tivessem lugar com a Confederação Argentina, fique certo o nobre senador que há muito teria rompido a guerra.⁸⁹

Na verdade, sua fala era uma contundente resposta do ministro ao senador Montezuma, que questionara, até com certo desdém, a validade da intervenção do Império na política de seus vizinhos. “Que nos importa”, dissera Montezuma, “que a Confederação Argentina absorva o Estado Oriental? O que temos com isto?”. Contrastando com essa opinião, pode-se dizer que vários outros – grupo que incluía não só o referido ministro, como um número significativo de políticos (mesmo que da oposição), além de banqueiros, proprietários, charqueadores gaúchos, e até o próprio imperador – o Brasil tinha certamente muito com o assunto. Como representante desse grupo, e em grande medida transformando seus interesses em política de Estado, o ministro Paulino tentava convencer a todos de que a preservação da independência do Estado Oriental (ou República Oriental do Uruguai) era importante não só pelo respeito ao tratado que comprometia o Brasil a isso, “como também porque a nossa própria segurança e interesse o obriga”.⁹⁰ Esse posicionamento era, como se quer frisar, uma grande novidade.

A subida do ministério conservador de 29 de setembro de 1848 significou um fundamental ponto de inflexão na relação do Império com o Prata. No entanto, isso não se deu de imediato. Apenas depois de um ano é que a virada tornou-se perceptível e, para isso, lá esteve a mão do imperador. Em outubro de 1849, Paulino Soares de Sousa entrou no governo, assumindo os Negócios Estrangeiros no lugar do visconde de Olinda, que fora também presidente do Conselho de Ministros. Essa substituição parece se relacionar diretamente com a política seguida no Prata. Joaquim Nabuco narrou desta forma o episódio da retirada de Olinda:

⁸⁹ Discurso no Senado, maio de 1851. Citado em Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006; p. 172.

⁹⁰ Essa frase faz parte do discurso de Paulino Soares de Sousa citado acima, retirado de Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 172. O questionamento de Montezuma foi citado na nota 33 da p. 146 do mesmo trabalho.

O imperador tinha manifestado antes a Eusébio estar satisfeito com o ministério, mas não com o presidente do Conselho. “Quer V. M. que eu comunique isto aos meus colegas?”, perguntou-lhe Eusébio. O imperador disse-lhe que não. Dias depois, porém, fez-lhe a mesma declaração e dessa vez autorizou-o a falar aos colegas. Olinda declarou ao ministério que confirmaria qualquer explicação que dessem de sua saída, menos a de doença. Concordou-se em alegar a divergência, que era real, sobre a política no Prata.⁹¹

A nomeação do visconde de Monte Alegre como novo presidente, e do futuro visconde do Uruguai como responsável pelas relações exteriores, marcou a transformação de uma orientação de neutralidade para uma de intervenção mais incisiva do Império nos assuntos platinos. A importância dessa mudança refletiu-se no longo período que Paulino manteve-se à frente dos Negócios Estrangeiros: quatro anos (1849-1853) – caso único na história do Império. Em contraposição a esse trabalho de longo prazo totalmente avaliado por Pedro II, vale apontar que oito ministros haviam se sucedido na mesma pasta entre 1844 e 1849.⁹²

O estabelecimento da continuidade no ministério dos Estrangeiros em meados do século possibilitou a realização paulatina do plano brasileiro – sob o argumento de resguardar a independência do Uruguai e também do Paraguai – de intervenção e confronto da aliança entre o uruguaio Manuel Ceferino Oribe y Viana e o argentino Juan Manuel Rosas. A nomeação, em outubro de 1851, de Honório Hermeto Carneiro Leão como ministro plenipotenciário em Montevidéu fez parte desse plano. Para explicar a ação de Honório Hermeto entre uruguaios e argentinos, cabe um pequeno histórico político da região desde o fim da Guerra Cisplatina, em 1828.

O fim da Guerra Cisplatina entre o Brasil e o governo de Buenos Aires possibilitou que os conflitos internos recomeçassem com toda força no interior da República Argentina.⁹³ A disputa que foi a marca dessa região durante toda a primeira metade do século XIX, aconteceu entre unitários e federalistas, ou seja, entre os que defendiam a

⁹¹ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 123.

⁹² Cf. Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 141.

⁹³ É importante lembrar que, na verdade, o Império do Brasil entrara em guerra em 1825 com o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, que, em 1826, passaram a se chamar República Argentina e, em 1831, Confederação Argentina. O histórico que se segue nas próximas páginas foi embasado principalmente em Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à guerra da tréplice aliança*. São Paulo/Brasília: Ensaio/EdUnB, 1995; p. 65-110.

constituição de um país centralizado e outros que defendiam a descentralização e o federalismo. Um dos grandes nomes do lado argentino na guerra com o Brasil foi o general Juan Lavalleja, que com o término dos conflitos armou um cerco militar em Buenos Aires em conluio com os unitários. Esse cerco terminou com um golpe de estado, com a deposição do governo e a subida dos unitários ao poder. Em contrapartida, os federalistas tramaram uma resposta à altura.

Nesse contexto, surge um nome importante quando se fala da política dessa região, que é o de Juan Manuel Rosas, um estancieiro muito rico e influente, produtor de charque – um saladeirista, como se dizia do outro lado da fronteira. Rosas, natural da província de Buenos Aires, era comandante da Milícia Rural dos federalistas. Foi ele o elemento principal da tomada do poder da capital, que obrigou Lavalleja a fugir para o Uruguai. Com a vitória, Rosas acabou eleito para o cargo de governador e capitão-general da Província de Buenos Aires em 1829. Então, tratou de unificar o país nos moldes dos princípios federalistas e por isso assinou com as outras províncias, em quatro de janeiro de 1831, o pacto que formou a Confederação Argentina e que deixava ao governo de Buenos Aires, ou seja, deixava nas mãos de Rosas o controle da política externa. Em 1835, a junta dos representantes das províncias elegeu-o mais uma vez para o cargo máximo da confederação, corroborando assim o amplo poder que ele vinha conquistando e que o fez ficar conhecido – principalmente pelos seus inimigos – como um ditador, um grande tirano da região do Prata. O domínio de Juan Manuel Rosas na Confederação Argentina durou até o começo da década de 1850 e seu fim esteve totalmente relacionado com a nova política do Império do Brasil na região.

Durante esse domínio, Rosas colaborou para manter a importância da província de Buenos Aires acima das outras e, ao mesmo tempo, fez o possível para atender as reivindicações regionais e manter a harmonia da confederação. Porém, acima de tudo, buscava defender os interesses dos estancieiros e da burguesia mercantil de sua província, o que passava pela defesa do monopólio portuário sobre o comércio do rio da Prata. Assim, Rosas tomou algumas medidas no sentido de reforçar a condição de Buenos Aires como porto único da região. Uma delas foi concentrar as rendas alfandegárias do porto bonarense e não mais nacionalizar essa renda, não mais dividi-la entre as outras províncias. Além disso, decretou o fechamento do rio da Prata e seus afluentes à navegação estrangeira,

visando a impedir o contato direto das províncias interiores com o comércio mundial. Tudo teria que ser mediado pelo porto principal da capital Buenos Aires. Contudo, o plano só seria completamente eficaz se o governo argentino também controlasse o porto de Montevideú, acabando assim com uma forte alternativa para o comércio na região. Isso exigia a integração do Uruguai na Confederação Argentina. Era importante também integrar o Paraguai, que, desde 1811, tinha um governo independente de Buenos Aires.⁹⁴ Integrando os territórios paraguaios e uruguaios se conseguiria praticamente a nacionalização completa do Prata e de todos os seus tributários .

No que se refere ao Brasil, esses planos de Buenos Aires eram vistos como uma ameaça à integridade do território, uma ameaça à manutenção da parte oeste do Império, uma vez que a navegação pelo estuário do rio da Prata – subindo os rios Paraná e Paraguai, e passando por Assunção até chegar em Cuiabá – era a via mais eficaz de comunicação entre o Mato Grosso e a capital Rio de Janeiro; e assim continuaria até o século XX, mais exatamente até 1910, quando foi substituído pela ligação ferroviária.⁹⁵ Além disso, o governo brasileiro discordava de Rosas no que dizia respeito à política do Uruguai, o estado-tampão criado no fim da Guerra Cisplatina, e cuja independência os dois países se comprometiam a defender, conforme a Convenção de Paz assinada em 1828.

Do lado uruguaio, existia uma tendência de aproximação com a Argentina que passou a ser vista com muita preocupação pelo Império brasileiro. Com a aprovação da primeira Constituição do Uruguai, em 1830, foi escolhido como primeiro presidente José Fructuoso Rivera, que seria o grande representante do Partido Colorado. Em 1835, subiu ao poder o já mencionado Manuel Oribe, ex-ministro de Rivera e que tinha sido apoiado por ele para assumir a presidência. Contudo, em 1836, Fructuoso Rivera chefiou uma revolta contra Oribe, pois este passou a se mostrar francamente pró-Buenos Aires. Essa questão do alinhamento com Rosas foi uma das grandes desavenças entre os partidos uruguaios: Oribe, chefe do Partido Blanco, defendendo essa aproximação; e, do lado contrário, Rivera e os *colorados*.

⁹⁴ Sobre o Paraguai, ver Francisco Doratioto. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; p. 23-38.

⁹⁵ Idem; p. 28.

Esse levante de 1836 não teve sucesso. Rivera e seus partidários acabaram perseguidos e se exilaram no Brasil, onde contavam com a simpatia de alguns farroupilhas, e foi a partir do Rio Grande do Sul que ele recompôs suas forças. Contou para isso também com a ajuda do governo do Rio de Janeiro, que não olhou pra essa aproximação com os farroupilhas, interessado mais em tirar Oribe do poder de Montevideú e afastar o perigo de que o Rosas vir a monopolizar o comércio do Prata. Com essa ajuda do Império, e contando ainda com um providencial bloqueio do rio da Prata pela esquadra francesa, Fructuoso Rivera conseguiu derrubar Oribe em 1838 e, no ano seguinte, assumiu mais uma vez o governo do Uruguai. Havia também interesses europeus envolvidos, principalmente da Inglaterra e da França que não viam com bons olhos as intenções de Rosas e Oribe na região. Os franceses chegaram mesmo a enviar uma esquadra para região em 1838 e a dar dinheiro para Rivera. As ligações entre Rosas e Oribe se estreitaram tanto que o último, uma vez deposto, refugiou-se na Argentina e, de lá, com apoio de Rosas, passou a montar um exército para enfrentar os *colorados*.

Antes da queda dos *blancos* em 1838, Rosas tentara se aproximar do Brasil, sugerindo uma aliança contra Rivera, a quem apontava como perigoso para o Império, por causa de sua proximidade com os farroupilhas. O governo brasileiro negou qualquer acordo com o chefe argentino. Por mais que pudesse desconfiar de Rivera, as ligações de Oribe com Rosas eram muito evidentes e incomodavam mais o Brasil do que o risco de Rivera apoiar os farroupilhas. Essa situação mudou só em 1843, pois no dia cinco de março do referido ano Rivera assinou um tratado, com o governo farroupilha, de apoio à República Piratini. Esse tratado era a concretização de uma aliança que Rivera vinha tramando para formar a Federação do Uruguai, que além do próprio Uruguai, reuniria o Rio Grande do Sul e as províncias argentinas de Santa Fé, Corrientes e Entre Rios. As bases dessa federação, cujo principal objetivo era derrotar Rosas e Oribe, já tinham sido acertadas em outubro de 1842, no Congresso de Paysandu, organizado pelo próprio Rivera com o apoio da França e Inglaterra. Logo depois do Congresso, em dezembro de 1842, Rivera orquestrou um ataque ao território da província de Entre Rios. Porém, na batalha de Arroyo Grande, suas tropas foram massacradas pelas forças do Oribe que estavam ali de prontidão. A partir de então, os conflitos passaram a acontecer em território uruguaio com ampla vantagem para as forças de Oribe, que começaram a ganhar terreno e encurralaram o exército de Rivera em

Montevideu, fazendo um cerco à capital. São esses conflitos que marcaram o início do que ficou conhecido como Guerra Grande, que durou aproximadamente nove anos, terminando apenas em 1851, mediante a ajuda do governo brasileiro que lhes forneceu dinheiro e armas.

Voltando a 1843, vale apontar ainda que Rivera, diante do fracasso na batalha de Arroyo Grande e do avanço das tropas de Oribe e Rosas dentro do Uruguai, pediu auxílio ao governo imperial, a despeito de sua aliança com os farrapos. O governo do Rio negou o pedido de ajuda e o uruguaio respondeu com um apoio ainda mais aberto aos republicanos gaúchos, perseguindo monarquistas, declarando a abolição da escravidão no Uruguai e incentivando os negros a entrarem na luta contra o Império.

A abolição no Uruguai contou com o apoio da Inglaterra, que, assim como os franceses, ainda ameaçava uma intervenção na Argentina, caso Rosas não retirasse as tropas do Uruguai. Nesse contexto, a Confederação Argentina enviou um representante diplomático ao Rio de Janeiro para tentar uma aliança contra Rivera e contra as ameaças de intervenção européia. O Brasil achou que era a ocasião propícia pra condicionar o apoio à garantia de Rosas de que ele não anexaria o Uruguai à Confederação Argentina e não comprometeria a livre circulação e o livre comércio na bacia do Prata. O tratado foi assinado no Rio em 24 de março de 1843 e mandado a Buenos Aires para ratificação. O que os brasileiros não esperavam é que Rosas se furtasse a assiná-lo, mantendo o impasse do Império diante da política do Prata. Apesar do fracasso desse acordo de março, a diplomacia brasileira voltou a procurar Rosas em outubro de 1843 para reabrir negociações, mas, paralelamente, mandou José Antonio Pimenta Bueno como representante para Assunção, onde deveria proceder ao reconhecimento da independência do Paraguai em nome do Império e à negociação de algum vantajoso tratado de amizade e comércio. Se o acordo com Rosas não fosse mesmo possível, se o Uruguai acabasse incorporado à Confederação Argentina, a idéia do Brasil era pelo menos resguardar o Paraguai para evitar o completo domínio da bacia do Prata pelo governo de Buenos Aires.

O Paraguai, desde 1811, tinha um governo próprio, um governo já independente do vice-reino espanhol do Prata. Entre 1814 e 1840, o país foi governado por José Gaspar Rodrigues Francia. Desde pelo menos a década de 1820, o Brasil buscava uma

aproximação com esse governo, que ficou conhecido por ser uma ditadura que isolou o Paraguai das relações exteriores justamente para se proteger das investidas ambiciosas da Argentina e até do próprio Brasil. Entretanto, o interesse do governo brasileiro parecia mesmo ser o reconhecimento da independência paraguaia para poder contar com um aliado na região. Por sua vez, a Inglaterra fazia campanha contra o reconhecimento e também contra a ditadura de José Francia, o que inibiu qualquer iniciativa mais incisiva do Brasil nesse sentido.

Na década de 1840, porém, a conjuntura havia se modificado. Naquele momento, até os ingleses viam como importante o resguardo do Paraguai, além do Uruguai, para impedir o completo domínio de Rosas. Em 1844, contando com o empenho brasileiro, o reconhecimento da independência do Paraguai voltou a ser discutido. No ano seguinte, em 1845, Inglaterra e França intervieram militarmente no Prata, tentando acabar com o predomínio da cidade de Buenos Aires e garantir o livre comércio nos rios interiores. Três anos se passaram e os europeus se viram obrigados a retirar suas esquadras da região e reconhecer um duplo fracasso, tanto político como comercial. Os rios continuaram fechados e Rosas, triunfante. O apoio ao governante na região era muito forte, provindo até mesmo de muitos comerciantes ingleses, já que, acima de tudo, ele era símbolo de estabilidade para Confederação Argentina e força perante os vizinhos.

No que tocava ao Império, o governo de Rosas e sua aliança com Oribe tornavam-se progressivamente mais incômodos. Oribe dominava praticamente todo o território uruguaio, deixando os *colorados* encurralados na capital Montevideú. No interior, ele perseguia os proprietários brasileiros que moravam por lá e proibia a comercialização e a passagem do gado uruguaio, reconhecidamente de muito melhor qualidade, para o lado do Rio Grande do Sul. Nesse ponto, vale recordar que desde 1845, depois da intervenção do barão de Caxias e da declaração da anistia generalizada aos farroupilhas, o Rio Grande do Sul voltou a ser parte do Império. Portanto, os problemas dos proprietários gaúchos tornaram-se, novamente, problemas do governo do Rio de Janeiro. No fim da década, diante das dificuldades que os rio-grandenses encontravam no Uruguai, um deputado da

província chegou a dizer que se o Império não declarasse guerra a Oribe, o Rio Grande do Sul iria fazê-lo.⁹⁶

A subida do gabinete conservador em 1848 marcou uma inflexão na política exterior do Império, principalmente após a nomeação de Paulino José Soares de Sousa para a pasta dos Negócios Estrangeiros, em 1849. Vendo-se isolado na questão do Prata, o Brasil foi se preparando para o conflito. Inglaterra e França, que até 1845 eram contrárias a Rosas e Oribe, depois da fracassada intervenção militar de três anos começaram a negociar acordos com Rosas. Suspeitava-se até que a Inglaterra começara a incentivar um conflito entre os vizinhos, já que as relações diplomáticas entre brasileiros e ingleses tinham se tornado bem problemáticas com o *bill Aberdeen* de 1845.

A reação do Império do Brasil em relação a esse isolamento foi o financiamento dos *colorados* uruguaios contra as tropas de Oribe. Para isso, o gabinete conservador recorreu ao dinheiro do banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, o futuro barão e visconde de Mauá. Em seis de dezembro de 1850, foi assinado no Rio de Janeiro um acordo que previa empréstimos mensais ao governo *colorado* que, desde o início dos conflitos em 1843, resistia em Montevideu. Ainda no mesmo mês de dezembro, no dia 25, o Brasil assinou um Tratado de Aliança com o Paraguai, definindo Rosas como fonte de ameaça aos dois países.

Todavia, naquele momento, o grande trunfo do Império foi usar contra Rosas o descontentamento interno à Confederação Argentina, que até então ele tinha conseguido controlar. No começo da década de 1850, os governadores das províncias de Entre Rios e Corrientes começaram a questionar efetivamente o monopólio comercial exercido pelo porto de Buenos Aires. Foi deles que o governo do Brasil se aproximou, principalmente de Justo José Urquiza, governador de Entre Rios. Urquiza juntou forças com o Império em janeiro de 1851. Quatro meses depois, o governo de Montevideu também entrou nessa aliança com o objetivo de derrotar de vez as tropas de Oribe. Exatamente a 29 de maio de 1851 foi firmada a aliança ofensiva e defensiva entre o Brasil, a República Oriental do Uruguai e o estado de Entre Rios. O artigo I do documento de compromisso definia que a finalidade da aliança era “manter a independência e pacificar o território do Uruguai, fazendo sair o general d. Manuel Oribe e as forças argentinas que comanda, e cooperando

⁹⁶ A citação do deputado está na p. 104 de Moniz Bandeira. *O expansionismo brasileiro*.

para que, restituídas as coisas ao seu estado normal, se proceda à eleição livre do presidente da República, segundo a Constituição do Estado Oriental”. Ademais, o artigo XV previa que:

conquanto esta aliança tenha por fim único a independência real e efetiva da República Oriental do Uruguai, se por causa desta mesma aliança o governo de Buenos Aires declarar a guerra aos aliados individual ou coletivamente, a aliança atual se tornará em aliança comum contra o dito governo, ainda quando os seus atuais objetos se tenham preenchido.⁹⁷

Foi justamente o risco calculado pelos aliados que acabou se confirmando. Diante do ajuntamento de forças contra Oribe, Rosas declarou guerra ao Império em 18 de agosto de 1851. Entretanto, isso não impediu que o exército *blanco* fosse finalmente derrotado pouco depois, em outubro, terminando com o cerco a Montevideú, que já durava quase uma década. Acabava então a Grande Guerra, que começara em 1839, quando Rosas deu apoio para Oribe e seu partido tentarem retomar o poder dos colorados de Fructuoso Rivera.

O que continuou foi a guerra dos aliados contra Manuel Rosas. Continuou também, de forma mais acintosa, a influência do governo brasileiro na política interna do Uruguai, que tivera como maior lance, até aquele momento, o acerto do financiamento da resistência dos *colorados*, em fins de 1850. Na sequência da vitória sobre Oribe, foram assinados no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1851, tratados de aliança, de limites, de comércio e navegação, de extradição e de subsídios, que favoreciam amplamente o Brasil frente ao Uruguai e, por isso, causaram bastante polêmica. Dependendo do lado que se defendia, os tratados eram vistos ou como grande conquista da eficaz diplomacia brasileira ou como uma injusta imposição do Império, aproveitando-se da debilidade da república vizinha.

Seja como for, o fato é que se configurou uma conjuntura totalmente favorável aos interesses brasileiros. O “sistema” de tratados – como os definia o ministro Paulino Soares de Sousa – acordado em 12 de outubro encaminhava problemas importantes como a demarcação de fronteiras, navegação livre dos rios, entrada livre do gado uruguaio no Rio

⁹⁷ Cf. Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 169-171. As citações de ambos os artigos estão na p. 170. É importante notar que a diplomacia brasileira tentou insistentemente que Carlos López, presidente do Paraguai, aderisse à aliança, mas não houve acerto. O Império também se preocupava em coartar a influência de Rosas sobre a Bolívia e o Peru. No mesmo ano de 1851, o representante Duarte da Ponte Ribeiro rumou para esses países, visando a colocá-los na esfera de influência do Império; conferir o mesmo trabalho de Gabriela Ferreira, p. 171-177.

Grande do Sul, devolução ao Brasil de escravos fugidos.⁹⁸ Mais ainda, formalizava a influência direta do Brasil na política de Montevideu por meio de acordos de aliança e de subsídios financeiros, que reforçavam a “diplomacia dos patações” do governo imperial na região.⁹⁹

Apenas alguns dias depois da confirmação desses tratados, o ministro Paulino recebeu a notícia da capitulação de Oribe. Recebeu-a, no entanto, com certa apreensão, pois soubera que Urquiza fizera concessões ao adversário uruguaio derrotado, o que não estava no plano dos aliados. A desconfiança que surgiu, desse episódio, em relação ao governador entrerriano foi um dos motivos da nomeação de Honório Hermeto como ministro plenipotenciário em missão especial ao Prata. Além disso, como explicaria Paulino Soares de Sousa em carta ao então representante brasileiro na capital uruguaia, era “preciso aproveitar a ocasião, apertar Rosas, dar com ele em terra, e obter o complemento dos Tratados de 12 do corrente, ligando ao nosso sistema e política aqueles governos”. Por causa do aumento das tensões, o ministro continuou a explicação da missão de Honório, apontando para a necessidade de agilidade nas decisões:

era preciso um centro aí e quem pudesse mobilizar-se, ir a Entre Rios, ao Paraguai e onde seja necessário, coadjuvado pelas nossas legações e chefes militares [...] Ninguém mais habilitado que o Honório [...] ativo, enérgico, ousado, colocado numa posição mui alta, perfeitamente informado dos negócios, e plenipotenciário nos tratados de 12 do corrente [...] As demoras, idas e voltas de vapores, a escassez dos meios de comunicação, a correspondência a cruzar-se no mar, tudo isso tem produzido retardamento, que, se até agora não tem feito mal, pode fazê-lo de ora em diante.¹⁰⁰

Como se pode perceber, quando aportou em Montevideu a 31 de outubro, Carneiro Leão tinha, de fato, todos os poderes para agir, tomar decisões em nome do Império – era “carta viva”, para usar uma definição do próprio Paulino.¹⁰¹ Sua mais recente credencial

⁹⁸ Para uma leitura pormenorizada dos cinco tratados, ver Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 186-192.

⁹⁹ Sobre a “diplomacia dos patações” em relação ao Prata, ou seja, a concessão de empréstimos por parte do Brasil principalmente ao Uruguai e à Argentina, cf. Paulo Roberto de Almeida. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo/Brasília: Senac/Funag, 2001; p. 197-210.

¹⁰⁰ Carta de Paulino José Soares de Sousa a Rodrigo Silva Pontes, 21/10/1851. Citada em José Antônio Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. Missão especial de 1851-52. Brasileira vol. 297. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959; p. 15-16.

¹⁰¹ Na mesma carta de 21/10, Paulino escreveu a Silva Pontes: “Excuso pedir-lhe que ajude o Honório. O primeiro ato da peça terminou muito bem; é preciso um bom reforço para o segundo [...] O Sr. Honório é carta viva”. Citado em J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 16.

derivava das tratativas com o representante uruguaio Andrés Lamas no Rio, que resultaram nos tratados do dia 12. Outro representante brasileiro nesse encontro foi Antônio Paulino Limpo de Abreu, político liberal e que esteve envolvido nos movimentos armados de 1842, quando acabou preso. Passados nove anos, sua nomeação, ao lado de um prócer conservador, para lidar com um assunto tão delicado, parecia uma maneira hábil de manter os assuntos internacionais acima dos partidos, diminuindo as chances de críticas à diplomacia no Prata.¹⁰² Porém, quando se tratou de nomear um representante para concretizar a política imperial em território estrangeiro, o imperador e o ministério não titubearam em escolher o político saquarema.¹⁰³ Aliás, até as desavenças entre os conservadores, que vinham aflorando desde a Praieira, davam sinais de enfraquecimento diante da crise platina. Um deputado ministerial chegou a elogiar, em meados de 1851, “o concurso de todos os espíritos para a solução [...] das primeiras e imediatas necessidades do Brasil”, e ele se referia à supressão do tráfico negreiro e ao conflito com Rosas.¹⁰⁴

Outro indício dessa importante comunhão em torno da resolução do conflito externo era a disposição e ânimo de Honório Hermeto com sua missão e em relação aos seus correligionários do ministério, bem diferentes dos demonstrados enquanto estivera em Pernambuco. Em 30 de dezembro de 1851, completados dois meses de intenso trabalho tanto em Montevideu quanto em Entre Rios, onde fora encontrar Urquiza, Carneiro Leão escreveu a Paulino reafirmando sua boa vontade na condução dos negócios. O clima das baixas latitudes e os insetos não lhe desgastavam mais do que as brigas dos pernambucanos: “Confesso a V. Exa. que temo o frio destas regiões e os mosquitos do Paraná; mas enquanto tiver resto de vida e julgar poder ser útil, não desanimarei”.¹⁰⁵ Nessa carta, o futuro visconde e marquês de Paraná não deixou claro se recebera uma triste notícia que o ministro lhe enviara. Todavia, na vez seguinte que Paulino lhe escreveu, dava como certa a notificação e tranquilizava-se, provavelmente pelo fato de Honório não ter pedido para regressar ao Brasil: “Muito folgo de que V. Exa. não considera o caso desesperador.

¹⁰² Cf. Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 187.

¹⁰³ Nesse ponto, é interessante perceber como a notabilidade de Honório e dos saquaremas já atravessava fronteiras. O representante paraguaio que encontrou Carneiro Leão em Entre Rios escreveu sobre ele em seu diário: “Se dise que este Sor. es una entidad del Brasil, Gefe del partido Sacuarema, y decidido amigo del actual Ministro Paulino”. Citado em J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 37.

¹⁰⁴ Citado em Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*; p. 213.

¹⁰⁵ Citado em J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 53.

Peço-lhe por tudo quanto há, que nunca o considere como tal. Não se deixe abater pela morte do seu filho. Busque contra ele recurso na energia e virilidade de sua alma”.¹⁰⁶ Apesar das ocasionais dificuldades e do drama da morte de um de seus filhos, Honório Hermeto cumpriu com pleno sucesso a missão para a qual fora designado. Pode-se dividi-la em duas partes: averiguar as verdadeiras intenções de Urquiza, reafirmando a aliança contra Rosas; e trabalhar para ver os tratados de 12 de outubro valendo no Uruguai.

A primeira parte Honório concluiu com a assinatura de um novo convênio, em 21 de novembro, que reforçava aquele assinado em 29 de maio entre o Brasil, o Uruguai e Entre Rios, contando agora também com Corrientes. No artigo I do novo acordo, os aliados declaravam que seu objetivo não era fazer guerra contra a Confederação Argentina, mas sim “libertar o povo argentino da opressão que suporta sob a dominação tirânica de d. Juan Manuel de Rosas e auxiliá-lo para que, organizado na forma regular que mais julgue convir aos seus interesses, à sua paz e amizade com os Estados vizinhos, possa constituir-se solidamente”.¹⁰⁷ Entre Rios e Corrientes se comprometiam a convencer o sucessor de Rosas, depois que ele fosse derrotado pela aliança, a liberar incondicionalmente a navegação pelo rio Paraná e por outros afluentes do Prata. De sua parte, o Império financiaria a guerra por quatro meses (cobrando depois os devidos juros) e disponibilizaria todo o armamento que fosse solicitado. Formou-se, nesse fim de 1851, um grande exército com mais de 20 mil soldados argentinos, mil e poucos uruguaios e mais de quatro mil brasileiros comandados pelo general Manoel Marques de Souza. Finalmente, em 3 de fevereiro de 1852, as forças de Manuel Rosas foram derrotadas na batalha de Monte Caseros, a menos de 100 quilômetros de Buenos Aires.¹⁰⁸ Com a derrota, Rosas pediu asilo ao governo inglês e deixou o governo de Buenos Aires, posto que ocupara desde 1829. Dessa forma, o Império brasileiro conseguia dar uma solução ao grande problema que tinha no Prata, ou seja, que era a influência de Rosas e sua aliança com os blancos. Porém, nem tudo corria conforme os interesses do Brasil. No começo de 1852, apresentaram-se sérios embaraços à concretização dos tratados afirmados com o Uruguai, pois o cenário partidário favorável à aproximação com o Império parecia não se sustentar.

¹⁰⁶ Citado em J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 53.

¹⁰⁷ Sobre os artigos do convênio de 21/11, ver Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 194-195 (citação da p. 194). Ver também J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 18-29.

¹⁰⁸ Sobre a vitória em Monte Caseros, ver J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 96-106.

Um dos primeiros encargos de Honório Hermeto logo que chegou a Montevideu foi ajudar Manuel Herrera y Obes, ministro das Relações Exteriores do governo de defesa da capital, a organizar as eleições legislativas, previamente marcadas para 30 de novembro. Além de oferecer um empréstimo para despesas eleitorais, o brasileiro devia trabalhar para compor a lista de candidatos ao Senado e à Câmara com nomes dos dois partidos e que fossem favoráveis à conservação política. Com certeza, o governo brasileiro já vislumbrava o perigo de elegerem-se políticos contrários aos tratados com o Império.

Essas eleições tinham importância dobrada, pois seriam os representantes do Legislativo que escolheriam depois o novo presidente. Para o Executivo, o Brasil apoiava o nome do *colorado* general Garzón, que conseguia atrair a simpatia de frações do Partido Blanco. Honório sabia o valor dessa simpatia, porque desde cedo percebera a necessidade de transigir com os partidários de Oribe. Em carta ao ministro Paulino, ele lastimava o menor número de *colorados* em comparação aos rivais: “infelizmente o partido que defendeu a praça de Montevideu contra as forças reunidas de Rosas e Oribe representa uma diminuta fração, não se contando, como não se deve contar, com os estrangeiros”.¹⁰⁹

Para infortúnio do Império, o general Garzón adoeceu e morreu no começo de dezembro. O nome da vez passou a ser o do ministro Manuel Herrera, que se aproximara bastante de Honório e também parecia conseguir o essencial consentimento dos *blancos*. O veto, então, partiu do meio dos *colorados*, de frações que não admitiam a aproximação com o partido rival. Essa divisão fortaleceu ainda mais os *blancos* que conseguiram que saísse das suas fileiras, em 1º de março de 1852, o novo presidente do país, Juan Giró. Mesmo que fosse assumidamente moderado e, de pronto, tenha nomeado dois *colorados* como ministros, a eleição de Giró deixou o governo brasileiro em estado de alerta no que se referia à possibilidade de rejeição dos tratados de 12 de outubro. Transcorreram mais de dois meses de tensão, que envolveram conversas com o novo presidente e seus ministros, negociação e troca de acusações até que o impasse fosse resolvido com a assinatura de um outro tratado, mediado pela Confederação Argentina.

Nesse intervalo, o ministro uruguaio das Relações Exteriores, Florentino Castellanos – um dos *colorados* do governo – chegou a afirmar para Honório Hermeto que

¹⁰⁹ Carta de 16/11/1851. Citada em Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 201.

os tratados eram inexecutáveis, pois tinham sido assinados em um tempo extraordinário, sem a aprovação do Legislativo. Em nota de 17 de abril, o brasileiro rejeitou com veemência o argumento de Castellanos, aumentando ainda mais a tensão:

O governo imperial não pode admitir semelhante alegação como escusa valiosa de um ato ofensivo de direitos perfeitos do Império e de sua dignidade, e que, o abaixo assinado sente ter de dizê-lo ao Sr. Ministro, reduz a uma manifestação estéril e vã o reconhecimento que em sua nota se faz dos serviços prestados pelo Império a esse Estado e dos seus amigáveis e generosos sentimentos.¹¹⁰

Carneiro Leão contra-argumentou ainda que, se não fossem as garantias dos tratados de 12 de outubro, o Império não teria assinado o Convênio de 21 de novembro, do qual resultou a queda de Rosas. Afirmou que sem o Brasil o desfecho da guerra contra o argentino seria totalmente diferente, o que acabava por associar àqueles tratados toda a sorte do Uruguai independente. Por isso, esperava a reconsideração do governo uruguaio, senão seria obrigado a tomar “as medidas que em presença de um tal procedimento o Império se julgará impelido a tomar, de conformidade com a sua dignidade e seu direito e segurança”.¹¹¹

No fim de abril, chegou a Montevideu um representante argentino com instruções de Urquiza para ajudar na resolução do impasse. Depois da reunião mediada por ele, o governo uruguaio apresentou uma lista de modificações que esperava ver em todos os tratados de 12 de outubro. Sem dar sinais de transigência, Honório Hermeto rejeitou praticamente todas as mudanças, aceitando conversar somente sobre o tratado de limites, que era o único, desde o início, que o governo imperial considerava negociável. No dia nove de maio, Carneiro Leão deu um ultimato aos uruguaios, exigindo, dentro do prazo de três dias, uma resposta satisfatória à nota escrita por ele em 17 de abril. Obviamente, nesse caso a única resposta satisfatória ao Brasil seria a aceitação, sem mais contestações, dos tão falados tratados de 12 de outubro.

O desfecho do impasse, em 15 de maio de 1852, foi mais uma vez favorável ao Império. Nessa data, celebrou-se, com a garantia da Confederação Argentina, um novo

¹¹⁰ Citado em Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 205-206. Para o desenvolvimento das tensões entre março e maio de 1852, ver p. 202-212.

¹¹¹ Idem; p. 206.

tratado que instituíra duas modificações na questão dos limites e declarava em vigor os tratados de 12 de outubro de 1851.¹¹² Para além de simples retórica persuasiva, Carneiro Leão teve que tramar na política uruguaia para garantir sua última cartada. No fim de março, o brasileiro começou a se acertar com César Díaz, ministro da Guerra uruguaio, o outro *colorado* do governo Giró e que fora comandante das forças uruguaias na luta contra Rosas. O acerto era o seguinte: se a questão dos tratados não se resolvesse conforme o desejo do Império, rebentaria em 14 de maio um golpe de Estado armado pelos *colorados* e sustentado com ajuda do Brasil. Até Urquiza já fora convencido de que essa seria a melhor solução.

Carneiro Leão relatou esse plano ao ministro Paulino em carta confidencial de 18 de maio de 1852, na qual concluíra: “O medo foi quem maior influência exerceu sobre os Blancos para a aceitação dos Tratados”.¹¹³ O representante brasileiro aproveitou-se bem da divisão dos partidos uruguaios, armou dentro do próprio governo uma ameaça de revolução e, assim, conseguiu encaminhar favoravelmente ao Brasil a questão dos tratados. Depois desse sucesso, começou a arrumar a volta para o Rio de Janeiro, onde chegou em seis de junho.

A missão diplomática de Honório Hermeto Carneiro Leão foi apenas um dos lances na intrincada relação do Império do Brasil com as repúblicas do Prata. Os problemas não acabaram com sua partida, por mais bem sucedida que tenha sido sua passagem por lá. Em seu posto em Montevidéu, Honório deixou o secretário de sua missão, José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco. Paranhos ainda precisou lidar com as incertezas acerca dos tratados até cinco de julho, quando o presidente uruguaio ratificou o tratado de 15 de maio de 1852, dando um pouco mais de garantia aos interesses brasileiros em meio às desavenças entre *blancos* e *colorados*. Mas quem saberia até quando duraria essa garantia?

Contrastadas com as incertezas de um processo histórico de longa duração, as conquistas individuais eram muito mais palpáveis, mesmo que parecessem menores para alguns. Em carta de 18 de julho ao novo ministro plenipotenciário Paranhos, Paulino Soares de Sousa listava os frutos da dedicação individual aos negócios do Prata:

¹¹² Cf. Idem; p. 208-209. Conferir também J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 256-269.

¹¹³ Citado no trabalho de Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; p. 209.

O Sr. Honório foi feito visconde, o Sr. Limpo de Abreu, Grã-Cruz, o Sr. Rodrigues Pontes dignatário da Rosa e V. Exa. comendador da mesma ordem. Não me satisfaz este último despacho, tendo-me lembrado de outra coisa, mas V. Exa. está no caminho das honras, e o que não vier hoje, virá amanhã.¹¹⁴

Além de desejar recompensa maior ao seu destinatário, a lista não satisfaz Paulino provavelmente porque não o incluía – o título de Uruguai ainda demoraria mais de dois anos. Já Honório Hermeto tornou-se visconde de Paraná, credenciando-o ainda mais perante o imperador, o que deve ter se refletido na sua nomeação para presidir o ministério de seis de setembro de 1853.

Sobre a inauguração desse novo gabinete e a expectativa em relação ao seu presidente, Joaquim Nabuco escreveu:

A impressão causada pelo ministério foi excelente; a sessão de 1853 estava nos seus últimos dias, todos queriam fazer crédito ao estadista que voltava ao poder, depois da ruptura de 1844 com o Imperador, precedido da maior nomeada e cercado do maior prestígio que até então se tinha formado em torno de um nome.¹¹⁵

¹¹⁴ Citado em J. Soares de Souza. *Honório Hermeto no Rio da Prata*; p. 269.

¹¹⁵ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 175.

Conciliar o Império: o ministério de seis de setembro de 1853

[...] *eu próprio que estou falando, doe-me ver que, fiel ao programa progressista conservador, acho-me em oposição ao homem cujo prestígio me fez reconhecer a necessidade política desse programa, acho-me em oposição a homens a cujo lado estive, embora sem outro merecimento que não o de ter ajudado um pouco a limpar o caminho por onde passava o carro triunfal em que iam eles disseminando benefícios ao país.*

Justiniano José da Rocha

Discurso na Câmara dos Deputados
Sessão de 19 de maio de 1855

Em 1855, o jornalista conservador Justiniano José da Rocha terminou seu opúsculo *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* afirmando que os desmandos do ministério que estava havia dois anos no governo poderiam levar a uma reação democrática tão grande a ponto de desfechar uma nova Constituinte. Ao referir-se à tópica da Assembléia Constituinte, Rocha provavelmente mantinha na memória as palavras que o liberal Francisco de Sales Torres Homem escrevera, sob o pseudônimo de Timandro, em *O Libelo do Povo*, obra de 1849. Naquela ocasião, bastante indignado diante da recrudescência da repressão aos liberais praieiros, Timandro denunciava o estado deletério da política no Brasil desde 1848, ano em que, de acordo com ele, a normalidade do sistema representativo fora afetada pela demissão do ministério de Paula Souza, pelo fechamento da Câmara de maioria liberal e pela subsequente restauração dos saquaremas. Com isso, a revolução da soberania nacional estaria comprometida e Timandro exclamava que ela só seria regenerada com o estabelecimento de uma assembléia constituinte.¹

A hipótese de que o pensamento de Justiniano se ocupava das palavras do *Libelo do Povo* talvez se sustente ainda mais se lembrarmos que, passados seis anos desde a publicação deste panfleto, e depois de muita repercussão, o autor tão combativo pelas idéias

¹ Conferir a leitura de Torres Homem sobre o que ele chamou de “restauração saquarema” nas p. 117-126 de *O Libelo do Povo*. In: Raimundo Magalhães Júnior. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956. Para um estudo sobre o conceito de *revolução* no texto de Torres Homem e também no de Justiniano da Rocha, ver Izabel Andrade Marson. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EdUFU, 2008; p. 29-41.

do partido liberal não só se tornara adepto da necessidade de uma conciliação como assumira a direção do Tesouro nacional, sob as ordens de um governo conservador. Torres Homem era um oponente cuja força Justiniano (deputado mineiro no período) conhecia de longa data, desde pelo menos as discussões sobre a Maioridade, e que chegara um dia a propor uma nova constituinte, o que para o conservador era um atentado contra todo o edifício político e social do Império.² Pelos idos de 1852-1853, ambos tinham sustentado um longo debate, na imprensa da Corte, acerca da importância de uma política conciliatória.³ É preciso considerar, portanto, que o fato de esse oponente se convencer da pertinência de uma conciliação entre os partidos poderia servir de exemplo mais do que eloquente de que a fase de transação, definida por Rocha em sua análise do período de então, havia chegado efetivamente para a sociedade brasileira e deveria ser aproveitada. No entanto, não havia nada de positivo na recuperação que Justiniano fazia das palavras do Timandro.

Com o argumento de que o tempo das lutas dos liberais encerrara-se com a derrota dos praieiros, J. J. da Rocha deixou transparecer em seu discurso a certeza do predomínio dos conservadores a partir daí, ressaltando que, naquele momento, “sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação”⁴, que se manifestava na tendência conciliatória, uma “convicção íntima do país”⁵ de que as paixões estavam extintas e as brigas do passado acabadas. Por conseguinte, o autor identificou o surgimento da conciliação partidária com o tempo do ministério conservador de 1848, o qual impôs a vitória sobre os liberais pernambucanos. Frisou, contudo, que foi somente ao longo da legislatura de 1850-1852 que a “convicção íntima” se firmou, tornando-se patente, de acordo com ele, na oposição dos deputados ao ministério de 11 de maio de 1852, e que tinha por inspiração a idéia conciliatória. Se continuasse a ser bem guiado, esse processo de entendimento recíproco ensejaria um tempo em que

² J. J. da Rocha. *Ação; Reação; Transação*. In: Raimundo Magalhães Júnior. *Três Panfletários do Segundo Reinado*; p. 218.

³ A referência ao debate de Rocha e Torres Homem na imprensa é feita por Magalhães Júnior nos textos introdutórios aos dois panfletos; ver, por exemplo, p. 138-141.

⁴ J. J. da Rocha. *Ação; Reação; Transação*; p. 214.

⁵ Idem; p. 216.

então entregues as questões de política, de governo, de alta administração ao jogo legítimo de um regime representativo com prudência equilibrado, poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam.⁶

Entretanto, na sequência do ministério de maio de 1852, veio o gabinete de seis de setembro de 1853, que o então visconde de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, organizou e presidiu. Valendo-se tanto da tinta quanto da voz, Justiniano atribuíra ao novo governo exageros de poder, óbices que estariam comprometendo os promissores destinos da Transação. Discursando no Parlamento como opositor, Rocha enfrentou e incomodou alguns antigos aliados, principalmente Carneiro Leão, como se viu, por exemplo, na sessão da Câmara dos Deputados de 19 de maio de 1855 (da qual foi tirada a epígrafe desta parte). Todo o respeito e admiração que o agora marquês de Paraná inspirava no deputado jornalista não bastaram para evitar suas acerbas críticas ao modo como estava sendo conduzida a política de conciliação partidária pelo eminente ministro conservador. O presidente do ministério não foi alvo apenas de discursos proferidos na tribuna, mas também dos escritos de J. J. da Rocha, pois, em *Ação; Reação; Transação*, o autor carregou na avaliação negativa das recentes discussões sobre a reforma judiciária e a eleitoral (sendo esta transformada em questão ministerial por Honório), e chegou mesmo a ser afrontoso ao qualificar o governo como absolutista e, por conseguinte, inapto para cumprir a mais importante tarefa política do momento, que era, segundo sua formulação, respeitar e levar em conta as idéias liberais, “as idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis)”.⁷

Justiniano não chegou a explicitar quais seriam esses “programas notáveis” do partido adversário. Talvez nunca se prove que, de fato, o panfleto de Torres Homem contasse entre eles e, ademais, se sobrepusesse às demais idéias liberais no raciocínio do panfletário conservador, no momento em que este entrevia a possibilidade de uma avassaladora reação democrática no Império. Contudo, o exercício de estabelecer esse diálogo possível é válido na medida em que, a despeito da relevância dada aos dois panfletos por muitos estudos que procuraram ressaltar a importância da conciliação no processo de consolidação do Império do Brasil, por vezes não se considera devidamente

⁶ J. J. da Rocha. *Ação; Reação; Transação*; p. 217.

⁷ Idem, *ibidem*.

que ambos apontam menos para qualquer resultado consumado do que para as incertezas derivadas do embate político. No cerne da linha explicativa que ligou de maneira indelével conciliação e consolidação do Império – em grande parte tributária da obra de Joaquim Nabuco – observa-se a persistência do uso tanto das acusações do Timandro contra a ascensão dos saquaremas ao poder central, quanto da cronologia da transação elaborada por Justiniano José da Rocha como fontes privilegiadas do movimento de imposição da vitória conservadora, que se concretizaria com o Ministério da Conciliação, presidido pelo visconde e marquês de Paraná.

Nessa operação historiográfica, *Ação; Reação; Transação* chegou a ser alçado à explicação definitiva acerca da evolução monárquica e do predomínio saquarema, ao passo que o texto virulento de Torres Homem foi renegado e recuperado mais tarde como uma espécie de testamento do tempo das lutas dos liberais, até porque o autor acabou aproximando-se da política “progressista” de Carneiro Leão e tornou-se funcionário do seu governo.⁸ Porém, isso são usos posteriores dos documentos. No momento da luta, permeado pela imprevisibilidade das ações, o fato de Justiniano usar como argumento a ameaça de uma Assembléia Constituinte – grito de esperança do Timandro em 1849 – configurava-se, no mínimo, como uma opção provocativa. Torres Homem seria, então, um contra-exemplo, na medida em que sua debandada do campo liberal só comprovaria o poder de cooptação do ministério ao qual Rocha fazia questão de mostrar sua oposição. Definitivamente, sua almejada “Transação” não estava no governo de Paraná.

Com esse diálogo, pretende-se sugerir a diluição da fronteira *vencedor* versus *vencido* que ficou consagrada na interpretação desses documentos e sugerir novas questões para a compreensão da década de 1850. Nesse sentido, vale apontar que, no panfleto de Justiniano, o vocábulo *conciliação* não se refere a uma conquista que já fosse inelutável e que, ademais, não era uma palavra que se associava positivamente ao gabinete de 6 de setembro de 1853. Ao invés disso, esse gabinete foi visto como um problema frente à tendência conciliatória e, por extensão, à época da “Transação” defendida pelo autor, o que não significa que Rocha afirmasse que o ministério de Honório Hermeto Carneiro Leão se opusesse ou negasse a conciliação – pelo contrário, ele escreveu que, desde o ministério

⁸ Sobre a trajetória política de Torres Homem, conferir Raimundo Magalhães Júnior. *Três Panfletários do Segundo Reinado*; p. 3-43.

conservador de 1848, todos a tinham como princípio. Deve-se intuir que existiam, abrigados sob esse termo ou em sua negação, diversos interesses em disputa. Dessa forma, a década de 1850 aparece não mais como o tempo homogêneo de uma conciliação, mas como um tempo de confronto entre várias conciliações possíveis, entre distintos projetos políticos. Joaquim Nabuco explicou a polissemia do termo de uma maneira interessante: “não só ela foi uma palavra que teve tantos sentidos diferentes quantos os intérpretes, como também determinou, pelo encontro inesperado e confuso dos antigos partidos, uma babel em que ninguém se entendia.”⁹

Dessa babel, pretende-se destacar neste capítulo os dois principais sentidos que a conciliação assumiu no programa do gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1853: a inauguração de uma nova maneira de relacionamento entre Pedro II e os ministros, o que significou uma maior intervenção do monarca na política; e uma forma de acabar de vez com o absoluto controle que o partido governista tinha sobre as nomeações e as eleições. Para entender a particularidade da política encabeçada por Carneiro Leão é imprescindível considerar esses dois sentidos juntos, pois, separadamente, o segundo deles não era uma novidade. Como se viu na carta demissionária do ministério de 1848, apresentada no final de 1851, o imperador já cobrava, pelo menos desde então, providências a respeito das influências do governo. A grande diferença do Ministério da Conciliação é mesmo a participação mais efetiva do imperador na realização de mudanças e, sem dúvida, a existência de ministros dispostos a realizá-las.

Em nenhum outro momento entre 1853 e a morte de Paraná (em setembro de 1856), esses sentidos se mostraram mais claramente do que nos debates e na aprovação da Lei dos Círculos, de 1855. Nessa ocasião, a transformação do assunto em questão ministerial, como forma de pressionar os deputados, e sua rápida aprovação parecem ter sido resultados da cobrança do monarca. Quanto aos resultados, Honório não viveu o suficiente para ver, mas o fato é que, sem demora, depois da eleição realizada em 1856, os efeitos da reforma foram percebidos na composição da nova Câmara dos Deputados: não houve unanimidade partidária e, mais do que isso, vários políticos renomados não conseguiram ser eleitos.

⁹ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. [1ª ed. publicada entre 1897-99] 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; vol. 1; p. 174.

A reforma eleitoral de 1855 foi usada pelo governo – e percebida pelos opositores – como um meio decisivo de desmontar a sustentação eleitoral dos partidos nas províncias. Esse foi o fim para o qual concorreram os sentidos da Conciliação da década de 1850. Em nome da busca de uma representação nacional mais autêntica, buscou-se, na verdade, coartar as possibilidades de um partido impor seus candidatos.

Antes de adentrar nos debates e desenvolver melhor o argumento, será abordada rapidamente a memória sobre o período, que transformou o Ministério da Conciliação em fato histórico, e como a historiografia mais recente retomou o assunto.

4.1. O Ministério da Conciliação como fato histórico

Em fins de junho de 1854, prestes a completar dez meses de governo, o presidente do ministério e ministro da Fazenda, o então visconde de Paraná, dirigiu-se à Câmara dos Deputados para enfrentar o que era, em sua opinião, a “dolorosa ocorrência de ter hoje como adversário o honrado deputado que ainda há pouco a administração contava como um dos seus mais sólidos apoios!”¹⁰ A exclamação não era à toa. No dia anterior, o referido deputado, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que trabalhara com Carneiro Leão nos conselhos do tribunal do Tesouro, proferiu um longo discurso atacando, sem meias palavras, os trabalhos do ministério da Fazenda, o exagerado poder do presidente e também a política da conciliação, como o visconde a entendia e praticava. Presente na sessão, é provável que Honório Hermeto tenha ficado espantado com as críticas do antigo aliado, mas deixou a cargo do deputado Carneiro de Campos a resposta imediata, preferindo pronunciar-se no dia seguinte:

[...] e como procedeu o ministério para verificar essa espécie de conciliação?[...] [declarou] que procuraria realizar todas aquelas reformas judiciárias que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais, e compatíveis com a estabilidade da ordem e segurança pública. Disse que procuraria estudar a lei das eleições, e que oportunamente, depois desse estudo e de um acurado exame e com a adesão do país, procuraria fazer as reformas que tendessem ao aperfeiçoamento

¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1854. Sessão de 28/06.

dessa lei, com o qual pudesse aparecer a inteira liberdade do voto...[...] Tratando da nomeação dos empregados públicos, declarei com franqueza que não nomearia para os cargos de confiança senão aqueles que adotassem os princípios do governo. Dei, senhores, um grande passo, e esse passo era o prometimento que fazia de não olhar os antecedentes desses ou daqueles, visto que, senhores, os tempos tinham mudado, e essas lutas encarniçadas do espírito pareciam terem cessado, e o partido que se conservava em oposição parecia já não querer lançar mão da revolta para conquistar o poder.¹¹

Desde que Joaquim Nabuco escreveu *Um Estadista do Império*, percebe-se que trechos do discurso-resposta de Carneiro Leão e dos apartes que ainda recebeu de Silva Ferraz configuram-se quase como único episódio em que se manifesta alguma oposição ao gabinete.¹² Ainda assim, quando a historiografia retomou essa discussão o fez apenas para ressaltar como, apesar de qualquer oposição, o ministério cumpriu seu papel de implementar, naturalmente, uma vontade de entendimento que vinha da década anterior, mas que só uma autoridade política e moral como Honório Hermeto Carneiro Leão poderia realizar. Uma obra exemplar nesse sentido é a de Francisco Iglésias.¹³

O que se perde ao descolar os trechos do restante das discussões que ocorriam por aqueles anos é a possibilidade de constatar que o deputado baiano Ângelo da Silva Ferraz não era um opositor isolado, tampouco despropositado. Vários tópicos que se encontram na sua longa argumentação foram recuperados e propalados, no ano seguinte, por Justiniano José da Rocha em seu combativo panfleto, principalmente as críticas ao poder pessoal do visconde de Paraná e à reforma eleitoral. Enquanto Carneiro Leão, que encampou essa reforma como questão ministerial, não via nenhuma incongruência entre suas concepções de conciliação e de liberdade de voto, Silva Ferraz apontava em outra direção:

a verdadeira política da conciliação, aquela que todos consideram como necessária [...] consiste no desassombro daqueles que não se acham no poder, daqueles que seguem princípios opostos aos que dominam no ministério que dirige o país; consiste na segurança do voto livre, por meio do qual os homens esforçados, os homens de talento, podem pleitear sua causa, vir ante o país, ante os poderes do estado fazer triunfar suas idéias, seus princípios pela livre discussão.¹⁴

¹¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1854. Sessão de 28/06.

¹² Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. Há uma parte da obra em que a discussão entre Honório e Ferraz recebe destaque especial; ver “A defecção de Ferraz”, p. 175-182.

¹³ Francisco Iglésias. “Vida política, 1848-1866”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, t.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1987.

¹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1854. Sessão de 27/06.

O representante baiano traçava uma forte distinção em relação ao governo: não partilhava da mesma noção de liberdade de voto que tinha o ministro. Nem ele, nem Justiniano, que, em 1855, às voltas com a eleição para a próxima legislatura, já sob a nova lei, temperava com alguma esperança o incômodo de suas pessimistas previsões sobre o futuro da conciliação, confiando que “as súbitas iluminações do patriotismo” evitariam que o escrutínio se tornasse “a luta da sociedade manietada para repelir os representantes que o *moscovitismo* lhe quiser impor”.¹⁵ Observa-se, portanto, que cada um guardava uma concepção de sociedade e um projeto de ação no governo do Estado traduzidos no termo conciliação, o que atesta mais uma vez a impossibilidade de tratá-lo como unívoco. Ao mesmo tempo em que Honório Hermeto tirava desse termo a legitimidade da política de seu gabinete, os opositores o apresentavam como um estado político muito longe de ser alcançado porque totalmente contrário ao que viviam, e dessa forma opunham-se ao discurso ministerial.

Certamente, Silva Ferraz e J. J. da Rocha não foram as únicas vozes que contestaram o discurso que se pretendia dominante. Afinal, estiveram na pauta da legislatura de 1853-1856 as mais diversas e candentes questões, que mexeram com os ânimos de muitos outros deputados, contrapondo alguns deles entre si e também em relação ao governo. Como escreveu Antonio Pereira Pinto no Prólogo dos *Anais da Câmara dos Deputados* desses anos:

a organização judiciária encarada sob diferentes faces; a formação do júri; o melhor meio de prover a segurança pública e de garantir a liberdade individual; a efetiva punição dos crimes; as incompatibilidades e aposentadorias dos magistrados; a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do processo das eleições sob o sistema dos distritos; a vantagem de alargar ou restringir as circunscrições territoriais dos mesmos distritos; os meios práticos de melhorar a qualificação dos votantes; o Bill Aberdeen; a instrução pública; os regulamentos sanitários; a instrução profissional agrícola; as quarentenas; o crédito territorial; as questões internacionais; a expedição naval ao Paraguai; todos estes e tão variados assuntos foram magistralmente apreciados pelos eloqüentes oradores que tomaram parte nos debates.¹⁶

¹⁵ J. J. da Rocha. *Ação; Reação; Transação*; p. 218.

¹⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1853. Prólogo.

O trecho é válido, pois destaca logo de início aos que se interessam pelos registros dessa legislatura a importância dos assuntos então tratados. Na mesma hora, constata-se o quão pouco se sabe sobre essas discussões e de que forma elas influíram na consolidação institucional do Império e na reconfiguração partidária que se verificou na década seguinte. Essa defasagem acontece porque o período do gabinete de seis de setembro de 1853, juntamente com o dos dois que o precederam, são comumente acomodados em uma chave de entendimento que acaba por limitar a leitura da dinâmica política da década de 1850. Os anos que vão de 1848 até adentrarem pelo gabinete do visconde de Paraná são interpretados, quase sem questionamentos, como o tempo da consolidação do Estado monárquico sob o domínio conservador – o tempo saquarema, em uma definição bem difundida e aceita.¹⁷ O que se desdobra disso é que a década de 1850 permanece como uma zona neutra, na qual se processa a consolidação do Império, limitada, de um lado, pelas brigas partidárias do passado e, de outro, pelo “renascer liberal” da década seguinte. Essa década neutra é o tempo que chegou a ser definido, por Sérgio Buarque de Holanda, como o de uma “política sonolenta”,¹⁸ o tempo das “águas paradas da Conciliação”.¹⁹

Destacando ou não um certo marasmo, o que a historiografia fez foi secundar uma memória que se produziu a partir já do próprio Segundo Reinado. Nessa memória, conciliação passava a ser compreendida como o produto mais acabado da razão política. Passava a ser a conciliação – única possível – transubstanciando-se em fato histórico: Ministério (ou Gabinete) da Conciliação. Nas palavras precisas de Carlos Alberto Vesentini:

Pela obra da transubstanciação uma enorme gama de significações pode ser alocada aos episódios de um dia, de um mês, convertidos em fato histórico [...] Elide-se toda uma gama de outras ações, a serem pensadas como dotadas da mesma significação social. Reina o fato, um fato, e neste, somente nele, imbrica gigantesca quantidade de implicações [...]²⁰

¹⁷ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “O poder pessoal”. In: Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5 t.2. São Paulo: DIFEL, 1985; p. 61.

¹⁹ Idem. “A democracia improvisada”. In: Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5 t.2. São Paulo: DIFEL, 1985; p. 89.

²⁰ Carlos Alberto Vesentini. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec, 1997; p. 26-27.

O fato histórico passa à memória coletiva como uma representação com significação precisa e, no ato de rememorar, é entrevisto como tendo sido o próprio passado.²¹ No caso em questão, o Ministério da Conciliação tornou-se o tempo exemplar da política imperial, marcado pela transigência dos partidos e a capacidade de grandes estadistas; virou um *locus* privilegiado da memória sobre o Império, portador da explicação para a manutenção e consolidação do Império centralizado.

Podemos constatar a força dessa memória na obra *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Escrevendo na turbulenta primeira década republicana, Nabuco recordava a vida e a trajetória política de seu pai e ao mesmo tempo idealizava o tempo do Império, colocando em destaque o “Ministério Paraná” como perfeito arranjo político racional levado a cabo pelo imperador e por grandes estadistas, entre eles seu pai. Pode-se afirmar que, em Joaquim Nabuco, o fato histórico está consolidado e seu uso passa a equivaler a uma metonímia da grandeza e qualidades do sistema imperial.²²

Interessante notar também que é em *Um Estadista do Império* que vemos *Ação*; *Reação*; *Transação* ser elevada à fonte privilegiada dos sucessos monárquicos até a conciliação, o que Joaquim Nabuco afirmou textualmente ao começar a tratar do período da “reação de 1837”.²³ O conselho de Nabuco foi praticamente seguido à risca durante todo o século XX. Há importantes estudos, no entanto, que a partir da década de 1980 ofereceram novas leituras do texto de Justiniano da Rocha e que abriram possibilidades de alargar o entendimento da década de 1850.

Maria de Lourdes Monaco Janotti, em “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”, pioneiro estudo detalhado sobre *Ação*; *Reação*; *Transação*, avançou muitas questões para o entendimento da função eminentemente política do panfleto, e apontou – talvez pela primeira vez na historiografia – para o equívoco de lê-lo como uma “peça de apoio

²¹ Carlos Alberto Vesentini. *A teia do fato* ; p. 32.

²² J. Nabuco. *Um Estadista do Império*. No vol. 1 dessa obra, o “Ministério Paraná” orienta a narrativa de Nabuco, dividindo a vida política do Império e, conseqüentemente, a do seu pai entre antes e depois do período 1853-1856.

²³ Idem; na nota de rodapé 31 da p. 65, referindo-se ao panfleto de Justiniano: “Para o estudo da evolução monárquica, ler cada palavra desse opúsculo”.

incondicional à política do gabinete”.²⁴ Porém, de acordo com a autora, as críticas de Justiniano não eram tão firmes, já que

no próprio documento percebe-se a dubiedade de posições: apóia a conciliação, mas adverte o governo. [...] A posição que defende é pouco cômoda, pois não está dela convencido. [...] Circunscrevendo-se no círculo representado pelo discurso da classe dominante, para ser ouvido por ela própria, o panfleto é um exemplo clássico de auto-crítica condescendente, reveladora da consciência política brasileira dos grupos do poder na segunda metade do século XIX.²⁵

Mesmo que não concordemos com Janotti quanto ao convencimento de J. J. da Rocha, é inegável que a autora avançou no uso do documento para o questionamento sobre o período de 1853 a 1856.

Por sua vez, Izabel Andrade Marson, em *O Império do Progresso*, especificamente na parte “A conciliação e o esquecimento do passado”, considerou o escrito “uma farsa, já que o próprio autor fazia parte da oposição conservadora domada e, ao confeccionar o texto, cumpria apenas uma tarefa irrecusável da chefia do partido”.²⁶ O fato histórico *gabinete da conciliação* também é questionado na argumentação desse texto, na medida em que a autora mostrou um conflituoso quadro político entre 1848 e 1852, e apontou para os desdobramentos pós 1853 – limite de sua pesquisa. Ressaltando o papel de Nabuco de Araújo na condução da política progressista, Marson afirmou que, naqueles anos, ele

recuperava o prestígio dos reformadores junto à significativa parcela dos políticos, operação coroada no “gabinete da conciliação” de Honório Hermeto Carneiro Leão, a partir de 6.9.1853, no qual ocuparia a pasta da justiça. E o mais importante é verificar que a política do progresso retornava com seu conteúdo salvacionista e necessário, por conseguir somar as forças dos mais hábeis políticos do Império, a serviço do fortalecimento do Estado.²⁷

Da mesma forma que Janotti, Izabel Marson duvidou do convencimento de Rocha sobre suas próprias críticas, mas apontou uma questão importante a ser investigada: a cisão dos conservadores diante do avanço da política do progresso, coroada no “gabinete da conciliação”.

²⁴ Maria de Lourdes Mônaco Janotti. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2 (3), março 1982; p. 3-17. Citação da p. 14.

²⁵ Idem. Os dois primeiros trechos são da p. 15; o último, da p. 17.

²⁶ Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso. A revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; p. 443.

²⁷ Idem, p. 441.

Além das duas anteriores, outra leitura do panfleto difundiu-se também nos anos 80. Ilmar Rohloff de Mattos, em uma parte de suma importância para a tese central de *O Tempo Saquarema*, pretendeu um rompimento com a concepção de tempo que ordenava a análise de Justiniano, e que impediria o entendimento da dinâmica histórica complexa que unia liberais e conservadores. Segundo Mattos, a produção historiográfica não teria criticado ainda a leitura evolucionista de Rocha, o que reduzia a dinâmica do Império à relação conflituosa entre “Liberdade” e “Autoridade”. Com esse pressuposto, e a partir de um novo par analítico (“Casa” e “Estado”), ele propôs que essa relação não deveria mais ser entendida como dicotômica, e sim como dialética.²⁸ Entretanto, deve ser notado que, nas linhas gerais de sua argumentação sobre o desenrolar e a consolidação da direção saquarema, o autor não logrou afastar-se da cronologia de Justiniano. Pelo contrário, há uma grande coincidência entre o tempo do que, no panfleto, é definido como “triunfo monárquico” e início da “transação” e o tempo, no texto de Ilmar Mattos, da consolidação da direção saquarema: “Desses quase cinco anos [1848-1852] de ação governativa e administrativa, resultou a consolidação da direção saquarema, que o gabinete seguinte do Marquês de Paraná – o Ministério da Conciliação – completaria”.²⁹

No momento em que foi sugerida neste capítulo a diluição da fronteira entre os escritos de Torres Homem e de Justiniano da Rocha, pretendeu-se frisar a consagração de uma interpretação posterior à luta política em que ambos estavam envolvidos. Essa fronteira impede a percepção de que, quando da publicação de *Ação; Reação; Transação*, o antigo Timandro estava mais achegado à política conciliatória do que Rocha, como se pode constatar em seu discurso na Câmara e no próprio panfleto. Se a “época da transação” qualificada na publicação foi, aos poucos, erigida em elogio ao tempo do gabinete de seis de setembro de 1853, isso só comprova a força e persistência da memória produzida sobre o período. Pesou muito favoravelmente ao estabelecimento dessa memória o falecimento de Carneiro Leão, presidente em pleno exercício, transformado em verdadeiro mártir do ideal conciliatório.³⁰ A morte ensejou a criação do mito, desde o necrológio feito por José de Alencar “sob a impressão da notícia”, até a formulação mais bem acabada de Joaquim Nabuco, ao findar o século. O mito não se referia simplesmente ao indivíduo, mas à

²⁸ Ilmar Mattos. *O tempo saquarema*, ver p. 145-151.

²⁹ Idem; p. 183.

³⁰ Remeto aqui à discussão feita no Capítulo 1 desta dissertação.

fundação de uma nova época da nação, caracterizada, acima de tudo, por significativos melhoramentos materiais na sociedade e pelo apartidarismo na política – fim das nocivas paixões partidárias; união de conservadores e liberais.

No nível individual, a morte ajudou a singularizar Honório Hermeto no rol dos estadistas, aproximando-o do imperador em importância para a consecução da Conciliação. Vale lembrar que Paraná abre a *Galeria* de Sisson – a mais evidente produção memorialística da Conciliação – sendo definido como o realizador do “grande pensamento da Conciliação proclamado do alto do Trono” e como o “iniciador de uma nova política”.³¹ Da mesma forma, Joaquim Nabuco descreveu o papel dos dois, monarca e ministro, como perfeitamente complementares. Por um lado, a Conciliação era fruto do “pensamento augusto” de Pedro II, “única pessoa no Império que conhecia a verdade inteira sobre as disposições recíprocas dos partidos”; por outro, “em Paraná a conciliação encontrava aquele braço forte de que ele mesmo falava; com efeito, a influência do seu nome foi tal que se obliteraram inteiramente as divisas dos partidos”.³² Como se vê, Nabuco deixou em segundo plano as desavenças que surgiram até entre os próprios conservadores – que ele mesmo chegou a ressaltar – para defender uma leitura positiva da Conciliação, da intervenção do imperador na política e do papel do estadista acima das paixões partidárias.

Essa versão positiva se sobrepôs por muito tempo às duras críticas que a política conciliatória passou a receber já no começo da década de 1860, principalmente por parte dos conservadores históricos, que associavam a intervenção cada vez maior de Pedro II a um atentado contra os verdadeiros partidos e, por extensão, ao sistema representativo do Império. Para seus defensores, no entanto, essa intervenção tinha exatamente o sentido oposto. Ao valer-se dos atributos do Poder Moderador, fazendo e desfazendo gabinetes, dissolvendo Câmaras e, por fim, promovendo a Conciliação, o monarca garantiria o funcionamento do sistema político imperial, garantindo o rodízio entre conservadores e liberais a despeito da pouca relevância ou até mesmo da insignificância das diferenças partidárias. Ultrapassando o limiar do século XIX, viu-se ainda em Oliveira Viana um

³¹ S. A. Sisson [editor]. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2vol. [1859-1861] Brasília: Senado Federal, 1999; p. 24, vol. 1.

³² J. Nabuco. *Um Estadista do Império*; conferir p. 173-174.

defensor do protagonismo do soberano no cenário político. Não custa repetir que, na opinião de Viana, não havia “ninguém mais convencido de tudo isto, desta ficção, desta burla, desta articialidade do regime representativo no Brasil do que D. Pedro”.³³ O monarca agiria, então, como verdadeiro redentor do regime imperial.

Em meados do século XX, o que se observou foi a retomada da tradição crítica dessa intervenção de Pedro II e do período da Conciliação nos escritos de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. O “poder pessoal” voltava em chave negativa, visto como índice da fragilidade da formação do regime representativo brasileiro em comparação com o europeu e o norte-americano.³⁴ Passado mais algum tempo, entre os anos 1970 e 1980, dois importantes trabalhos dedicaram-se a explicar o papel e o peso dos grupos sociais dominantes na formação do Estado brasileiro. Partindo de matrizes teóricas distintas, José Murilo de Carvalho e Ilmar R. de Mattos acabaram por definir a Conciliação como resultado da vitória do partido conservador e dos grupos sociais que ele representava: grandes comerciantes e fazendeiros, principalmente os cafeicultores fluminenses. Nesse momento, então, a Conciliação foi novamente interpretada de modo positivo, com a diferença na localização de sua fonte, que não seria mais a vontade e o “pensamento augusto” do imperador e sim os políticos conservadores.³⁵

Como facilmente se percebe, o período tornou-se objeto controverso. Há ainda duas linhas interpretativas que merecem destaque. Uma delas é a que orienta as obras de José Honório Rodrigues e Paulo Mercadante, que será definida aqui como essencialista.³⁶ Nessas obras, a Conciliação é apresentada, de forma totalmente ahistórica, como um episódio de expressão da mentalidade conservadora, que parece ser uma característica

³³ Francisco José de Oliveira Viana. *O ocaso do império*. [1925] Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959; p. 20-33 (citação da p. 33).

³⁴ Cf. Raymundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. [1ª ed. 1958]. 2vols. Rio de Janeiro: Globo, 1989; vol. 1, p. 359. Cf. também Sérgio Buarque de Holanda. “O poder pessoal” e “A democracia improvisada”.

³⁵ Cf. J. M. de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2ª ed. [Tese de 1974] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; na p. 205, por exemplo, o autor afirma que o movimento da Conciliação foi iniciado em 1853 pelos conservadores. Já a interpretação de Ilmar Mattos, em *O tempo saquarema*, é a de que a Conciliação correspondeu à consolidação da “direção saquarema” no governo do Estado. Vale apontar que essa leitura foi retomada e desenvolvida recentemente em um artigo de Ricardo Salles. “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Vol. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; p. 39-82 (ver principalmente p. 49-60).

³⁶ José Honório Rodrigues. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; Paulo Mercadante. *A consciência conservadora: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

congenita das classes dominantes brasileiras, acompanhando-as desde o período colonial até o republicano. A outra linha é a que guiou as pesquisas de Valéria Torres e Fábio Santa Cruz. Esses autores trataram o Ministério Paraná de 1853 como o desfecho de uma discussão sobre conciliação partidária que viria das duas décadas anteriores. O problema é que os autores expuseram a recorrência do termo linearmente, sem historicizar os diferentes momentos em que a idéia conciliatória foi evocada.³⁷ Por exemplo, na opinião de Santa Cruz houve “um processo conciliatório brasileiro das décadas de 1830 a 1850”, que serviu para “solidificar ainda mais o arranjo político-social que se impunha no âmbito da sociedade brasileira”.³⁸

Uma renovação nos estudos sobre o assunto veio com a biografia de d. Pedro II escrita por Roderick Barman e publicada na década de 1990.³⁹ Pela primeira vez, um historiador demonstrava, por meio de documentos, o funcionamento prático da tão falada Conciliação. Ficou provado que, em 1853, o imperador promoveu uma mudança fundamental na dinâmica política do seu reinado. A partir desse ano, Pedro II fez seguir aos ministros um texto intitulado *Idéias Gerais*, no qual definia uma nova relação entre ele e os gabinetes que nomeasse. Os principais pontos desse texto eram: as decisões dos ministros não seriam decretadas sem a presença do imperador; os cargos públicos deveriam ser preenchidos por mérito e com a aprovação de Sua Majestade, evitando assim a distribuição por simples conveniência partidária; os ministérios deveriam ser imparciais nas eleições para a Câmara; o monarca passaria a apresentar uma lista de propostas para serem seguidas como programa de governo; o ministro que discordasse das diretrizes deveria simplesmente pedir demissão e não poderia, em hipótese alguma, acusar o monarca de induzir qualquer reforma.⁴⁰ Era, sem dúvida, o começo de uma interferência direta de Pedro II nos desígnios

³⁷ Valéria Torres. *Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1998. Fábio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2008. Vale apontar que ambos os autores embasaram-se em grande medida nos artigos de Paulo Pereira de Castro (“Política e administração de 1840 a 1848”) e Francisco Iglesias (“Vida política, 1848-1866”) publicados na História Geral da Civilização Brasileira.

³⁸ Cf. Fábio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação*; p. 195.

³⁹ Roderick J. Barman. *Citizen emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

⁴⁰ Idem; p. 159-166. Cf. também a biografia escrita por José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; p. 54-61. Vale apontar que esse livro é totalmente inspirado no trabalho de Barman, o que fez Carvalho rever sua antiga opinião de que a Conciliação seria produto do Partido Conservador.

dos ministérios, principalmente com a lista de propostas que deveriam guiá-los. Entre 1853 e 1864, o imperador preparou nove dessas listas.⁴¹

Como notou Jeffrey Needell, parece certo que Pedro II resolveu chamar o visconde de Paraná para um novo gabinete em 1853, na sequência da queda de Rodrigues Torres, sem ter em vista a continuação de um governo saquarema; o monarca pretendia, sim, “usar um conservador proeminente que conduzisse uma administração reformista não-partidária e de melhoramentos materiais”.⁴² A confiança no sucesso de sua escolha parecia inabalável. Muito interessante nesse sentido é uma carta que o monarca brasileiro escreveu a d. Fernando de Portugal alguns dias depois do começo do novo governo, em 19 de setembro: “A notícia mais importante é a troca de ministério,... A política continua a mesma e todos os ministros são próximos a mim e alguns quase íntimos, eles têm talento, são oradores e espero que sejam capazes de **implementar meu programa**”.⁴³ No entanto, a Conciliação não era simplesmente fruto da vontade do imperador. Barman ressaltou que havia o exemplo do gabinete Aberdeen na Inglaterra, cuja marca era a coalizão governamental: um gabinete que, de acordo com seu chefe, era composto de homens diferentes em diversos aspectos, mas que se uniam pelo interesse comum de promover o bem estar e a prosperidade de seu país.⁴⁴ Para Pedro II, esse pensamento deveria guiar o novo governo brasileiro.

Joaquim Nabuco notou que os ministros de seis de setembro eram todos “homens novos”, com exceção do presidente e de Limpo de Abreu – antigo liberal e parceiro de Honório nas negociações dos tratados com o Uruguai, em 1851.⁴⁵ Um deles, por exemplo, era José Maria da Silva Paranhos, que se firmara na política imperial havia apenas dois anos, quando Carneiro Leão o nomeou secretário da missão especial no Prata. Essa escolha

⁴¹ Cf. Helio Vianna. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966; p. 134-181.

⁴² Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006; p. 172 (tradução livre).

⁴³ Citado em R. Barman. *Citizen emperor*; p. 162 (tradução livre e grifo meu).

⁴⁴ Idem; p. 163. Uma pesquisa futura poderia desenvolver uma análise comparada entre a discussão sobre conciliação política no Brasil e em outros países, buscando compreender, principalmente, o quanto elas se influenciaram e o quanto estiveram ligadas a problemas semelhantes, como a questão eleitoral.

⁴⁵ Cf. a descrição completa dos ministros em Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 163-171. A composição original do gabinete era: Luis Pedreira do Couto Ferraz, na pasta do Império; José Tomás Nabuco de Araújo, na Justiça; Antonio Paulino Limpo de Abreu, nos Estrangeiros; Paraná, na Fazenda; Pedro de Alcântara Bellegarde, na Guerra; José Maria da Silva Paranhos, na Marinha.

criteriosa de neófitos competentes e de confiança do presidente provavelmente tinha como objetivo evitar que velhas rivalidades partidárias comprometessem a unidade do gabinete e a realização do programa de reformas proposto por Pedro II. Paraná já devia prever que encontraria dificuldades suficientes no Parlamento, inclusive entre seus antigos aliados.

Atento a essas dificuldades e avançando nas constatações de Barman sobre o período, outro pesquisador estrangeiro, o já citado historiador Jeffrey Needell, insistiu na oposição que a agenda da Conciliação recebeu de vários deputados e senadores conservadores. Muito além de Justiniano José da Rocha e seu panfleto, os principais líderes do partido, Eusébio de Queirós, Paulino Soares de Sousa e Rodrigues Torres, marcaram posição contrária à política do ministério presidido pelo antigo aliado. Como já foi referido, de acordo com Needell, observa-se no gabinete de 1853 uma distinção que não faria o menor sentido anteriormente: tratava-se de um gabinete conservador, mas não saquarema.⁴⁶

Não faltaram motivos para a insatisfação dos saquaremas. Entre as propostas do imperador passadas aos ministros estava simplesmente a reforma da lei de três de dezembro de 1841 – praticamente um dogma dos conservadores – que foi colocada em discussão na sessão de 1854. Assunto tão delicado acabou mobilizando não apenas os parlamentares do partido, mas também grandes proprietários de Vassouras – coração da cafeicultura fluminense e importantíssima base eleitoral dos saquaremas – proprietários que, ademais, estavam furiosos com Paraná, pois associaram diretamente a ele a decisão de mudar o trajeto da estrada de ferro para a qual tinham ido buscar dinheiro em Londres. O resultado disso foi que o projeto de reforma da lei judicial não resistiu à pressão que políticos, entre eles Eusébio de Queirós, armaram juntamente com proprietários, tanto no Parlamento quanto na imprensa.⁴⁷

Tão significativa derrota imposta aos intentos reformadores do gabinete fez com que os saquaremas previssem a queda de Paraná, já no começo de 1855. Escrevendo de Paris ao amigo Eusébio, o visconde do Uruguai dava a mudança de ministério como certa e

⁴⁶ J. Needell. *The party of order*; p. 174-175.

⁴⁷ Idem; p. 186-188. Sobre a reforma judiciária, ver também Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 182-197. Sobre o “movimento de Vassouras”, Nabuco escreveu: “Tomara as proporções de um acontecimento a representação de alguns fazendeiros vassourenses contra o projeto de lei que tirava às pequenas localidades o seu embrião de júri, e a esse veto da grande propriedade fluminense foi sacrificada a reforma no Senado. Adiam-na indefinidamente.” Ver p. 197.

aconselhava que ele e Rodrigues Torres se preparassem para agir caso fossem convidados a organizar o novo governo.⁴⁸ Para Needell, isso só não ocorreu porque, nesse mesmo ano de 1855, o marquês de Paraná resolveu enfrentar os saquaremas, apostando todas as suas fichas na discussão da reforma eleitoral, com total apoio do imperador. É nesse ponto que a análise feita em *The party of order* pende para um biografismo exagerado. A discussão e aprovação da Lei dos Círculos foram vistas simplesmente como frutos do desejo de poder e de revanche de Carneiro Leão.⁴⁹ Vale notar que Francisco Belisário Soares de Souza, na sua análise (negativa) do sistema eleitoral do Império, também associou a reforma de 1855 com a vontade do marquês de Paraná. De acordo com o autor, as convicções de Honório sobre a validade da lei eram tão fortes que não influenciou na sua resolução “o desejo de agradar ao partido liberal ou uma transação a que o forçasse a política de conciliação”.⁵⁰ Já a análise de Roderick Barman sobre a Conciliação, apesar do valioso trabalho empírico, também exagerou no biografismo. No caso, a explicação da nova política parece estar relacionada, antes de tudo, com a chegada da maturidade pessoal e política de d. Pedro II e, portanto, derivada de sua vontade.⁵¹

Sem dúvida, Barman e Needell levantaram dados importantes e inquestionáveis sobre a preponderância do imperador e de Paraná na condução da Conciliação. Ainda assim, faz-se necessário vinculá-la a questões mais amplas, não só do processo de formação do Estado brasileiro em particular, mas a questões que permeavam o pensamento político ocidental no geral, entre elas: o problema das eleições e da contenção das desavenças partidárias nos meios institucionais. Nesse sentido, a proposição da Lei dos Círculos, em 1855, deve ser vista, sobretudo, como uma tentativa de resposta a esses problemas, cujas

⁴⁸ A carta é de 30/05/1855. Cf. J. Nabuco. *Um Estadista do Império*; p. 183. Vale lembrar que, em dois de dezembro de 1854, Paulino tornou-se visconde do Uruguai; Honório foi elevado ao marquesado; Rodrigues Torres tornou-se Itaboraí; entre muitos outros agraciados na data natalícia do imperador.

⁴⁹ “In May 1855, Paraná decided to meet the saquarema challenge. He had been forced from power twice, 1833 and 1844; once under the pressure of the Chamber, once under the pressure of the Crown. Now he would seek to use Chamber and Crown to survive; he did not intend to fall again. [...] To launch his attack, Paraná decided to use an old project for electoral reforms.” Cf. J. Needell. *The party of order*; p. 184.

⁵⁰ Francisco Belisário Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*. [1ª ed. 1872] Brasília: Senado Federal, 1979; p. 71.

⁵¹ R. Barman. *Citizen emperor*; ver principalmente p. 159-163.

soluções, no caso brasileiro, passaram a ser procuradas com mais afinco já na década de 1840.⁵²

A complexidade e abrangência internacional das questões ficam evidentes nos debates do Parlamento brasileiro de meados de 1855, nos quais são feitas inúmeras referências a casos práticos, à legislação e aos teóricos de França e Inglaterra, principalmente.⁵³ Os dois principais pontos da lei de 19 de setembro de 1855, as incompatibilidades e o voto distrital (divisão por círculos), já eram assuntos discutidos e medidas aplicadas havia tempo nos dois países europeus e, por aqui, foram usados como exemplos tanto positivos como negativos, dependendo da intenção do orador.

Além das referências externas, o que salta aos olhos no debate de 1855 é a insistência na questão da constitucionalidade dos pontos pretendidos pelo projeto. A começar pelo parecer das comissões reunidas de constituição e legislação do Senado – apresentado à mesa em nove de julho e discutido a partir do dia 16 do mesmo mês – os opositores tiveram como tática insistir nesse ponto. O relator das comissões Eusébio de Queirós, ao lado do marquês de Olinda e do visconde de Maranguape argumentaram que tanto as incompatibilidades quanto a eleição por círculos eram inconstitucionais, no que foram seguidos por outros oradores.⁵⁴ Porém, o que se quer demonstrar é que essa discussão, à primeira vista formalista, escondia, na verdade, uma disputa entre o ministério, com seu programa de apartidarismo cobrado pelo imperador, e os defensores dos interesses partidários e de suas influências nas províncias. A implementação dos círculos (ou distritos) eleitorais colocava em risco a manutenção dessas influências, pois atingia a capacidade de um partido emplacar uma lista de candidatos em toda a província, e foi isso que entrou em jogo nas discussões de julho e agosto de 1855. Observando esse debate, Miriam Dolhnikoff colocou o problema nos seguintes termos:

⁵² Não é demais relembrar que os gabinetes do “quinqüênio liberal” já discutiam reformas e a necessidade de uma Conciliação. Cf. Fabio Santa Cruz. *Em busca da Conciliação*; p. 152-155. Porém, como se vem destacando, essa discussão ganha um novo contorno após 1848.

⁵³ Cf. nos *Anais do Senado*, sessão de 16/07/1855, o longo e importante discurso de Eusébio de Queirós, repleto de referências a casos europeus. A argumentação de Eusébio, um dos primeiros a discursar sobre a matéria, serviu de matriz para muitos dos outros oposicionistas. Nos *Anais da Câmara dos Deputados*, ver, por exemplo, na sessão de 27/08/1855, a fala de Figueira de Mello.

⁵⁴ Sobre o parecer, cf. *Anais do Senado*, 16/07/1855; e também Francisco Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*; p. 71-72.

tanto defensores como opositores do voto distrital reconheciam a existência de uma elite provincial, articulada em torno da defesa de interesses da província, organizada de modo a interferir no jogo político nacional, e que o parlamento era um dos espaços fundamentais desta atuação. Elite provincial que não se confundia com as notabilidades de aldeia. [...] O que estava em pauta era a decisão sobre que setores diferenciados da elite se beneficiariam do jogo eleitoral: fazendeiros que individualmente empenhavam-se no atendimento de suas demandas mais imediatas, ou um setor organizado provincialmente, que carregava uma visão mais ampla e política da defesa dos interesses da província.⁵⁵

É possível avançar a análise da autora sugerindo-se que essas “elites provinciais”, aptas “a interferir no jogo político nacional”, eram essenciais na sustentação do esquema partidário do Império. Com a reforma, pretendia-se fragmentar esses blocos provinciais, dificultando ao máximo a influência de um único partido no resultado das eleições. Alcançada essa fragilização, o governo trataria de construir uma maioria *ministerialista*, afastada de luzias e saquaremas.

Por tudo isso, os debates sobre a Lei dos Círculos configuram uma oportunidade para a elaboração de novos fatos sobre a década de 1850, caracterizados por significações divergentes, o que pode levar o pensamento sobre o período por novos rumos.⁵⁶ O fato histórico Ministério da Conciliação deixa de carregar a explicação definitiva do processo de consolidação do Império, da resolução das diferenças partidárias, e passa a ser formulado então como problema.

⁵⁵ Miriam Dolnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; p. 229.

⁵⁶ C. A. Vesentini. *A teia do fato*; p. 64.

4.2. *Nem como luzias, nem como saquaremas: a reforma eleitoral e os interesses partidários*

[...] o gabinete nada tem com o tempo passado, os seus membros não se consideram nem como luzias, nem como saquaremas... portanto aqueles que apóiam e compartilham o pensamento do ministério são ministerialistas, qualquer que tenha sido ou seja o seu partido.

Honório Hermeto Carneiro Leão
Discurso no Senado, sessão de 10/09/1853

Talvez a leitura mais positiva firmada a respeito da lei de 19 de setembro de 1855 seja a de que ela garantiria às minorias políticas possibilidade de representação, o que seria alcançado com a implementação dos círculos eleitorais.⁵⁷ Além disso, o deputado eleito em um círculo representaria muito melhor o “verdadeiro espírito nacional”, porque muito mais próximo de seus eleitores. Esses foram argumentos usados na própria época pelos defensores da reforma, como o senador Nicolau Vergueiro, em um importante discurso no início dos debates.⁵⁸ Foram depois retomados como fatos pelos historiadores que, de alguma maneira, viram a história das eleições e da cidadania no Brasil como um contínuo evolutivo.⁵⁹

Voltando ao debate de 1855, percebe-se como alguns políticos encararam com bastante entusiasmo a proposta de reforma, entrevendo uma medida de grande importância para a resolução das disputas partidárias. Um desses políticos foi o deputado Carrão. Em discurso no dia 29 de agosto, depois de assumir-se liberal em uma câmara esmagadoramente conservadora, lembrou com orgulho que o projeto tivera origem entre os seus correligionários e entrevia nele a solução das disputas e a garantia do término dos

⁵⁷ Por isso, a lei ficou conhecida como Lei dos Círculos, a despeito de possuir como outro ponto importante as incompatibilidades eleitorais. Para uma explicação sobre as incompatibilidades e sua inspiração na legislação francesa, cf. Manoel Rodrigues Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. [1956-57] Brasília: TSE/SDI, 2005; p. 156-158. No artigo 1 §20 da referida lei, estabeleceu-se que: “Os Presidentes de Província e seus Secretários, os Comandantes de Armas e Generais em Chefe, os Inspectores de Fazenda Geral e Provincial, os Chefes de Polícia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes de Direito e Municipais, não poderão ser votados para Membros das Assembléias Provinciais, Deputados ou Senadores nos Colégios Eleitorais dos Distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição. Os votos que recaírem em tais empregados serão reputados nulos. Cf. “Decreto n. 842, de 19 de setembro de 1855”. In: Francisco Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*; p. 234-237.

⁵⁸ Anais do Senado, sessão de 19/07/1855.

⁵⁹ Cf., por exemplo, Manoel Rodrigues Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*; e José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*.

conflitos armados; em suma, o projeto seria um verdadeiro precursor de uma almejada conciliação partidária:

Quando um homem eminente do partido liberal apresentou as idéias capitais deste projeto no senado, qual foi o resultado? Foi que não só os meus aliados viram em tal projeto idéias salvadoras, como também homens eminentes do partido então em oposição abraçaram essas idéias... o encarei como precursor de um fato que me parece estar muito próximo a verificar-se. Observando que adversários eminentes do partido liberal tinham abraçado idéias que nasceram no seio do mesmo partido, era natural que um dos efeitos de tal fato fosse a modificação profunda dos partidos então existentes, e isto, eu o declaro, reputo um bem para o país... Este projeto assinala uma tendência para obtermos eleições sinceras e regulares; espero que da sua execução resulte que o dia 2 de fevereiro de 1849 terá fechado o derradeiro ciclo da importância circunstancial de um partido.⁶⁰

A referência à data devia ser suficientemente forte para todos. Mais de seis anos tinham se passado, porém não se apagara das lembranças políticas as longas horas de combate pelas ruas do Recife naquele dia 2, que marcou a derrocada do movimento armado praieiro.⁶¹ Partindo de um assumido liberal, o discurso parece corroborar a velha máxima que diz que, após a Praieira, os liberais quebraram os remos e deixaram-se levar pela correnteza do predomínio conservador.

Não obstante a leitura feita pelo liberal Carrão, o que a reforma proposta causou, no geral, foi muita discórdia. Era grande a desconfiança em relação ao governo, que, sem muitas explicações, retomou o projeto que fora proposto em 1848 e parou em segunda discussão no Senado.⁶² Sete anos depois, o processo deliberativo prosseguiria entre os senadores em terceira e última discussão, ocupando sessões entre a metade final de julho e o começo de agosto, quando o projeto foi aprovado somente por uma margem estreita de votos. Na Câmara dos Deputados, a insatisfação chegou a ser maior, porque houve muita pressão pela rápida aprovação da matéria, colocada em discussão no dia 25 de agosto. Dois dias depois, o marquês de Paraná, presidente do gabinete, transformou a reforma em questão ministerial. Ao agir assim, o presidente colocava o assunto nos seguintes termos: se a reforma não fosse aprovada, o imperador deveria decidir pela troca de ministério ou pela

⁶⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 29/08/1855; p. 272 e 277.

⁶¹ Sobre a Rebelião Praieira, voltar à seção 3.2 desta dissertação.

⁶² Para o histórico do projeto, ver Francisco Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*; p. 69-77.

dissolução da Câmara. Como representante de uma política de Conciliação, Paraná evitou pedir diretamente a dissolução da Câmara, colocando teoricamente o destino do seu governo também em jogo na discussão do projeto:

Tomei a palavra simplesmente para declarar que, conquanto não fizesse deste projeto uma questão ministerial no senado, entendo que não posso deixar de fazer nesta casa. (Apoiados)

Se este projeto, depois de ter passado no senado, que era onde parecia que deveria encontrar maiores embaraços, não houvesse de passar aqui, haveria realmente perda de força moral para a administração. Além de que, o voto da maioria do senado acabou de me confirmar na convicção de que tínhamos realmente razão em considerar a matéria de que se trata como um melhoramento necessário e útil ao país. (Apoiados)

Faço pois dele, sr. Presidente, uma questão ministerial, e como algumas circunstâncias ocorrentes no país que ameaçam de uma epidemia a capital do império fazem com que alguns srs. Deputados desejem quanto antes ver terminadas as questões mais importantes, e que as prorrogações, se houver necessidade delas, sejam curtas, levam-me também a desejar que este projeto não receba emenda alguma, e que se trate de decidir quanto antes da sua sorte, ou pró ou contra. Eu aceito o contra com todas as suas consequências.⁶³

Contudo, o verdadeiro sentido de sua fala foi entendido muito bem pelos deputados. Depois desse pronunciamento, a proposta do governo passou pelas três discussões previstas no regimento em menos de uma semana! Tamanha rapidez e a considerável folga na votação final (51 votos a favor e 36 contra), em 1º de setembro, podem certamente ser relacionadas com o receio de que a balança penderia inevitavelmente para o lado do presidente e a dissolução da Câmara seria decretada, caso a proposta fosse derrubada. Há alguns indícios desse receio que podem ser captados nas falas dos parlamentares. No mesmo dia 27, por exemplo, na sequência da fala de Paraná, o deputado Siqueira Queiroz atacou a legitimidade da declaração de questão ministerial e provocou: “Não se ouve aqui pelos corredores, não se ouve aqui mesmo que estamos dissolvidos, quer a lei passe quer não?” Engrossava o coro com um afiado aparte, o deputado Sayão Lobato: “Se não fossem os colóquios secretos o projeto estava bem arriscado a não passar.”⁶⁴

⁶³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27/08/1855; p. 234-235.

⁶⁴ Idem; p. 238-239. Vale apontar que Sayão Lobato tinha fortes vínculos com os saquaremas e com os interesses do vale do Paraíba. Portanto, podia muito bem estar defendendo o posicionamento de todo o grupo diante do assunto. Cf. Jeffrey Needell. *The party of order*; p. 182-190.

Não se faziam referências diretas à intromissão do imperador – a quem caberia dissolver a Câmara, valendo-se do Poder Moderador – até porque aqueles que o fizessem poderiam ser cobrados pela falta de decoro. Porém, muito provavelmente essa referência estava subentendida nas críticas à questão ministerial e devia ser feita com mais frequência fora da tribuna. Isso explicaria a necessidade de Carneiro Leão dirigir-se aos deputados mais uma vez para defender sua medida e ressaltar sua independência (não seria em relação à Coroa?):

Desde que o gabinete atual tomou conta da direção dos negócios do país, não declarei eu no senado que não duvidaria acoroçar a eleição por círculos, que me esforçaria mesmo pela adoção deste projeto se porventura visse formada uma opinião que aceitasse as idéias nele consignadas? (Apoiados) Digo isto em resposta a todos aqueles que pensam que fomos arrastados a semelhante respeito; não, não fomos arrastados por alguém. (Apoiados)⁶⁵

A pressão esvaziou consideravelmente a discussão. No ano seguinte, a morte de Carneiro Leão, no momento em que se organizavam as eleições sob a nova lei, colaborou para transformar a Lei dos Círculos na verdadeira e mais legítima conquista da Conciliação. Dessa forma, as críticas feitas a ela foram neutralizadas e esquecidas.

Entre os detratores do projeto que expressaram sua opinião em 1855, senadores ou deputados, liberais ou conservadores, os argumentos básicos eram que as mudanças sugeridas seriam inconstitucionais e, além disso, não responderiam a o que consideravam o verdadeiro problema das eleições no Brasil. E qual seria ele? Trechos de dois discursos em especial, somados à menção à Praieira feita pelo deputado Carrão, parecem oferecer indícios para a resposta.

Em 16 de julho de 1855, ninguém menos do que o senador Eusébio de Queirós, reconhecido como um dos próceres conservadores – senão o principal deles – abriu a terceira discussão do projeto de 1848, discursando demoradamente para embasar a inconstitucionalidade tanto da divisão das províncias em círculos eleitorais como das incompatibilidades, principalmente dos magistrados. Entre citações de artigos e parágrafos

⁶⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 27/08/1855; p. 247.

da Constituição, Eusébio resolveu ilustrar sua opinião com um exemplo mais prático, do senso comum, de acordo com sua explicação:

Tem-se dito por vezes que os magistrados influem na liberdade da eleição, porque coagem. Apelo para a consciência pública, e pergunto qual é, na ocasião de eleições, a opinião que os candidatos procuram saber; a do juiz de direito, ou a do presidente de província? Se a coação partisse dos magistrados, eles triunfariam mesmo quando seu partido é infeliz. Se existe coação, não parte da magistratura, senão dos agentes do poder executivo.⁶⁶

O recado era claro: por que implementar essa reforma inconstitucional se todos sabiam que o problema das eleições estava na influência do Executivo? Mais claro ainda havia sido o recado do deputado Raimundo Ferreira de Araújo Lima em 30 de maio, antes mesmo do início da discussão no Senado:

Qual é, senhores, o grande defeito, o grande capítulo de acusações que se faz ao governo com relação às eleições? Se não estou enganado, todas as acusações a tal respeito versam sobre a sua intervenção nas eleições, sobre a ação indébita que o governo exerce quanto ao resultado das mesmas eleições. Se isto é assim, se isto me parece exato, que resultado vantajoso se pode colher de se fazer a eleição por círculos e não como é atualmente? O governo não se servirá dos mesmos meios de influência em virtude dos que é acusado de falsear as eleições? Senhores, eu não gosto de paliativos, gosto de ser fiel à lógica. Entendo que os nobres deputados que buscassem na reforma eleitoral um motivo de oposição ao gabinete deveriam ou exigir uma reforma radical na nossa constituição ou então tratar de diminuir a ação do governo, revogando ou alterando a lei de 3 de dezembro de 1841.

Enquanto uma reforma radical não for feita na nossa constituição, enquanto a ação do governo, a ação da autoridade não for enfraquecida com a revogação ou alteração da lei de 3 de dezembro de 1841, tudo, meus senhores, não passa de paliativos.⁶⁷

Além de apontar para a intromissão do Executivo nas eleições, também apelando para o senso comum, como fez Eusébio, o deputado Araújo Lima apontara para o que, a seu ver, de fato instrumentalizava o governo: a lei de reforma do Código do Processo Criminal. Obviamente, o valor de face dos discursos deve ser questionado. Os oradores não podem ser facilmente tomados por verdadeiros defensores de um sistema eleitoral puro, livre de influências indesejadas. Seus discursos devem ser lidos, antes de tudo, como peças de

⁶⁶ Anais do Senado, 16/07/1855; p. 180-181.

⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 30/05/1855; p. 193-194.

oposição e, como tais, compostos de fortes e convincentes argumentos para tentar derrotar a proposta de reforma.

Como se viu, a Rebelião Praieira, lembrada negativamente pelo deputado liberal Carrão, colocou em máxima evidência o problema que as nomeações do Executivo podiam causar. No período pós-revolta, os argumentos contra essa influência tornaram-se praticamente inevitáveis, pois a gangorra das nomeações na província teve ligação direta com o início dos conflitos de 1848-49. Isso não quer dizer, no entanto, que Eusébio de Queirós e Raimundo Araújo Lima fossem convictos propugnadores de uma reforma dessa prática. A tática podia muito bem ser a mesma usada pelos saquaremas na carta demissionária de 1851: reconhecer essa interferência como um mal, porém um mal necessário, cuja solução ficava indefinida, porque dependeria de uma reforma radical na Constituição e nos costumes políticos. Acontece que, diante da simples idéia de uma reforma desse tipo, a ordem era sempre dar um passo atrás, respeitando a prudência fundada na Constituição de 1824. Elogiando a Carta brasileira, Eusébio sugeriu:

não procuremos destruir essa obra da sabedoria constituinte, fazendo que direitos políticos eleitorais, tão clara e precisamente definidos pela constituição, possam ser alterados sem todas as cautelas (Apoiados). O que é a incompatibilidade senão a restrição de direitos políticos eleitorais?⁶⁸

Procurava-se associar inextrincavelmente a questão eleitoral aos direitos políticos assegurados na Constituição, como uma forma de colocar o debate acima de qualquer interesse partidário. Não era como saquarema que Eusébio de Queirós discursava, mas como defensor das leis fundamentais do Império. No dia seguinte, o visconde de Maranguape seguiu com passos firmes a trilha aberta por Eusébio, defendendo da mesma forma o parecer negativo da comissão em que estiveram lado a lado:

A lei de eleições deve limitar-se como manda a constituição a regular o modo prático das eleições; e modo prático não quer dizer dar ou tirar direitos políticos que a mesma constituição estabeleceu. Modo prático quer dizer organizar os colégios, marcar-lhes os lugares e duração e determinar as formalidades com que as eleições devem ser feitas.⁶⁹

⁶⁸ Cf. Anais do Senado, sessão de 16/07/1855; p. 168-172.

⁶⁹ Anais do Senado, sessão de 17/07/1855; p. 253.

No seu parecer, a comissão insistira que as incompatibilidades eram inconstitucionais, na medida em que atingiam o direito de eleger e de ser eleito, direito político assegurado pela Constituição. Defenderam os pareceristas que o texto constitucional já tinha sido suficientemente providente ao determinar as exclusões únicas no direito de votar e ser votado, não deixando espaço para mudanças arbitrárias. Eusébio e Maranguape seguiram essa linha de raciocínio, tentando demonstrar que a reforma prejudicaria pessoas portadoras de todas as condições constitucionais e atingiria não só o pleitenato ao cargo, mas também o votante, que teria sua liberdade de escolha limitada.⁷⁰ Em seu discurso, Maranguape também atacou bastante a eleição por círculos, que, em sua opinião, ia de encontro ao voto provincial definido na Constituição. Outro inconveniente dos círculos seria a transferência das eleições da maioria para a minoria.⁷¹ Essa crítica também ficou registrada no parecer:

A eleição por círculos oferece algumas vantagens que as comissões não desconhecem; mas não é extremo de inconvenientes que as contrabalançam e talvez a excedam. Desde que a honra de representar a nação depender de menor concurso de vontades, despertar-se-ão muitas ambições que jazem adormecidas, e este excitamento não será de certo um meio de regularizar as eleições. Quando os candidatos aumentarem em número e diminuirão em qualidades, haverá razão para esperar que tudo se passe mais regularmente? O interesse de cada um será menos arrojado quando concentrar seus esforços em um colégio só, em vez de se dividir por muitos? **Os partidos serão menos obstinados quando o triunfo ou a derrota em uma localidade não poderem ser neutralizados pelos outros colégios da província?** A certeza de que aí se decide a sorte de uma eleição não aumentará a porfia dos contendores? O maior inconveniente das eleições está nos vestígios de intrigas, inimizades e rancores que deixam após si. Ora, é fora de dúvida que estes inconvenientes crescerão com os círculos. O maior número de esperanças malogradas, o maior excitamento nos amigos particulares desses novos candidatos, o maior esforço dos influentes quando o seu triunfo importar o definitivo de uma eleição, hão de necessariamente aumentar esse triste cortejo eleitoral de intrigas, inimizades e rancores, que se prolongam por muitos anos e às vezes produzem conseqüências da maior gravidade.

A organização das câmaras se deverá também muito ressentir desse novo sistema; nem todas essas novas candidaturas menos justificadas serão mal sucedidas. Supondo eleições livres, como se devem desejar, os deputados e senadores não sairão mais dentre as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitar por uma província inteira; os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local, serão os escolhidos. Se as eleições não forem livres, o resultado será pior. **Quando se indicarem nomes a uma província,**

⁷⁰ Sobre o parecer, cf. Francisco Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*; p. 71-72.

⁷¹ Anais do Senado, sessão de 17/07/1855; p. 254.

o interesse próprio aconselhará a escolha de pessoa capaz de competir com os outros concorrentes; se a indicação for a um círculo, cujos candidatos sejam menos importantes, a concorrência dispensará tanto escrúpulo na escolha.⁷²

Entre as desvantagens dos círculos listadas acima, pode-se destacar duas: primeiramente, ao invés de resolver as intrigas eleitorais, eles só as aumentariam ainda mais; em segundo lugar, a eleição em círculos seria responsável por um decréscimo da qualidade dos políticos eleitos. Nos dois casos, como se pode perceber nos trechos em destaque, o cerne do problema estava na definição do nível em que seriam realizados os arranjos eleitorais, no provincial ou no distrital. Esse último, por ser mais local, poderia ser considerado pior, porque mais ligado aos interesses particulares.

Além desses argumentos contra o localismo e suas “notabilidades de aldeia”, houve os que tacharam também os círculos de inconstitucionais. Contra esse posicionamento, levantou-se o senador José Antonio Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, e reconhecido estudioso das leis imperiais. Ele fizera parte da mesma comissão que Eusébio de Queirós e Maranguape, mas, por não concordar com a leitura de inconstitucionalidade, acabou fazendo um voto em separado, juntamente com o visconde de Sapucaí. Na opinião de Pimenta Bueno, agitava-se perante o Senado, naquele julho de 1855, “uma das mais importantes questões do nosso direito constitucional”. Começou sua análise, citando o artigo 178 da Constituição: “só é constitucional o que respeita aos limites e atribuições dos poderes políticos, ou aos direitos políticos ou individuais dos cidadãos brasileiros”; como uma província não era considerada um poder político brasileiro, conseqüentemente sua divisão em círculos eleitorais não afetava poderes políticos. Prosseguiu, analisando o outro ponto – se os direitos políticos seriam afetados – valendo-se até de certa dose de ironia:

Resta ver se pode ela [a divisão por círculos] afetar algum direito político do cidadão. Até o presente não conheço senão duas objeções [...] e são que, divididas as províncias em círculos, e feitas por estes as eleições, não serão provinciais, por isso mesmo que uma parte não é igual ao todo. Direi, porém, que, se uma parte tomada em separado não é igual ao todo, a soma de todas elas é não só igual, mas é esse mesmo todo; e em suma que essa questão pode ser geométrica, mas não constitucional.

A outra objeção – que votar em muitos não é o mesmo que votar em poucos – já foi respondida no voto separado; aí já mostramos que nossa lei constitucional não dá

⁷² Citação do parecer retirado de Francisco Soares de Souza. *O sistema eleitoral no Império*; p. 73-74 (grifos meus).

aos votantes direito a número fixo de elegíveis, mas sim ao número que for determinado pela lei regulamentar nos termos do artigo 97 da constituição.⁷³

Pimenta Bueno não se contentou em defender a constitucionalidade da reforma, tratou também dos seus possíveis efeitos práticos, associando a implementação dos círculos com o reforço da unidade nacional. A citação é longa, pois introduz um tópico interessante na discussão da reforma eleitoral:

Senhores, uma das primeiras necessidades de todo e qualquer Estado, e especialmente do Brasil, é de criar a homogeneidade. De firmar a unidade nacional. Todas as suas instituições, todas as suas leis devem convergir constante e decididamente para um grande fim. É nessa unidade e só nela onde reside a força nacional, onde está a indivisibilidade do Estado, sua perpetuidade, sua segurança assim externa como interna.

Essa é a única base ampla e firme sobre que podem concorrer e compor-se harmoniosamente todos os interesses das diversas localidades, sem rivalidades, sem zelos, sem injustiças. Ela, e só ela, é quem pode fazer com que todos os brasileiros sejam brasileiros, e só brasileiros, e extinguir os nomes de paulistas, mineiros, baianos, e com esses nomes extinguir também a distinção de interesses rivais. (Apoiado)

É tão exato o que pondero, que os homens políticos que têm enunciado suas opiniões sobre a assembléia constituinte da França consideram como um dos maiores serviços que ela prestou em 1789 e 1790 o de ter acabado com as províncias da França, fundindo a nacionalidade francesa em um só tipo, formando dela uma só família, dando-lhe um só interesse geral, fazendo sentir e reconhecer que a nacionalidade era tudo, e as divisões territoriais meros acidentes. Foi necessária grande coragem, inteira abnegação de influências, ciúmes, de rivalidades locais, grande devoção à pátria; e ela teve essa devoção, prestou esse grande serviço a que a França ainda de hoje deve grande parte de sua força nacional.

O que vemos porém nós no Brasil? Vemos a par de pequenas províncias outras consideráveis, que relativamente são grandes Estados, Estados preponderantes, que têm interesses distintos e opostos, como que nacionalidades diversas, com forças desproporcionadas e capazes de entrar em luta contra o governo central, e pôr em dúvida a indivisibilidade do império. [...]

Este é o nosso estado, inconveniente e perigoso: e como sobre ele influi o atual sistema eleitoral? Tende a corrigir e neutralizar esses inconvenientes e perigos, ou a reforçá-los? Enquanto as eleições continuarem a ser feitas por províncias, como atualmente são, a resposta não pode ser duvidosa.⁷⁴

Na seqüência, Pimenta Bueno usou como exemplo para o seu raciocínio a representação de Minas Gerais:

A província de Minas tem na câmara dos deputados 20 representantes e no Senado 10, tem pois uma representação igual à de 10 províncias do Brasil, tanto em uma

⁷³ Anais do Senado, 18/07/1855; p. 274-275.

⁷⁴ Idem; p. 277.

como em outra câmara [...] Ora, haverá porventura proporção alguma razoável quando uma só província influi no parlamento brasileiro tanto como dez outras? Não direi mesmo tanto, e sim mais do que dez outras, por isso que os vinte representantes destas não se ligam entre si, têm interesses divergentes, não têm a força do seu número. Pode haver perfeição alguma em um sistema representativo tão vicioso?⁷⁵

Mas o que, no raciocínio do orador, fazia com que ele desse por certo que os 20 representantes mineiros trabalhariam sempre juntos, fazendo valer a superioridade de sua bancada? De onde viria a força do voto provincial, colocado em xeque com os círculos? O discurso que o senador paulista Nicolau Vergueiro fez, no dia seguinte à longa exposição de Pimenta Bueno, serve para elucidar mais um pouco o posicionamento dos defensores do voto distrital.

Tenho ouvido um argumento em que alguém insiste fortemente contra a divisão por círculos, que é o afrouxamento do espírito provincial. Nisto é que se repara muito, teme-se que vá enfraquecer o espírito provincial. Mas entendo que não enfraquece, e se enfraquecesse não importaria isso muito. **Em que enfraquece é em não se poder formar nas capitais a intriga nas eleições.** É porque eu desejava que se fizessem por círculos, por causa desta intriga geral. Creio que não injurio a ninguém. Há em todas as províncias essa intriga, não é em uma só. **Forma-se um conselho na capital da província, e quando muito ouvem-se informações de algumas notabilidades de fora; mas de ordinário decide-se ali absolutamente quais devem ser os candidatos.** Ora, nem sempre esta escolha é boa. Uma observação que tenho feito, forma-se esta escolha onde entram pessoas de muito pouco mérito que não são conhecidas absolutamente, e estas pessoas são as que tem o maior número de votos nos lugares onde não se sabe quem são. Nos lugares conhecidos não, onde vão brilhar é nos lugares desconhecidos; e a razão é clara, é porque se vota sobre a fé dos padrinhos. Sendo porém as eleições por círculos, não acontece tanto isso. Eu observo isto, que nas chapas que se formam de diferentes pessoas que não estão muito habilitadas, onde tem mais votos é nos colégios remotos.⁷⁶

Tem-se aí um ponto fundamental da discussão. O que estava em jogo não era somente uma questão teórica de direito constitucional, muito menos de geometria; não era tampouco uma disputa etérea entre o “espírito provincial” e a “unidade nacional”. Tratava-se da legitimidade de um grupo, a partir do controle do governo provincial, emplacar a lista de candidatos do seu partido ou pelo menos a maioria dela. Como notou Miriam Dolhnikoff para o período anterior a 1855,

⁷⁵ Anais do Senado, 18/07/1855; p. 278. As províncias citadas por Pimenta Bueno são: Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, cada uma com um deputado; Goiás, Mato Grosso, Piauí e Sergipe, com dois; Pará, com três; e Alagoas, com cinco.

⁷⁶ Anais do Senado, sessão de 19/07/1855; p. 321-322 (grifos meus).

Também para a eleição de deputado geral valia a regra de que cada eleitor deveria votar em tantos nomes quantas cadeiras seriam preenchidas. Nesse caso, o número de deputados a que tinha direito a província, o que favorecia uma elite provincial que não se confundia com os potentados locais. Para ser eleito o candidato tinha que ter influência, o que significava capacidade de fazer alianças em vários pontos da província e não apenas em uma localidade.⁷⁷

Faltou dizer que essa “elite provincial” e sua “capacidade de fazer alianças” tinham mediações partidárias que, em última instância, podiam ligar os candidatos ao governo central. Com o estabelecimento da eleição de um deputado por círculo (distrito), abria-se a possibilidade de indivíduos influentes apenas em nível local acabarem se elegendo. Os círculos tinham a intenção de pelo menos dificultar as articulações partidárias majoritárias.

Talvez porque a ordem do dia fosse a Conciliação, era difícil algum político – até mesmo se fosse um reconhecido chefe luzia ou saquarema – associar diretamente a defesa do voto provincial com a manutenção de interesses partidários. O senador Gonçalves Martins foi um dos poucos que fez tal associação, em uma discussão que contou com a participação de Honório Hermeto, e começou repleta de comparações com o mundo natural. Dizia Gonçalves Martins, constantemente aparteado pelo presidente Carneiro Leão e outros:

De certo tempo para cá, como que sinto repugnância, e não sei mesmo se horror às expressões de partidos. Estou vendo que em pouco tempo, para que eles existam entre nós, terão de esconder-se nas maçonarias! Pois o governo constitucional dispensa os partidos? Eles algum mal têm feito entre nós, mas muitos bens têm promovido também. Os partidos, senhores, são como os rios caudalosos, que nas idades geológicas deviam ter feito estragos, procurando vencer obstáculos para se abrirem leitos por onde corressem suas águas. Ninguém porém disse ainda que não deveriam existir rios para a fertilidade dos campos, para a navegação, e mil outras vantagens do homem. As idéias e as opiniões são como as águas, devem ter seu curso e leito por onde transitem: esses leitos são os partidos.

O SR. SOUZA FRANCO – Os rios também trazem inundações, e quer-se prevenir esse caso.

O SR. GONÇALVES MARTINS – O que se quer é estancar os rios.

O SR. SOUZA FRANCO – Que corram placidamente.

O SR. GONÇALVES MARTINS – Neste caso preveni as inundações, canalizando as águas.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO – Pois é isso mesmo o que eu quero, é canalizar.

O SR. GONÇALVES MARTINS – Um governo ilustrado, não deve exterminar os partidos, procura moralizá-los...

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO – Por diques...

⁷⁷ Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*; p. 225.

O SR. GONÇALVES MARTINS - ... criar barreiras aos excessos e nunca suprimir os partidos. É muito natural que na época da formação dos partidos houvessem excessos; mas também é certo que o novo sistema de extinção de partidos apareceu quando tais excessos declinavam a olhos vistos, e as idéias continuavam a fazer seu curso placidamente. Nestas circunstâncias era quando justamente se podia com vantagem tratar de sua moralização.⁷⁸

Esse foi só o preâmbulo para o principal objetivo de Gonçalves Martins: criticar os círculos eleitorais e a política geral do gabinete que, nas suas palavras, consistia em livrar-se dos partidos e dos grupos políticos:

Um governo porém que nos disser que a ele só cumpre mandar e a nós somente obedecer, dispensando os trambolhos dos partidos e dos grupos, este governo não nos convirá, porque constituímos um povo livre. [...]

É uma opinião à primeira vista muito cômoda, que em uma nação só haja uma opinião. Como portanto me persuadi que a idéia da atualidade era prescindir dos partidos, **entendo também que prossegue no mesmo intento quando procura desembaraçar-se dos grupos, estabelecendo em seu lugar individualidades e interesses isolados.**

Não terá assim o governo de modificar-se, ou não recuará diante de um pensamento por saber que a deputação de Minas, v. g., da Bahia ou de Pernambuco se oporá a ele. [...]

[...]o que eu quero dizer com a minha proposição é que a força não está nas individualidades isoladas; acha-la-ei sim nos que dirigem os interesses grupados, nos que recebem o apoio desses interesses. Quando tiverdes hoje uma assembléia representando pequenos interesses locais não tereis uma assembléia da nação.⁷⁹

Como já se referiu, a reforma passou com uma diferença de apenas três votos no Senado. Na Câmara, comumente associada a um maior predomínio dos interesses das facções, o risco da reforma ficar ainda mais comprometida era grande. Mesmo que os partidos não fossem defendidos tão abertamente e fortemente no Parlamento como outrora, Honório e o imperador logo perceberam que poderiam sofrer mais uma derrota, como acontecera com a reforma judiciária, derrubada pelos saquaremas, no “movimento de Vassouras”, de 1854. A transformação da reforma eleitoral em questão de ministério foi resultado da nítida percepção de que, como as águas de um caudaloso rio, a luta política não pára e os interesses partidários não morrem.

O Ministério da Conciliação não dividiu duas eras; não foi resultado de um arrefecimento natural e evolutivo das paixões partidárias na sociedade. Precisa ser visto,

⁷⁸ Anais do Senado, sessão de 19/07/1855; p. 333.

⁷⁹ Idem; p. 335 e 339 (grifo meu).

antes de tudo, como um episódio das tentativas de reforma abertas ainda na década de 1840, contando com a participação direta de Pedro II, e que se desdobraram em um novo quadro político na década de 1860.

Considerações finais

Clément Bernard Louis Thérier. “Marquês de Paraná morto”, 1856.
Crédito da ilustração¹

O quadro de Clément Thérier retrata o velório do marquês de Paraná, morto em três de setembro de 1856, quando seu ministério estava preste a completar três anos. Na pintura, o semblante do marquês parece muito mais jovem, como se a morte recuperasse as forças do político, que sofria com problemas de saúde havia já alguns anos. A posição recostada de seu corpo – vestindo o traje de estadista – dá realmente a impressão de que o marquês apenas descansa. Não fosse o tecido preto, as velas e a cruz, objetos que remetem a um ambiente fúnebre, talvez se pudesse esperar que o marquês logo se levantasse e voltasse aos trabalhos do Ministério da Conciliação.

É bem possível que esse fosse o desejo de muitas pessoas que temiam pelo futuro da política conciliatória após a morte de Carneiro Leão. Nesse sentido, a pintura de Thérier poderia ser tomada como o registro pictórico da mesma dúvida – e com o mesmo tom

¹ Crédito da ilustração: Coleção Grandes Personagens da Nossa História, v. 2. São Paulo: Abril, 1972.

lamentoso – que José de Alencar fez ecoar na memória de seus leitores, quando publicou o necrológio do marquês de Paraná: quem o substituiria daí em diante?

A eleição dos deputados para a legislatura de 1857-1860, realizada pouco depois da morte de Honório, foi a primeira e única sob as instruções da Lei dos Círculos de 1855. Seu resultado parece ter ido ao encontro das expectativas do governo, como demonstrou o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, em carta particular:

A Câmara é renovada em mais do terço. O partido Liberal terá cerca de vinte representantes. O partido Saquarema talvez trinta a quarenta. A política dominante tem maioria. Não será possível talvez uma maioria que apóie os liberais ou os saquaremas, puros: tudo promete a duração da atualidade por mais algum tempo. A atualidade, que ao marquês de Olinda parecia ceticismo, é no meu conceito o rumo mais seguro, é o sentimento do país.²

Seria com certeza a descrição da vitória política do gabinete, não fosse a ressalva que, logo em seguida, completou o raciocínio do ministro: “Essa atualidade, porém, deve ser mais decidida e definida”. A falta sentida estava relacionada, muito provavelmente, com a morte de Carneiro Leão. Seu falecimento acabou sendo um duro golpe na política conciliatória inaugurada em 1853, pois o ministério não suportou continuar no ano seguinte. Não puderam, portanto, aproveitar-se do novo cenário da Câmara dos Deputados para continuar tocando o programa de reformas. Fique claro que essa afirmação é apenas uma hipótese; com efeito, nunca se saberá o que seria a Conciliação se Honório continuasse vivo. Porém, retomando-se alguns argumentos expostos nesta dissertação, pode-se reforçar essa possibilidade.

As principais reformas propostas do Ministério da Conciliação vinham do período do “quinquênio liberal” – tanto a reforma da lei de três de dezembro quanto a própria reforma eleitoral. Por conseguinte, a Conciliação de 1853 era proveniente de um gabinete conservador (mas não saquarema, é bom lembrar) que conciliava na medida em que incorporava neófitos (alguns liberais), mas especialmente na medida em que tomava para si propostas declaradamente liberais, como deixaram claro alguns discursos citados no Capítulo 4. As tentativas de reforma foram abertas, então, pelos ministérios liberais da década de 1840. Todavia, a partir de 1848, essas tentativas teriam um componente que as particularizariam desde então: a intervenção e cobrança incisiva de Pedro II, que chegou até

² Carta de Nabuco de Araújo a Boa Vista, 24 de novembro de 1855. Citada em Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. [2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; vol. 1; p. 356, nota 13.

a mexer com os gabinetes conservadores do “apogeu do Império”. Sem contar a influência da Rebelião Praieira na cobrança por reformas.

Em 1853, o novo papel do imperador ficou ainda mais evidente no seu relacionamento com o ministério de Carneiro Leão: as reformas seriam prioridade. Logo, Honório, os outros ministros e o próprio Pedro II perceberam que a reforma judiciária seria muito mais difícil de passar na Câmara de então. Para evitar saírem desmoralizados, escolheram vencer a batalha da reforma eleitoral, transformando-a em questão ministerial – ou, em outros termos, ameaçando os deputados com a dissolução. Aprovada a reforma eleitoral, a composição da nova Câmara seria totalmente diferente da anterior, como de fato foi. Com os novos deputados, talvez fosse possível aprovar mais facilmente (sem ameaças) questões mais polêmicas, como, por exemplo, a reforma judiciária. O que ninguém contava era com a morte do Honório.

O fim do ministério de seis de setembro de 1853 significou um retrocesso na política inaugurada com ele. Não demoraria muito para a maior conquista do gabinete, a Lei dos Círculos, sofrer uma significativa modificação. Nas eleições realizadas em 1860, os círculos já seriam alargados de um para três deputados. Talvez não seja simples coincidência que, justamente nessa virada de década, tenha sido publicada a *Galeria dos brasileiros ilustres* [1859-1861], de Sisson, uma das mais importantes produções de memória da Conciliação. A obra seria uma tentativa de registrar o que, na prática, parecia se evadir naquele momento. Como já se referiu, é o marquês de Paraná que abre a *Galeria*. De um lado, uma pequena biografia do político; de outro, a litografia. Contrastando com o quadro reproduzido acima, que retrata em vivas cores a morte do marquês, a gravura em preto e branco o mostra bem vivo e sisudo, na pose de quem “realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do Trono e foi o iniciador de uma nova política”. Pelo menos no campo da memória, levantava-se o falecido mais uma vez para colocá-lo a serviço do fugidio ideal da Conciliação.

O marquês de Paraná, na litografia de Auguste Sisson [1859-1861]

Fontes e bibliografia

a) FONTES

MANUSCRITOS E PERIÓDICOS

Arquivo Nacional (AN)

Notações Série Justiça

IJ¹23*
IJ¹110*
IJ¹324
IJ¹446
IJ¹447
IJ¹824
IJ¹862
IJ¹931
IJ¹935
IJ¹1053
*IJ¹1620
IJ¹1623
I*J¹8*
IJ⁶444

Notações Série Império

IJJ¹157
IJJ¹168
IJJ¹173
IJJ¹647
IJJ⁹20

Notação Série Guerra

IG¹141

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro

“Apontamentos extraídos dos autos de inventário do Marquês de Paraná e relativos à casa e chácara no Caminho Novo de Botafogo n. 5”, Lata 747 – Pasta 11.

“Artigos sobre Honório publicados no Jornal do Comércio 1837-1847”, Lata 749 – Pasta 19.

“Atuação de Honório no Rio de Janeiro, na repressão e combate à revolta. Notas e depoimentos do Jornal do Comércio”, Lata 750 – Pasta 22.

“Carta de E. de Langsdorff a Honório a respeito do casamento do príncipe de Joinville com a princesa brasileira (2-5-1843)”, Lata 748 – Pasta 3.

“Carta de Honório presidente do Rio de Janeiro a seu amigo Paulino de Souza, ministro da justiça, a respeito de interesses de família provenientes do falecimento de seu tio e sogro João Netto Carneiro Leme e exposição sobre o assunto em anexo (5-12-1842)”, Lata 748 – Pasta 30.

“Carta de Honório a Araújo Vianna a respeito da sucessão ministerial e carta deste a D. Pedro II com a do missivista (2-2-1844)”, Lata 748 – Pasta 38.

“Carta a Candido dos Santos Viana sobre a candidatura do Visconde de Baependi e Inácio Álvares de Azevedo (27-9-1842)”, Lata 748 – Pasta 39.

Lata 248, pasta 26

Lata 748, pasta 19

Lata 748, pasta 26

Lata 748, pasta 28

Lata 748 – Pasta 32 (arquivo do Visconde do Uruguai – coleção Leão Teixeira) Cartas

Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro

Seção de Periódicos – Microfilmes

Jornal do Comércio, janeiro a julho de 1842.

Jornal do Comércio, setembro e outubro de 1956.

Seção de Manuscritos

II-34, 21,35.

Seção de Obras Raras

Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro, janeiro a julho de 1842.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Rio de Janeiro

Fundo Presidente de Província, 1842

Notação 0009 – Documentos provenientes do Ministério do Império

Notação 0088 – Documentos da Presidência de outras províncias

Notação 0090 – Documentos da Presidência de outras províncias

Notação 0222 – Documentos provenientes da Secretaria de Polícia

Notação 0643 – Documentos relativos à Guarda Nacional

Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI), Petrópolis

Arquivo da Casa Imperial do Brasil

“Requerimento de Honório Hermeto Carneiro Leão a d. Pedro II - Solicitando sua demissão do cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça e sua transferência de conselheiro de Estado Ordinário para Extraordinário, mas, caso isto contrarie a nova organização, pede a demissão do cargo de conselheiro de Estado. Rio [de Janeiro], 31/01/1844”. Maço 107 – Doc. 5171

“Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão a Cândido José de Araújo Viana [ex-ministro] - Dizendo que fora informado que se reuniram na casa de Ernesto [Ferreira França, ministro de Estrangeiros] os ministros José Carlos [Pereira de Almeida Torres, do Império, visconde de Macaé] e [Manuel] Alves Branco [da Justiça e da Fazenda, visconde de Caravelas] para concordarem nas pessoas que deviam completar o novo gabinete de 02/02/1844, e que este último indicará o [Antônio Paulino] Limpo [de Abreu, visconde de Abaeté], homem instruído e de boas qualidades, e Otoni, que acabara de sair da cadeia de Ouro Preto - Tecendo diversos comentários sobre política - Consultando-o se, diante dos fatos apresentados, d. Pedro II deveria ser prevenido e quem o deveria fazer. 02/02/1844. Maço 107 – Doc. 5174

“Mensagem, em francês, de Bidault, doutor em Medicina das faculdades de Paris, São Petesburgo e Rio de Janeiro, a d. Pedro II, imperador do Brasil - Descrevendo a moléstia e a morte do marquês de Paraná - Criticando o tratamento dado ao mesmo. Rio [de Janeiro], 23/09/1856”. Maço 123 – Doc. 6157.

ANAIS PARLAMENTARES – disponíveis nos sites www.camara.gov.br e www.senado.gov.br; as versões impressas foram consultadas na Faculdade de Direito da USP e no Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos srs. Deputados, 1853-1856.

Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1853-1856.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA - disponíveis em

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u819/000002.html>

Relatórios da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1835-1843

Relatórios da Presidência da Província de Pernambuco, 1849-1851

ATAS, LIVROS, ARTIGOS E DISCURSOS

ALENCAR, José de. “O Marquês de Paraná. Traços biográficos”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 255-274.

_____. *O systema representativo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1868.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Esau e Jacó*. [1ª ed. 1904]. São Paulo: Ed. Núcleo, 1998.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

“Discurso autobiográfico, pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, Presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 275-284.

“Discurso do orador o senhor Manuel de Araújo Porto-Alegre”, Sessão Magna de 15 de dezembro de 1856. *Revista do IHGB*. Tomo XIX. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.

HOMEM, Francisco de Sales Torres. “O Libelo do Povo”. In: Raimundo Magalhães Jr. (org.) *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, p. 46-126.

JAVARI, Barão do. *Organizações e programas ministeriais – regime parlamentar no Império*. 1ª ed. 1889. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

MARINHO, José Antonio. *História do movimento político que em 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*. Conselheiro Lafaiete: Typ. Almeida, 1939.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 4 vols. [1ª ed. 1897-1899] São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1949.

- ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: Raimundo Magalhães Jr. (org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956, p. 163-218.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. Disponível em <http://books.google.com/books>
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. [1ª ed. 1896] Brasília: Senado Federal, 2003.
- SILVA, Manuel Pessoa da. *O Marquez de Paraná: poema*. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1859.
- SISSON, S. A (editor). *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2vols. [1ª ed. 1859-1861]. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. [1ª ed. 1872] Brasília: Senado Federal, 1979.
- URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito administrativo*. In: José Murilo de Carvalho (org. e introdução). São Paulo: Editora 34, 1999.

b) BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo/Brasília: Senac/Funag, 2001.
- AULER, Guilherme. “A presidência Honório em Pernambuco”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957.
- ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813- 1845). São Paulo: Hucitec, 2008
- BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo/Brasília: Ensaio/EdUnB, 1995.
- BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- _____. *Brazil. The forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. 1ª ed.: 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”. Revista *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 19, 2003, p. 283-302; p. 283. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a11.pdf>
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “A Insurreição Praieira”. In: *Revista Almanack Braziliense*, n. 8, nov. de 2008. Disponível em: www.almanack.usp.br
- _____. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, p. 209-238, 2003.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 1 ed., 1977. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- CASTRO, Paulo Pereira de, “A experiência ‘republicana’, 1831-1840”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil monárquico: dispersão e unidade*, t. II, v. 2. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil monárquico: dispersão e unidade*, t. II, v. 2. São Paulo: Difel, 1985.
- COLEÇÃO Grandes Personagens da Nossa História, v. 2. São Paulo: Abril, 1972.
- CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas e outros. *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Rio de Janeiro: ABL, 2005.
- DANTAS, Monica Duarte. “Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Revista *Almanack Braziliense*, n. 10, nov de 2009; p. 40-47.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias. “A interiorização da metrópole”. In: C. G. Mota (org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972; p. 160-184.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989, v. I.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. *Centralização e descentralização no Império*. O debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai. São Paulo: DCP-USP/ Ed. 34, 1999.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. [1956-57] Brasília: TSE/SDI, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. Control Social y estabilidad política em el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo”. In: *Revista de História* 150 (1º - 2004); p. 129-155.
- GORENSTEIN, Riva. “Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830).” In: Lenira Menezes Martinho & Riva Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná. Um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. & Ricardo Salles (orgs). *O Brasil Imperial*. Vol. II e III (1831-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In: José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 71-91.
- _____, “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regência (1831-1837)”. In (org.). *O liberalismo no Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado Guimarães. “A biografia como escrita da História”. Prefácio ao livro de Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 19-26.
- _____. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1:5-27, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A era do capital, 1848-1875*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O poder pessoal”. In: Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5 t.2. São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____. “A democracia improvisada”. In: Idem. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.5 t.2. São Paulo: DIFEL, 1985.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Policing Rio de Janeiro. Repression and resistance in a 19th- Century city*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- IGLESIAS, Francisco. “Vida política, 1848-1866”. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, t.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1987.
- JANOTTI, Aldo. *O marquês de Paraná*. Inícios de uma carreira política num momento crítico da história da nacionalidade. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1990.
- JANOTTI, Maria Lourdes. “A falsa dialética: Justiniano José da Rocha”. *Revista Brasileira de História*, 2: 3 (março, 1982), p. 3-17.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo : Símbolo, 1979.

- LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; p. 167-182;
- LIMA, Manuel de Oliveira. *A formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. "Nas rotas da ilegalidade: A família Souza Breves e tráfico de africanos no sul do Rio de Janeiro". Revista *Caminhos da História*, n. 2, Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2009. Disponível em http://www.uss.br/web/hotsites/revistahistoria20092/revistaeletronica/arquivos/Artigo_Thiago_Campos.pdf
- MADELÉNAT. Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1680-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- _____. "Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista". In: *Almanack Braziliense*, n. 07, maio de 2008. Disponível em www.almanack.usp.br
- _____. & TOMICH, Dale. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do Mercado mundial do café no século XIX". In: Keila Grinberg & Ricardo Salles. *O Brasil Imperial*. Vol. II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. & PARRON, Tamis. "Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a Memória sobre o comércio dos escravos de 1838". In *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 152, (1º- 2005), 99-126.
- MARSON. Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.
- _____. *O Império do Progresso*. A revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. "O Lavrador e o Construtor. O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial". In: Maria Emília Prado (org.) *O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 191-218.

- _____. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. In: István Jancsó (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOSHER, Jeffrey C. *Political Struggle, Ideology and State Building*. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850. Lincoln: University of Nebraska Press, 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme (coord.) *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro*. Século XVI a 1850. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa*. Família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- _____. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Revista Almanack Braziliense*, n. 10, nov. de 2009; p. 5-22. Disponível em: www.almanack.usp.br
- NOVAES, Adriano. “Os caminhos antigos no território fluminense”. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br>
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de. *A astúcia liberal*. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias*. Mercado, terras e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru/Juiz de Fora: Edusc/FUNALFA, 2005.
- PARRON, Tâmis. “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. Comunicação apresentada no 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007. Disponível em <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/61.61.pdf>
- _____, “Introdução”. In: José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Org. de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008, pp. 9-36.
- PINHO, José Wanderley de Araujo. “O marquês de Paraná e a conciliação”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul./set. 1957, p. 347-371.

- PINTO JÚNIOR, Rafael Alves. “Um retrato (quase) íntimo da nobreza brasileira: Emil Bauch e a Marquesa do Paraná”. *19&20*, Rio de Janeiro, v. III, n. 3, julho de 2008. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/artistas/ebauch_rapj.htm
- PRADO, Maria Emília (org). *O Estado como vocação*. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Faperj/ Relume Dumará, 2002.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- ROSAS, Suzana Cavani. “Pernambuco e as origens do Partido Parlamentar de 1853”. In: Anais da XXII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2002; p. 241-246.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Joaquim Nabuco*. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- _____. *Nostalgia imperial*. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- SILVA, Eduardo da. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Três golpes de Estado*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988.
- _____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

- SOUZA, Adriana Barreto de. “Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder”. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*. Seropédica-RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007; cf. p. 34 (Disponível em <http://www.editora.ufrj.br/rch/rch29n1/27-36.pdf>).
- _____. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *O exército na consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Edunesp, 1999.
- SOUZA, José Antonio Soares de. *A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Brasileira vol. 243.
- _____. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. Missão especial de 1851-52. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Brasileira vol. 297.
- STEIN, Stanley J.. *Grandeza e decadência do café. No Vale do Paraíba, com especial referência ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. “Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Do berço de Jacuí ao fastígio do poder – 1801-1856”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 236, jul/set. 1957, p. 285-306.
- _____. “A presidência do Rio de Janeiro em 1842”. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. VI, ano 1945; p. 139-167. Cópia digital gentilmente cedida pelas funcionárias do Arquivo Histórico do Museu Imperial.
- TORRES, João Camilo de Oliveira Torres. *Os construtores do Império*. Idéias e lutas do Partido Conservador brasileiro. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1968.
- _____. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro, Vozes, 1964.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec/História Social-USP, 1997.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. *O ocaso do império*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.
- VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

_____. *Vultos do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Coleção Brasileira, volume 339)

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

c) TEXTOS ACADÊMICOS NÃO PUBLICADOS

AUBERT, Pedro. *Entre as idéias e a ação: o visconde do Uruguai, o Direito e a política na consolidação do Estado nacional* (1853-1866). Relatório parcial de mestrado, FAPESP, 2009.

BASILE, Marcello Otávio. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 2004.

DANTAS, Monica Duarte. “O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada no IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito. São Paulo, Faculdade de Direito/USP, 2009 (versão para discussão). Agradeço à autora pela cessão de uma cópia do texto.

_____. “Introdução – Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao Código criminal”. In: Idem (org). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial (no prelo). Agradeço à autora pela permissão da leitura de uma versão preliminar.

EL YOUSSEF, Alain. *Espaços públicos e escravidão*. Imprensa e política no Império do Brasil durante a vigência do tráfico negreiro (1822-1850). Relatório final de mestrado, FAPESP, 2010.

HÖRNER, Eric. *Guerra entre pares: a “revolução liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2005.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2010.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009.

SABA, Roberto Nicolas P. F. *As Vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2010.

SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento do Império do Brasil* (1831-1855). Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2008.

SALLES, Ricardo. “Biografia e história intelectual: sujeitos sociais, processo, totalidade e sentido”. Comunicação apresentada no X Encontro Regional de História e Biografias. Rio de Janeiro, UERJ, 2002. Cópia digital gentilmente cedida pelo autor.

SLEMIAN, Andrea. *Sob o império da lei: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Depto. de História, FFLCH, USP, 2006.

TORRES, Valéria Aparecida Rocha. *Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1998.